



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE
BENAVENTE — PRIMEIRA REVISÃO —

MAIO 2015

RELATÓRIO **4**

RELATÓRIO AMBIENTAL

AValiação Ambiental Estratégica

SUMÁRIO

O PRESENTE **RELATÓRIO AMBIENTAL** CONSTITUI E SISTEMATIZA A **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA** DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BENAVENTE.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE CONTOU COM A COLABORAÇÃO E APOIO TÉCNICO DA **SINTESE, CONSULTORIA EM PLANEAMENTO LDA** NA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROCESSO TÉCNICO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DESENVOLVEU-SE SOB A COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DA **SINTESE, CONSULTORIA EM PLANEAMENTO LDA** QUE CONTOU COM A CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DA EMPRESA DO DOMÍNIO DO AMBIENTE, **QUERO VENTO, SERVIÇOS DE AMBIENTE LDA**.



EQUIPA TÉCNICA		
TÉCNICOS DA SÍNTESE CONSULTORIA EM PLANEAMENTO		
HELENA ALBUQUERQUE	GEÓGRAFA, MESTRE EM CIÊNCIAS DAS ZONAS COSTEIRAS – DOUTORADA CIÊNCIAS E ENGENHARIA DO AMBIENTE.	COORDENAÇÃO
JOÃO RUA	URBANISTA	
ALBERTO PEDROSA	URBANISTA	
MANUEL VIEIRA	ARQUITETO PAISAGISTA	
TÉCNICOS DA QUERO-VENTO – SERVIÇOS EM AMBIENTE		
SUSANA SILVEIRA	BIÓLOGA, MESTRE EM ECOLOGIA	COORDENAÇÃO
JOSÉ CARLOS CORREIA	BIÓLOGO, PÓS-GRADUADO EM ECOLOGIA	
CATARINA SOUSA	ENGENHEIRA DO AMBIENTE, MESTRE EM AMBIENTE	
MANUELA CARREIRAS	ENGENHEIRA DO AMBIENTE, MESTRE EM GESTÃO AMBIENTAL	
CARINE AZEVEDO	GEÓGRAFA, PÓS-GRADUADA EM RISCOS E SIG	
FERNANDO CABRAL SACADURA	ENGENHEIRO CIVIL, MESTRE EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO	

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OBJETO DE AVALIAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO.....	12
2.1. OBJETO DE AVALIAÇÃO.....	12
2.2. ALTERNATIVAS À PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE	19
2.3. ENQUADRAMENTO LEGAL PARA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE	20
3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL.....	21
4. CONSULTA ÀS ENTIDADES COM RESPONSABILIDADES AMBIENTAIS ESPECÍFICAS.	27
5. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO.	32
5.1. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO.	34
5.2. RELAÇÃO ENTRE O QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO E AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS.....	37
5.3. RELAÇÃO ENTRE OS FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO E OS FATORES AMBIENTAIS.	37
5.4. DESENVOLVIMENTO DA BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL	39
5.4.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS.....	39
5.4.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS.....	42
5.4.3. EFEITOS ESPERADOS.	55
5.4.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.....	67
5.4.5. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO.	68
5.5. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	71
5.5.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS.....	71
5.5.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS.....	75
5.5.3. EFEITOS ESPERADOS.	89
5.5.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.....	102
5.5.5. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO.	103
5.6. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	106
5.6.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS	106
5.6.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS.....	108
5.6.3. EFEITOS ESPERADOS.	116
5.6.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.....	124
5.6.5. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO.	125
5.7. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL.	127
5.7.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS	127
5.7.2. DOMÍNIO: CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL	135
5.7.2.1. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS.....	135
5.7.2.2. EFEITOS ESPERADOS.	155
5.7.2.3. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.....	162
5.7.2.4. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO.	163
5.7.3. DOMÍNIO: QUALIDADE AMBIENTAL	164

5.7.3.1. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS.....	164
5.7.3.2. EFEITOS ESPERADOS.....	184
5.7.3.3. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.....	193
5.7.3.4. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO.....	201
5.7.4. DOMÍNIO: PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....	206
5.7.4.1. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS.....	206
5.7.4.2. EFEITOS ESPERADOS.....	218
5.7.4.3. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.....	223
5.7.4.4. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO.....	224
5.8. PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO DE RISCOS.....	226
5.8.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS.....	226
5.8.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS.....	230
5.8.3. EFEITOS ESPERADOS.....	246
5.8.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.....	254
5.8.5. DIRETRIZES DE SEGUIMENTO.....	258
5.9. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO.....	262
5.9.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS.....	262
5.9.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS.....	264
5.9.3. EFEITOS ESPERADOS.....	267
5.9.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.....	272
5.9.5. DIRETRIZES DE SEGUIMENTO.....	273
6. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO.....	274
7. ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO.....	275
8. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	299
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	300
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	301
11. ANEXOS.....	304

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da Proposta de Revisão do PDM de Benavente.....	16
QUADRO 2 – Entidades Consultadas pela Câmara Municipal de Benavente no âmbito da determinação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental relativo à AAE da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	27
QUADRO 3- SUMÁRIO DAS SUGESTÕES, COMENTÁRIOS E/OU ASSUNTOS ABORDADOS NOS PARECERES APRESENTADOS PELAS ENTIDADES CONSULTADAS	28
QUADRO 4 – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA PARA AAE DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE	34
QUADRO 5 - RELAÇÃO ENTRE OS FA E OS FCD DEFINIDOS.....	38
QUADRO 6 – RELAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS DOMÍNIOS DE ANÁLISE CONSIDERADOS PARA O FCD: DESENVOLVIMENTO DA BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL, COM OS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E PRINCIPAIS INDICADORES DE ANÁLISE ESTABELECIDOS.....	40
QUADRO 7 - ANÁLISE SWOT CORRESPONDENTE À ÁREA DO CONCELHO DE BENAVENTE	42
QUADRO 8 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 2001 E 2011	44
QUADRO 9 – VARIAÇÃO POPULACIONAL ENTRE 1991, 2001 E 2011 NOS CONCELHOS DA LEZÍRIA DO TEJO.....	44
QUADRO 10 - EMPRESAS EXISTENTES NO CONCELHO DE BENAVENTE	48
QUADRO 11 – TAXAS DE ATIVIDADE E DESEMPREGO, EM 1991, 2001 E 2011	51
QUADRO 12 – TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE E SEXO.....	51
QUADRO 13 - AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDMB NOS INDICADORES ESTABELECIDOS PARA O FCD – DESENVOLVIMENTO DA BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL	56
QUADRO 14 – CONTRIBUIÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE DO QRE, NO ÂMBITO DO FCD - DESENVOLVIMENTO DA BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL	59
QUADRO 15 - OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DE BENAVENTE NO QUE RESPEITA AO FCD – DESENVOLVIMENTO DA BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL	67
QUADRO 16 – RELAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS DOMÍNIOS DE ANÁLISE CONSIDERADOS PARA O FCD: ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA / ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM OS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E PRINCIPAIS INDICADORES DE ANÁLISE ESTABELECIDOS.	73
QUADRO 17 - ANÁLISE SWOT CORRESPONDENTE À ÁREA DO CONCELHO DE BENAVENTE	75
QUADRO 18 – EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL	77
QUADRO 19- AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDMB NOS INDICADORES ESTABELECIDOS PARA O FCD – ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	90
QUADRO 20 – CONTRIBUIÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE DO QRE, NO ÂMBITO DO FCD - ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	96
QUADRO 21 - OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DE BENAVENTE NO QUE RESPEITA AO FCD – ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	102
QUADRO 22 – PRINCIPAIS INDICADORES DO FCD: DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	107
QUADRO 23 – ANÁLISE SWOT NO ÂMBITO DO FCD – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	108
QUADRO 24 – REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS EXISTENTE	112
QUADRO 25 – EVENTOS SÓCIO-CULTURAIS CONCELHIOS.....	113
QUADRO 26 - EVENTOS RELIGIOSOS DO CONCELHO	113
QUADRO 27 - AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE NOS INDICADORES ESTABELECIDOS PARA O FCD – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	117
QUADRO 28 – CONTRIBUIÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE DO QRE, NO ÂMBITO DO FCD – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	120

QUADRO 29 – OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE NO QUE RESPEITA AO FCD – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	124
QUADRO 30 – RELAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS DOMÍNIOS DE ANÁLISE CONSIDERADOS PARA O FCD: VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL, COM OS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E PRINCIPAIS INDICADORES DE ANÁLISE ESTABELECIDOS.	132
QUADRO 31 – ANÁLISE SWOT NO ÂMBITO DO DOMÍNIO – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL.	135
QUADRO 32 - DISTRIBUIÇÃO DO SÍTIO ESTUÁRIO DO TEJO (PTCON0009) PELOS CINCO CONCELHOS ENVOLVIDOS. FONTE: ADAPTADO DE PSRN2000.....	136
QUADRO 33 - DISTRIBUIÇÃO DA ZPE DO ESTUÁRIO DO TEJO (PTZPE0010) PELOS SEIS CONCELHOS ENVOLVIDOS. FONTE: ADAPTADO DE PSRN2000.....	136
QUADRO 34 – AÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE ESPÉCIES PRIORITÁRIAS. FONTE: ICNB	139
QUADRO 35 – AÇÕES DE EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DO MEIO NATURAL CONSTANTES DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO PARA A RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO. FONTE: PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO PARA A RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO	142
QUADRO 36 – OCORRÊNCIA DE HABITATS NATURAIS E SEMI-NATURAIS, NO CONCELHO DE BENAVENTE, RELEVANTES PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE	144
QUADRO 37 - ESPÉCIES DA FAUNA RELEVANTES, NO CONCELHO DE BENAVENTE, PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	145
QUADRO 38 – ESPÉCIES ALVO DE ORIENTAÇÕES DE GESTÃO – AVES DO ANEXO I DA DIRETIVA 79/409/CEE E MIGRADORES NÃO INCLUÍDOS NO ANEXO I.....	145
QUADRO 39 – OUTRAS AVES DO ANEXO I DA DIRETIVA 79/409/CEE E MIGRADORAS NÃO INCLUÍDAS NO ANEXO I.....	146
QUADRO 40 - CONFRONTAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES DE GESTÃO PREVISTAS NO PSRN2000 PARA A CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES E HABITATS COM OCORRÊNCIA NA ÁREA CLASSIFICADA DO CONCELHO DE BENAVENTE	146
QUADRO 41 - AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DE HABITATS CONSTANTES DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO PARA A RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO. FONTE: PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO PARA A RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO.....	151
QUADRO 42 – AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DE HABITATS CONSTANTES DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO PARA A RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO FONTE: PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO PARA A RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO.....	153
QUADRO 43 – EFEITOS ESPERADOS PELA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE IDENTIFICADOS PARA OS INDICADORES DEFINIDOS NO DOMÍNIO – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL.....	157
QUADRO 44 - CONTRIBUIÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE DO QRE, NO ÂMBITO DO DOMÍNIO – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL.....	159
QUADRO 45 - OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE NO QUE RESPEITA AO DOMÍNIO – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL.....	162
QUADRO 46 – ANÁLISE SWOT NO ÂMBITO DO DOMÍNIO – QUALIDADE AMBIENTAL	164
QUADRO 47 – DESTINO E QUANTIDADE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DE BENAVENTE, EM 2009 (INE, 2011).....	165
QUADRO 48 - ESTAÇÃO DE MONITORIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, DA RIBEIRA DE SANTO ESTEVÃO	167
QUADRO 49 – CLASSIFICAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS	168
QUADRO 50 – PARÂMETROS RESPONSÁVEIS PELA QUALIDADE DA ÁGUA DA ESTAÇÃO DE MONITORIZAÇÃO DA RIBEIRA DE SANTO ESTEVÃO, ENTRE 1995 E 2009.....	169
QUADRO 51 – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE BENAVENTE RELATIVAMENTE AOS SETORES DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL	170

QUADRO 52 - N.º DE EXPLORAÇÕES E EFETIVO DE SUÍNOS, NO CONCELHO DE BENAVENTE, INSERIDO NO NÚCLEO DE AÇÃO PRIORITÁRIA – SUINICULTURA	170
QUADRO 53 - PRODUTIVIDADE DOS SISTEMAS HIDROGEOLÓGICOS)	172
QUADRO 54 – CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA EXISTENTES NO CONCELHO DE BENAVENTE, QUE INTEGRAM A REDE DA QUALIDADE DA ÁGUA SUBTERRÂNEA DO SNIRH/INAG	173
QUADRO 55 – ENQUADRAMENTO DO CONCELHO DE BENAVENTE NAS ZONAS PROTEGIDAS DEFINIDAS PELA LEI DA ÁGUA.....	175
QUADRO 56 - CONSUMO DE ÁGUA POR HABITANTE (M3/HAB.), EM BENAVENTE, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2001 E 2005 ..	176
QUADRO 57 - CARACTERIZAÇÃO DA ESTAÇÃO DE MONITORIZAÇÃO DA CHAMUSCA INSERIDA NA REDE DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DO AR.....	180
QUADRO 58 - NÚMERO DE DIAS ASSOCIADO AOS ÍNDICES DE QUALIDADE DO AR DO DA ZONA VALE DO TEJO E OESTE, NO PERÍODO CORRESPONDENTE A 2008	180
QUADRO 59 – VALORES MÉDIOS ANUAIS (BASE HORÁRIA) DOS PARÂMETROS DE QUALIDADE DO AR, REGISTRADOS NA ESTAÇÃO DE MONITORIZAÇÃO DA CHAMUSCA, EM 2009.	180
QUADRO 60 – NÚMERO DE EXCEDÊNCIAS PARA OS PARÂMETROS DE QUALIDADE DO AR, NA ESTAÇÃO DE MONITORIZAÇÃO DA CHAMUSCA, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2005 E 2009.....	181
QUADRO 61 – CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, NO CONCELHO DE BENAVENTE, POR SETOR DE ATIVIDADE EM 2009.....	182
QUADRO 62 - AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE NOS INDICADORES ESTABELECIDOS PARA O DOMÍNIO: QUALIDADE AMBIENTAL.....	185
QUADRO 63 - CONTRIBUIÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE DO QRE, NO ÂMBITO DO DOMÍNIO – QUALIDADE AMBIENTAL	189
QUADRO 64 - OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM AO NÍVEL DO DOMÍNIO – QUALIDADE AMBIENTAL.....	193
QUADRO 65 – ANÁLISE SWOT NO ÂMBITO DO DOMÍNIO – PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....	206
QUADRO 66 – IMÓVEIS CLASSIFICADOS SEGUNDO O IGESPAR	206
QUADRO 67 – INVENTÁRIO DA DIREÇÃO GERAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS.....	207
QUADRO 68 – IMÓVEIS CONSIDERADOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.....	212
QUADRO 69 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS INVENTARIADOS.....	214
QUADRO 70 - AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE NOS INDICADORES ESTABELECIDOS PARA O DOMÍNIO – PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL	219
QUADRO 71 – RELAÇÃO DO DOMÍNIO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL COM O QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	221
QUADRO 72 – OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM NO QUE RESPEITA AO DOMÍNIO – PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL	223
QUADRO 73 – RELAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS DOMÍNIOS DE ANÁLISE CONSIDERADOS PARA O FCD: PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO DE RISCOS, COM OS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E PRINCIPAIS INDICADORES DE ANÁLISE ESTABELECIDOS.	229
QUADRO 74 - ANÁLISE SWOT NO ÂMBITO DO FCD – PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO DE RISCOS	231
QUADRO 75 - LOTEAMENTOS INDUSTRIAIS NO CONCELHO DE BENAVENTE, S	244
QUADRO 76 - UNIDADES INDUSTRIAIS/EMPRESARIAS INSTALADAS NOS LOTEAMENTOS INDUSTRIAIS DE BENAVENTE.....	244
QUADRO 77 - AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE NOS INDICADORES ESTABELECIDOS PARA O FCD – PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO DOS RISCOS.....	247
QUADRO 78 - CONTRIBUIÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE DO QRE, NO ÂMBITO DO FCD – PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO DE RISCOS.....	251
QUADRO 79 - OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE NO QUE RESPEITA AO FCD – PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO DE RISCOS	254
QUADRO 80 – RELAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS DOMÍNIOS DE ANÁLISE CONSIDERADOS PARA O FCD: AGENTES DE DESENVOLVIMENTO, COM OS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E PRINCIPAIS INDICADORES ESTABELECIDOS.	263
QUADRO 81 - ANÁLISE SWOT NO ÂMBITO DO FCD – AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	264

QUADRO 82 - AGENTES DE DESENVOLVIMENTO POR TIPOLOGIA COM INTERVENÇÃO NO CONCELHO DE BENAVENTE	265
QUADRO 83 - TAXAS DE ABSTENÇÃO POR ATO ELEITORAL PARA O CONCELHO DE BENAVENTE	266
QUADRO 84 - AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE NOS INDICADORES ESTABELECIDOS PARA O FCD – AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	268
QUADRO 85 - CONTRIBUIÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE DO QRE, NO ÂMBITO DO FCD – AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	270
QUADRO 86 - OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE NO QUE RESPEITA AO FCD – AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	272
QUADRO 87 – QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO	274
QUADRO 88 – ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO: INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE, MEDIDAS DE GESTÃO AMBIENTAL E AÇÕES A DESENVOLVER.	277
QUADRO 89 – PLANO DE CONTROLO: INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE FACE A METAS ESTABELECIDAS EM DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS.....	291

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA EM DIAGRAMA DE VENN DA DEFINIÇÃO DOS FCD	23
FIGURA 2 – PIRÂMIDES ETÁRIAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM BENAVENTE (2001 E 2011)	45
FIGURA 3 – POPULAÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS NOS CONCELHOS DA LEZÍRIA DO TEJO	45
FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE	46
FIGURA 5 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO COM MAIS DE 15 ANOS	47
FIGURA 6 – POPULAÇÃO RESIDENTE, COM ATIVIDADE ECONÓMICA, EMPREGADA SEGUNDO A SITUAÇÃO NA PROFISSÃO E DESEMPREGADA EM SENTIDO LATO	50
FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	50
FIGURA 8 - NOVAS VIAS RODOVIÁRIAS PREVISTAS.....	87
FIGURA 9 – HIERARQUIA VIÁRIA – FREGUESIA DE BENAVENTE	88
FIGURA 10 – ÁREAS QUE INTEGRAM O SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS (SNAC) COM ABRANGÊNCIA SOBRE O TERRITÓRIO CONCELHIO DE BENAVENTE (FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DO ICNB).....	138
FIGURA 11 - LOCALIZAÇÃO DA ARDEA PURPUREA NA ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO ESTUÁRIO DO TEJO (FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DO ICNB).....	141
FIGURA 12 – LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DA RIBEIRA DE SANTO ESTEVÃO, LOCALIZADA NO CONCELHO DE BENAVENTE.....	167
FIGURA 13 – CLASSIFICAÇÃO DISPONÍVEL PARA A ESTAÇÃO DE MONITORIZAÇÃO DE SANTO ESTEVÃO, ENTRE 1995 E 2009	168
FIGURA 14 – REDE DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DO AR EXISTENTE EM PORTUGAL	179
FIGURA 15 - ESPAÇO AGRÍCOLA E FLORESTAL DO CONCELHO DE BENAVENTE	232
FIGURA 16 - MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL NO MUNICÍPIO DE BENAVENTE	234
FIGURA 17 - MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL NO MUNICÍPIO DE BENAVENTE	235
FIGURA 18 - MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL NO MUNICÍPIO DE BENAVENTE	236
FIGURA 19 - CARTA DE DECLIVES DO CONCELHO DE BENAVENTE	238
FIGURA 20 - REDE HIDROGRÁFICA DO CONCELHO DE BENAVENTE	239
FIGURA 21 - ZONAS AMEAÇADAS POR CHEIAS NO CONCELHO DE BENAVENTE	241
FIGURA 22 - LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS NO CONCELHO DE BENAVENTE	243
FIGURA 23 - ESQUEMA CONCEPTUAL DAS ETAPAS QUE CONSTITUEM O PLANO DE CONTROLO DA FASE DE SEGUIMENTO.	276

LISTA DE ACRÓNIMOS

AAE	AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
ABLGVFX	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA LEZÍRIA GRANDE DE VILA FRANCA DE XIRA
APL	ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA
ARH	ADMINISTRAÇÕES DE REGIÃO HIDROGRÁFICA
CL	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS
DGADR	DIREÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
DGPA	DIREÇÃO GERAL DAS PESCAS E AQUICULTURA
DGRF	DIREÇÃO GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS
DRAPLVT	DIREÇÃO REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO
EDP	ENERGIAS DE PORTUGAL
EEM	ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL
ENCNB	ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE
ENDS	ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ENE	ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA
FA	FATORES AMBIENTAIS
FCD	FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO
ICNB	INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE
IGT	INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL
INAG	INSTITUTO DA ÁGUA
ISA	INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA
OURIVÁRZEA	ORIZICULTORES DA VÁRZEA DE SAMORA E BENAVENTE
PBH – RIO TEJO	PLANO BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TEJO
PDM	PLANO DIRETOR MUNICIPAL
PDI-LVT	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA LEZÍRIA DO VALE DO TEJO
PEAASAR II	PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS II
PENT	PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO
PEPS	PROPOSTA PARA A ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO DOS SOLOS
PERSU II	PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
PESGRI	PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS
PG-ZPE – ESTUÁRIO DO TEJO	PLANO DE GESTÃO DA ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL ESTUÁRIO DO TEJO
PMDFCI – BENAVENTE	PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA E COMBATE A INCÊNDIO DE BENAVENTE
PMOT	PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
PNA	PLANO NACIONAL DA ÁGUA
PNAAS	PLANO NACIONAL DE AÇÃO AMBIENTE E SAÚDE
PNAC	PLANO NACIONAL DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
PNPOT	PROGRAMA NACIONAL DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
PNUEA	PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA
PORNET	PLANO DE ORDENAMENTO DA RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO
PRN - 2000	PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL 2000
PROT- AML	PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
PROT - OVT	PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE OESTE E VALE DO TEJO
PROF - RIBATEJO	PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO RIBATEJO
PROT -	PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO
PSRN 2000	PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000
QRE	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO
QE	QUESTÕES ESTRATÉGICAS
QUERCUS	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
RA	RELATÓRIO AMBIENTAL
RFC	RELATÓRIO DOS FATORES CRÍTICOS
REN	REDE ELÉTRICA NACIONAL
SPEA	SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES

1. INTRODUÇÃO

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de planos e programas é um procedimento obrigatório em Portugal e um instrumento da política de ambiente cuja obrigatoriedade de aplicação decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

A adaptação do regime de avaliação ambiental aos Instrumentos de Gestão Territorial, surge no quadro legislativo nacional com a publicação do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, por sua vez alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, incorporando a análise sistemática dos efeitos ambientais nos procedimentos de elaboração, alteração, revisão, assim como no acompanhamento, participação pública e aprovação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

O procedimento de AAE, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, consiste na *“...identificação, descrição e avaliação dos eventuais impactes significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração de um plano ou programa e antes do mesmo ser aprovado ou submetido ao procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na ponderação da decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final”*.

A Avaliação Ambiental Estratégica visa estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, designadamente instrumentos de gestão territorial, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

A Avaliação Ambiental Estratégica tem como objetivos globais (APA, 2007):

- Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de políticas;
- Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

O presente Relatório Ambiental constitui um importante contributo do processo de AAE para a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Benavente concretizando a recomendação exposta no Artigo 5.º da Diretiva 2001/42/CE (com transposição no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho) “*sempre que seja necessário proceder a uma avaliação ambiental, deve ser elaborado um relatório ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos*”.

O relatório ambiental deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano ou do programa e a sua posição no processo de tomada de decisões.

No presente caso, a integração de aspetos que visam garantir a sustentabilidade ambiental da proposta de revisão do PDM de Benavente efetua-se essencialmente numa fase avançada da AAE, após análise dos efeitos esperados sobre a concretização das opções do Plano, através da indicação de diretrizes de seguimento e da especificação de medidas e ações que integram o Plano de Controlo no Relatório Ambiental.

Em termos estruturais, o presente relatório apresenta no Capítulo 2 a identificação do objeto de avaliação do presente estudo, as alternativas à proposta de revisão do Plano, assim como o respetivo enquadramento legal e o enquadramento da proposta (tendo em conta os instrumentos de gestão territorial), com a definição das opções estratégicas e dos respetivos objetivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do PDM de Benavente.

O Capítulo 3 destaca os aspetos metodológicos associados ao presente processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

O resultado dos pareceres emitidos aquando da apresentação do Relatório de Fatores Críticos às entidades com responsabilidade no processo, encontram-se identificados no Capítulo 4, relativo à Consulta Pública.

No Capítulo 5 é apresentado o Quadro de Referência Estratégico (QRE) definido no âmbito da elaboração do RFC, a sua relação com as opções estratégicas definidas no âmbito da proposta de revisão do PDM de Benavente, e ainda a relação entre os Fatores Críticos de Decisão (FCD) definidos e os Fatores Ambientais. Neste capítulo é ainda efetuada a avaliação de cada um dos FCD, tendo em consideração a situação existente, a análise das principais tendências, os efeitos esperados, as oportunidades e ameaças e as diretrizes de seguimento.

No Capítulo 6 apresenta-se o Quadro de Governança para a Ação, com indicação das principais entidades/agentes intervenientes com responsabilidade em todo o processo.

O Capítulo 7 contempla as orientações para a implementação de um Plano de Controlo, a ter em consideração pela autarquia no desenvolvimento do PDM, onde se apresenta uma síntese dos aspetos mais importantes identificados no âmbito desta AAE.

O Capítulo 8 identifica as questões relacionadas com a Participação Pública, no âmbito da presente Avaliação Ambiental Estratégica.

2. OBJETO DE AVALIAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO

2.1. OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto da presente avaliação ambiental estratégica consubstancia-se na Proposta de **Revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente**.

O Plano Diretor Municipal de Benavente (PDMB) é um instrumento de gestão do território de âmbito municipal, integrado nos planos municipais de ordenamento do território, também designados por PMOT.

De acordo com o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT) os PMOT *“concretizam, para uma determinada área do território municipal, a política de ordenamento do território e de urbanismo, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a estrutura urbana, o regime de uso do solo e os critérios de transformação do território”*.

O Plano Diretor Municipal de Benavente (elaborado entre 1991 e 1995) foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/95, de 7 de dezembro de 1995 e sofreu, entretanto, três alterações e uma suspensão parcial:

- Alteração de pormenor aprovada em Assembleia Municipal e publicada em Diário da República de 18-06-1998 (Declaração n.º 207/98)
- Alteração de âmbito limitado, aprovada em Assembleia Municipal e publicada em Diário da República de 10-05-2000 (Declaração n.º 146/2000)
- Alteração sujeita a regime procedimental simplificado aprovada em Assembleia Municipal e publicada em Diário da República de 25-09-2001 (Declaração n.º 223/2001)
- Suspensão parcial do PDM e estabelecimento de Medidas Preventivas, aprovada em Assembleia Municipal, em 30 de abril de 2003

Estas alterações evidenciam já uma dinâmica real, que apontam para a necessidade de um plano diretor mais operativo. As grandes dinâmicas de transformação do território decorrentes da construção do Novo Aeroporto de Lisboa, TGV, A-10 e A-13 são, de facto, fatores estruturantes e com fortíssimas capacidades de produzir efeitos multiplicadores. O plano diretor municipal tem, portanto, de se preparar para absorver esses efeitos, de uma forma sustentável.

Nos termos da informação constante no relatório do Plano e do ponto de vista da Estrutura de Ordenamento, há que enquadrá-la na filosofia do Decreto-Lei n.º 380/99, com a sua nova redação, o que implica repensar uma nova classificação das diferentes classes de espaço.

Neste contexto, o relatório do plano aponta, como ponto de partida, os princípios de abordagem e a necessária simplificação da estrutura quer espacial quer regulamentar, a saber:

- *“A necessidade de tratar o Solo urbano e urbanizável de uma forma menos pormenorizada quer ao nível da representação gráfica quer ao nível da estrutura regulamentar. No entanto esforço de aprofundamento dos estudos deve valorizar o desenho da estrutura dos principais aglomerados, definindo a estrutura de vias e arruamentos essenciais e estruturadores, bem como identificar os espaços essenciais na relação com a estrutura ecológica;*
- *Nesse aspeto é relevante um tratamento diferente para os verdes agrícolas e o industrial urbano, que integram o perímetro urbano, no plano em vigor.*
- *A nível da edificabilidade nas áreas exteriores ao perímetro urbano, desde que não conflituem com as condicionantes em vigor, deve-se, também, procurar uma solução mais equilibrada quanto às dimensões da propriedade, e da forma como se enquadram essas pretensões no novo quadro legal;*
- *Ainda ligado ao ponto anterior surge o problema dos Foros e da possibilidade de fracionamento da propriedade. De facto a situação, comparativamente aos empreendimentos turísticos, revela alguma desigualdade de tratamento. Por isso é importante encontrar um ponto de equilíbrio que permita responder às aspirações dos seus habitantes, mas não coloque em causa as características e singularidades desses núcleos.*
- *Relativamente à estrutura viária e à alteração dos traçados, importa referir que o novo traçado da A-13 elimina o efeito de variante à EN-118, que a anterior IC-3 parecia desempenhar. Com a A-10 e o fecho de ligação CREL-A2 a pressionar o território e as possíveis dinâmicas emergentes, surge mais uma vez, como pertinente, a questão da variante à EN-118.*
- *Embora o Sistema Natural ou o “não construído” represente a parte mais significativa do território, será importante que o plano diretor municipal enquadre, ao nível da sua estrutura espacial, a vocação para a prática de atividades de Lazer e de Recreio, ou mesmo atividades ligadas a formas de turismo sustentável, que afirmem todo o território como o verdadeiro pulmão da Área Metropolitana de Lisboa.*
- *Os espaços turísticos representados e com projeto em curso, têm revelado mais a componente imobiliária associada à segunda habitação, que qualquer outra aposta.*

Importa, assim, para que essa aposta seja ganha, que a conclusão dos empreendimentos seja efetiva, se instalem os programas de equipamentos “âncora” e a capacidade hoteleira previstos.

- *Do ponto de vista da EN-10 e mesmo da EN-118, é importante que se repensem os seus perfis e se procurem alternativas. De facto, a A-13 dificilmente constituirá uma alternativa à EN-118, pelo que o desenho e a reserva do canal para possíveis variantes são estrategicamente importantes.*
- *A nível do ordenamento urbano é importante a estruturação dos aglomerados urbanos em especial no Centro Urbano Benavente / Samora Correia. É, também, importante, assumir como prioritária a definição de uma estrutura urbana clara e legível, de uma rede de espaços públicos e de equipamentos atrativa e de uma imagem do edificado que garanta uma certa singularidade... porque os sítios são, de facto... únicos”.*

A um nível mais específico o relatório aponta, ainda, um conjunto de propostas:

- *“A redefinição de espaços urbanos, ponderando, quer a consolidação da malha existente, quer as tendências de expansão e a sua articulação com as redes de infraestruturas e equipamentos coletivos;*
- *A criação de vias “descongestionantes” nos principais aglomerados urbanos;*
- *A “individualização” das áreas industriais;*
- *A requalificação das zonas ribeirinhas;*
- *A preservação do equilíbrio ambiental através da definição de espaços afetos à Estrutura Ecológica;*
- *A regulamentação do solo rural, bem como dos designados “Espaços Turísticos”, tendo em vista a preservação das suas características naturais;*
- *A integração das opções de estratégia de desenvolvimento e de ordenamento de âmbito nacional e regional, nomeadamente das infraestruturas rodoviárias previstas e das zonas especiais de conservação em perspetiva;*
- *A definição de critérios suficientemente flexíveis, que permitam acolher o desenvolvimento do concelho sem comprometer o equilíbrio funcional”.*

A redefinição dos parâmetros urbanísticos e do regime de uso do solo através da sua reclassificação e requalificação, para além do reajustar das unidades operativas de planeamento e gestão para efeitos de programação da sua execução, estabelecendo os respetivos objetivos, constituem um desafio associado à revisão do PDM de Benavente.

Acresce, ainda, a necessidade de equacionar os perímetros urbanos e as classes de solo em que estes se subdividem, interpretando-os e redefinindo-os de acordo com o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Contudo, a aposta e o principal desafio é garantir uma ferramenta para o ordenamento integrado e sustentável, implicando, nos atuais contextos:

- *“Programar a execução do plano e das áreas programadas pelo plano;*
- *Definir uma política municipal de solos que garanta alternativas quando, no âmbito da gestão urbanística, se tem de dizer “não”;*
- *Assumir mecanismos de redistribuição de benefícios e encargos resultantes do plano;*
- *Assumir uma atitude positiva face ao plano e fazer com que as coisas aconteçam... não deixando, apenas, aos privados, a responsabilidade da ação e da concretização;*
- *Assumir uma atitude de proximidade negocial com os promotores, dando-lhes espaço para as suas intervenções (investimentos), mas exigindo-lhes a concretização de formas e estruturas urbanas de, efetivo, interesse público”.*

Constitui ainda objetivo da revisão do PDM promover um equilíbrio entre as expectativas e estratégias de desenvolvimento municipal e as orientações contidas nos principais documentos orientadores para a definição de opções de política de âmbito nacional como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), ou de âmbito supra-municipal como o PROT-AML (apesar da não integração do Concelho de Benavente na Área Metropolitana de Lisboa, encontra-se sob sua influência), o PROT - Oeste e Vale do Tejo, que impõem referenciais e dinâmicas de desenvolvimento.

Neste contexto, e reconhecendo os elementos de força do território concelhio como a Identidade/Estrutura Biofísica, a Qualificação/Estruturação Urbana, o Turismo, a Atratividade Económica, a Acessibilidade/Mobilidade e a Identidade/História e Memória, é promovida a elaboração da proposta de revisão do PDM, suportada pela conceção de um modelo estratégico de desenvolvimento para o Concelho.

No relatório do Plano, no capítulo denominado “Bases para a definição de uma estratégia” encontram-se identificados os determinantes do modelo estratégico de desenvolvimento centrados em quatro componentes, que deverão ser desenvolvidas sob o desafio da Sustentabilidade, Competitividade e Coesão Social:

- Desenvolvimento do Ambiente Urbano;
- Desenvolvimento da Base Económica Empresarial;
- Desenvolvimento Ambiental / Natural;
- Desenvolvimento do Setor do Turismo, Lazer e Recreio.

Estas componentes do modelo de desenvolvimento estratégico para o Concelho estiveram na base da definição das seguintes Opções Estratégicas, definidas em sede de AAE:

- REESTRUTURAR E QUALIFICAR A REDE URBANA MUNICIPAL;
- FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE ECONÓMICA / EMPRESARIAL;
- GARANTIR A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA PAISAGEM E DO SISTEMA NATURAL – ELEMENTO ESTRUTURANTE DO TERRITÓRIO BEM COMO DO PATRIMÓNIO CULTURAL EXISTENTE;
- DESENVOLVER SUSTENTADAMENTE O SETOR DO TURISMO E “CONSTRUIR UM TERRITÓRIO DE LAZER”.

Ancorado no modelo de desenvolvimento proposto, foram ainda definidos os objetivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, também identificados nos elementos que acompanham a proposta de revisão, designadamente no relatório do plano.

O Quadro 1 estabelece a relação entre as opções estratégicas definidas para o Plano e os respetivos objetivos estratégicos.

Quadro 1 – Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Benavente (Fonte: relatório que serve de base à proposta de revisão do plano, Capítulo 5 “Bases para a definição de uma estratégia”)

OPÇÕES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BENAVENTE	
Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos
REESTRUTURAR E QUALIFICAR A REDE URBANA MUNICIPAL (Coesão Social)	<ul style="list-style-type: none"> - Transformar os territórios, criando regulamentação urbana de raiz - Promover a inclusão social, principalmente dos grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos e deficientes - Estruturar o território urbano – Revitalizar o centro, qualificar a periferia – polinucleado <ul style="list-style-type: none"> • Reabilitar e revitalizar as zonas antigas • Estruturar as segundas coroas • Estudar ofertas diferenciadas de espaços urbano-residenciais com fim de atrair um leque diversificado de população potencial, garantindo altos índices de habitabilidade, urbanidade e ruralidade • Apostar nos usos públicos enquanto motores da qualidade urbana • Promover o reequilíbrio funcional – minimizar efeitos negativos da proximidade entre funções díspares (habitação e indústria) ou entre esta e o meio natural • Promover uma política de requalificação do edificado, com a participação da população • Afirmar o sistema biofísico como estruturante e estruturador da organização territorial - Reforçar as mobilidades internas e externas, com a melhoria das condições de segurança, de circulação e ambientais – a mobilidade como sustentáculo da posição metropolitana <ul style="list-style-type: none"> • Modernizar e Reestruturar da rede de transportes públicos

OPÇÕES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BENAVENTE	
Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos
<p>FORTALECER E DIVERSIFICAR BASE ECONÓMICA/ EMPRESARIAL</p> <p>(Competitividade)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar canais de mobilidade de distribuição entre sedes de freguesia e com o exterior • Resolução do trânsito de atravessamento do interior da sede do concelho • Criar uma malha urbana coerente de estruturação dos aglomerados <p>- Criar e estruturar uma rede qualificada de espaços de encontro e socialização, integrando espaços naturais complementares, salvaguardando a identidade dos lugares</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar os espaços públicos – percursos de ligação em rede (Programar o tratamento dos largos, praças e jardins urbanos e criar percursos pedonais de ligação e relação entre eles e Potenciar a criação de espaços de enquadramento aos equipamentos, como praças ou jardins onde possam ocorrer acontecimentos socializantes) • Valorizar a Estrutura Ecológica Municipal, entendendo-a como instrumento capaz de preservar e valorizar o património natural do concelho, promovendo a sua ligação ao património construído, nomeadamente aglomerados com características de interesse para o registo histórico do povoamento, mas também capaz de garantir a qualidade ambiental dos espaços urbanos e a sua articulação com os espaços rurais • Valorizar elementos naturais no interior e na envolvente dos aglomerados - espaços de ligação ao território rural (Dar continuidade às intervenções de qualificação das frentes ribeirinhas; Garantir a defesa e o tratamento paisagístico das linhas de água que atravessam os aglomerados; Definir percursos de interesse paisagístico; Recuperar e reconverter para usos atrativos antigas estruturas agrícolas e assim permitir um maior contacto com sítios de interesse; Estabelecer protocolos que permitam pensar em instalar centros de educação e informação ambiental e Incentivar promotores ou entidades (por exemplo a Companhia das Lezírias) a apostarem em formas de turismo da natureza ou ecoturismo) • Nas freguesias mais dinâmicas torna-se relevante assegurar a qualidade dos espaços públicos e de lazer, numa concertação entre promotores e poder local <p>- Melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos.</p> <p>- Reforçar articulações funcionais a nível regional apostando na especialização – Benavente como interface entre a AML e o território nacional/internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articulação com a perspetiva do futuro traçado TGV/Implementação dos traçados alternativos de transporte público • Qualificar a imagem das zonas de localização empresarial existentes (Assumir a imagem das zonas industriais como preocupação, por operações de desenho urbano; Programar a instalação de equipamentos e serviços de apoio empresarial; Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicações e partilha e troca de informação; Definir a rede viária estruturante e clarificar a forma como se relaciona com a rede municipal) • Planejar os espaços e os eixos preferenciais de localização empresarial (Potenciar os espaços de proximidade com os nós da A-10 e A-13; Apostar na imagem atrativa destas zonas como zonas empresariais de excelência; Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicações e partilha e troca de informação; Oferecer espaços públicos e espaços verdes qualificados e um programa de serviços e equipamentos de apoio atrativo; Apostar nos serviços terciários qualificados em especial ensino superior e empresas de base tecnológica como âncoras possíveis) • Apostar na atração de atividades qualificadas que tirem partido do quadro locativo existente – interface AML (Oferecer espaços apropriados para a Logística em especial ao longo dos eixos da EN-10 e da EN-118; Explorar possibilidade de instalar Serviços especializados de apoio às atividades existentes no domínio da investigação; Procurar incentivar uma forte relação entre o Polo da Universidade Lusófona previsto para Santo Estêvão e a base económica local; Programar e capitalizar a presença de uma unidade de ensino universitário como fator de localização capaz de fixar e atrair um tecido empresarial mais qualificado) • Monitorização da indústria extrativa • Procurar oferecer espaços empresariais atrativos e qualificados, “amigos e compatíveis” com o ambiente <p>- Desenvolver e modernizar a atividade agrícola, florestal e de produção animal – produtos de qualidade, certificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificação da atividade agrícola e Preservação florestal (Apostar na produção

OPÇÕES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BENAVENTE	
Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos
	<p>de produtos de excelência e criar uma Imagem de Marca; Certificar produtos de qualidade; Divulgar e Promover a nível regional e nacional produtos locais – rotas temáticas; Incentivar a florestação com espécies autóctones e de maior valor – sobreiro, pinheiro manso)</p> <ul style="list-style-type: none"> Fomentar a Agropecuária, uma atividade de referência, sendo a sua imagem de marca ligada ao cavalo, para além de existirem explorações de outras espécies animais <p>- Oferecer espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais que disponham de uma imagem e estrutura qualificadas e de todas as infraestruturas disponíveis ambientais e tecnológicas, com vista à promoção da eco-eficiência e da sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios.</p> <p>oferecer espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais que disponham de uma imagem e estrutura qualificadas e de todas as infraestruturas disponíveis ambientais e tecnológicas, com vista à promoção da eco-eficiência e da sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios.</p>
<p>QUALIDADE DA PAISAGEM E DO SISTEMA NATURAL – ELEMENTO ESTRUTURANTE DO TERRITÓRIO METROPOLITANO BEM COMO DO PATRIMÓNIO CULTURAL EXISTENTE</p> <p>(Sustentabilidade)</p>	<p>- Manter o equilíbrio entre o território e a ocupação humana</p> <p>- Assegurar o equilíbrio entre as potencialidades naturais e a atividade humana</p> <ul style="list-style-type: none"> Adequar as novas infraestruturas necessárias à capacidade de carga do território Qualificar as práticas agrícolas e pecuárias para não gerarem impactos no ambiente <p>- Integrar e Valorizar o sistema natural no meio urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> Considerar espaços biofisicamente sensíveis, identificando áreas prioritárias para a conservação (Espaços controlados por regras de sustentabilidade que garantam o funcionamento dos sistemas naturais) Defender o equilíbrio ambiental do espaço urbano e Promover a socialização do meio urbano – espaços de usufruto público (Zelar pela proteção e tratamento das linhas de água – prevenção de risco de cheias; Definir a Rede de percursos de ligação entre espaço urbano e sistema natural – Guia dos percursos temáticos do concelho) <p>- Garantir a sustentabilidade dos usos de água e salvaguardar o estado das massas de água.</p>
<p>DESENVOLVER SUSTENTADAMENTE O SETOR DO TURISMO E “CONSTRUIR UM TERRITÓRIO DO LAZER”</p> <p>(Sustentabilidade)</p>	<p>- Valorizar e integrar programas emergentes, turismo temático – hipismo, golfe</p> <ul style="list-style-type: none"> Tirar partido das singularidades e qualidade ambiental do concelho Qualificar intervenções valorizando sinergias existentes (Criar rotas regionais apoiadas em setores chave – ganadareias, coudelarias, gastronomia, recursos naturais; Criar infraestruturas de suporte – alojamentos, restauração, equipamentos) <p>- Desenvolver novas Redes Turismo de forte relação com a Natureza, integradoras das especificidades do Concelho como a Gastronomia, o mundo equestre, o interesse paisagístico, os acontecimentos ou mesmo, a requalificação de antigas quintas</p> <ul style="list-style-type: none"> Criar novos interesses e atração de novos públicos para acontecimentos e atividades desenvolvidas em torno das especificidades e do sistema biofísico local (tirando partido do Rio Sorraia, do Tejo, e dos Pauis de Belmonte e Trejoito) Assumir o Turismo da Natureza e o Lazer como elementos centrais da estratégia de desenvolvimento municipal <p>- Gerir a procura do território como espaço de lazer e recreio</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover uma oferta turística diversificada – turismo tradicional, ecoturismo, turismo natureza (Estabelecer parcerias para explorar o setor do Ecoturismo, Turismo da natureza e aventura, e educação e sensibilização ambiental) Implantação de campos de golf e “resorts” múltiplos, de forma a conseguir o efeito de escala para o sucesso turístico e implementação de empreendimentos turísticos que representem um benefício em termos de ordenamento do território, da sustentabilidade ambiental e natural. Garantir a manutenção do carácter da paisagem nas novas intervenções de cariz turístico Preservar as características autóctones – imagens de marca e símbolo de marketing

2.2. ALTERNATIVAS À PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE

A revisão do PDM de Benavente encontra-se suportada por um vasto conjunto de estudos de suporte dos quais se destacam o “*Relatório de Fundamentação das Opções do Plano*” e os “*Estudos de Caracterização Territorial*”. Os estudos referidos apresentam, caracterizam e analisam o território, demonstrando as evoluções das diferentes dinâmicas e perspetivando o desenvolvimento futuro das mesmas.

A proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente “*implica a adoção de um novo Modelo Estratégico de Desenvolvimento mas, também, a adoção de um novo Modelo de Ordenamento, que traduza e reflita esse Modelo Estratégico e o posicionamento municipal. Se o Modelo Estratégico de Desenvolvimento integrará as estratégias, as prioridades e as orientações políticas municipais na condução do processo de desenvolvimento municipal, o Modelo de Ordenamento implicará, naturalmente, a introdução de alterações à classificação atual solo*” (Relatório de Fundamentação).

Como apresentado nos documentos que suportam a revisão do PDM, “*O desenho do modelo estratégico de desenvolvimento, tem como preocupações fundamentais ir ao encontro dos princípios desenvolvidos pelo EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (1999) que aponta a coesão económica e social, a preservação do património cultural e natural e a competitividade mais equilibrada do território como objetivos chave do ordenamento do território*” tendo sido estes os vetores para a definição da estratégia de desenvolvimento agora apresentada

Pelo exposto, e pela análise exaustiva, argumentação e justificações apresentadas nos diferentes documentos que suportam a revisão do PDM de Benavente não foram consideradas alternativas à estratégia proposta considerando-se que a mesma responde às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento do território.

2.3. ENQUADRAMENTO LEGAL PARA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE

O Plano Diretor Municipal de Benavente constitui um instrumento de gestão do território de âmbito municipal, integrado nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, para os quais o quadro legislativo nacional prevê a aplicação de Avaliação Ambiental Estratégica.

O Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, procedeu à adaptação do regime de avaliação ambiental, aos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), incorporando a análise sistemática dos efeitos ambientais dos planos, nos respetivos procedimentos de elaboração, alteração e revisão.

De acordo com o referido diploma, que define o regime jurídico dos IGT, a avaliação ambiental estratégica nos PMOT deve reger-se pelo constante do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro), e ainda, subsidiariamente, pelo disposto no Decreto-Lei n.º 232/2008, de 15 de junho.

Neste contexto, a proposta de revisão do PDM de Benavente encontra-se sujeita a AAE uma vez que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas para a totalidade do território municipal (artigo 85.º e alínea c) do n.º 2 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro), presumindo-se por isso que produz efeitos significativos no ambiente (DGOTDU, 2008), e ainda conjugado com a alínea a), n.º 1, artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Tomando em consideração os aspetos mencionados, a Câmara Municipal de Benavente submete a proposta de revisão do seu Plano Diretor Municipal ao processo de avaliação ambiental estratégica.

3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

A AAE de Planos Municipais de Ordenamento do Território deve identificar, descrever e avaliar eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes do Plano, e deve ser entendida como um procedimento contínuo e sistemático de avaliação da sustentabilidade ambiental, integrado no procedimento de elaboração dos planos. A AAE visa garantir que os efeitos ambientais das soluções adotadas no plano sejam tomados em consideração durante a sua elaboração e em momento prévio à respetiva aprovação.

De uma forma geral, o processo da AAE desenvolve-se em diversos momentos, com recurso a metodologias próprias, e articulados entre si, destacando-se:

- A definição do âmbito e do alcance da avaliação ambiental (integra o Relatório de Fatores Críticos);
- A análise e avaliação ambiental dos objetivos estratégicos do PDM de Benavente (integra o Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico);
- A elaboração da Declaração Ambiental;
- Acompanhamento da execução do Plano e Monitorização da AAE.

Cada fase da AAE deve ser articulada com as diferentes fases do processo de elaboração da proposta do plano e com as respetivas metodologias técnicas.

A metodologia utilizada no presente Relatório Ambiental seguiu as linhas de orientação presentes no “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2007), e no documento de Orientação elaborado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano intitulado “Guia da Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008).

DEFINIÇÃO DO ÂMBITO E DO ALCANCE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O processo de AAE da proposta de revisão do PDM de Benavente inicia-se com a determinação dos Fatores Críticos de Decisão. Em termos metodológicos a fase de delimitação do âmbito e do alcance deve coincidir com a atividade inicial de caracterização e diagnóstico do processo de planeamento, prevendo as seguintes iniciativas:

- Identificação de condicionalismos à ocupação, utilização e transformação do solo e justificação dos principais objetivos estratégicos do instrumento de gestão territorial;

- Construção do quadro de referência relativo a outros planos e programas com os quais o PDM se deva compatibilizar;
- Reconhecimento dos problemas, ameaças e oportunidades em função do enquadramento territorial existente e dos objetivos estratégicos do Plano;
- Definição dos objetivos de desenvolvimento tendo em consideração a avaliação de impactes de todas as intervenções que se pretendem concretizar na área do Plano;
- Fixação das prioridades e das estratégias territoriais;
- Definição de uma estratégia em função das opções de desenvolvimento consideradas adequadas;
- Seleção dos fatores ambientais relevantes, com base nos elementos de diagnóstico que suportam a elaboração do plano, na legislação e informação de base aplicável e em indicadores de referência;
- Identificação e caracterização das questões ou domínios que devam ser avaliados, em matéria de sustentabilidade ambiental, recorrendo a indicadores.

No processo de AAE, o momento de definição do âmbito implica:

- a determinação do âmbito da avaliação ambiental a realizar, através do processo de análise que permite identificar os Fatores Críticos de Decisão e respetivos domínios de análise;
- a determinação do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental, através do estabelecimento de indicadores que permitam caracterizar a situação de referência e realizar um diagnóstico relativo a potenciais riscos ou oportunidades decorrentes dos efeitos esperados impostos pelas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente.

Os Fatores Críticos de Decisão constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE e identificam os aspetos que deverão ser considerados na tomada de decisão. O objetivo da definição dos FCD é assegurar a focagem da AAE, estabelecendo o alcance da avaliação de forma a perceber o enquadramento em que esta se realiza.

O estabelecimento dos FCD pressupõe a análise integrada dos seguintes elementos:

- Quadro de Referência Estratégico (QRE), contexto macropolítico nacional em matéria de ambiente e sustentabilidade;
- Questões Estratégicas Fundamentais, também designadas por Opções Estratégicas (QE), identificadas na proposta de plano com potenciais implicações ambientais;
- Fatores Ambientais (FA), pertinentes para a avaliação.

A determinação dos FCD resulta, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do **Quadro de Referência Estratégico** preconizado e as Opções estratégicas definidas na proposta de revisão do PDM de Benavente.

A análise de interação entre os objetivos dos instrumentos do **Quadro de Referência Estratégico** e as **Opções Estratégicas** determina o grau de convergência dos objetivos das opções estratégicas do PDM com os objetivos de ambiente e sustentabilidade preconizados nos instrumentos do QRE:

- Relação forte (evidencia que os objetivos do QRE se encontram contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM);
- Relação média (evidencia que os objetivos do QRE se encontram apenas parcialmente contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM);
- Relação fraca a nula (evidencia a existência de objetivos do QRE que não se encontram devidamente contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM);
- Não aplicável – na (evidencia que os objetivos do QRE não se aplicam às opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente).

Esta análise permite evidenciar as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguram como determinantes para integrarem os FCD que devem ser avaliados, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução do PDM de Benavente.

Da análise das relações existentes entre as duas componentes referidas (expressas nas tabelas anteriormente referidas), e da integração dos **Fatores Ambientais** (FA), definidos no quadro legislativo¹, e considerados importantes nesta avaliação, resultam os **Fatores Críticos de Decisão**, que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que servirão de base para a tomada de decisão (Figura 1).

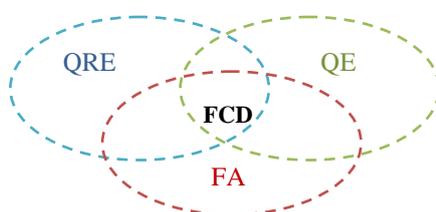


Figura 1 – Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD (adaptado de Partidário, 2007)

¹ Fatores ambientais definidos na alínea e) do n.º 1, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho

Definidos os FCD, identificam-se os domínios de avaliação, os objetivos de sustentabilidade e os indicadores associados a cada fator, que irão contribuir para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nas grandes opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente, facilitando a avaliação e contribuindo para uma tomada de decisão mais consciente e adequada.

Os domínios de avaliação refletem as questões pertinentes associadas a cada FCD e sustentam a estrutura que permite uma abordagem temática com maior enfoque em cada um dos domínios.

Para cada domínio de avaliação são indicados os objetivos de sustentabilidade, que deverão convergir para os objetivos preconizados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a proposta de revisão do PDM de Benavente. São ainda fixados indicadores que permitem suportar a análise prevista no Relatório Ambiental.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE

O presente relatório ambiental serve de base à **segunda fase do processo de AAE** da proposta de revisão do PDM de Benavente.

A metodologia de AAE adotada para a caracterização de cada um dos FCD definidos envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Análise da situação existente e das principais tendências;
- Análise dos efeitos esperados;
- Avaliação estratégica de oportunidades e riscos;
- Proposta de um programa de seguimento, com diretrizes para planeamento, monitorização e gestão;
- Estabelecimento de um quadro de governança para a ação;
- Estabelecimento de um plano de controlo para acompanhamento do processo.

Na **análise da situação existente e das principais tendências**, associada a cada um dos FCD, recorre-se a uma análise do tipo SWOT², pretendendo-se efetuar um **diagnóstico geral das características ambientais, patrimoniais e de ordenamento do território existentes no concelho**, identificando, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos que ocasionam um conjunto de oportunidades e ameaças.

² O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

No que se relaciona com a análise dos **efeitos esperados**, com o intuito de aferir de que forma a implementação da **proposta de revisão do PDM de Benavente** contribui para a concretização de metas e objetivos ambientais definidos nos diferentes instrumentos de referência considerados relevantes, realiza-se uma análise pormenorizada do Quadro de Referência Estratégico definido, que permite avaliar em que medida o objeto de estudo contribui ou conflitua com os objetivos delineados nos diferentes instrumentos estratégicos. São ainda identificadas as relações de contribuição (forte, fraca, nula ou não aplicável) dos objetivos inerentes à proposta de revisão do Plano, para a promoção de cada um dos indicadores definidos para os FCD.

A avaliação estratégica das principais **ameaças e oportunidades** é desenvolvida com o intuito de perceber de que forma a **proposta de revisão do PDM de Benavente** poderá ter impactos positivos ou negativos ao nível de cada um dos FCD definidos.

Com base nos indicadores definidos, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do PDM pode ter sobre estes, são identificadas **diretrizes de seguimento** (medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos e de monitorização) que constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita aos FCD definidos, e que melhor integram os princípios e objetivos de sustentabilidade.

O estabelecimento de um **quadro de governança** para a proposta de revisão do PDM de Benavente permite identificar as entidades e os agentes que se considera terem um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura alteração do PDM, garantindo o cumprimento dos objetivos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Para o estabelecimento das orientações para a implementação de um **plano de controlo**, identificam-se indicadores de sustentabilidade, medidas de gestão ambiental a adotar e o posicionamento do município de Benavente face a metas estabelecidas em documentos estratégicos. A execução deste plano é crucial para acompanhar o ciclo de planeamento e programação, servindo para monitorizar as diferentes fases da revisão do PDM de Benavente.

ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Do processo de AAE resulta uma **declaração ambiental**, elaborada pela entidade responsável pela elaboração do Plano (no presente caso a Câmara Municipal de Benavente) que reflete a forma como as considerações ambientais foram tidas em consideração durante a preparação e elaboração do Plano, incorporando o plano e as medidas de controlo. Esta declaração deverá conter:

- Uma síntese relativa às considerações ambientais do relatório ambiental que foram integradas no plano;
- As observações apresentadas pelas entidades consultadas na discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
- As razões que fundaram a aprovação do PMOT à luz de outras alternativas razoáveis, abordadas aquando da respetiva elaboração (se aplicável);
- As medidas de controlo previstas.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO E MONITORIZAÇÃO DA AAE

Numa fase posterior, a Câmara Municipal de Benavente deverá **avaliar e controlar os efeitos significativos do ambiente decorrentes da aplicação / execução do plano**, verificando se estão a ser cumpridas as medidas constantes da Declaração Ambiental, utilizando os indicadores de execução do plano. Para isso, deverá ser desenvolvido um conjunto de ações (DGOTDU- 2008), nomeadamente:

- Implementar um esquema ou programa para controlo da execução do plano, verificação das medidas previstas na declaração ambiental, e monitorização dos seus efeitos no ambiente;
- Monitorizar os efeitos da execução do plano no ambiente através de indicadores previamente selecionados;
- Elaborar estudos em função do que foi estabelecido durante a elaboração do plano ou de acordo com as necessidades que se venham a definir.

Os resultados do controlo devem ser divulgados pela Câmara Municipal através de meios eletrónicos, atualizados com uma periodicidade mínima anual, e remetidos anualmente à Agência Portuguesa do Ambiente (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

4. CONSULTA ÀS ENTIDADES COM RESPONSABILIDADES AMBIENTAIS ESPECÍFICAS.

No âmbito do n.º 3, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 75º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro com nova redação, a entidade responsável pela elaboração do plano, neste caso a Câmara Municipal de Benavente, “[...] *solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação*” o qual deverá ser emitido no prazo de 20 dias tratando-se de um PDM, e ser considerado para efeitos da elaboração do Relatório Ambiental.

A consulta efetuada tem por base o Relatório de Fatores Críticos elaborado, o qual corresponde ao resultado do primeiro momento da AAE que teve como objetivo precisamente a determinação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental, nomeadamente através da determinação de um conjunto de Fatores Críticos de Decisão, dos respetivos critérios de sustentabilidade e indicadores que suportam a caracterização da situação de referência e análise de efeitos esperados com a aplicação do Plano.

As entidades consultadas e que emitiram parecer, no âmbito do RFC, encontram-se listadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Entidades Consultadas pela Câmara Municipal de Benavente no âmbito da determinação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental relativo à AAE da proposta de revisão do PDM de Benavente

Entidade Consultada	Resposta (S/N)	Comentário (S/N)
Agência Portuguesa do Ambiente ⁽¹⁾	S	N
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	S	S
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR - LVT)	S	S
Autoridade Nacional de Proteção Civil	S	S

⁽¹⁾ Encaminhou o processo para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo

Neste âmbito, as entidades consultadas e que emitiram parecer foram a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P., a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a Autoridade Nacional de Proteção Civil.

No Quadro 3 apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres emitidos pelas entidades consultadas (os pareceres podem ser consultados no Anexo I). Todas as sugestões mereceram especial atenção, tendo sido na sua maioria consideradas na elaboração do presente relatório.

Quadro 3a) - Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas

Entidade	Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Observações
<p>Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.</p>	<p>A ARH Tejo considera que o alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental deverá considerar as disposições legais em matéria de recursos hídricos, nomeadamente a Lei n.º 58/2005, de 9 de dezembro; a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro; o Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro; o Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março; o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio; o Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/99, de 11 de março e respetivas portarias regulamentares, que transpõem para o direito interno a Diretiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro, relativa à proteção das águas contra a poluição causada pelos nitratos de origem agrícola; o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 348/98, de 9 de novembro e Decreto-Lei n.º 149/2004, de 22 de junho.</p> <p>No FCD “Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural”, a ARH considera o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deverá inverter-se qualquer tendência para a existência de conflitos de ocupação em áreas de domínio hídrico e promover a definição de diretrizes de ordenamento que visem a proteção do domínio hídrico e a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e, de uma forma mais geral, das galerias ripícolas e dos troços mais degradados, garantindo áreas “non aedificandi”. - Deverão ser identificadas e localizadas todas as zonas protegidas definidas ao abrigo da Lei da Água (captações de água para consumo humano ou proteção de espécies de interesse económico; águas de recreio, incluindo zonas balneares; zonas vulneráveis e zonas sensíveis; zonas designadas para a proteção de habitats e fauna e flora selvagens; zonas de máxima infiltração) e definidas as respetivas zonas de proteção, as quais deverão ser tidas em conta nas opções de planeamento e ordenamento dos usos e atividades por forma a acautelar a garantia dos objetivos de qualidade definidos para essas massas de água. - Após identificação das áreas vulneráveis à contaminação de aquíferos deverão ser devidamente ponderados os usos e ações admissíveis no território com vista a acautelar o aumento do risco de contaminação. Deverão ser localizadas todas as disfunções ambientais e áreas degradadas com afetação significativa dos recursos hídricos cuja resolução deverá ser equacionada nas propostas de planeamento e ordenamento do território municipal. Particular atenção deverá ser dada a explorações agrícolas que ultrapassam os valores máximos de exportação das culturas, à instalação de campos de golfe, às explorações pecuárias intensivas, à descarga de efluentes não tratados, à instalação de fossas e sumidouros de efluentes, à rega com águas residuais com tratamento primário, à instalação de lixeiras e de aterros sanitários e ao depósito de produtos tóxicos e perigosos. - As opções estratégicas de ordenamento concelhio deverão ter por base a necessidade de garantir a sustentabilidade dos usos de água, atuais e planeados, nomeadamente tendo em consideração a necessidade de avaliar as disponibilidades hídricas existentes versus as 	<p>Questões consideradas no âmbito da análise do Domínio Qualidade Ambiental, no ponto relativo às diretrizes de seguimento.</p> <p>Questão considerada e integrada nas medidas inseridas no Plano de Controlo, no domínio da Qualidade Ambiental.</p> <p>Estas questões foram consideradas e analisadas no domínio da Qualidade Ambiental.</p> <p>A proposta de revisão do Plano dispõe de uma Carta Ambiental, onde se encontram localizadas as áreas identificadas como degradadas, nomeadamente antigas lixeiras e áreas afetadas à atividade extrativa.</p> <p>A proposta de revisão do Plano contempla objetivos estratégicos relacionados com a salvaguarda do estado das massas de água e da</p>

Entidade	Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Observações
	<p>projeções das necessidades de água futuras face às propostas de ocupação e a necessidade de salvaguarda do estado das massas de água.</p> <p>- Deverá ser promovida a conservação dos recursos hídricos, nomeadamente através da redução das perdas nos sistemas, da promoção de soluções de infiltração da água no solo e de encaminhamento para os cursos de água, ou da reutilização da água. Deverão ser promovidos sistemas de aproveitamento de água da chuva nomeadamente de áreas de cobertura de edifícios para efeitos de consumo doméstico não potável e para serviços de limpeza dos espaços exteriores, rega de espaços verdes e recarga de lagos e espelhos de água.</p> <p>- Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio.</p> <p>- Garantir as condições naturais de infiltração e retenção hídricas, devendo ser delimitadas as zonas de alimentação de massas de água subterrânea como áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, bem como definidas e aplicadas regras e limitações ao uso desses espaços.</p> <p>- Promover zonas de reservas estratégicas, tendo em conta a possibilidade de ocorrência de situações especiais, tais como escassez, seca e emergências, devendo ser delimitadas áreas de potencial hidrogeológico.</p> <p>- Assegurar a redução e/ou eliminação de disfunções ambientais graves, nomeadamente pela presença de substâncias consideradas perigosas pela sua persistência, toxicidade ou bioacumulação, quer nas descargas de águas residuais, quer nos meios hídricos (com implicações na saúde pública, que afetam as condições de vida de espécies ou ecossistemas relevantes, que contribuem para a degradação de zonas especialmente sensíveis ou que prejudicam importantes utilizações de água), com vista à proteção das águas superficiais e subterrâneas contra a poluição causada por substâncias perigosas. Nestes termos, deve proceder-se à identificação da(s) fonte(s) poluidora(s), avaliada a poluição provocada e promovida a cessação das emissões, descargas e perdas dessas substâncias.</p> <p>No ponto relativo aos Riscos Ambientais, no domínio das Cheias:</p> <p>- Deverão ser delimitadas cartograficamente (ao nível da Planta de Síntese) as zonas ameaçadas pelas cheias, em função do seu grau de vulnerabilidade, e definidas, ao nível do regulamento, regras claras de ocupação com</p>	<p>sustentabilidade dos usos da água. Foram ainda incluídas medidas de gestão ambiental, no domínio da Qualidade Ambiental, que reforçam a necessidade da preservação e sustentabilidade dos recursos hídricos.</p> <p>Estas questões foram integradas de uma forma geral, no plano de controlo, como medidas de gestão ambiental a ter em consideração, no domínio da Qualidade Ambiental.</p> <p>Não se prevê que a proposta de revisão do Plano dê origem a projetos que tenham implicação na afetação da recarga de aquíferos. Além disso, conforme analisado no FCD "Qualidade Ambiental" verifica-se que toda a área do município apresenta elevados níveis de produtividade ao nível da água subterrânea, pelo que não se prevê a afetação dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade em época de estio.</p> <p>A proposta de revisão do Plano apresenta, cartografada, as áreas de máxima infiltração e as cabeceiras de linhas de água.</p> <p>Esta preocupação encontra-se expressa na delimitação do subsistema biofísico da REN referente a "Áreas de Máxima Infiltração", que representa, por si só, uma área muito significativa no contexto territorial do concelho.</p> <p>Esta questão foi integrada e analisada no domínio da Qualidade Ambiental.</p> <p>As zonas ameaçadas pelas cheias encontram-se cartografadas na Planta de Condicionantes – REN. Salienta-se ainda que a proposta de</p>

Entidade	Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Observações
	<p>identificação de interdições e condicionamentos ao uso e ocupação do território.</p> <p>- Deverão ser garantidas condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água em situações de leito normal ou de cheia.</p> <p>- Deverão ser identificados com vista à respetiva correção os estrangulamentos naturais e artificiais que condicionam de forma inaceitável as condições de escoamento em cheia.</p> <p>- Deverá ser promovida a salvaguarda de ocupações ou atividades em zonas de cabeceiras de linhas de água, que prejudiquem a infiltração das águas e acelerem o escoamento superficial e a erosão, dando particular atenção às pequenas bacias hidrográficas, mais vulneráveis às condições de intensificação dos efeitos das cheias.</p> <p>- Estabelecer objetivos para a realocação de atividades e demolição de estruturas que, estando situadas em áreas inundáveis ou leitos de cheia, apresentem riscos elevados para os utilizadores ou constituam um grave entrave ao escoamento das águas.</p> <p>- Assegurar a conservação do recurso solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial, e a redução da perda de solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água.</p> <p>- Deverá assegurar-se a adequação das propostas de ordenamento do uso do solo relativas às propostas de expansão urbana, turística e industrial e da respetiva regulamentação em zonas cuja impermeabilização seja passível de causar a intensificação dos efeitos das cheias.</p> <p>- Em situações em que tenham sido esgotadas as possibilidades de adoção de medidas não estruturais, deverá ser estudada a viabilidade técnica e económica da minimização dos efeitos de cheias e de inundações, através da adoção de medidas estruturais, nomeadamente</p>	<p>Regulamento do PDM identifica condicionamentos ao uso e ocupação territorial nestas áreas.</p> <p>Esta questão foi inserida no Plano de Controlo, no âmbito do FCD - Prevenção/Mitigação de Riscos.</p> <p>A proposta de regulamento impõe condicionamentos de ordem ambiental à implantação de edificações assim como à impermeabilização do solo, bem como à alteração do coberto vegetal, <i>“desde que tal se destine a garantir uma correta integração na envolvente e a promover o reforço dos valores arquitetónicos, paisagísticos e ambientais dessa área”</i>.</p> <p>Esta questão foi inserida no Plano de Controlo, no âmbito do FCD - Prevenção/Mitigação de Riscos.</p> <p>De acordo com a proposta de revisão do PDM, as áreas edificadas que interferem com áreas inundáveis ou leitos de cheia correspondem a pequenas franjas do Perímetro urbano dos núcleos antigos de Benavente e Samora Correia, pelo que não apresentam significado a nível territorial.</p> <p>Esta questão foi inserida no Plano de Controlo, no âmbito do FCD - Prevenção/Mitigação de Riscos.</p> <p>A proposta de revisão do PDM não prevê expansão urbana, turística e industrial em áreas de risco de cheia. Por outro lado, a proposta de regulamento impõe ainda condicionamentos de ordem ambiental à implantação de edificações assim como à impermeabilização do solo, bem como à alteração do coberto vegetal, <i>“desde que tal se destine a garantir uma correta integração na envolvente e a promover o reforço dos valores arquitetónicos, paisagísticos e ambientais dessa área”</i>.</p> <p>Esta questão foi inserida no Plano de Controlo, no âmbito do FCD - Prevenção/Mitigação de Riscos.</p>

Entidade	Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Observações
	<p>bacias de retenção, laminagem de cheia ou diques de proteção.</p> <p>No ponto Riscos Ambientais, no domínio Erosão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Controlar os processos de erosão fluvial, entre outros aspetos, através da manutenção e/ou promoção da vegetação ripícola. - Deverá assegurar-se a previsão de normas que consagrem opções de sustentabilidade no que se refere ao uso eficiente da água, incremento dos processos de infiltração da água no solo, às medidas de correção torrencial, ao aumento dos tempos de concentração e à redução da intensidade dos processos erosivos. 	<p>Esta questão foi inserida no Plano de Controlo, no âmbito do FCD - Prevenção/Mitigação de Riscos.</p> <p>Esta questão foi inserida no Plano de Controlo, no âmbito do domínio – Qualidade Ambiental.</p>
<p>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo</p>	<p>A CCDR – LVT considera que a avaliação ambiental a realizar deverá incluir todos os aspetos relacionados com a construção do novo aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, que se localiza em parte no território do município de Benavente, uma vez que terá implicações relevantes ao nível das opções estratégicas de ordenamento e desenvolvimento sócio-económico do concelho, e inerentes implicações ambientais.</p> <p>A CCDR – LVT considera que deverão ser incluídos no QRE os seguintes Planos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano Estratégico de Resíduos Industriais – PESGRI 2001 - Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais – PNAPRI 2000 a 2015 - Estratégia e Princípios de Gestão de Pneus – Decreto-Lei n.º 111/2001, na sua atual redação. <p>A CCDR-LVT considera que o RFC é omissivo na demonstração do modo como foi realizada a análise integrada do QRE, QE e FA, do qual terá resultado a identificação dos FCD.</p> <p>A CCDR-LVT considera muitos dos indicadores definidos em sede de RFC como vagos e não estabelecem metas de avaliação adequadas.</p> <p>A CCDR-LVT propõe reformulação de alguns objetivos de sustentabilidade definidos e de indicadores.</p> <p>O RFC é omissivo relativamente às fontes de informação</p> <p>A estratégia mencionada no RFC, de comunicação e envolvimento dos agentes e instituições é muito vaga. O relatório deveria prever e especificar os workshops a realizar, definindo os temas a debater e enquadrando-os no cronograma dos estudos.</p>	<p>A construção do novo aeroporto no campo de tiro de Alcochete foi considerada na análise de todos os FCD.</p> <p>Neste âmbito, de forma a ter em consideração as questões relativas à melhoria da gestão dos resíduos industriais foi acrescentado ao Quadro de Referência Estratégico o Plano Estratégico de Resíduos Industriais (PESGRI 2001). No que respeita à Estratégia e Princípios de Gestão de Pneus, esta não foi considerada significativa no contexto das empresas que têm atividade no concelho.</p> <p>O Capítulo 3 do presente Relatório Ambiental define a metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica utilizada.</p> <p>As questões relacionadas com os indicadores definidos para os FCD foram analisadas novamente, de forma a tornar alguns dos indicadores mais objetivos e mensuráveis.</p> <p>Para cada FCD foram reformulados os objetivos de sustentabilidade e os indicadores, de forma a dar resposta às considerações da CCDR.</p> <p>Para cada indicador foi identificada a respetiva fonte de informação.</p> <p>Relativamente ao envolvimento dos agentes e instituições, esta questão foi considerada no capítulo referente ao Quadro de Governança para a Ação. No que respeita à definição dos workshops a realizar, conforme referido no RFC, estes teriam como objetivo a recolha de opiniões relativas aos pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades verificadas no concelho, pelo que o tema, nesta fase, seria o território objeto de intervenção.</p>
<p>Autoridade</p>	<p>A entidade sugere que sejam acrescentados objetivos de</p>	<p>As propostas sugeridas pela entidade</p>

Entidade	Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Observações
Nacional de Proteção Civil	sustentabilidade e indicadores, no FCD “Riscos Ambientais”.	foram tidas em consideração.

Reflexo da evolução dos trabalhos de pesquisa efetuada surgiram novos elementos cuja integração no relatório ambiental se considerou pertinente. Pelo exposto, o relatório ambiental incorporou algumas questões diferentes das identificadas no RFC, designadamente:

- Foram inseridos novos objetivos estratégicos à proposta de revisão do Plano.
- Foram inseridos novos objetivos de sustentabilidade e novos indicadores de avaliação em alguns dos FCD em análise, de forma a dar resposta ao parecer emitido pela CCDR-LVT e pela ANPC.

Concluída a elaboração do Plano, a Câmara Municipal promoveu a consulta do Relatório Ambiental e restantes elementos do Plano às ERAE para emissão de parecer, de acordo com o n.º 3, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

No quadro seguinte apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres emitidos pelas Entidades consultadas que se pronunciaram relativamente à Avaliação Ambiental Estratégica (os pareceres podem ser consultados no Anexo II). Todas as sugestões mereceram especial atenção, tendo sido na sua maioria consideradas na revisão do presente relatório. As questões que não sofreram alteração, de acordo com as sugestões das ERAE, são alvo de justificação.

Quadro 3b) - Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Observações
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	
A APA emitiu parecer desfavorável ao PDM de Benavente devido às questões relacionadas com o Mapa de Ruído.	O município de Benavente contestou a Declaração de Impacte Ambiental no que se refere às questões do Ruído associado ao NAL no Tribunal Administrativo de Leiria. O Mapa de Ruído foi atualizado e foram identificadas as zonas de conflito (zonas onde os níveis de ruído já excedem hoje os valores máximos admissíveis). Estas zonas correspondem a áreas marginais dos principais eixos viários e devem ser objeto de plano de redução de ruído.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	
- Relativamente ao FCD “Desenvolvimento da Base Económica e Empresarial”, a entidade propõe que sejam acrescentados novos objetivos de sustentabilidade relativamente à qualificação humana e que sejam analisados os efeitos esperados relativamente ao indicador “Número de equipamentos do terciário qualificado em especial ensino superior e empresas com base tecnológica”.	De uma forma geral as preocupações/propostas/sugestões da entidade relativamente ao FCD Desenvolvimento da Base Económica e Empresarial, nos diferentes capítulos de avaliação, foram atendidas e concretizadas. Foi introduzido ainda o domínio “Qualificação Humana” dando resposta à necessidade de se promover o capital humano do município.
- Relativamente ao FCD “Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidades e Mobilidade”, a CCDRLVT sugere que sejam revistas as unidades de alguns dos indicadores definidos. A entidade considera ainda a necessidade de prestar alguns esclarecimentos no capítulo referente à análise de tendências e efeitos	De uma forma geral as preocupações/propostas/sugestões da entidade relativamente ao FCD “Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidades e Mobilidade” foram tidas em conta. No entanto, refere-se que foi incluído no FCD anterior o domínio referente à qualificação dos recursos humanos.

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Observações
<p>esperados.</p> <p>Relativamente à questão dos Resíduos, a entidade propõe alteração de indicadores.</p> <p>- No que respeita ao FCD “Desenvolvimento Turístico” a entidade considera necessário rever alguns indicadores e respetivas unidades.</p> <p>- No que respeita ao FCD “Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural” a entidade sugere a revisão, no domínio da Qualidade Ambiental, do Ruído, quer ao nível da integração de novos objetivos de sustentabilidade e indicadores, quer da avaliação dos efeitos esperados e ameaças assim no Quadro de Governança para a Ação e na definição de medidas de seguimento.</p> <p>Relativamente aos resíduos, a CCDRLVT propõe a integração de uma medida de seguimento.</p> <p>- Em relação ao FCD “Prevenção/Mitigação dos Riscos”, a entidade sugere que sejam revistos alguns objetivos de sustentabilidade, indicadores e respetivas unidades.</p>	<p>Relativamente à questão dos Resíduos importa referir que essa matéria foi retirada deste FCD, sendo integralmente analisada de forma pormenorizada no âmbito do domínio “Qualidade Ambiental” do FCD “Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural”.</p> <p>De uma forma geral, as sugestões foram tidas em conta e revistas as unidades dos indicadores.</p> <p>De uma forma geral as preocupações/propostas/sugestões da entidade relativamente ao ruído, nos diferentes capítulos de avaliação, foram atendidas e concretizadas no domínio da “Qualidade Ambiental”, no FCD “Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural”.</p> <p>A medida de seguimento proposta ao nível dos resíduos foi considerada e integrada no Plano de Controlo, no domínio da “Qualidade Ambiental” no FCD “Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural”. De salientar que, relativamente à ação proposta de erradicação de depósitos ilegais de resíduos, considera-se que a área afeta a essas ações deverá ser todo o território municipal.</p> <p>Todas as sugestões propostas pela entidade foram tidas em consideração no âmbito do FCD “Prevenção/Mitigação dos Riscos”.</p>
Administração da Região Hidrográfica do Tejo	
A entidade refere que, na generalidade foram atendidas as propostas de alterações e sugestões formuladas.	
Autoridade Nacional da Proteção Civil	
A entidade considera que grande parte das sugestões emitidas no anterior parecer foram atendidas no Relatório Ambiental, no entanto, relativamente ao Risco de Inundações, propôs a integração de dois indicadores.	A sugestão da entidade foi tida em consideração na reformulação do presente Relatório Ambiental.
Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico	
<p>A entidade concorda na generalidade com o conteúdo do Relatório Ambiental, salientando positivamente a inclusão do património cultural no Fator Crítico de Decisão – Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e Património Cultural.</p> <p>Ainda assim sugere que seja apresentada uma caracterização sumária da valoração de cada elemento relativo ao património arqueológico.</p>	A sugestão da entidade foi tida em consideração na reformulação do Relatório Ambiental.
Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade	
No parecer emitido este Instituto não faz qualquer ressalva nem menção à Avaliação Ambiental Estratégica.	
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	
A ARS LVT sugere a implementação de algumas medidas fundamentais para a saúde e ambiente, nomeadamente ao nível: do planeamento urbano e saúde, da água destinada ao consumo humano, das águas residuais, resíduos sólidos, poluição do solo, poluição do ar e do ruído urbano.	De uma forma geral o Relatório Ambiental deu resposta às questões consideradas importantes pela entidade, quer ao nível das diretrizes de seguimento definidas para cada um dos FCD, quer no Plano de Controlo apresentado.
Turismo de Portugal	
A entidade sugere que a proposta de delimitação das Áreas de Vocaçao Turística (AVT) deverá ser fundamentada na AAE e deverá enquadrar algumas diretrizes estabelecidas pelo PROT-OVT.	A sugestão da entidade foi tida em consideração na reformulação do presente Relatório Ambiental.

5. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO

Conforme exposto no Relatório de Fatores Críticos, e abordado detalhadamente no capítulo relativo à metodologia do presente Relatório Ambiental, a determinação dos FCD resultou numa primeira fase, da interação entre os objetivos do **Quadro de Referência Estratégico** preconizado e as **Opções Estratégicas** definidas na proposta de revisão do PDM de Benavente. Da integração das relações existentes entre os objetivos referidos anteriormente e os **Fatores Ambientais**, estabelecidos pela legislação, considerados como os mais relevantes, resultaram então os **Fatores Críticos de Decisão** que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes, e que servirão de base para a tomada de decisão.

5.1. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) estabelece as orientações da política ambiental e de sustentabilidade, definidas a nível regional, nacional, europeu e internacional, relevantes para a AAE do objeto e análise. Os instrumentos de referência identificados definem o Quadro de Referência Estratégico, para o plano em análise, e permitem identificar os objetivos de sustentabilidade que devem ser considerados no desenvolvimento das opções do plano. Os instrumentos identificados e analisados como precursores de orientações estratégicas para a revisão do PDM de Benavente estão listados no Quadro 4.

Quadro 4 – Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Benavente

Instrumento	Acrónimo
Âmbito Nacional	
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o próximo período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013.	
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade foi acolhida na ordem jurídica portuguesa através da resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de outubro, vigorando até 2010. A existência de uma ENCNB é, reconhecidamente, um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável.	
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo	PORNET
O Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo estabelece os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão a observar na sua área de intervenção, com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade e a manutenção e valorização das características das	

Instrumento	Acrónimo
paisagens naturais e seminaturais, privilegiando a manutenção da vocação natural da Reserva Natural do Estuário do Tejo enquanto <i>habitat</i> de aves migratórias	
Plano Setorial da Rede Natura 2000	PSRN 2000
O Plano Setorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento de gestão territorial na concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.	
Estratégia Nacional para a Energia	ENE
A estratégia para o setor energético constitui um fator importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, para além de ser uma peça vital ao desenvolvimento sustentável do País.	
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.	
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2007 – 2013 tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.	
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
O Plano Estratégico Nacional do Turismo serve de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos.	
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	PEPS
A Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos configurará o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento dos objetivos de proteção e prevenção da degradação dos solos bem como da sua utilização sustentável.	
Plano Nacional da Água	PNA
O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações, de acordo com o Decreto-Lei nº 45/94 de 22 de fevereiro.	
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.	
Plano Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	PBH – Rio Tejo
O Plano de Bacia Hidrográfica é um plano setorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.	
Plano de Gestão da Zona de Proteção Especial Estuário do Tejo	PG-ZPE – Estuário do Tejo
O presente Plano de Gestão define as formas de utilização do território da Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo.	
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	PEAASAR II
O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II estabelece as orientações e fixa os objetivos de gestão e proteção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos no horizonte 2007-2013	
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agro-Industriais¹	ENEAPAI
A ENEAPAI assenta em novas abordagens de intervenção, integradas territorial e multisetorialmente, para a definição de soluções sustentáveis do ponto de vista ambiental que garantam a eliminação das inúmeras situações de poluição causadas pela descarga de efluentes não tratados nas linhas de águas e no solo	
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos	PERSU II
O PERSU II constitui um instrumento estratégico diretor da gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) para o período de 2007 a 2016, fundamental para que o setor possa dispor de orientações e objetivos claros, bem como de uma estratégia de investimento que confira coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes diretamente envolvidos.	
Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais 2001⁽¹⁾	PESGRI
Constituiu um importante instrumento de planeamento destinado a fornecer aos responsáveis políticos e da Administração Pública e a todos os agentes da indústria nacional um conjunto fundamentado de orientações e recomendações tendentes a apoiar decisões em matéria de recolha e tratamento de resíduos industriais.	
Plano Rodoviário Nacional	PRN – 2000
O atual Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de julho, Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de agosto) define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.	
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo	PROF Ribatejo
Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal são instrumentos de gestão da política setorial que incidem sobre os espaços florestais e visam enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento	

Instrumento	Acrónimo
sustentado destes espaços.	
Âmbito Regional	
Plano Regional de Ordenamento do Território de Oeste e Vale do Tejo	PROT - OVT
Os planos regionais de ordenamento do território definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.	
Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa ¹	PROT- AML
Os planos regionais de ordenamento do território definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.	
Outros Planos	
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Benavente	PMDFCI – Benavente
Os PMDFCI desenvolvem as orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria nº 1139/2006 de 25 de outubro e as orientações técnicas estabelecidas pela DGRF.	
Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Vale do Tejo	PDI-LVT
O PDI-LVT pretende afirmar a competitividade territorial da Lezíria do Tejo, num quadro de sustentabilidade e inovação, promovendo a cidadania e o bem-estar, o robustecimento da base económica, a valorização e coesões territoriais, a atração de investimento e uma governança do território moderna, eficiente e participada	
Plano de Gestão da Zona de Proteção Especial Estuário do Tejo	PG-ZPE – Estuário do Tejo
O presente Plano de Gestão define as formas de utilização do território da Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo	

⁽¹⁾ – Instrumentos inseridos no âmbito da elaboração do presente Relatório Ambiental.

Os quadros que sintetizam os objetivos de sustentabilidade dos instrumentos de referência que constituem o QRE para o PDM de Benavente, são apresentados no Anexo III.

5.2. RELAÇÃO ENTRE O QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO E AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS.

A análise de interação entre os objetivos dos instrumentos do **Quadro de Referência Estratégico** (estabelecidos no Anexo III) e as **Opções Estratégicas do PDM de Benavente** (identificadas no Capítulo 2), expressa-se nas tabelas de dupla entrada apresentadas no Anexo IV. Conforme exposto detalhadamente no capítulo relativo à metodologia, esta análise permite evidenciar as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguram como determinantes para integrarem os FCD que devem ser avaliados, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução do PDM de Benavente.

5.3. RELAÇÃO ENTRE OS FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO E OS FATORES AMBIENTAIS

A determinação dos fatores ambientais relevantes para a proposta de revisão do Plano é orientada pelos fatores ambientais indicados no quadro legislativo da AAE, sendo a sua escolha condicionada pelo reconhecimento prévio das especificidades do território abrangido, ou implicado, pelo plano, conjugada com o conhecimento das opções e objetivos estratégicos definidos pelo plano.

Da análise das relações de convergência expressas nas tabelas anteriormente referidas, e apresentadas no Anexo IV, e da integração dos **Fatores Ambientais** relevantes para a área de incidência do PDM de Benavente, resultou a determinação dos **Fatores Críticos de Decisão**.

Os Fatores Críticos de Decisão congregam um conjunto de questões consideradas pertinentes para a avaliação ambiental do PDM de Benavente. Focalizando a análise, que servirá de base para a tomada de decisão, em aspetos ambientalmente relevantes que promovam um desenvolvimento sustentável no território do Plano. Para a proposta de elaboração do PDM de Benavente foram definidos os seguintes Fatores Críticos de Decisão:

- Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial.
- Estruturação e requalificação urbana/Acessibilidade e mobilidade.
- Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural.
- Desenvolvimento Turístico.
- Prevenção/Mitigação dos Riscos.
- Agentes de Desenvolvimento.

A interpretação do Quadro 5 permite reconhecer a relação estabelecida entre os FA considerados mais relevantes e os FCD definidos.

Quadro 5 - Relação entre os FA e os FCD definidos

FA \ FCD	Desenvolvimento da Base Económica/ Empresarial	Estruturação e Qualificação urbana/ Acessibilidade e mobilidade	Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural	Desenvolvimento Turístico	Prevenção/ Mitigação dos Riscos	Agentes de Desenvolvimento
Biodiversidade		X	X	X	X	
Fauna	X	X	X	X		
Flora	X	X	X	X	X	
Património Cultural			X	X	X	
Atmosfera		X	X		X	
Água	X	X	X	X	X	
Solo	X	X	X	X	X	
Fatores Climáticos		X			X	
Paisagem	X	X	X	X	X	X
Bens Materiais	X	X	X	X	X	X
População	X	X		X	X	X
Saúde Humana	X	X	X		X	

5.4. DESENVOLVIMENTO DA BASE ECONÓMICA / EMPRESARIAL

5.4.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS

O Fator Crítico “Desenvolvimento de Base Económica/Empresarial” orienta-se à força do capital humano do município, à forma como é valorizado e requalificado. Pretende avaliar os potenciais efeitos ambientais resultantes da proposta de revisão do PDM de Benavente no domínio socioeconómico.

Está em causa apoiar a estrutura social do município, criando condições de base para o seu desenvolvimento integrado, nomeadamente em domínios/atividades económicas que possam desempenhar um papel “motor” num modelo de desenvolvimento que se pretende para Benavente.

A consolidação da base económica/empresarial implica um planeamento “forte”, que identifique aspetos determinantes suscetíveis de garantir padrões de qualidade ambiental e de competitividade, num quadro de crescimento económico.

Neste entendimento, a análise do FCD “Desenvolvimento de base económica/empresarial” pretende conferir um papel de relevo à componente ambiental num quadro de desenvolvimento sustentável do território concelhio, assegurando a integração das questões ambientais, sociais e económicas no processo de planeamento.

Assim, de uma forma geral, identificam-se como principais objetivos de sustentabilidade: promover a atração de quadros técnicos médios e superiores e promover a qualificação profissional, reforçando desta forma o capital humano existentes; defender a base económica local, com criação de novos postos de trabalho, e fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas.

Os domínios de avaliação e os indicadores, que integram o domínio socioeconómico e auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende realizar, encontram-se apresentados no Quadro seguinte.

Quadro 6 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial, com os objetivos de sustentabilidade e principais indicadores de análise estabelecidos.

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial	Qualificação humana	<ul style="list-style-type: none"> Promover a atração de quadros técnicos médios e superiores Promover a qualificação profissional 	• Evolução da população residente	Nº de residentes/ano	INE
			• Evolução da População residente por grupos etários	Nº de residentes por faixa etária	INE
			• Variação da População Ativa por setores de atividade	População Ativa/setor de atividade	INE
			• População residente, segundo a qualificação académica	%, segundo a qualificação	INE
			• Estruturas de apoio à formação profissional	N.º e tipo de formação profissional	IEFP
	Socio-Economia	<ul style="list-style-type: none"> Defender a base económica local. 	• Setores empresariais chave	n.º de empresas por setor	INE, AICEP
			• Capacidade de realização dos fundos de apoio e de incentivo a práticas agrícolas sustentáveis	taxa de execução dos projetos (%)	IFADAP
			Número de produtos locais certificados	Un/tipo de produto	DGCI
		<ul style="list-style-type: none"> Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego 	• Taxa de Atividade	%	INE
			• Taxa de Desemprego	%	INE
		<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional 	• Número de intervenções qualificadoras e respetiva área (ao nível do tecido construído - armazéns, indústrias, e do espaço público).	n.º de intervenções de base económica/ha	CM INE
			• Número de equipamentos e serviços de apoio empresarial instalados	n.º de equipamentos de base empresarial/ha	CM INE
			• Taxas de cobertura das ALE por parte das novas redes de comunicações e partilha e troca de informação.	Área coberta//ALE	IAPMEI
			• Número de camas em hotelaria convencional	Número de camas.	INE, Turismo de Portugal
		<ul style="list-style-type: none"> Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional 	• Área de espaços infraestruturados e estruturados para acolhimento de novas empresas	Área de espaços infraestruturados (ha)	IAPMEI

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
		<ul style="list-style-type: none"> • Criar vastas áreas multiusos, estrategicamente localizadas, como base impulsionadora para fixação de atividades logísticas e empresariais, científicas, tecnológicas e de investigação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de equipamentos do terciário qualificado em especial ensino superior e empresas de base tecnológica 	Número de equipamentos multiusos/ha	CM INE

5.4.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS.

Neste capítulo pretende-se efetuar uma caracterização da atual situação de referência, para o território abrangido pela implantação da revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, sistematizada em domínios de análise congregados pelo FCD “Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial”.

Uma caracterização sintética que tem como base os resultados de várias análises que foram efetuadas desde o início do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, informação cedida pela Câmara Municipal de Benavente, complementada por vários indicadores disponíveis, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Desenvolveu-se uma abordagem assente em cada um dos indicadores considerados ou, em algumas situações, na conjugação/fusão de indicadores.

A análise SWOT definida no quadro seguinte apresenta a situação tendencial do concelho de Benavente. Identifica a tendência de evolução provável no cenário da não implementação da proposta de revisão, para o FCD - Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial, dando a indicação sobre as oportunidades e ameaças (Quadro 7) que se prefiguram.

Quadro 7 - Análise SWOT correspondente à área do concelho de Benavente (Fonte: adaptação da informação existente no Relatório do Plano).

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Localização geoestratégica do concelho de Benavente, muito valorizada pela excelente rede de acessibilidades existentes e previstas, que visam reforçar as ligações do concelho ao Norte e ao Sul do país assim como ao Alto Alentejo e com a sua região fronteiriça, determinante para a sua afirmação socioeconómica na região. • Crescimento populacional, presença de população jovem, taxa de atividade significativa e poder de atração populacional. • Benavente configura-se como uma área de reserva de mão de obra e de espaço capaz de suportar os irreversíveis processos de desconcentração económica e residencial da Grande Lisboa. • Uma minoria da população ativa não tem nenhum nível de instrução. • Em termos de emprego é a atividade primária a que mais marca o território concelhio. As extensões territoriais ocupadas pela agricultura, floresta e agropecuária são amplas e diversificadas. • A pecuária tem uma forte expressão concelhia. • A produção florestal. • A Companhia das Lezírias possui a maior área de montado de sobro em mancha contínua. • Aproveitamento hidroagrícola do Vale do Sorraia. • Benavente tem um importante papel no fornecimento de produtos frescos à área envolvente, mormente à AML. • Equilíbrio entre o setor secundário e o setor terciário. • Tecido industrial diversificado e disperso por todas as freguesias do concelho, principalmente nas freguesias de Benavente e Samora Correia. Sendo uma matriz bastante heterogénea, parece haver uma predominância da metalomecânica e da indústria alimentar. • Existência de loteamentos industriais no concelho de Benavente. • Predomínio no concelho do setor serviços e turismo. • Setor agrícola e silvo-pastoril com fortes potencialidades - Companhia das Lezírias como principal agente dinamizador. • Oferta de solo industrial infraestruturado. • Potencial de atração de turismo temático-fileira do cavalo e recentemente o Golf. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existe uma diferenciação vincada em termos de nível de ensino entre os ativos em idades mais jovens e ativos mais velhos. • Problemas, com implicações ao nível da organização e funcionamento das atividades económicas e das atividades financeiras. • Trânsito automóvel de atravessamento pelo interior de Benavente e de Samora Correia, origem de problemas entre a circulação viária e a circulação pedonal, com reflexos a nível da organização e funcionamento das atividades económicas. • Imagem negativa do parque comercial dos centros urbanos de Benavente. • Mobilidade difícil nos principais eixos de estruturação urbana que servem como canais de suporte do trânsito de atravessamento-EN118 e excessiva dependência do modo rodoviário. • A amálgama funcional existente, uma característica dos territórios concelhios. • Espaços habitacionais e espaços industriais/armazenagem, gerando cenários desqualificados. • Propriedade bastante fragmentada, de pequena dimensão, na freguesia de Benavente. • Explorações agro pecuárias, geram situações de conflitualidade de usos. • Debilidade na estrutura locacional da indústria. • Loteamentos industriais com uma

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Existência da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), e de estudos efetuados no seu âmbito: Estudo Integrado da Mobilidade e Sistemas de Transportes nos concelhos que integram a CULT. 	<ul style="list-style-type: none"> reduzida taxa de ocupação. Mercado da Segunda habitação – Consumidor de amplas extensões territoriais. Nível de infraestruturção baixo.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Benavente é um território de oportunidade. Especialização da Base económica em torno de setores chave – agricultura, pecuária, coudelaria e floresta. Em termos agrícolas, destaca-se a cultura do arroz, associada a espaços mais irrigados (rios Sorraia e Almansor). A oliveira e a vinha são também importantes na economia agrícola. A produção de carne dos bovinos criados na Companhia das Lezírias. A Rota da Vinha e do Vinho do Ribatejo. O Azeite da Companhia das Lezírias é uma nova área de negócio. A agropecuária é em Benavente uma atividade de referência, sendo a sua imagem de marca ligada ao cavalo. Existem também as explorações de outras espécies animais (aves, bovinos e suínos são os mais relevantes). A Coudelaria da Companhia das Lezírias e a criação do cavalo Puro-Sangue Lusitano. Existência dos empreendimentos turísticos (Sto. Estêvão) tem vindo a aumentar o número de unidades comerciais – restauração em especial. O turismo rural poderá ser outro aspeto importante a explorar a integrar como componente do Modelo de Desenvolvimento de Base Municipal. O Estuário do Tejo e a Zona de Proteção Especial e as suas tradições populares relacionadas com o hipismo e a tauromaquia. A sustentabilidade ambiental e natural. Fomento do desenvolvimento do setor do turismo, lazer e recreio. Valorização do Sorraia. A Logística e o Terciário Superior são apontadas como áreas chave na economia de Benavente. Os impulsos do novo quadro de acessibilidades mas acima de tudo o novo Aeroporto de Lisboa e o Eixo Lisboa – Madrid do TGV, constituem fortes fatores de motivação da aposta. Proposta de construção do polo Empresarial e de negócios de Benavente. Espaço Multifuncional. 	<ul style="list-style-type: none"> Território de desconcentração das atividades menos qualificadas da AML. Perda de identidade-tradições locais. Perda de níveis de competitividade se não houver qualidade e inovação nas ofertas de habitação, turismo e lazer.

Onze municípios da Lezíria do Tejo – Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém – em parceria com a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo iniciaram, em novembro, a elaboração da Agenda 21 da Lezíria do Tejo, tendo os seus trabalhos de caracterização e diagnóstico constituído uma fonte privilegiada de informação para a análise apresentada na matriz SWOT.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

Tendo como objetivo verificar a atratividade de um concelho para a fixação da população, é necessário analisar a evolução da população residente. Desta forma, verifica-se pelo quadro que se segue, que no município de Benavente tem-se verificado um crescimento muito positivo da população residente, aumentando cerca de 25% da sua população no período intercensitário de 2001 a 2011. Este facto evidencia o carácter de atratividade que este

município tem tido, muito proporcionado pela proximidade a Lisboa e pelas boas acessibilidades que atualmente apresenta.

Quadro 8 – Variação da população residente entre 2001 e 2011 (fonte: www.ine.pt)

	População Residente		Variação (%)
	2001	2011	2001-2011
Portugal	10356117	10562178	2.0
Alentejo	776585	757302	-2.5
Lezíria do Tejo	240832	247453	2.7
Benavente	23257	29019	24.8

O concelho de Benavente, no contexto da sub-região de Lezíria do Tejo é claramente o que apresenta uma maior dinâmica demográfica, com um acréscimo populacional de 24,8%, face a uma média dos concelhos da sub-região de 2,7%. Registe-se também a perda populacional de cerca de 12% de Chamusca. O concelho com maior expressão, em termos de população residente, continua a ser a sede distrital - Santarém.

Quadro 9 – Variação populacional entre 1991, 2001 e 2011 nos concelhos da Lezíria do Tejo (INE, 2011)

	Pop.1991	Pop.2001	Pop.2011	Variação absoluta	Variação %	Variação absoluta	Variação %
Alentejo	782 331	776585	757302	- 5 746	-0,7	-19283	-2,5
Lezíria do Tejo	232 969	240832	247453	7863	3,4	6621	2,7
Azambuja	19 568	20837	21814	1269	6,5	977	4,7
Almeirim	21 380	21957	23376	577	2,7	1419	6,5
Alpiarça	7 711	8024	7702	313	4,1	-322	-4,0
Benavente	18 335	23257	29019	4922	26,8	5762	24,8
Cartaxo	22 268	23389	24462	1121	5	1073	4,6
Chamusca	12 282	11492	10120	-790	-6,4	-1372	-11,9
Coruche	23 634	21332	19944	- 2 302	-9,7	-1388	-6,5
Golegã	6 072	5710	5465	-362	-6	-245	-4,3
Rio Maior	20 119	21110	21192	991	4,9	82	0,4
Salvaterra de Magos	18 979	20161	22159	1 182	6,2	1998	9,9
Santarém	62 621	63563	62200	942	1,5	-1363	-2,1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS ETÁRIOS

No que diz respeito à população residente por grupos etários, verifica-se que têm existido algumas alterações. Estas devem-se a uma diminuição da população jovem e a um aumento da população com idades compreendidas entre os 40 e os 50 anos. Pela análise das pirâmides etárias, verifica-se que existe cada vez mais uma tendência para inversão da pirâmide, com a

base a diminuir consideravelmente. No entanto, ainda não se pode dizer que é uma população envelhecida, pois o topo permanece mais estreito do que a base e do que a parte central. Considera-se assim que é uma população adulta, em idade ativa.

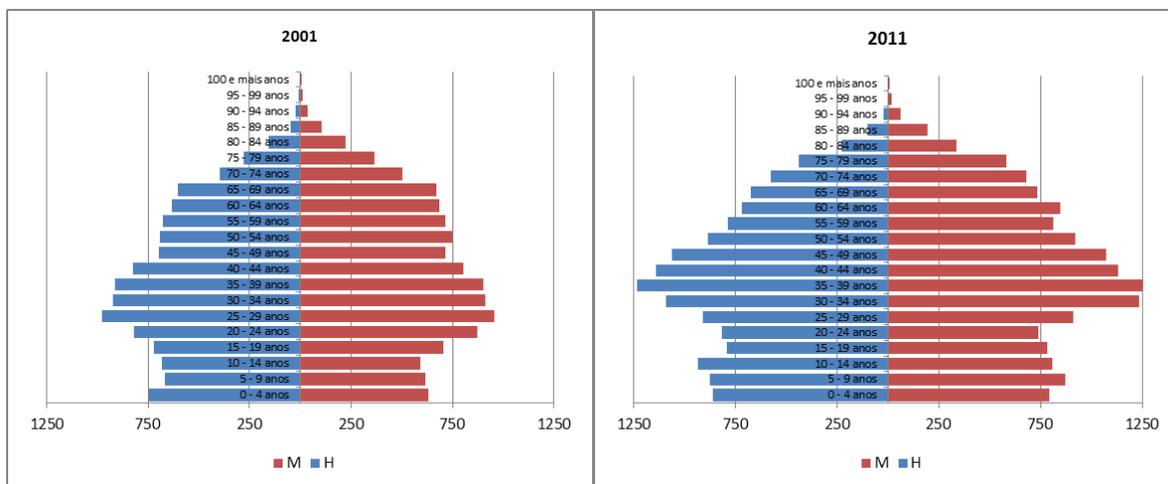


Figura 2 – Pirâmides Etárias da População residente em Benavente (2001 e 2011) (Fonte: www.ine.pt)

Considerando a população global desta sub-região, o Concelho de Benavente evidencia ser detentor de uma população jovem, com maior percentagem populacional nas classes etárias até aos 40 anos e menos percentagem das classes mais envelhecidas.

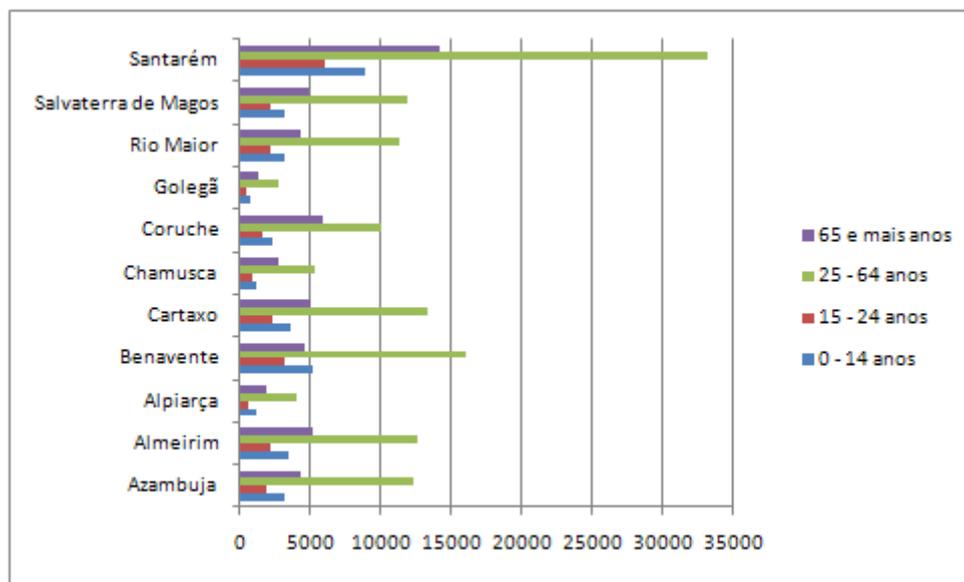


Figura 3 – População por escalões etários nos concelhos da Lezíria do Tejo (Fonte: INE, 2011)

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR SETORES DE ATIVIDADE

Para além do seu potencial endógeno de desenvolvimento, a agricultura e a pecuária têm ainda alguma expressão em Benavente, atendendo às potencialidades ímpares de regadio do Vale do Tejo. Um bom exemplo do que se afirma são os arrozais, para além das suas famosas ganadarias e coudelarias.

Benavente tem um importante papel no fornecimento de produtos frescos à área envolvente, onde se inclui a Área Metropolitana de Lisboa (AML). A exploração deste setor poderá reverter em mais-valias para o concelho.

Contudo, a população ativa, independentemente da sua situação face ao emprego, distribui-se pelo setor terciário. A diferença entre o concelho e a região e sub-região está na maior percentagem de ativos na indústria, e menor na agricultura.

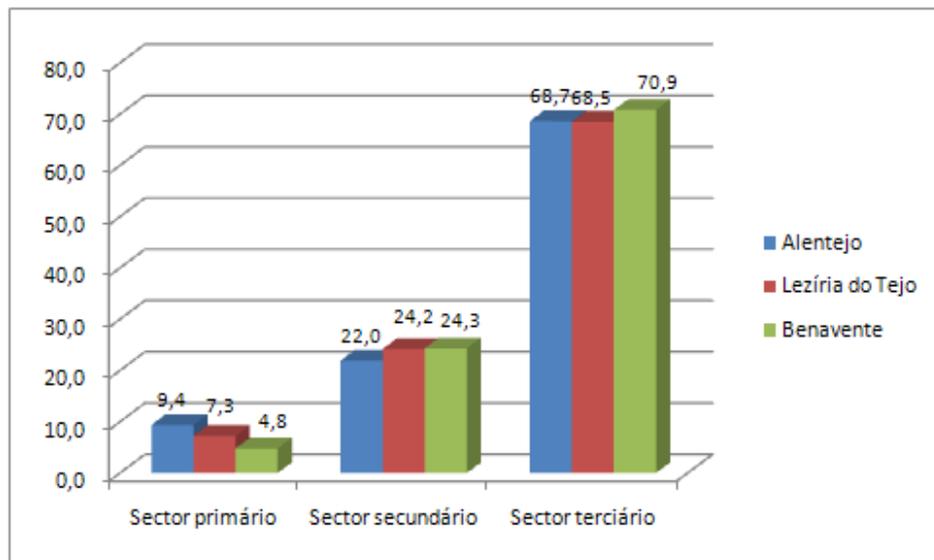


Figura 4 – Distribuição da população ativa por setor de atividade (INE, 2011)

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, e de acordo com o relatório da revisão do PDMB, as categorias de profissões que contêm um maior número de trabalhadores são os Operários, os Artífices e Similares; os Trabalhadores Não Qualificados; o Pessoal dos Serviços e Vendedores e, por último, o Pessoal Administrativo e Similares. Os Agricultores e os Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas correspondem à categoria que emprega o menor número de ativos da população.

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA

Cada vez mais é reconhecida a importância da qualificação da população no desenvolvimento do local onde estão inseridas. Assim, é importante perceber como se distribui a população residente do município, segundo a qualificação académica que possui. Os valores apresentados referem-se à população residente com mais de 15 anos.

Pelo gráfico que se apresenta, verifica-se que o nível de qualificação académica ou nível de escolaridade da população de Benavente é ainda bastante baixo, sendo que mais de 55% da população com mais de 15 anos possui apenas o ensino básico. É ainda de destacar a elevada percentagem de população que não tem qualquer nível de escolaridade completo, atingindo os 7% de toda a população do município.

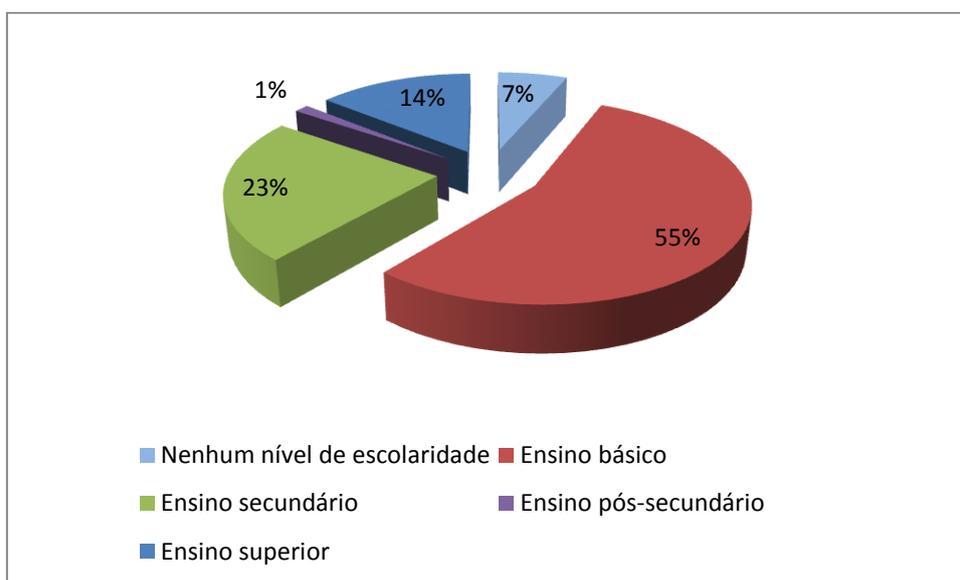


Figura 5 – Nível de escolaridade da população com mais de 15 anos (INE, 2011)

Este baixo nível de qualificação académica da população é considerado como um ponto negativo que se deve tentar inverter para aumentar o nível de desenvolvimento socioeconómico a nível do concelho, pelo que é necessário uma aposta continuada numa política de valorização dos recursos humanos do município.

ESTRUTURAS DE APOIO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As estruturas de apoio à formação profissional são, hoje, essenciais a qualquer processo de desenvolvimento municipal. No município de Benavente não existe um Centro de Emprego e Formação Profissional (CEFP), pois esta área geográfica é coberta pelo Centro de Emprego e Formação Profissional de Santarém. Este CEFP encontra-se dividido em serviços de emprego e serviços de formação profissional.

No que diz respeito aos serviços de emprego, a área geográfica de Benavente é coberta pelo Serviço de Emprego de Salvaterra de Mago. Quanto à Formação Profissional, este serviço encontra-se instalado em Santarém e está vocacionado para a formação nas áreas de Serviço de agricultura; construção civil; eletricidade e eletrónica; energia, frio e climatização; indústria agroalimentar; indústrias gráficas e de transformação do papel; madeiras, cortiça e derivados; metalurgia e metalomecânica; reparação e manutenção de veículos; têxteis e vestuário; restauração, hotelaria e turismo; saúde, serviços pessoais e à comunidade; serviços comerciais, administrativos e financeiros; ergonomia, segurança e higiene e informática e gestão de sistemas (<http://www.iefp.pt/iefp/rede/listagem/Paginas/91.aspx>). Refere-se ainda que este centro procura dar uma resposta dinâmica ao nível da formação inicial e contínua, bem como na formação de formadores, e de gestores e quadros, pretendendo dinamizar o desenvolvimento da região onde se insere.

SETORES EMPRESARIAIS CHAVE (N.º DE EMPRESAS POR SETOR)

De acordo com o INE, o concelho de Benavente dispõe de um total de 2505 empresas, distribuídas pelos seguintes setores de atividade (Quadro 8):

Quadro 10 - Empresas existentes no concelho de Benavente (INE, 2006)

CAE Rev. 2.1.	Concelho de Benavente
Pesca	5
Indústrias extrativas	0
Indústrias transformadoras	192
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0
Construção	273
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	775
Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)	222
Transportes, armazenagem e comunicações	118
Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	465
Educação	114
Saúde e ação social	151
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	190
Total	2505

As principais atividades económicas terciárias, correspondentes à oferta de géneros de consumo e de serviços, estão localizadas nos núcleos urbanos de Benavente e Samora Correia.

Os centros urbanos de menor escala têm um nível de oferta mais reduzido em termos de oferta do setor terciário. Este setor económico tem uma maior importância relativamente aos restantes setores de atividade - primário e transformador, já que 71% da população empregada pertence ao setor do comércio e serviços (INE, 2011, dados definitivos)

Os principais problemas, com implicações ao nível da organização e funcionamento das atividades económicas e das atividades financeiras estão relacionados com os conflitos

existentes, decorrentes da própria organização do espaço e, ainda, do conflito existente entre os vários sistemas de circulação (motorizado e pedonal), destacando-se o trânsito automóvel de atravessamento (interior de Benavente e de Samora Correia), e a imagem negativa do parque comercial dos centros urbanos de Benavente.

O setor do turismo apresenta-se em Portugal como um setor de crescente potencial, mediante as estratégias delineadas no âmbito da União Europeia.

O concelho de Benavente apresenta características únicas que induzem o aparecimento de uma estratégia setorial dedicada às atividades emergentes que aproveitem os seus valores paisagísticos, as áreas naturais e os seus recursos – o Estuário do Tejo e a Zona de Proteção Especial; e as suas tradições populares relacionadas com o hipismo e a tauromaquia. Neste âmbito, o turismo rural pode ser um produto integrador de várias valências existentes no concelho.

NÚMERO DE PRODUTOS LOCAIS CERTIFICADOS

A seguir à área de pastagens/forragens, a cultura predominante, no concelho de Benavente, é a do arroz num total de 650 hectares, seguida de 140 hectares de milho.

Genuína e exclusivamente nacional, a produção de arroz da Companhia das Lezírias está localizada em pleno Ribatejo (beneficiando de condições únicas para esta cultura), resultando num produto natural, de qualidade.

A produção florestal, outra vertente associada à Companhia das Lezírias, constitui a base de todo um conjunto de atividades que passam pela extração da cortiça, o pastoreio, a caça, o agroturismo, e mesmo a apicultura.

A produção da carne dos bovinos criados na Companhia das Lezírias processa-se de acordo com as condições específicas de produção, o que a diferencia de outros produtos similares existentes no mercado.

A Companhia das Lezírias, membro fundador da Rota da Vinha e do Vinho do Ribatejo, goza de uma localização excelente, que se repercute na qualidade dos seus vinhos.

O azeite da Companhia das Lezírias é uma nova área de negócio, no entanto, a produção de azeitona nesta Companhia não é uma atividade nova.

A coudelaria da Companhia das Lezírias, dedica-se atualmente, em exclusivo, à criação do cavalo “puro-sangue lusitano”, cujos produtos macho cria e aos três anos desbasta e comercializa, no mercado interno e externo.

TAXA DE ATIVIDADE

De acordo com os dados do INE (2011), e conforme referido no capítulo 4 – Atividades Económicas, do relatório da revisão do PDMB, de um total de 12746 ativos registados em 2011, cerca de 83% eram trabalhadores por conta de outrem. Os ativos empregadores são o segundo quantitativo mais relevante, representando 10% do total.

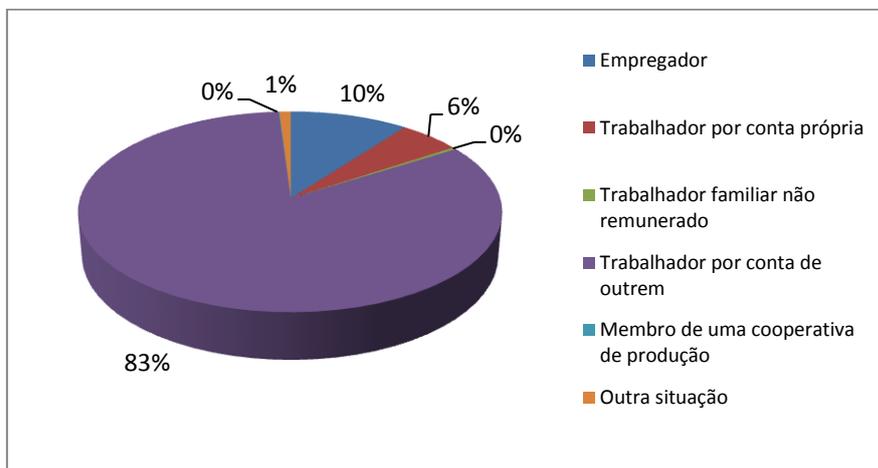


Figura 6 – População residente, com atividade económica, empregada segundo a situação na profissão e desempregada em sentido lato

Citando a mesma fonte, está-se na presença de um município jovem, no contexto nacional e regional, onde a maior percentagem de residentes ativos se encontra nos escalões mais jovens – dos 25 aos 39 anos.

De realçar, igualmente, que a população com mais de 15 anos sem atividade económica é constituída, em grande parte, por reformados e estudantes, havendo também um peso importante da classe “domésticas”.

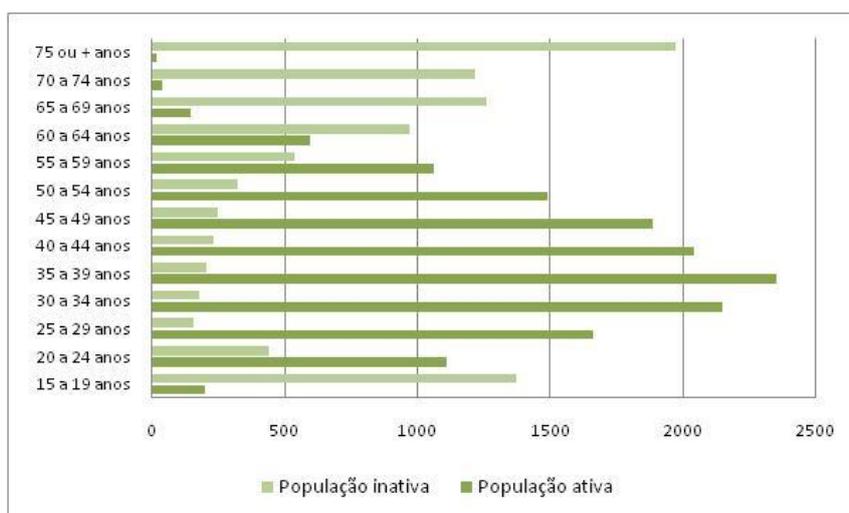


Figura 7 – Distribuição da população em idade ativa (Fonte: INE, 2011)

TAXA DE DESEMPREGO

A população desempregada é de 2012 indivíduos estando na sua maioria à procura de novo emprego (86%). Estes dados revelam uma taxa de atividade a nível concelhio de 50,9% e uma taxa de desemprego de 13,6%.

Quadro 11 – Taxas de atividade e desemprego, em 1991, 2001 e 2011

	Tx.act.1991	tx.act.2001	tx.act.2011	tx.desemprego1991	tx.desemprego2001	tx.desemprego2011
Continente	44,9	48,4	47,6	6,1	6,9	13,2
Alentejo	42,0	45,4	45,3	9,2	8,4	12,8
Lezíria do Tejo	44,3	48,1	46,6	7,1	8,1	12,7
Benavente	48,7	52,4	50,9	7,3	7,4	13,6

Sendo os trabalhadores por conta de outrem, o grupo mais significativo no concelho de Benavente é apresentado, na matriz seguinte, o ramo de atividade dos estabelecimentos empregadores (Quadro 10).

Quadro 12 – Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos segundo o setor de atividade e sexo, em 2000 (Fonte: adaptado do relatório da revisão do PDMB)

Benavente	Total			Primário			Secundário			Terciário		
	HU	H	M	HU	H	M	HU	H	M	HU	H	M
N.º Trabalhadores	6405	3825	2580	505	315	190	2944	1859	1085	2956	1651	1305

A informação contida na matriz anterior aponta para um equilíbrio entre setor secundário e o setor terciário. Isto é ainda a visibilidade da tradição industrial (afirmada nas indústrias metalomecânicas), apesar de nos últimos anos a indústria transformadora conhecer, neste concelho, um maior desenvolvimento.

O setor dos serviços e turismo são, apesar de tudo, os predominantes no concelho.

TAXAS DE COBERTURA DAS ALÉ POR PARTE DAS NOVAS REDES DE COMUNICAÇÕES E PARTILHA E TROCA DE INFORMAÇÃO.

O futuro à distância de um clique. Esta é a grande aposta do "Ribatejo Digital", que pretende colocar a Lezíria do Tejo na vanguarda das novas tecnologias, tornando-a simultaneamente numa região mais competitiva e mais solidária.

O Ribatejo Digital está integrado na Medida 2.3 "Projetos Integrados: Das Cidades Digitais ao Portugal Digital", do Eixo 2 "Portugal Digital" do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POSC). O objetivo deste projeto consiste em tornar a região da Lezíria do Tejo mais competitiva e solidária.

Mais competitiva, colocando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ao serviço do desenvolvimento económico e social da população, disponibilizando informação e serviços em diversos domínios (administração local, solidariedade social, agricultura, atividade económica).

Mais solidária, disponibilizando o acesso à Internet em todas as freguesias, facultando aos cidadãos que não possuem computador a possibilidade de aceder ao crescente volume de informação disponível.

O Ribatejo Digital está dividido em áreas de interesse das quais se destaca:

- Sociedade do Conhecimento para Todos

Um dos objetivos do projeto é o combate à infoexclusão. Para tentar consegui-lo, foi disponibilizado o acesso gratuito à Internet em todas as freguesias da Lezíria do Tejo.

- Modernização da Administração Local

No âmbito deste projeto está a ser levado a cabo um enorme esforço no sentido de aproximar a Administração Local dos Municípios. Assim, foram criados novos sites para as Câmaras Municipais, através dos quais vai ser possível consultar o estado de um processo de obras, comunicar as leituras da água, ou efetuar uma pesquisa geográfica para encontrar uma farmácia perto de si. Estes são apenas alguns exemplos do que pode encontrar no site da sua Câmara Municipal.

- Promoção da Região

A promoção da região da Lezíria do Tejo é o grande objetivo do portal www.ribatejodigital.pt, que é também o ponto agregador de todos os elementos do projeto. Neste Portal é possível encontrar uma quantidade variada de informação, designadamente turística. Notícias atualizadas, Diretórios de links, Farmácias de serviço, Pesquisas Geográficas, são apenas algumas das funcionalidades disponíveis.

- Comunidade Empresarial

O Ribatejo Digital tem também uma vertente voltada para o tecido empresarial da região, que está a ser coordenada pela NERSANT.

A caracterização dos territórios no que respeita à Sociedade de Informação é um instrumento fundamental para a implementação de políticas que efetivamente contribuam para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. Assim nasceu o projeto eAtlaSudoe.

Integrado no programa comunitário Interreg III B - Sudoe, o projeto eAtlaSudoe surgiu no início do ano de 2005, com o objetivo de criar um "Atlas" da Sociedade de Informação, nos territórios abrangidos pelo projeto.

O eAtlaSudoe conta com a participação da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), da Universidade de Toulouse (GRESOC), da Agência Regional para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação

(ARDESI) da região dos Pirinéus franceses, a Universidade de Saragoça e do Observatório Aragonês da Sociedade de Informação (OASI).

No âmbito deste projeto vão ser desenvolvidos vários estudos e análises, em diversas áreas, nas regiões abrangidas pelo projeto (Lisboa e Lezíria do Tejo em Portugal, Aragão em Espanha e Midi-Pyrinées em França).

Em termos práticos pretende-se, utilizando uma metodologia comum, obter resultados que sejam comparáveis e que, acima de tudo, possam permitir aferir dos diferentes estágios de desenvolvimento da Sociedade da Informação em cada uma destas regiões. Entre outras coisas, serão analisados os websites municipais, os Espaços Internet, os lares e o impacto dos parques tecnológicos no desenvolvimento local e regional.

NÚMERO DE CAMAS EM HOTELARIA CONVENCIONAL

O concelho de Benavente apresenta características únicas que induzem o aparecimento de uma estratégia setorial dedicada às atividades emergentes que aproveitem os seus valores paisagísticos, as áreas naturais e os seus recursos – o Estuário do Tejo e a Zona de Proteção Especial; bem como as suas tradições populares relacionadas com o hipismo e a tauromaquia. Neste âmbito, o turismo rural pode ser um produto integrador de várias valências existentes no concelho.

Verifica-se contudo que, em termos de oferta no setor do turismo, o concelho continua muito deficitário. Por exemplo, em termos de oferta hoteleira, Benavente registava uma capacidade de alojamento de 84 lugares.

No dizer do relatório da revisão do PDMB, esta insuficiência e este potencial, de tão óbvios, foram facilmente percebidos por parte de grandes grupos económicos, que têm capacidade de projetar e financiar a intervenção em grandes áreas do concelho de Benavente nas áreas denominadas pelo atual PDM – empreendimentos turísticos.

Estas intervenções ocorrem em extensas áreas, sendo por isso crucial equacionar o planeamento e sustentação daqueles espaços, contrariando a excessiva dependência do uso sazonal. A existência de equipamentos de utilização coletiva, espaços públicos e uma rede viária desenhada em interligação com a atual são fatores que podem contribuir para um uso continuado destes espaços.

ÁREA DE ESPAÇOS INFRAESTRUTURADOS E ESTRUTURADOS PARA ACOLHIMENTO DE NOVAS EMPRESAS

“A atividade industrial, nomeadamente a indústria transformadora, adquire uma preponderância particular na economia regional. Também por estas razões, a composição do tecido industrial no Vale do Tejo reflete claramente a inequívoca importância das indústrias agroalimentar, têxtil, vestuário e couro, metalomecânica e, mais recentemente, toda a fileira florestal. As indústrias do papel e artes gráficas e a dos minerais não metálicos possuem uma posição intermédia na malha produtiva da região. Por sua vez, e mais recentemente, a indústria de materiais de construção tem vindo a acentuar a sua preponderância, principalmente pelas oportunidades geradas pelo mercado da construção e obras públicas, em estreita relação com o desenvolvimento das infraestruturas urbanas do Vale do Tejo” em As PME's na estrutura empresarial do Vale do Tejo, Governo Civil de Santarém 2003 (adaptado do relatório de revisão do PDMB).

Em Benavente o tecido industrial é diversificado e encontra-se disperso por todas as freguesias do concelho. Numa tentativa de organização da atividade secundária, a câmara municipal investiu na criação de espaços industriais infraestruturados.

Os Loteamentos Industriais existentes no concelho de Benavente, exceção feita ao loteamento industrial da Murteira, que apresenta uma percentagem de ocupação na ordem dos 62%, apresentam atualmente uma reduzida taxa de ocupação, nomeadamente o Loteamento Industrial Porto Alto – 50%, o Loteamento Industrial Vale Tripeiro – 40% e o Loteamento Industrial Quinta Verde – 37,5%. Existe um tecido industrial diversificado que se localiza fundamentalmente nas freguesias de Benavente e Samora Correia, aqui, com especial destaque para Porto Alto. Sendo uma matriz bastante heterogénea, parece haver uma predominância da metalomecânica e da indústria alimentar.

Quanto às Indústrias transformadora, de transportes e armazenagem, a proximidade da AML e a necessidade da manutenção de recursos logísticos à sua volta têm funcionado a favor do crescimento do tecido empresarial em Benavente, devido à sua localização geográfica e à organização da rede viária no concelho. O forte potencial de localização de atividades de logística e de armazenagem é visível pela ocupação existente ao longo das Estradas Nacionais 110 e 118, com a presença de um grande número de armazéns, unidades de transformação e empresas de transporte. Contudo, a sucessiva instalação de novas unidades não foi pensada e acompanhada de um processo de planeamento, que permitisse ordenar e dimensionar o território à medida destas atividades, principalmente em termos de rede viária de serviço. O reencaminhamento deste tipo de atividades deverá ter em conta a nova realidade da rede de vias rodoviárias (IC3, IC11 e A13).

NÚMERO DE EQUIPAMENTOS DO TERCÍARIO QUALIFICADO EM ESPECIAL ENSINO SUPERIOR E EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA.

Existe a intenção de um espaço multifuncional que integra os espaços destinados à estruturação de áreas estratégicas para o desenvolvimento económico de Benavente:

- a) Área sob a influência imediata do nó de Benavente
- a) Área sob a influência imediata do nó do Infantado
- a) Polo Universitário de Santo Estêvão

São espaços de reserva estratégica para fazer face às dinâmicas esperadas pelos novos fatores de localização. Estrutura, Infraestruturas, Qualidade e Excelência e Imagem, são as preocupações chave no desenvolvimento destes projetos, onde se pretende criar condições de excelência para a instalação de programas diversificados de âmbito Empresarial, Equipamentos, Terciário Avançado, Investigação e outras áreas emergentes.

São propostas duas áreas localizadas junto aos nós de Benavente e do Infantado, cujo programa deverá ter como preocupações basilares a integração e preservação de elementos naturais e paisagísticos e o desenho de acessibilidades que permitam a não perturbação de lógicas funcionais instaladas.

5.4.3. EFEITOS ESPERADOS

A análise dos efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Benavente será efetuada com base na avaliação da relação entre os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente e os indicadores estabelecidos para o FCD – Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial (Quadro 11). A proposta de revisão do PDM de Benavente poderá assim consubstanciar um conjunto de efeitos positivos e negativos que importa considerar.

Quadro 13 - Avaliação dos efeitos dos objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDMB nos indicadores estabelecidos para o FCD – Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial

Domínio	Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Qualificação humana	Evolução da população residente	Benavente revela dinâmicas interessantes, seja a nível demográfico seja a nível da procura e da fixação de novos investimentos e de novas estruturas empresariais, pelo que se espera uma evolução positiva e significativa da população residente do concelho de Benavente como o principal indutor do crescimento global regional.	
	Evolução da População residente por grupos etários	Destaca-se ainda no contexto regional e sub-regional pelo exacerbado aumento populacional que registou no último decénio inter censitário. Curiosamente, também neste indicador, Benavente destaca-se do padrão nacional e regional, no sentido positivo, uma vez que é o único concelho onde o aumento populacional registado, não se deveu exclusivamente ao aumento dos escalões etários mais velhos. Em Benavente todos os escalões etários tiveram variação positiva, o que demonstra um forte potencial de atração que importa preservar e qualificar, pelo que a observação atenta do comportamento deste indicador se revestir de sinal positivo e significativo.	
	Variação da População Ativa por setores de atividade	Fortalece e diversifica a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa e os próprios setores de atividade.	-
	População residente, segundo a qualificação académica	Estes indicadores apresentam alguma independência relativamente ao processo de elaboração do PDM. No entanto é expectável que a implementação do PDM induza sobre eles dinâmicas positivas.	
	Estruturas de apoio à formação profissional		
Sócio - Economia	Setores empresariais chave (n.º de empresas por setor).	Contribuição positiva e significativa na estratégia de desenvolvimento para o concelho invertendo o carácter periférico de Benavente, afirmando o território como um espaço estruturado, legível, agradável e o mais social e solidariamente, justo possível.	-
	Capacidade de realização dos fundos de apoio e de incentivo a práticas agrícolas sustentáveis (taxa de execução)	A dinâmica empresarial/industrial tem reflexos positivos na capacidade de utilização dos apoios comunitários, que contribui (também) para o fortalecimento e diversificação da base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa.	-
	Número de produtos locais certificados	Fortalece e diversifica a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa, promovendo e implementando uma estratégia de imagem e de marketing de cidade.	-
	Taxa de Atividade		-
	Taxa de Desemprego	Fortalece e diversifica a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa, ao mesmo tempo que deve assumir como dever a qualidade de serviço ao cidadão.	Um aspeto com repercussões negativas e significativas na base económica/empresarial, não contribuindo para a construção de um território para todos, sem exclusões nem excluídos.
	Número de intervenções qualificadoras e respetiva área (ao nível do tecido construído - armazéns, indústrias, e do espaço público).	A reestruturação e a qualificação destas áreas multiusos, base impulsionadora para a fixação de atividades logísticas e empresariais, através do fomento desta opção estratégica contribui não só, de uma forma positiva e significativa, para o correto ordenamento biofísico e paisagístico do território integrado no concelho de Benavente, como fortalece e diversifica a base económica/empresarial.	-

Domínio	Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
	Número de equipamentos e serviços de apoio empresarial instalados	Fortalece e diversifica a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa, avaliando as complementaridades e as incompatibilidades entre as componentes territoriais, que também se pretendem valorizar.	-
	Taxas de cobertura das ALE por parte das novas redes de comunicações e partilha e troca de informação.	O concelho de Benavente é marcado por uma forte dinâmica empresarial/industrial, pela proliferação de unidades industriais e de armazenagem em especial nos eixos viários de passagem e, mais recentemente em espaços infraestruturados, assumindo, cada vez mais, um papel de extensão e de desconcentração da atividade industrial e logística da AML, potenciado pelo quadro de acessibilidades que o envolve e atravessa Apostando neste tipo de atitude fortalece-se e diversifica-se a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa.	-
	Número de camas em hotelaria convencional	Desenvolve de uma forma positiva, significativa e sustentada o setor do Turismo, com reflexos a nível da componente turística, contribuindo para a construção de um território do Lazer e também da base socioeconómica.	-
	Variação da População Ativa por setores de atividade	Fortalece e diversifica a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa e os próprios setores de atividade.	-
	Área de espaços infraestruturados e estruturados para acolhimento de novas empresas	Sendo um território com vocação para o acolhimento de atividades empresariais, torna-se necessário definir uma estratégia para a localização e o fomento da atividade industrial. Neste contexto, e de uma forma positiva e significativa é espectável o fortalecimento e diversificação da base económica/empresarial.	-
	Número de equipamentos do terciário qualificado em especial ensino superior e empresas de base tecnológica.	Este indicador apresenta alguma independência relativamente ao processo de elaboração do PDM. No entanto é expectável que a implementação do PDM induza sobre eles dinâmicas positivas.	

No presente capítulo é ainda efetuada uma análise que permite evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pelo Plano, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos que atuam sobre o domínio em causa, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico.

No quadro que se segue é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pela proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos, e mais concretamente no seu Regulamento, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico. Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo contribui (+) (criando oportunidades) ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do Quadro de Referência Estratégico definido para o Plano.

Face a uma avaliação mais detalhada do território aquando da realização da situação atual de referência, esta justificou a necessidade de introduzir, na análise do FCD - Desenvolvimento da Base Económica, o Plano Rodoviário Nacional 2000.

Quadro 14 – Contribuição da Proposta de Revisão do PDM de Benavente para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do FCD - Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD - Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Reforçar a competitividade territorial (criação de áreas de localização empresarial, em articulação com os programas de desenvolvimento regional e com o sistema de acessibilidades).	+	O fomento da organização espacial do concelho, através da revisão do PDMB traduz-se na concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo, fornecendo o quadro de referência para a promoção da coesão territorial (através de um desenvolvimento social e económico mais equilibrado dos territórios). Estas perspetivas reforçam a competitividade territorial. O fomento do desenvolvimento sustentável, permitindo uma maior organização e coesão económica e social, a proteção ambiental, fortemente associada à necessidade de gerir os recursos naturais (conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural). Os novos contextos ao nível do sistema de acessibilidades e das grandes infraestruturas nacionais como o futuro aeroporto de Lisboa, o TGV e as A-10 e A-13, tornam Benavente, progressivamente, parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa, sendo evidentes os novos fatores de localização e de atração de Investimento (proposta de construção do polo Empresarial e de negócios de Benavente).
	Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais		
	Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social	+	Na elaboração da presente proposta de revisão define-se, também, a estrutura urbana, o regime de uso do solo e os critérios de transformação do território. Uma atitude que permite definir e qualificar espaços para a implantação e desenvolvimento de diversas infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro	+	Sendo um instrumento de gestão territorial que define o quadro de referência das políticas urbanas, algumas das necessidades das populações serão satisfeitas, na sua concretização, na medida em que ele for implementado. Adoção de novas práticas e novas políticas à escala urbana pressupõe a preservação da qualidade de vida das populações, principais bases de uma economia sustentável, competitiva.
	Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural	+	A revisão do PDMB permitirá não só criar novas áreas urbanas, industriais, e a expansão das existentes, como, ainda, permitirá reforçar a competitividade territorial, desde que se tenham em conta os impactos que podem advir dessa situação. A concretização de um vasto conjunto de intervenções no seu território, tem vindo a tornar este espaço mais atrativo para os promotores privados que começam a revelar interesse em se associarem à construção de uma nova urbanidade, através da regeneração e renovação de territórios. Estas são realidades que integram a revisão do PDMB, promovendo a qualidade de vida.
	Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida	+	Do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, que abrange toda a política de base territorial, decorre uma atitude preventiva do ponto de vista da gestão de aspetos como o ambiente e o património cultural com forte interligação com a qualidade de vida, das populações.

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD - Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do estuário do Tejo (PORNET)	Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a proteção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área protegida	+	Os objetivos estratégicos da proposta de revisão do plano promovem a organização territorial do concelho ao propor a criação de condições para a atração e fixação de novas empresas inovadoras e competitivas no contexto local e regional. Este instrumento de gestão territorial em geral e a respetiva revisão em particular, tendo como preocupação o regime do uso do solo e os critérios de salvaguarda do território, está a promover uma política de preservação do solo. Estas atitudes integram-se em aspetos como a proteção e valorização dos recursos naturais.
Estratégia Nacional para a Energia (ENE)	Estimular e favorecer a concorrência, promovendo a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do setor da energia quer as demais do tecido produtivo nacional	+	Ao promover a organização territorial do concelho e a estruturação e a infraestruturização de espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas está-se a defender os consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do setor de energia, quer as demais do tecido produtivo, local e regional.

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD - Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial
Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)	<p>Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.</p> <p>Qualidade de serviço e de recursos humanos – Reforçar a qualidade do Turismo português ao longo dos “momentos de verdade” de interação com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos.</p> <p>Promoção e distribuição – Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão pró-ativa da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal.</p> <p>Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial</p>	<p>+</p>	<p>A oportunidade que o setor do turismo tem em afirmar-se mais na formação da base económica local seja pela concretização dos empreendimentos em curso seja pelas novas oportunidades de formas alternativas de turismo que podem e devem ser exploradas.</p> <p>A aposta nos valores paisagísticos (Estuário do Tejo e Zona de Proteção Especial), nas tradições de hipismo e tauromaquia são alguns aspetos relacionados com a inovação de conteúdos tradicionais portugueses, que fazem aumentar a competitividade e a atratividade do município no contexto regional.</p> <p>Como componentes do setor do turismo destaque-se as potencialidades nas áreas de: Turismo Rural, as denominadas “quintinhas” e o hipismo/fileira do cavalo, para além dos já explorados empreendimentos ancorados no golfe, base de uma gestão pró-ativa da relação com prescritores e definido como prioritário o destino Portugal e Benavente a uma escala local.</p> <p>Expandir, qualificar e diversificar a atividade turística, de forma a responder ao crescimento exponencial das procura associadas aos lazeres e ao turismo, são formas de defender a base económica local.</p>

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD - Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial
Plano Nacional da Água (PNA)	<p>Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados.</p> <p>Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país.</p>	+	<p>O provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral surgem retratados nos objetivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do PDM, satisfazendo as necessidades das populações e da defesa da base económica local.</p>
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	<p>Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.</p>	+	<p>Ao promover a organização territorial do concelho a sua estruturação e a infraestruturização de espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas, pressupõe-se uma eficiência de utilização da água (consumo industrial) de 85%.</p>
Plano Bacia Hidrográfica do Rio Tejo (PBHT)	<p>Articulação do Ordenamento do Território com o Ordenamento do Domínio Hídrico</p>	+	<p>Planear e gerir de forma integrada os recursos hídricos e assegurar a proteção do domínio hídrico, garantindo a existência e a qualidade dos serviços de abastecimento de água em níveis apropriados, designadamente para consumo humano, de drenagem de águas residuais e de controlo da poluição no meio hídrico.</p> <p>Utilização de um sistema de informação distribuído no apoio à articulação da atividade de planeamento de recursos hídricos.</p>

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD - Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial
Plano Rodoviário Nacional - 2000 (PRN 2000)	<p>Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.</p> <p>Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.</p>	+	<p>Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades no âmbito da revisão do PDMB, serão atitudes fulcrais na consolidação e “vertebração” do território, contribuindo para o aumento de acessibilidade e articulação mais eficiente como as vias inseridas na Rede Rodoviária Nacional e contribuindo para a sua boa “irrigação” do território, aspeto interligado com a qualidade de vida, ao permitir um escoamento de pessoas e bens.</p> <p>A elaboração e definição dos conteúdos materiais do PDMB estão de acordo com o estabelecido nos programas estratégicos de ordenamento do território de âmbito nacional e regional nomeadamente em matéria de qualidade de vida urbana.</p> <p>No âmbito da revisão do PDMB, esta aponta para a melhoria do quadro das acessibilidades, bem como para a criação de condições de uma mobilidade sustentável, imprescindível para uma boa qualidade de vida, para uma boa articulação do conjunto de unidades distintas que constituem o concelho de Benavente (social, funcional e formal).</p>
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTAVT)	Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional	+	A revisão do PDMB contribui para o desenvolvimento de atividades económicas, com a criação de espaços para a instalação de atividades económicas, espaços estruturados e infraestruturados, contrariando a relação funcional desajustada, instalada ao longo dos anos. Neste contexto, foram criados projetos estruturantes articulados entre si, potenciadores de novos postos de trabalho.
Plano Regional de Ordenamento do Território de Lisboa (PTOTAML)	<p>Definir as opções estratégicas de base territorial, que deverão ter em conta, em articulação com a Região Alentejo e com as Sub -Regiões da Lezíria do Tejo e do Oeste.</p> <p>A coesão sócio-territorial da região e a distribuição equilibrada das atividades económicas e dos recursos naturais, tendo presentes os importantes investimentos a realizar na área metropolitana de Lisboa.</p>	+	<p>A definição das políticas de base territorial, o regime de uso do solo e os critérios de transformação, são atitudes que visam a coesão territorial, nas suas diversas escalas.</p> <p>A concretização deste plano contribui para potenciar o concelho de Benavente, na rede local e regional em que está inserido.</p> <p>Esta polarização fomenta a organização equilibrada do território, contribuindo para o seu desenvolvimento mais equilibrado, criando vastas áreas multiusos estrategicamente localizadas, como base impulsionadora para a fixação de atividades logísticas e empresariais, científicas, tecnológicas e de investigação.</p> <p>Ao fomentar a revisão do PDMB existe uma articulação das políticas setoriais, uma vez que se promove um correto ordenamento territorial, isto é, uma correta articulação de políticas de base territorial e duma gestão programada da interação homem /espaço natural. Atitudes que contribuem para a coesão sócio territorial do concelho e para a distribuição equilibrada das atividades económicas.</p>

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD - Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Vale do Tejo</p>	<p>Expandir, qualificar e diversificar a atividade turística, por forma a preparar-se para o crescimento exponencial das procuras associadas aos lazeres e ao turismo</p> <p>Promover o desenvolvimento agrícola e rural, numa ótica de valorização da excelência de uma tradição</p> <p>Modernizar o funcionamento da Administração Pública e instituir o diálogo e a concertação interinstitucional como prática corrente</p> <p>Transformar a Lezíria do Tejo num território coeso e fluido e, numa importante plataforma logística, afirmando a sua vocação de múltipla charneira</p> <p>Salvaguardar e valorizar a riqueza e diversidade do património paisagístico, ambiental, histórico, construído e cultural, numa ótica de ordenamento e gestão integrada do território</p> <p>Valorizar o potencial de recursos humanos da sub-região pelo ensino, formação e qualificação profissional, baseados numa cultura de inovação e de abertura à mudança</p> <p>Captar e enraizar novos investimentos industriais estruturantes e, reforçar as estruturas de apoio às empresas e empresários</p>	<p style="text-align: center;">+</p>	<p>A proposta de revisão do PDMB aposta na cooperação intermunicipal, a base para a concretização de estratégias de desenvolvimento e onde se reveem aspetos como a modernização do funcionamento da administração pública, a transformação da Lezíria do Tejo, a salvaguarda e a valorização da riqueza e diversidade do património paisagístico.</p> <p>A par destes aspetos constituem objetivos da revisão do PDMB o potenciar sinergias e dinâmicas de proximidade e minimizar problemas decorrentes de uma má gestão territorial. Estas são tarefas mais bem sucedidas se determinadas num quadro territorial alargado.</p>

Através da análise anterior verifica-se que a revisão do PDMB trará uma contribuição positiva para o alcance das metas estratégicas do QRE, no que diz respeito ao fator crítico “Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial”.

A elaboração de planos, para além de ser um quadro de referências, define, também, a estrutura urbana do concelho, o regime de uso do solo e os critérios de transformação do território. Esta atitude permite definir e qualificar espaços para a implantação e desenvolvimento de diversas atividades, garantindo uma racionalização e qualificação de espaços.

Prevê-se potenciar a capacidade de atração e fixação de investimento público e privado neste concelho, fomentando as potenciais dinâmicas, polo Empresarial e de negócios de Benavente. Uma infraestrutura que oferece condições qualificadas para o desenvolvimento de atividades empresariais de natureza industrial, logística e serviços de apoio à atividade empresarial.

Com a revisão do PDMB espera-se potenciar a dinamização da economia local, melhorando a qualidade de vida das populações e fomentando a organização espacial do território.

De acordo com os princípios integrados na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável pretende-se que o desenvolvimento urbano e a competitividade consagrem um desenvolvimento social em estreito respeito pela natureza, pelo equilíbrio dos valores ambientais e pela utilização racional dos recursos.

Ao fomentar o desenvolvimento sustentável, permitindo uma maior organização e coesão económica e social, está-se a interagir com a proteção ambiental, fortemente associada à necessidade de gerir os recursos naturais. Este tipo de abordagem muito contribui para o reforço da competitividade territorial.

Também a capacidade de criar, difundir e usar conhecimento e informação é cada vez mais um fator fulcral para o crescimento económico/competitividade e a melhoria da qualidade de vida/desenvolvimento urbano. Por esta razão a ciência e a tecnologia assumem um papel estruturante de importância fundamental para o progresso económico e social, afirmando-se como elementos básicos fundamentais para a economia e a sociedade baseadas no conhecimento.

Como a economia baseada no conhecimento requer novas habilitações e competências, a qualidade dos recursos humanos é um “fator-chave” subjacente à invenção e difusão da tecnologia. A qualificação dos recursos humanos apoia-se, necessariamente, no sistema científico, mesmo nos aspetos de formação técnica. De facto, a dimensão e a qualidade da ciência e tecnologia, em estreita ligação com as instituições do ensino superior, são elementos essenciais para a atualidade e permanente atualização do ensino e da formação, desempenhando um papel fundamental no estímulo à criatividade, ao uso do conhecimento, à

inovação, à modernização, à atualização contínua, ao desenvolvimento de atitudes empreendedoras, à internacionalização, à adoção de procedimentos sistemáticos de avaliação, ao reforço da cultura científica e tecnológica.

A revisão do PDMB, como “janela” de oportunidades, no âmbito da dinamização da economia local (contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações e fomentando a organização espacial do território), pode alterar todo o cenário instalado nomeadamente quanto à capacidade de atração e fixação de investimento público e privado, associada a uma força de trabalho científico jovem, altamente qualificada e em rápido crescimento.

As opções estratégicas assumidas na proposta de revisão do PDMB consubstanciam diferentes contributos e conflitos ao nível dos indicadores selecionados para a análise do fator crítico “Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial”.

Desta forma, com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente, foi elaborada uma matriz de interpretação dos objetivos estratégicos da revisão do PDM de Benavente, para o FCD “Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial”.

5.4.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Com o intuito de perceber de que forma o PDMB poderá ter impactos neste fator crítico de decisão, apresenta-se o quadro seguinte, onde são indicadas as principais ameaças e oportunidades que dele poderão advir.

Quadro 15 - Oportunidades e ameaças da proposta de revisão de Benavente no que respeita ao FCD – Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Benavente é um território de oportunidade. • Agricultura, pecuária, coudelaria e floresta. • Produtos regionais. • Cultura do arroz, associada a espaços mais irrigados (rios Sorraia e Almansor). • A oliveira e a vinha são também importantes na economia agrícola. • A produção de carne dos bovinos criados na Companhia das Lezírias • A Rota da Vinha e do Vinho do Ribatejo. • O Azeite da Companhia das Lezírias é uma nova área de negócio. • A agropecuária, ligada ao cavalo. • A tradição hípica e tauromárquica. • A Coudelaria da Companhia das Lezírias e a criação do cavalo Puro-Sangue Lusitano. • Existência dos empreendimentos turísticos (Sto. Estêvão). • Turismo rural. • Turismo temático – Golfe, Hipismo. • O Estuário do Tejo e a Zona de Proteção Especial e as suas tradições populares relacionadas com o hipismo e a tauromaquia. • A sustentabilidade ambiental e natural. • Turismo, lazer e recreio. • Valorização do Sorraia. • O novo Aeroporto de Lisboa e o Eixo Lisboa – Madrid do TGV, constituem fortes fatores de motivação da aposta. • Construção do polo empresarial e de negócios de Benavente. • Espaço Multifuncional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Território de desconcentração das atividades menos qualificadas da AML. • Perda de identidade-tradições locais. • Perda de níveis de competitividade se não houver qualidade e inovação nas ofertas de habitação, turismo e lazer. • Trânsito automóvel, de atravessamento no interior de Benavenente Samora Correia. • Imagem pouco atrativa do parque comercial dos centros urbanos e das zonas industriais do concelho. • Fraca utilização dos loteamentos industriais. • Sustentabilidade ambiental das explorações agropecuárias.

No que diz respeito ao Domínio “socioeconómico”, e caso a autarquia não tome medidas de antecipação relacionadas com os usos e transformação do solo, pressente-se a ameaça associada à deslocalização das atividades menos qualificadas da AML passando pela perda de identidade/tradições locais, pela perda de níveis de competitividade se não houver qualidade e inovação nas ofertas de habitação, turismo e lazer.

Quanto ao trânsito automóvel, de atravessamento no interior de Benavente e Samora Correia, espera-se por alternativas a estes cenários. Alternativas com características de fruição mais agradáveis beneficiando as atividades económicas que se localizem nestes territórios.

Lançar uma imagem atrativa do parque comercial dos centros urbanos do concelho, passará pelo tratamento das centralidades dos centros urbanos, através da utilização de ferramentas, como é caso do desenho urbano, qualificando os espaços ao nível do tecido construído e do espaço público.

Uma maior sensibilização e a criação de incentivos de diversa natureza poderão relançar a imagem dos loteamentos industriais existentes, apoiando novas iniciativas empresariais no âmbito das PME, fomentar, reestruturar e diversificar os setores já instalados.

A fraca sustentabilidade ambiental das explorações agropecuárias poderá constituir uma ameaça. A criação pormenorizada de um guião e de uma check-list para estas explorações e para os produtos, poderá ser um contributo para a sustentabilidade ambiental das explorações existentes. As listas de verificação são um meio auxiliar de avaliação das condições de segurança no trabalho.

5.4.5. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDMB no que respeita à sócio economia e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta deva constituir um processo contínuo e continuado ao longo do tempo.

Neste contexto, sugerem-se algumas recomendações para que a revisão do PDMB possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade definidos para o domínio do FCD “Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial”:

- Assumir a imagem das zonas industriais como preocupação.
- Orientar através de exemplos “projetos tipo” o espaço construído (armazéns, indústrias) e os espaços públicos.
- Programar a instalação de equipamentos e serviços de apoio empresarial.
- Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicações e partilha e troca de informação.
- Definir rede viária estruturante e clarificar a forma como se relaciona com a rede municipal.
- Promover um concurso de ideias para a qualificação da imagem da EN10 e EN118 nas zonas de maior concentração de atividades terciárias e secundárias.
- Potenciar os espaços de proximidade com os nós da A-10 e A-13.
- Desenvolver estudos de pormenor que garantam a coerência interna dos espaços e a articulação com a envolvente mas acima de tudo apostem na Imagem atrativa destas zonas como zonas empresariais de excelência.

- Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicações e partilha e troca de informação.
- Oferecer espaços públicos e espaços verdes qualificados e um programa de serviços e equipamentos de apoio atrativo.
- Dinamizar o Gabinete do Investidor de forma a ser peça chave na atração e seleção de setores empresariais chave.
- Apostar nos serviços terciários qualificados em especial ensino superior e empresas de base tecnológica como âncoras possíveis.
- Oferecer espaços apropriados para a Logística em especial ao longo dos eixos da EN-10 e da EN-118.
- Explorar a possibilidade de instalar Serviços especializados de apoio às atividades existentes no domínio da investigação (Caso da Companhia das Lezírias por exemplo).
- Procurar incentivar uma forte relação entre o Polo da Universidade Lusófona previsto para Santo Estêvão e a base económica local.
- Programar e capitalizar a presença de uma unidade de ensino universitário como fator de localização capaz de fixar e atrair um tecido empresarial mais qualificado.
- Apostar na produção de produtos de excelência e criar uma Imagem de Marca.
- Certificar produtos de qualidade.
- Divulgar e promover a nível regional e nacional os produtos locais – rotas temáticas.
- Divulgar Fundos de Apoio e de Incentivo a práticas agrícolas sustentáveis – medidas agroambientais.
- Incentivar à florestação com espécies autóctones e de maior valor – sobreiro, pinheiro manso.
- Estudar modelos de referência e integrar características endógenas criando produtos alternativos aos existentes no mercado.
- Criar rotas regionais apoiadas em setores chave – ganadarias, coudelarias, gastronomia, recursos naturais.
- Criar infraestruturas de suporte – alojamentos, restauração, equipamentos.
- Uma prioridade à inovação e à iniciativa, nomeadamente através da promoção de ligações mais estreitas entre os centros de investigação e a indústria.
- A garantia de um mercado de trabalho inclusivo, no qual sejam reduzidos o desemprego, bem como as disparidades sociais e regionais no que respeita ao acesso ao emprego.

- A proteção do ambiente, pelo facto disso representar um estímulo para a inovação, e introduzir novas tecnologias.

Utilizaram-se tempos verbais como o fomentar, o aumentar e o criar. Todavia, estas intenções carecem, de intervenções como a educação para o desenvolvimento sustentável.

Espera-se com esta proposta de revisão do PDMB fomentar a organização espacial do território, melhorando a qualidade de vida das populações e criar condições para atingir níveis de desenvolvimento mais sustentáveis.

5.5. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA / ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE

5.5.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS

Este FCD, bastante abrangente, engloba dois domínios: o ambiente urbano e os transportes.

A Estruturação e Requalificação Urbana compreende a atuação nos aglomerados urbanos, de forma a conferir-lhes mais e maior qualidade através de ações de estruturação e requalificação, não descurando aspetos essenciais ao desenvolvimento urbanístico dos aglomerados, como sejam, por exemplo, aspetos de saúde pública.

Com a revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente pretende-se obter um instrumento adequado ao ordenamento integrado e sustentável da sua área de intervenção, apoiando um sistema urbano, “vertebrador” do território e fomentando a cooperação interurbana.

Para isso foram identificados no domínio do Ambiente Urbano, os objetivos de sustentabilidade que pretendem ser assegurados com a implementação do plano, entre os quais se destaca: o fomento da organização do espaço territorial, a promoção de um correto ordenamento paisagístico e biofísico, a regularização e ordenamento das explorações agropecuárias, a promoção da qualidade de vida das populações, a manutenção e a qualificação do nível de urbanização, recusando exceder os parâmetros urbanísticos tradicionais, a definição de uma estrutura urbana clara e de fácil leitura, uma rede atrativa de espaços públicos e de equipamentos e uma “imagem” do edificado, ancorada na identidade do local e a requalificação das zonas ribeirinhas.

A acessibilidade e a mobilidade abordam o desenho das redes de transporte previstas para o concelho, na sua vertente externa e interna, com ênfase nos aspetos relacionados com a sua compatibilização com os sistemas naturais, com a estrutura urbana, com a redução das assimetrias regionais e com o reforço da coesão interna e mobilidade sustentável.

A melhoria da acessibilidade e da mobilidade está intimamente relacionada e dependente das infraestruturas de transporte previstas para o concelho, que asseguram a circulação/ligação na cidade/concelho e deste com o exterior, na sua vertente interna e externa. Benavente detém um posicionamento geoestratégico privilegiado, como o lugar central de nível hierárquico mais elevado, posicionamento que será reforçado pela intensificação/melhoria das relações que a cidade mantém com todo o território envolvente. Com efeito, a inserção da cidade no espaço regional cruza domínios múltiplos que lançam o complexo desafio de conseguir a emergência de um território economicamente competitivo e socioculturalmente atrativo.

Por outro lado e do ponto de vista da acessibilidade/mobilidade, pretende-se o estabelecimento de uma rede viária estruturante e a promoção da melhoria da acessibilidade integrada, o “fortalecimento” das acessibilidades externas e das acessibilidades internas e da mobilidade sustentável, bem como reforçar o serviço da rede de transportes públicos.

Por sua vez, a rede viária urbana articula-se com a estrutura radiocêntrica da malha urbana da cidade, sendo caracterizada por vias estruturantes principais e secundárias (vias arteriais, distribuidoras/coletoras), planeadas de acordo com os instrumentos de planeamento existentes e em vigor.

A análise do presente FCD procura assegurar a componente ambiental num quadro de desenvolvimento sustentável do território, apoiando um modelo de desenvolvimento urbano e dos transportes alicerçado num planeamento que considere aspetos determinantes para garantir padrões de qualidade ambiental e de competitividade no quadro de uma mobilidade sustentável.

Neste contexto, para este FCD e nos domínios do Ambiente Urbano e dos Transportes, foram definidos os objetivos de sustentabilidade e respetivos indicadores (Quadro 14).

Quadro 16 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Estruturação e requalificação urbana / Acessibilidade e mobilidade, com os objetivos de sustentabilidade e principais indicadores de análise estabelecidos.

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Estruturação e requalificação urbana / Acessibilidade e mobilidade	Ambiente Urbano	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a organização espacial do território Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos 	• Evolução da Densidade Populacional	hab/ha	INE
			• Variação da área afeta ao solo urbanizado/afetação de solo ao uso urbano	ha	CM/CCDR/INE
			• Solo afeto à estrutura ecológica municipal (variação anual)	ha	CM/INE
			• Espaço de Atividades Económicas	ha	CM/INE
			• Espaço turístico ¹	ha	CM/INE
			• Espaço Florestal	ha	CM/INE
			• Espaço Natural	ha	CM/INE
			• Espaço Agrícola	ha	CM/INE
			• Espaço Verdes	ha	CM/INE
			• REN	ha	CM/INE
		• RAN	ha	CM/INE	
		<ul style="list-style-type: none"> Regularizar e ordenar as explorações agropecuárias num quadro de equilíbrio e de respeito, com os espaços urbanos e com sistema biofísico 	• Número total de explorações agropecuárias	n.º de explorações agropecuárias/ha	INE
			• Número total de explorações agropecuárias a reconverter	n.º de explorações agropecuárias a reconverter/ha	INE
		<ul style="list-style-type: none"> Promover as condições e a qualidade de vida das populações 	• Acesso da população a sistemas de tratamento de águas residuais domésticas servidos por ETAR em funcionamento.	%	INE CM
			• Acesso da população a sistemas de abastecimento de água potável (abastecimento, superficial e subterrânea).	%	INE/CM
<ul style="list-style-type: none"> Manter e qualificar o nível de urbanização Estruturar o seu território urbanizado, formal ou mesmo informalmente, mas recusando exceder os parâmetros urbanísticos tradicionais 	• Instrumentos de gestão territorial eficazes de nível municipal	Valor unitário de IGT eficazes	CM/CCDR/DGOTDU		
	• Nº de loteamentos aprovados ²	N.º	CM		
	• Número e montantes investidos, nas intervenções de requalificação urbana ²	N.º e valor	CM		

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
		<ul style="list-style-type: none"> Definir uma estrutura urbana clara e de fácil leitura, uma rede atrativa de espaços públicos e de equipamentos e uma “imagem” do edificado que manter a identidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de intervenções a nível da estrutura edificada e montantes investidos² 	Intervenções na estrutura edificada/ montantes investidos	CM
			<ul style="list-style-type: none"> Número de intervenções a nível da estrutura viária e montantes investidos 	Km de infraestrutura rodoviária executada/ montantes investidos	CM
			<ul style="list-style-type: none"> Montantes investidos a nível da intervenção no espaço público urbano² 	Área de espaço público/habitante	CM
			<ul style="list-style-type: none"> Número/área de ocupação e respetiva tipologia de parques de estacionamento 	Área de estacionamento/tipologia	CM
		<ul style="list-style-type: none"> Requalificar as zonas ribeirinhas, libertando-as do excesso de áreas urbanizáveis, através da implementação de alternativas no interior do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Montante investido em projetos (espaços verdes, de lazer e de recreio, desportos radicais e de aventuras criados) nas zonas ribeirinhas² 	Investimento em equipamentos de lazer, nas zonas ribeirinhas/habitante	CM
		<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer uma rede viária estruturante e promover a melhoria da mobilidade integrada (apoiada no estudo de acessibilidades) e adequada às propostas de ordenamento 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo de deslocação por meio de transporte 	Hora	MTC/INV
	Transportes	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades internas e externas 	<ul style="list-style-type: none"> Novas vias rodoviárias que sustentem o transporte intermunicipal e urbano, articulado com as redes de transportes públicos em perspetiva 	Km/100 habitantes	INE
			<ul style="list-style-type: none"> Investimento em novas vias de comunicação, tendo em conta novos cenários relacionados com a futura localização do aeroporto e traçado da alta velocidade 	€/Km construído	INE
		<ul style="list-style-type: none"> Criar condições para uma Mobilidade sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Vias pedonais/ciclovias 	Km/100 habitantes	CM
			<ul style="list-style-type: none"> Número de projetos no contexto da mobilidade sustentável e da mobilidade para todos² 	n. de projetos por 100 habitantes	CM

¹ O espaço turístico do PDM de 1995 integra as atuais qualificações de espaço: espaço de uso especial – segunda residência; espaço destinado a equipamentos e outras estruturas compatíveis com solo rural – herdades e quintas com edificação isolada.

² Indicador decorrente da proposta de revisão do PDM, sendo analisado na avaliação da implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente

5.5.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

Neste capítulo pretende-se efetuar uma caracterização da atual situação de referência, para o território abrangido pela implantação da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, sistematizada em domínios de análise congregados pelo FCD “Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade”.

Uma caracterização sintética que tem como base os resultados de várias análises que foram efetuadas desde o início do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, informação cedida pela Câmara Municipal de Benavente, complementada por vários indicadores disponíveis, pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Desenvolveu-se uma abordagem assente em cada um dos indicadores considerados ou, em algumas situações, na conjugação/fusão de indicadores.

A análise SWOT efetuada no quadro seguinte pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características da estruturação e requalificação urbanas e das tendências existentes ao nível do concelho de Benavente reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise (Quadro 15).

Quadro 17 - Análise SWOT correspondente à área do concelho de Benavente (Fonte: adaptação da informação existente no Relatório do Plano)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Localização geoestratégica do concelho de Benavente, muito valorizada pela excelente rede de acessibilidades existentes e previstas, que visam reforçar as ligações do concelho ao Norte e ao Sul do país assim como ao Alto Alentejo e com a sua região fronteira. O concelho de Benavente é o verdadeiro Pulmão verde da AML. O concelho de Benavente é uma charneira entre a AML e a região da Lezíria e Vale do Tejo. Diversidade morfo-tipológica do meio urbano. Rede Urbana polinucleada. Espaços naturais de valor inigualável. Equilíbrio entre a atividade humana e o ambiente natural. Qualidade ambiental e paisagística. Concretizar o Plano Rodoviário Nacional. Potenciar as acessibilidades – Rede Viária A10 e A13. Via de estrutura urbana do aglomerado. Variante Nascente (ligação EN118 / EN 118-1). Rede estrutural do sistema rodoviário da CULT. Ligações em transporte coletivo entre as sedes de concelho Articulação entre os diferentes modos de transportes públicos (ferroviário / rodoviário). Transporte urbano/local. Elevada percentagem de habitantes servidos pelo transporte coletivo. Território de proximidade. Espaço de “descompressão”. Espaço Multifuncional. Frente Ribeirinha. 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de zonas comerciais. Carência de espaços para instalação de equipamentos públicos e de zonas verdes, suficientemente amplas. Fortes pressões urbanísticas, comprometendo o correto funcionamento dos espaços. Bipolaridade da rede urbana. Contraste com os aglomerados marcadamente urbanos. Espaços habitacionais e espaços industriais/armazenagem, gerando cenários desqualificados. Fragilidade do tecido urbano envolvente aos núcleos antigos – dispersão e monofuncionalidade. “déficit” de estrutura verde, coerente com a tipologia edificada, nos núcleos urbanos. Desaproveitamento do potencial natural para qualificação dos principais aglomerados – espaços verdes urbanos. Sobrecarga da rede interna acessibilidade. Mobilidade difícil nos principais eixos de estruturação urbana que servem como canais de suporte do trânsito de atarvamento-EN118 e excessiva dependência do modo rodoviário. Ausência de ordenamento de tráfego interno nos três aglomerados mais dinâmicos (Benavente, Samora Correia e Porto Alto).

Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de transportes públicos desadequada à expansão dos aglomerados. • Cerca de 15% da população da CULT não é servida pelo transporte coletivo. • Lacunas na rede de transportes coletivos, com falta de ligações. • Falta de ligações viárias entre as partes da cidade. • Segurança nos serviços e nas infraestruturas de transportes. • Volumes de tráfego na rede viária elevados.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação Urbana. • Os espaços públicos urbano. • Projeto modelo “casa típica”. • Espaços de recreio e de lazer, associados ao meio urbano. • Benavente é um território de oportunidade. • Os “empreendimentos turísticos” são relevantes do ponto de vista da geração de novos cenários de ocupação do solo rural. • Zonas residenciais integradas no meio natural. • Desenho de estruturação de pequenos quarteirões urbanos. • Inversão da monofuncionalidade desqualificada. • Os percursos de referência. • Os produtos regionais. • Os rios Tejo e Sorraia. • Qualificação e equilíbrio de espaço territorialmente contíguos e funcionalmente incompatíveis. • Reinterpretação do papel dos eixos viários no tecido urbano. • Companhia da Lezírias, Investidores Privados... • Modernização da Linha de Setil a Vendas Novas. • Novo aeroporto de Lisboa. • Futuro traçado do TGV. • Traçados alternativos de transporte público. • Rede de transporte público de passageiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sub-urbanização-dormitório da AML/2.^a habitação. • Transformação da propriedade rústica em propriedade urbana. • Promoção de terreno e construção para venda. • Ocupação com diferentes tipologias de construção e a sua organização em malhas independentes (manta de retalhos). • População desenraizada. • Subaproveitamento e desvalorização do património natural. • Descaracterização e adulteração dos valores naturais. • Abandono dos ecossistemas ribeirinhos, com consequente destruição da riqueza biológica da paisagem. • Poluição da água e do solo. • Aumento da utilização do automóvel nas deslocações. • Atravessamento dos núcleos urbanos. • Sinalização rodoviária deficitária. • Estacionamento público.

Onze municípios da Lezíria do Tejo – Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém – em parceria com a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) - iniciaram a elaboração da Agenda 21 da Lezíria do Tejo, tendo os seus trabalhos de caracterização e diagnóstico constituído uma fonte privilegiada de informação para a análise apresentada na matriz SWOT.

EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL

Outro indicador pertinente para a análise da evolução da população no concelho de Benavente prende-se com a densidade populacional. Deste modo, verifica-se que os níveis de densidade populacional do concelho (cerca de 55,7 habitantes por km²) são inferiores à média nacional e regional, o que se justifica pela sua elevada extensão. De registar a maior densidade populacional da freguesia da Barrosa (dada a sua reduzida extensão).

QUADRO 18 – EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL (FONTE: ADAPTADO DA CARTA EDUCATIVA DE BENAVENTE)

Unidade territorial	Densidade Populacional (2011)
Benavente	70,4
Barrosa	101,1
Samora correia	53,3
Santo Estêvão	32
Concelho Benavente	55,7
Lezíria do Tejo	57,9
Continente	112,8

VARIAÇÃO DA ÁREA AFETA AO SOLO URBANIZADO/AFETAÇÃO DO SOLO AO USO URBANO

Nos termos da proposta de revisão do PDMB, os espaços suscetíveis de urbanização ou edificação são múltiplos, atendendo ao uso existente ou proposto.

Ao conjunto de áreas com capacidade para acolher futuras intervenções urbanísticas integradas no tecido urbano, foi designado por solo urbanizado, enquanto que, o solo programado será aquele que, sem ter sido intervencionado, reúne condições para, num médio prazo, podê-lo ser.

Quer o solo urbanizado, quer o solo programado integram o tecido urbano de qualquer aglomerado.

Aspetos a reter do relatório do plano:

- O Espaço Urbano aumenta na sua globalidade, cerca de 33 % relativamente ao espaço urbano do PDMB95. Embora se reconheça que o espaço urbano, proposto e previsto, no PDMB95 não se encontra totalmente esgotado, a verdade é que o grau de execução e de comprometimento é significativo.

Existem significativas áreas, contíguas aos principais aglomerados, que embora urbanisticamente ocupadas, não evidenciam uma estruturação e uma qualificação de espaço urbano, pelo que foram integradas em perímetro urbano e aguardam a execução de processos de requalificação, estruturação e reconversão urbanística (Foros de Almada e da Charneca, os Arados e a Coutada Velha são exemplos paradigmáticos, mas Benavente e Samora Correia também apresentam áreas envolventes com estas características).

- Se considerarmos apenas os perímetros urbanos de Benavente e de Samora Correia /Porto Alto, que são os principais polos urbanos do Concelho, as taxas de aumento dos perímetros urbanos já são mais baixas, respetivamente, 31 % e 22 %.
- O aumento da área do perímetro urbano resulta essencialmente da necessidade de estruturar áreas edificadas como os Foros, a Coutada Velha, os Arados e outras que apresentam um nível de edificação significativa, reúnem as condições de dimensão e de infraestruturção próprias de aglomerados urbanos, apresentam uma identidade de lugar e que no PDM de 1995 não apresentavam a classificação integrada em perímetro urbano.
- No essencial, a proposta de revisão do PDM de Benavente procura estruturar e consolidar o perímetro urbano existente, alargando a áreas contíguas edificadas. Não perspectiva no modelo de ocupação que preconiza e na estrutura regulamentar associada, visões de expansão e de densificação do modelo de ocupação do território. Antes pelo contrário, as opções estratégicas assumidas no processo de revisão do PDM de Benavente assumem como prioritário evitar e contrariar os efeitos de uma tendência e apetência para uma urbanização mais densificada por via da influência da progressiva integração funcional deste território na AML.
- Em Foros, nos Arados e na Coutada Velha, as estruturas urbanas baseiam-se em tipologias unifamiliares em lote ou parcela com área superior a 1000 m². Este modelo de ocupação tradicional do solo revela uma forma de vida muito enraizada e associada à terra e à posse da terra, procurando um enquadramento e uma escala equilibrada como o sistema biofísico. No entanto trata-se de um modelo de significativo consumo de espaço.

SOLO AFETO À ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL (VARIAÇÃO ANUAL)

Áreas com função de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades de ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, agrícola ou florestais, coincidindo no todo ou em parte com a estrutura ecológica municipal, assumindo o papel de corredor de ligação ou de diferenciação, entre diferentes categorias de espaços.

O enquadramento no âmbito da AML de todo um espaço natural de descompressão e que no seu conjunto está inserido numa estrutura ecológica estruturante da AML e que, no caso do concelho de Benavente desempenhar e representar o papel do verdadeiro pulmão da AML e um cenário privilegiado para o desenvolvimento de atividades de turismo sustentável. Território de Lazer e do Recreio.

ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

Trata-se de espaços que devem ser objeto de intervenções ao nível da qualificação da Imagem e do espaço público. É evidente que a infraestruturização é condição necessária e obrigatória. Concentram-se nas freguesias de Samora Correia e de Benavente, junto aos eixos viários de maior visibilidade – EN10 e EN118 e respetivos nós.

Aspetos a reter do relatório do plano:

- Os espaços Industriais previstos e propostos pelo PDMB95 estão praticamente comprometidos na totalidade, pelo que a inexistência de uma bolsa de terrenos infraestruturados para fazer face às dinâmicas instaladas e à procura por parte de novos investidores e de novos investimentos, ser um dos graves problemas com que o município se debate do Município
- A proximidade e a provável integração de Benavente na AML, os novos fatores de localização e de mudança (o NAL e a Cidade Aeroportuária, o TGV, a A-13, a A-10 e respetivos nós, a Ponte da Lezíria e a dinâmica empresarial crescente), constituem uma realidade que deverá ser potenciada. Assim se justifica o acréscimo da área correspondente ao espaço de localização de atividades económicas no PDM14 de cerca de 30 % dos espaços industriais existentes, integrando nalguns casos, estruturas já existentes. Mas é na programação de novos espaços multifuncionais/empresariais que a aposta é mais evidente. (Espaço Multifuncional de Benavente Espaço Multifuncional da Coutada Velha Espaço Multifuncional para o Parque Ambiental).

ESPAÇO TURÍSTICO

O Espaço Turístico integra os espaços que apresentam ou revelam aptidão para instalação de empreendimentos com programas turísticos associados. A programação e lógica funcional desta categoria de espaço merecem uma ampla reflexão, visando a definição de modelos de ocupação qualificada do ponto de vista urbano, e não apenas dormitórios de luxo da AML.

Assegurar a estrutura urbana, a integração de elementos naturais e equipamentos temáticos são objetivos a concretizar através da definição de parâmetros urbanísticos e da programação/faseamento das intervenções.

Esta categoria de espaço concentra-se na freguesia de Santo Estêvão. São espaços em execução ou em expectativa destinados à instalação de empreendimentos de âmbito “turístico – residenciais” com uma forte associação à oferta Golfe.

Aspetos a reter do relatório do plano:

- O espaço turístico do PDM de 1995 integra as atuais qualificações de espaço: espaço de uso especial – segunda residência; espaço destinado a equipamentos e outras estruturas compatíveis com solo rural – herdades e quintas com edificação isolada.
- A aposta no desenvolvimento do setor do Turismo é evidente no PDMB95. Embora com níveis de execução abaixo das expectativas, o nível de comprometimento é quase total (Infantado/ Vargem Fresca e Vila Nova Santo Estêvão têm alvarás de loteamento eficazes). Em Mata do Duque e Zambujeiro / Pau Queimado encontramos parcelas autónomas para construção (enquadradas no PDMB95). Em curso existem processos de comercialização de quintas e lotes de grande dimensão. O PDM14 mantém a mesma aposta. No entanto procurou introduzir algumas correções às áreas cartografadas em salvaguarda do sistema biofísico. Esses acertos justificam a diminuição de área afeta ao desenvolvimento do turismo.
- Os empreendimentos que detinham alvará de loteamento eficaz (Vargem fresca e Infantado) foram integrados no Solo Urbano com a qualificação de “Espaços de Uso Especial _ Segunda Residência”. As restantes área (Sesmarias do Pau Queimado, Zambujeiro, Mata do Duque) foram, pelas suas características de ocupação, integradas no Solo Rural com a qualificação “Espaços destinados a Equipamentos e outras estruturas compatíveis com o Solo Rural – Herdades e Quintas ou Equipamentos”. Procurou-se, assim, ajustar a classificação e qualificação urbanística à realidade da ocupação territorial.
- Como reforço desta aposta o PDM14 integra uma intenção de investimento na área do Turismo para o Trejoito. A concretização deste investimento representa (em termos globais), o reforço da aposta no setor do Turismo com um aumento de área assim classificada, em cerca de 18 % relativamente ao PDMB95. Como se trata de um processo em curso e em discussão optou-se por assinalar uma Unidade Operativa de Planeamento e de Gestão.

ESPAÇO FLORESTAL

Os Espaços Florestais correspondem aos terrenos com vocação florestal, englobando zonas atualmente afetadas a este uso e zonas potenciais que, mediante ações de recuperação ou reconversão, podem ser espaços florestais de qualidade. Para a qualificação desta categoria de espaço importa considerar o seu ordenamento setorial tendo como objetivo fundamental assegurar as suas funções ecológicas, estruturante e de produção sustentada de bens e serviços, podendo eventualmente aí ocorrer outras atividades, que não criando situações de incompatibilidade com o uso dominante, sejam dele complementares, em especial atividades industriais ligadas à produção florestal.

Considerou-se, no diagnóstico elaborado no âmbito da revisão do PDMB, a diferenciação em duas categorias:

- Espaço Florestal de Produção
- Espaço Florestal de Conservação que integra a Mata Modelo

O espaço florestal de produção integra praticamente toda a área de montado e destina-se à exploração florestal. A mata Modelo corresponde a um projeto piloto lançado pelo PROF do Ribatejo que visa explorar as potencialidades do espaço florestal e testar / experimentar formas de gestão mais adequadas à sensibilidade do meio.

Aspetos a reter do último relatório do plano:

- O Espaço Florestal mantém-se, praticamente, estável. A diminuição verificada (cerca de 5%) tem a ver com a execução dos principais eixos viários, da A-10 e da A-13, e não pelo uso ou reclassificação do solo.

ESPAÇOS NATURAL E AGRÍCOLA

Existem no concelho inúmeros valores e funções relevantes e estruturantes para o ordenamento do território. Mas pela sua importância atual e considerando a sua cada vez maior importância futura, atendendo aos contextos de sustentabilidade ambiental quase unanimemente defendidos, atendendo ainda à forma clara como se impõe e marca o território, não poderíamos deixar de representar um primeiro nível que designamos por Espaços Naturais. Estes espaços correspondem à área integrada na RNET onde a proteção e conservação da natureza e da biodiversidade é imperativa.

Os espaços agrícolas integram duas categorias distintas:

- Espaço Agrícola de Produção
- Espaço Agrícola Prioritário em Baixa Aluvionar

Este espaço abrange as áreas prioritárias para a conservação, onde o referido controlo deve ser conduzido por regras de sustentabilidade, que garantam um correto funcionamento dos sistemas naturais (“Zona de especial interesse para a conservação da avifauna (prioridade 1)”); Os pauis de Belmonte e Trejoito; as principais linhas de água e os leitos aluvionares a elas associados). Os restantes espaços agrícolas de produção correspondem às áreas que possuem características mais adequadas à prática da agricultura, agropecuária e pecuária. Territorialmente, aparecem na sua maioria, na envolvente dos espaços de ocupação urbana e próximo dos cursos de água.

Aspetos a reter do relatório do plano:

- O Espaço Natural foi objeto de correção de áreas. Na proposta de PDM14 integra o território que faz parte da Reserva natural do Estuário do Tejo (RNET);

RAN e REN

Aspeto a reter da proposta de Ordenamento da Revisão do PDM de Benavente:

- A Reserva Agrícola Nacional foi redelimitada conjuntamente com os Serviços Técnicos da Direção Regional de Agricultura e Pescas. O quadro seguinte permite verificar que a Reserva Agrícola Nacional regista um acréscimo de cerca de 2% relativamente à RAM em vigor (passa de 26,71% da superfície do território municipal para 28,21%)

Reserva Agrícola Nacional	Superfície (ha)	% da superfície do concelho
Área da RAN em vigor	13.647,48 ha	26,17%
Área da RAN Bruta proposta	13.173,00 ha	25,26%
Área a incluir na RAN	1.689,71 ha	3,24%
Área a excluir da RAN	152,73 ha	0,29%
Área da RAN com inclusões	14.862,71 ha	28,50%
Área da RAN após inclusões e exclusões	14.799,98 ha	28,21 %

- A delimitação da REN obedeceu a um novo enquadramento legal e, nesse âmbito, considerou critérios diferentes. Do trabalho efetuado regista-se o acréscimo da área do território integrado nesta condicionante. De cerca de 60,39% da área do município integrada em Reserva Ecológica Nacional, com a revisão do PDM de Benavente e a redelimitação da REN essa percentagem passou para os 69,38% (registou, portanto, um acréscimo de cerca de 9%).

Reserva Ecológica Nacional	Superfície total (ha)	Superfície total do concelho (%)
REN em vigor	31.488,00	60,39
REN bruta	39.757,29	76,25
REN final	36.178,21	69,38

- Relativamente à ZPE a Câmara Municipal de Benavente propõe um acréscimo de área a integrar, considerando uma área territorial contígua e que integra o Paul de Belmonte.

ESPAÇO VERDES

São espaços que correspondem a pequenas parcelas de terrenos indispensáveis de integrar no domínio e no usufruto público, assumindo a sua função de relação com a estrutura ecológica municipal, oferecendo espaços para o recreio e o lazer, urbanos ou apenas assumindo o papel de corredor de ligação ou de diferenciação, entre diferentes classes de espaços.

NÚMERO TOTAL DE EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS

O setor agropecuário do município de Benavente apresenta ainda alguma expressão. Atualmente existem cerca de 100 explorações agropecuárias, de acordo com os dados disponibilizados pelo município.

Aspetos a reter do relatório do plano:

- Para além do seu potencial endógeno de desenvolvimento, em Benavente a agricultura e a pecuária têm ainda alguma expressão, pelo que este indicador nesta matéria se tornará positivo e pertinente, pelo facto do PDM em vigor que agora se revê considerar já o setor agrícola e agroflorestal como fator chave da sustentabilidade do concelho de Benavente. Este tipo de atividades tem impactos importantes no território e no ambiente natural.

NÚMERO TOTAL DE EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS A RECONVERTER

Um dos pontos fundamentais nesta matéria é a sustentabilidade ambiental destas explorações, ou seja, importa delinear um programa de ação que assegure o tratamento dos detritos e monitorize periodicamente o seu funcionamento. No que respeita às implicações territoriais que este tipo de atividades encerram, será possível propor a reconversão de explorações de produção animal existentes, tornando-se fundamental saber-se o n.º de explorações a reconverter, no contexto da sua sustentabilidade ambiental ou da sua viragem para novos segmentos de produção para mercados emergentes, nomeadamente a agricultura biológica.

ACESSO DA POPULAÇÃO A SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS SERVIDOS POR ETAR EM FUNCIONAMENTO.

Tendo como base dados do INE (2008), cerca de 76% da população do concelho é abrangida por sistemas de drenagem de águas residuais e cerca de 71% da população é servida por sistemas de tratamento de águas residuais. Segundo o diagnóstico elaborado no âmbito da revisão do PDMB, perspetivam-se grandes alterações a este nível, encontrando-se em fase de

execução e em fase de adjudicação algumas obras que após a sua conclusão, irão resultar num nível de cobertura bastante aceitável.

ACESSO DA POPULAÇÃO A SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL (ABASTECIMENTO, SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA).

O concelho de Benavente, relativamente à Rede de Abastecimento de Água, apresenta atualmente uma cobertura em termos populacionais de 98%. Esta rede recorre em termos de sistema utilizado, a Furos de Captação, com reservatórios elevados, a partir dos quais se faz a distribuição de água.

O Município tem vindo a fazer nos últimos anos grandes investimentos na renovação da rede de abastecimento de água, estando atualmente servido por uma rede nova na sua quase totalidade, pelo que não apresenta problema de maior, sendo apenas detetados alguns problemas no abastecimento de água nos Foros da Charneca, relacionados essencialmente com situações de rega no período de verão.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EFICAZES DE NÍVEL MUNICIPAL

O PDM de Benavente foi ratificado por Resolução do Conselho de Ministros nº 164/95, publicada no Diário da República, I série B, nº 282/95, de 7 de dezembro de 1995. Sofreu as seguintes alterações:

- Alteração publicada no Diário da República, II série, nº 138, de 18 de junho de 1998 (Declaração nº 207/98);
- Alteração publicada no Diário da República, II série, nº 108, de 10 de maio, de 2000 (Declaração nº 146/2000);
- Alteração publicada no Diário da República, II série, nº 223, de 25 de setembro de 2001 (Declaração nº 281/2001);
- I Suspensão Parcial e Estabelecimento de Medidas Preventivas, ratificadas por Resolução do Conselho de Ministros nº 133/2004, publicada no Diário da República, I série B, nº 217, de 14 de setembro de 2004, com Declaração de Retificação nº 98/2004, publicada no Diário da República, I série B, nº 262, de 8 de novembro de 2004 (atualmente caducada);
- II Suspensão Parcial e Estabelecimento de Medidas Preventivas, ratificadas por Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2008, publicada no Diário da República, I série, nº 99, de 23 de maio de 2008.

Encontra-se em fase de publicação no Diário da República, a III Suspensão Parcial e Estabelecimento de Medidas Preventivas.

PLANOS DE PORMENOR (PP)

O PP da Zona Industrial de Vale Tripeiro, em Benavente, foi ratificado pelo Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território e publicado no Diário da República, I série B, nº 21, de 25 de janeiro de 1995 (Portaria nº 58/95).

Sofreu uma alteração ratificada por Resolução do Conselho de Ministros nº 106/2002, publicada no Diário da República, I série B, nº 193, de 22 de agosto de 2002.

Encontra-se em fase de elaboração o PP da zona situada entre o Rio Sorraia e a Rua Dr. Rui de Azevedo, em Benavente. Esta deliberação foi publicitada através do Aviso nº 3555/2000, publicado no Diário da República, II série, nº 106, de 8 de maio de 2000.

NÚMERO DE INTERVENÇÕES A NÍVEL DA ESTRUTURA VIÁRIA E MONTANTES INVESTIDOS

Atualmente, e de uma forma geral, o concelho de Benavente não está bem servido de vias de comunicação (Capítulo 6 do estudo setorial elaborado no âmbito da revisão do PDMB). A este problema junta-se o facto de as principais vias distribuidoras existentes, nomeadamente a E.N. 10 e a E.N. 118 se encontrarem saturadas em termos de volume de tráfego.

No que diz respeito às condições de acessibilidade, no âmbito da rede viária secundária e local, estas não têm legibilidade, denotando alguma fragilidade ao nível do seu perfil e do estado de conservação dos pavimentos, nomeadamente nas ligações entre aglomerados e freguesias mais isoladas.

Contudo, não se trata de uma situação problemática, pelo facto de estarmos perante um volume de tráfego reduzido, atendendo à dimensão dos aglomerados servidos e à natureza das atividades instaladas. Sendo exemplo da situação descrita a rede viária que serve aglomerados urbanos como, Barrosa e Santo Estêvão.

Recentemente, esta rede corresponde, em termos da hierarquia viária, a uma via distribuidora secundária que sofreu beneficiações (pavimentação), encontrando-se, atualmente, em condições aceitáveis, face aos níveis de atendimento a que está sujeita.

De salientar, do ponto de vista da rede viária, a grande dependência funcional do concelho e em especial dos dois grandes aglomerados populacionais (Benavente e Samora Correia/Porto Alto) da E.N. 118 e da E.N. 10, onde se concentram os principais constrangimentos e pontos de conflito da rede viária concelhia.

Sendo o estacionamento um elemento da estrutura viária, este constitui um dos problemas dos aglomerados mais importantes do concelho, nomeadamente Benavente e Samora Correia. Aglomerados onde existe uma maior concentração urbana, de serviços, e de comércio.

NÚMERO/ÁREA DE OCUPAÇÃO E RESPECTIVA TIPOLOGIA DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO

O estacionamento é um aspeto importante na qualificação das malhas urbanas dos aglomerados. A boa localização e identificação dos parques de estacionamento, onde todos os visitantes deverão estacionar, são aspetos reveladores da qualidade do local, tornando-o atraente para quem o visita, transmitindo, igualmente, um sentido de organização.

Em suma, existe um déficit de oferta de estacionamento no concelho de Benavente, resultado da inadequação da oferta à procura.

TEMPO DE DESLOCAÇÃO POR MEIO DE TRANSPORTE

O enquadramento viário torna o concelho de Benavente num território de proximidade, ou seja, a facilidade de deslocação não só para a envolvente próxima como para qualquer ponto do território nacional, é uma mais-valia considerável.

Pode-se falar em posição geoestratégica, tendo em consideração a localização de nós viários estruturantes e a proximidade aos centros de decisão.

Como se esquematiza na figura seguinte, o concelho de Benavente, encontra-se a 30 minutos de Lisboa, à mesma distância temporal da sede de distrito (Santarém) e a apenas 20 minutos de Vila Franca de Xira, onde é possível o acesso ao transporte ferroviário e ao atual nó de ligação ao IP1. Mais distantes, mas com acessos de excelência, estão o Porto a 3 horas pelo IP1, Sines (zona portuária) a 1h30 minutos pelo IC11/IP1/IP8 e Espanha a apenas 2 horas de distância pelo IP7.

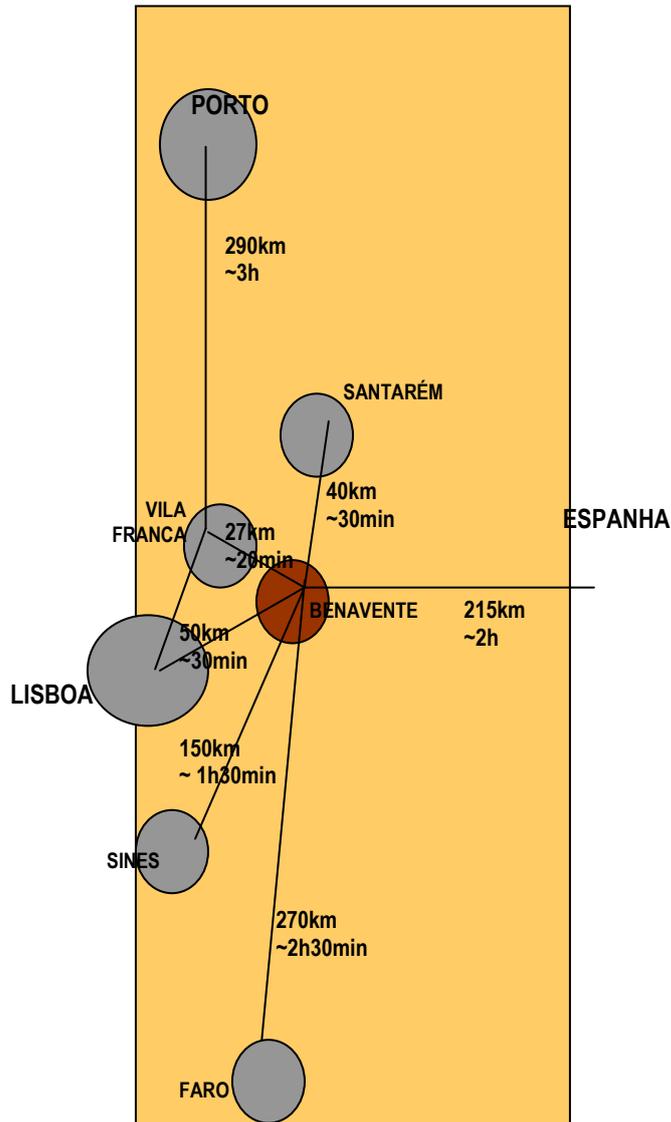


FIGURA 8 - NOVAS VIAS RODOVIÁRIAS PREVISTAS (FONTE: ADAPTADO DO DIAGNÓSTICO DE REVISÃO DO PLANO)

NOVAS VIAS RODOVIÁRIAS QUE SUSTENTEM O TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E URBANO, ARTICULADO COM AS REDES DE TRANSPORTES PÚBLICOS EM PERSPETIVA.

O concelho apresenta uma rede viária com uma densidade assinalável, embora nem sempre racionalmente distribuída, necessitando contudo de beneficiações ao nível do traçado, e essencialmente do pavimento e da sinalização. As necessidades que se fazem sentir ao nível da rede viária concelhia, de acordo com o que foi possível detetar, para além da beneficiação e correção de algumas ligações, essencialmente ao nível da rede de distribuição e da rede urbana local, a criação de novas ligações visa essencialmente resolver um problema detetado e salientado pelos presidentes das várias Juntas de Freguesia e que se prende com a grande dependência da rede principal (EN's) nas ligações viárias intermunicipais, que é sem dúvida a grande deficiência em termos de malha viária concelhia.

No âmbito do anteriormente referido, salienta-se a necessidade da criação de uma malha viária estruturada e devidamente hierarquizada, onde se inclui a criação de variantes, nomeadamente a Benavente e Samora Correia/Porto Alto, em alternativa às saturadas E.N. 10 e E.N. 118.

Em síntese, para além da indispensável ligação ao futuro nó da A10 (IC11) / A13 (IC3), torna-se essencial a criação de uma circular Nascente, que constitui uma ligação entre a EN 118 a norte de Benavente, cruzando a EM 515 e a EM 118-1 e terminando novamente na EN 118 agora a Sul de Benavente. Esta via apresenta-se como uma excelente alternativa à E.N.118, nas ligações Norte / Sul, libertando dos movimentos de atravessamento o centro urbano de Benavente essencialmente no já muito saturado troço da EN 118, facilitando a intervenção nos espaços públicos com vista a uma maior qualidade urbana das formas de ocupação (Relatório final da revisão do plano).

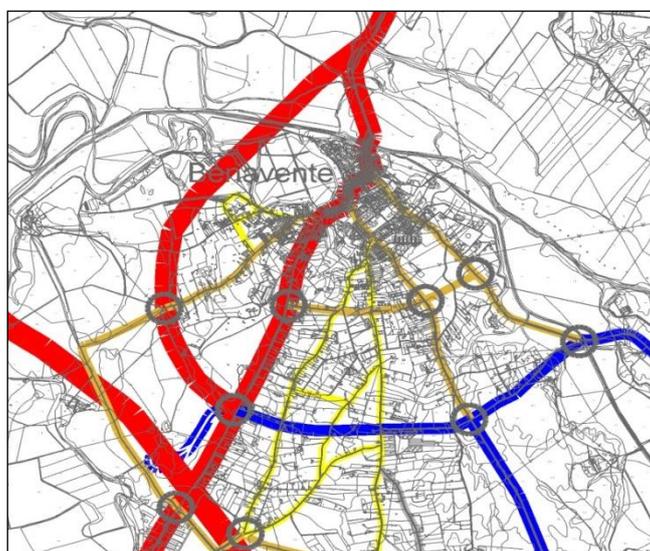


Figura 9 – Hierarquia viária – Freguesia de Benavente (Fonte: adaptado do diagnóstico de revisão do PDMB)

De acordo com o Relatório final da revisão do plano, torna-se ainda essencial a criação de outras vias urbanas, que ajudem a estruturar todo o espaço urbano de Benavente, articulando o centro urbano, o espaço multifuncional, o nó da A10 / A13, e amarrando toda a malha radial de acesso a Benavente, constituída pelas nacionais (EN118, EM118-1 e EM 515).

INVESTIMENTO EM NOVAS VIAS DE COMUNICAÇÃO, TENDO EM CONTA NOVOS CENÁRIOS RELACIONADOS COM A FUTURA LOCALIZAÇÃO DO AEROPORTO E TRAÇADO DA ALTA VELOCIDADE.

Considerando estas e outras intervenções, em termos de novas redes de acessibilidades, o concelho de Benavente assumirá, de futuro, uma posição de grande relevo no agrupamento da Sub-região da Lezíria do Tejo, pelo facto de já estar servida pelo entroncamento de dois importantes Itinerários Complementares, a A10 (IC11) e a A13 (IC3), e se perspetivar poder vir

a acolher a futura localização do Aeroporto (Alcochete), e ainda o traçado do Comboio de Alta Velocidade

VIAS PEDONAIS/CICLOVIAS

Programar o tratamento dos largos, praças e jardins urbanos e criar percursos pedonais de ligação e relação entre eles. Potenciar a criação de espaços de enquadramento aos equipamentos, como praças ou jardins onde possam ocorrer acontecimentos socializantes. Neste contexto a necessidade de ser criada e estruturada uma rede qualificadora de espaços de encontro e de socialização, integrando espaços naturais complementares

NÚMERO DE PROJETOS NO CONTEXTO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E DA MOBILIDADE PARA TODOS

A mobilidade urbana sustentável pode ser definida como o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos não-motorizados e coletivos de transporte, de forma efetiva, que não gere segregações espaciais, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável. Baseado nas pessoas e não os veículos. Trata-se de uma atitude inclusiva, a ter em consideração em todas as intervenções sejam novas sejam existentes. Há que eliminar barreiras, como a dimensão dos passeios de acordo com a lei, o rebaixamento regulamentar de passeios nas passeadeiras de peões que os distingam de acessos a garagens, espaços reservados a deficientes e identificados nos parques de estacionamento público, sinais acústicos nos semáforos.

5.5.3. EFEITOS ESPERADOS

A análise dos efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Benavente será efetuada com base na avaliação da relação entre os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente e os indicadores estabelecidos para o FCD – Estruturação e Requalificação Urbana / Acessibilidade e Mobilidade (Quadro 19). A proposta de revisão do PDM de Benavente poderá assim consubstanciar um conjunto de efeitos positivos e negativos que importa considerar.

QUADRO 19- Avaliação dos efeitos dos objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDMB nos indicadores estabelecidos para o FCD – Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade

Domínio_ Ambiente Urbano		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Evolução da densidade populacional	A densidade populacional e de alojamentos são os indicadores reais da intensidade de apropriação dos espaços, tendo em consideração as condicionantes e características morfológicas dos territórios em presença. A análise destes indicadores reforça a ideia apresentada de que Benavente é o espaço de “descompressão” pela presença de elementos e espaços naturais de qualidade e pela contínua preservação dos mesmos em equilíbrio com o crescimento urbano. É neste contexto que a monitorização deste indicador se tornar positivo e significativo numa aproximação ao modelo tipo morfológico.	-
Varição da área afeta ao solo urbanizado/afetação do solo urbano	Esta variação será positiva e significativa se pressupõe estruturar o território urbanizado, formal ou mesmo informalmente, mas recusando exceder os parâmetros urbanísticos tradicionais.	-
Solo afeto à estrutura ecológica municipal (variação anual)	Afirmar o sistema biofísico como estruturante e estruturador da organização territorial, poderá contribuir de uma positiva e significativa para a variação anual desta estrutura.	-
Espaço de atividades económicas	Esta afetação para que tenha resultados positivos e significativos deverá oferecer espaços empresariais atrativos e qualificados mas acima de tudo “amigos e compatíveis” com o Ambiente.	-
Espaço turístico	Esta afetação deverá ir ao encontro da dinamização e potenciar a aposta no setor do Turismo, considerando duas vertentes essenciais: O golfe e a segunda residência e o Turismo de Natureza e de forte vertente Ambiental. Só desta forma as novas afetações poderão ter um sinal positivo e significativo.	-
Espaço florestal	O concelho tem uma área de 521Km ² , dos quais 250Km ² (cerca de metade do concelho) têm uso florestal e 34Km ² têm uso agrícola. Neste contexto este indicador torna-se positivo e significativo.	-
Espaço natural	Com espaços naturais de valor inigualável, o concelho de Benavente afirma-se como estrutural na preservação de níveis de qualidade ambiental de um território alargado. Como já foi referido na fase anterior da Revisão do PDM, assume-se que o concelho de Benavente é o verdadeiro Pulmão verde da AML, funcionando de charneira entre esta última e a região da Lezíria e Vale do Tejo. Contemplar preocupações de salvaguarda e equilíbrio do meio natural constituem marcas de qualidade que cada vez mais fazem a diferença aquando da comercialização e escoamento dos produtos do meio rural. Este indicador fornece-nos informação positiva e significativa, quanto à salvaguarda e equilíbrio do meio natural e que por isso deverão ser alvo de regras mais “apertadas” de uso e apropriação.	-
Espaço agrícola	Entendido como correspondente às áreas que possuem características mais adequadas à prática da agricultura, agropecuária e pecuária. Territorialmente, aparecem na sua maioria, na envolvente dos espaços de ocupação urbana e próximo dos cursos de água. Neste contexto haverá que controlar a sua	-

Domínio_ Ambiente Urbano		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
	ocupação não agrícola. Para isso este indicador pode atuar de uma forma positiva e significativa.	
Espaços verdes urbanos	Áreas com função de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades de ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, agrícola ou florestais, coincidindo no todo ou em parte com a estrutura ecológica municipal, assumindo o papel de corredor de ligação ou de diferenciação, entre diferentes categorias de espaços. Neste contexto haverá que controlar a sua ocupação/transformação. Para isso este indicador pode atuar de uma forma positiva e significativa.	-
REN	A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais são objeto de proteção especial. O seu regime jurídico encontra-se estabelecido no Decreto-Lei nº166/2008, de 22 de agosto. Neste contexto e estando presente uma reserva com um estatuto com uma sensibilidade ecológica bastante grande é positivo e significativo um indicador que nos avalie a destruição dos sistemas biofísicos desta reserva.	-
RAN	A Reserva Agrícola Nacional (RAN) destina-se a defender as áreas de maiores potencialidades agrícolas, ou que foram objeto de importantes investimentos destinados a aumentar a sua capacidade produtiva, tendo como objetivo o progresso e a modernização da agricultura portuguesa. Esta modernização, para além do pleno aproveitamento agrícola dos melhores solos e a sua salvaguarda, torna necessário a existência de explorações agrícolas bem dimensionadas. Assim, torna-se indispensável a salvaguarda desta reserva com ocupações não agrícolas, pelo que a existência de um indicador que nos faça a monitorização desta reserva se revelar positivo e significativo.	-
Número total de explorações agropecuárias	Para além do seu potencial endógeno de desenvolvimento, em Benavente a agricultura e a pecuária tem ainda alguma expressão, pelo que este indicador nesta matéria se tornar positivo e pertinente, pelo facto do PDM em vigor que agora se revê considerar já o setor agrícola e agroflorestal como fator chave da sustentabilidade do concelho de Benavente. Este tipo de atividades tem impactos importantes no território e no ambiente natural.	-
Número total de explorações agropecuárias a reconverter	Um dos pontos fundamentais nesta matéria é a sustentabilidade ambiental destas explorações, ou seja, importa delinear um programa de ação que assegure o tratamento dos detritos e monitorize periodicamente o seu funcionamento. No que respeita às implicações territoriais que este tipo de atividades encerram, será possível propor a reconversão de explorações de produção animal existentes, tornando-se positiva a existência deste indicador que nos indique o n.º de explorações a reverter, no contexto da sua sustentabilidade ambiental ou da sua viragem para novos segmentos de produção para mercados emergentes, nomeadamente a agricultura biológica.	-

Domínio_ Ambiente Urbano		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Acesso da população a sistemas de tratamento de águas residuais domésticas servidas por ETAR em funcionamento	- Atualmente cerca de 76% da população do concelho é abrangida por sistemas de drenagem de águas residuais e cerca de 71% da população é servida por sistemas de tratamento de águas residuais. A implementação da revisão do Plano sugere que estes valores aumentem, pelo que o efeito esperado é positivo.	
Acesso da população a sistemas de água potável (abastecimento superficial e subterrâneo)	O abastecimento de água potável é hoje uma comodidade essencial para a qualidade de vida das populações. O concelho de Benavente, relativamente à Rede de Abastecimento de Água, apresenta atualmente uma cobertura em termos populacionais de 98%. Podemos verificar que a rede pública de abastecimento de água serve, essencialmente as zonas residenciais e de serviços do concelho, visto que as zonas industriais, usufruem por norma, de sistemas de abastecimento próprio. Considerando o aumento progressivo das necessidades do concelho de Benavente, em consequência do seu notável crescimento demográfico a rede de abastecimento pública de água tem aumentado consideravelmente, em grande parte à custa de operações de loteamento, pelo que o indicador referido ser positivo e significativo, na medida em que nos permite verificar até que ponto esta cobertura se mantém, ou não.	-
Instrumentos de gestão eficazes, de nível municipal	A região de Lisboa e Vale do Tejo tem uma dinâmica complexa, existindo um vasto conjunto de instrumentos de planeamento e gestão que traçam retratos sócio económicos e territoriais e definem estratégias e programas de ação concretos para o desenvolvimento e equilíbrio regional. Benavente, estando integrado nesta região é contemplado nos estudos, pelo que o concelho tem um papel na concretização das estratégias delineadas à escala regional. Neste contexto é fundamental existir um indicador que nos diga quais desses instrumentos são ou eficazes, para que estes possam sustentar um modelo de desenvolvimento de base territorial.	-
Número de loteamentos aprovados	Através de loteamentos com vista à construção de blocos de habitação ou de venda de terrenos para construção de moradias, assiste-se à transformação da propriedade rústica em propriedade urbana. Visando a rentabilidade do terreno disponível, os loteamentos surgem autónomos entre si, onde a ocupação com diferentes tipologias de construção e a sua organização em malhas independentes conduzem à formação como que de uma manta de retalhos que envolve o aglomerado de Benavente. Através deste indicador, positivo e significativo, tem-se uma noção das novas afetações associadas ao uso e transformação do território, geralmente localizado numa zona periférica do aglomerado “bairros dormitórios”.	-
Número de montantes investidos nas intervenções de requalificação urbana	A nível regional, Benavente é um território de oportunidade, pelo que se torna necessário investir no domínio da requalificação urbana para se acautelar de novas formas de ocupação habitacional e para núcleos de desenvolvimento turístico. Só através de um indicador desta natureza se poderá (de uma forma positiva e significativa) monitorizar este tipo de ações.	-

Domínio_ Ambiente Urbano		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Número de intervenções a nível da estrutura edificada e montantes investidos	Situada numa zona sísmica, a vila de Benavente, desde muito cedo se viu confrontada com a recuperação do seu edificado. A habitação social caracteriza genericamente as intervenções urbanas dos anos 60. Neste contexto, é positivo e significativo saber-se não só o investimento como o n.º de intervenções na estrutura edificada.	-
Número de intervenções a nível da estrutura viária e montantes investidos	A melhoria das vias, a dependência do transporte público da rede viária principal, e a existência de uma rede um transporte escolar, devem determinar o reforço do serviço da rede de transportes públicos de passageiros, pelo que as intervenções e montantes investidos na acessibilidade é positivo e significativo.	-
Montantes investidos a nível da intervenção no espaço público urbano	Para além da criação de outras intervenções no espaço público, julga-se necessária a criação de vias urbanas que ajudem a estruturar o aglomerado urbano de Benavente, de entre outros. Nesse contexto ser positivo e significativo um indicador que nos informe das ações que se vão fazendo, no âmbito da modernização e reestruturação desse espaço público urbano e da promoção da identidade de um espaço de maior centralidade nas malhas urbanas existentes existente. Intervenções que potenciem a imagem mais urbana e consolidada.	-
Número/área de ocupação e respetiva tipologia de parques de estacionamento	O estacionamento constitui um dos problemas dos aglomerados do concelho e em especial dos núcleos urbanos de Benavente e Samora Correia, essencialmente nos seus núcleos mais antigos, pelo que a existência de um indicador desta natureza ser positivo e significativo, tendo como objetivo avaliar a evolução deste tipo de infraestrutura, tendo em conta o défice de estacionamento para além da necessidade premente de criação de alguns parques de estacionamento, importa rapidamente avaliar o nível de comprometimento da sua localização e impor a definição de regras para o dimensionamento da oferta de estacionamento em novos loteamentos e construções, que poderão ir para além do imposto na legislação aplicável.	-
Montante investido em projetos (espaços verdes, de lazer e de recreio, desportos radicais e de aventuras) criados nas zonas ribeirinhas	A valorização destes territórios nas diferentes vertentes, por forma a torná-los territórios inclusivos e não exclusivos têm uma grande importância para as populações aí residentes, pelo que todo o investimento nesta matéria deve ser avaliado por este indicador que se torna positivo e significativo.	-
Tempo de deslocação por meio de transporte.	O trânsito automóvel de atravessamento que se verifica no interior de Benavente e de Samora Correia, é um problema que é necessário resolver, pois dificulta por estrangulamento a circulação automóvel e torna perigosa e desagradável a circulação pedonal. Esta situação passa por resolver o trânsito de atravessamento com atitudes que poderão passar pela alteração da postura do trânsito, adotando a solução de sentidos únicos. É importante o tratamento do espaço passe necessariamente por redimensionamento de passeios, dotação de elementos que facilitem a leitura do espaço, mobiliário urbano, arborização, elementos de dissuasão de velocidade automóvel. Ora um indicador desta natureza permite avaliar de forma positiva e significativa a melhoria ou não do tempo de deslocação.	-

Domínio_ Transportes		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Novas vias rodoviárias que sustentem o transporte intermunicipal e urbano, articulado com as redes de transportes públicos em perspetiva.	O concelho de Benavente, fruto de recentes e futuras intervenções em termos de acessibilidades, poderá assumir uma posição de relevo no agrupamento da Sub-região da Lezíria do Tejo, ao localizar-se no entroncamento de dois importantes Itinerários Principais, a A10 e a A13. Neste contexto novas vias têm uma carga positiva e significativa nas ligações intermunicipais	
Investimento em novas vias de comunicação, tendo em conta novos cenários relacionados com a futura localização do aeroporto e traçado da alta velocidade.	Estes investimentos conferem a este território uma excelente posição (positiva e significativa), no domínio dos transportes públicos de longo curso, ligação aos principais centros de decisão (Lisboa), à região fronteiriça (Madrid) e no relacionamento com os concelhos circundantes, para além da articulação com um hipotético cenário relacionado com a localização do novo aeroporto	-
Vias pedonais/ciclovias	Programar o tratamento dos largos, praças e jardins urbanos e criar percursos pedonais de ligação e relação entre eles. Potenciar a criação de espaços de enquadramento aos equipamentos, como praças ou jardins onde possam ocorrer acontecimentos socializantes. Neste contexto ser positivo e significativo este indicador no âmbito do criar e estruturar uma rede qualificada de espaços de encontro e socialização, integrando espaços naturais complementares.	-
Número de projetos no contexto da mobilidade sustentável e da mobilidade para todos	A mobilidade urbana sustentável pode ser definida como o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos não-motorizados e coletivos de transporte, de forma efetiva, que não gere segregações espaciais, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável. Baseado nas pessoas e não os veículos. Trata-se de uma atitude inclusiva, a ter em consideração em todas as intervenções sejam novas sejam existentes. Há que eliminar barreiras, como a dimensão dos passeios de acordo com a lei, o rebaixamento regulamentar de passeios nas passadeiras de peões que os distingam de acessos a garagens, espaços reservados a deficientes e identificados nos parques de estacionamento público, sinais acústicos nos semáforos. A existência de um indicador que avalie esta atitude de inclusão é positiva e significativa.	-

No presente capítulo é ainda efetuada uma análise que permite evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pelo Plano, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos que atuam sobre o domínio em causa, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico.

No quadro que se segue é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pela proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos, e mais concretamente no seu Regulamento, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico. Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo contribui (+) (criando oportunidades) ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do Quadro de Referência Estratégico definido para o Plano.

Quadro 20 – Contribuição da Proposta de Revisão do PDM de Benavente para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do FCD - Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	<p>Reforçar a competitividade territorial do concelho e a sua integração em espaços mais alargados.</p> <p>Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.</p> <p>Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.</p>	+	<p>O fomento da competitividade do concelho, através da revisão do PDMB, traduz-se na existência de uma organização espacial do território que poderá passar pela concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo, que fornece o quadro de referência para a promoção da competitividade territorial, permitindo uma maior organização (estrutura urbana clara e de fácil leitura, uma imagem qualificadora do espaço público).</p> <p>Também os novos contextos ao nível do sistema de acessibilidades e das grandes infraestruturas nacionais como o futuro aeroporto de Lisboa, o TGV e as A-10 e A-13, contribuem para promover a melhoria da mobilidade integrada, suporte de uma coesão e competitividade territorial.</p>
	<p>Expandir as redes e infraestruturas no quadro da melhoria das acessibilidades internas e externas, criando-se condições para uma mobilidade sustentável.</p>	+	<p>Na elaboração desta revisão define-se, também, uma estrutura urbana clara e de fácil leitura, o regime de uso do solo e os critérios de transformação do território. Uma atitude que permite definir e qualificar espaços para a implantação e desenvolvimento de novos usos. Uma forma de qualificar o nível de urbanização.</p> <p>O provimento de um modelo de circulação legível e hierarquizado promove a legibilidade e a estruturação da malha viária retratado nos objetivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do PDM, para além de poder vir a satisfazer as necessidades das populações locais ao promover uma mobilidade integrada e sustentável</p>

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade
	Reforço da qualidade e da eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.	+	A revisão do PDMB definirá o quadro de referência das políticas urbanas, que irá permitir a adoção de novas práticas e de novas políticas, à escala urbana, que terão como objetivo a preservação da qualidade de vida das populações, principais beneficiadoras de uma gestão territorial participativa.
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural.	+	A revisão do PDMB permitirá não só criar novas áreas urbanas, como, ainda, permitirá reforçar a competitividade territorial, desde que se tenham em conta os impactes que podem advir dessa situação. A concretização de um vasto conjunto de intervenções no seu território, tem vindo a tornar este espaço mais atrativo para os promotores privados que começam a revelar interesse em se associarem à construção de uma nova urbanidade, através da regeneração e renovação de territórios.
	Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida.	+	O desenvolvimento sustentável gera atitudes preventivas do ponto de vista do ambiente e do património cultural, com forte interligação com a qualidade de vida, das populações, com a organização espacial do território em geral, e com a consolidação dos espaços verdes urbanos. O desenvolvimento sustentável, que abrange toda a política de base territorial, decorre de uma atitude preventiva do ponto de vista da gestão de aspetos como o ambiente, o património cultural a rede viária, a mobilidade e a acessibilidade.

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade
Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)	<p>Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.</p> <p>Qualidade de serviço e de recursos humanos – Reforçar a qualidade do Turismo português ao longo dos “momentos de verdade” de interação com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos.</p> <p>Promoção e distribuição – Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão pró-ativa da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal.</p> <p>Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial</p>	+	<p>A oportunidade que o setor do turismo tem em afirmar-se mais na formação da base económica local, seja pela concretização dos empreendimentos em curso, seja pelas novas oportunidades de formas alternativas de turismo que podem e devem ser exploradas.</p> <p>A aposta nos valores paisagísticos (Estuário do Tejo e Zona de Proteção Especial), nas tradições de hipismo e tauromaquia são alguns aspetos relacionados com a inovação de conteúdos tradicionais portugueses, que fazem aumentar a competitividade e a atratividade do município no contexto regional.</p> <p>Como componentes do setor do turismo destaque-se as potencialidades nas áreas de: Turismo Rural, as denominadas “quintinhas” e o hipismo/fileira do cavalo, para além dos já explorados empreendimentos ancorados no golfe, base de uma gestão pró-ativa da relação com prescritores e definido como prioritário o destino Portugal e Benavente, a uma escala local.</p> <p>Expandir, qualificar e diversificar a atividade turística, de forma a preparar-se para o crescimento exponencial das procuras associadas aos lazeres e ao turismo, são atitudes de promoção e distribuição de vastas áreas estrategicamente localizadas, de promoção do desenvolvimento e de adoção de práticas inovadoras, formas de defender a base económica local.</p> <p>Estes são alguns dos objetivos estratégicos consignados na revisão do PDMB, que se reveem em algumas das linhas de desenvolvimento estratégico deste plano setorial.</p> <p>A melhoria e o potenciar do quadro das acessibilidades internas e externas, deste território, através do investimento e da criação de novas vias rodoviárias, isto é, a aposta na melhoria da qualidade de serviço prestado por estas infra- estruturas lineares reforçará o setor do turismo, para se tornar este concelho num território de proximidade.</p>
Plano Nacional da Água (PNA)	<p>Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país.</p>	+	<p>As infraestruturas são determinantes na forma como o espaço é ocupado e utilizado. Além disso, são um fator sem o qual dificilmente se conseguirão alcançar quaisquer objetivos de desenvolvimento impulsionado por uma componente territorial. A satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social consubstanciam a concretização do desenvolvimento sustentável.</p>

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade
Programa Nacional para o Uso da Água (PNEUA)	Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.	+	A promoção e a organização territorial do concelho, a sua estruturação e a infraestruturização de espaços vocacionados para uma multiplicidade de usos pressupõe uma eficiência de utilização da água (consumo) de 80%.
Plano Bacia Hidrográfica do Rio Tejo (PBHT)	Articulação do Ordenamento do Território com o Ordenamento do Domínio Hídrico.	+	Planear e gerir de forma integrada os recursos hídricos e assegurar a proteção do domínio hídrico, garantindo a existência e a qualidade dos serviços de abastecimento de água em níveis apropriados, designadamente para consumo humano, de drenagem de águas residuais e de controlo da poluição no meio hídrico. Utilização de um sistema de informação distribuído no apoio à articulação da atividade de planeamento de recursos hídricos.
Plano Rodoviário Nacional – 2000 (PRN 2000)	Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede. Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.	+	Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades no âmbito da revisão do PDMB, serão atitudes fulcrais na consolidação e “vertebração” do território, contribuindo para o aumento de acessibilidade e articulação mais eficiente com as vias inseridas na Rede Rodoviária Nacional e contribuindo para a boa “irrigação” do território, aspeto interligado com a qualidade de vida, ao permitir um escoamento de pessoas e bens. A elaboração e definição dos conteúdos materiais do PDMB estão de acordo com o estabelecido nos programas estratégicos de ordenamento do território de âmbito nacional e regional nomeadamente em matéria de qualidade de vida urbana. Um dos fatores estruturais mais importantes para uma harmoniosa política do ordenamento do território é, sem dúvida, o modo como se encontra organizada a Rede de Estradas, nomeadamente no capítulo das Estradas Nacionais, pelo que, no âmbito da revisão do PDMB, se aponta para a melhoria do quadro das acessibilidades, bem como para a criação de condições de uma boa mobilidade sustentável, imprescindível para uma boa qualidade de vida, para uma boa articulação do conjunto de unidades distintas que constituem o concelho de Benavente (social, funcional e formal).

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT)	Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável, formulados no plano de desenvolvimento regional	+	A revisão do PDMB contribui para o desenvolvimento de atividades económicas como a criação de espaços para a instalação de atividades económicas, espaços estruturados e infraestruturados, contrariando a relação funcional desajustada, instalada ao longo dos anos. Neste contexto, foram criados projetos estruturantes articulados entre si, potenciadores de novos postos de trabalho.
Plano Regional de Ordenamento do Território de Lisboa (PTOTAML)	Definir as opções estratégicas de base territorial, que deverão ter em conta, em articulação com a Região Alentejo e com as Sub-Regiões da Lezíria do Tejo e do Oeste. A coesão sócio -territorial da região e a distribuição equilibrada das atividades económicas e dos recursos naturais, tendo presentes os importantes investimentos a realizar na área metropolitana de Lisboa-	+	Ao fomentar a revisão do PDMB existe uma articulação das políticas setoriais, uma vez que se promove um correto ordenamento territorial, isto é, uma correta articulação de políticas de base territorial e duma gestão programada da interação homem /espaço natural. Estas atitudes contribuem para a organização espacial do território, para a definição de uma estrutura urbana clara e de fácil leitura, para uma rede atrativa de espaços públicos, bem como para a promoção da melhoria da mobilidade integrada.
Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Vale do Tejo	Expandir, qualificar e diversificar a atividade turística, por forma a preparar-se para o crescimento exponencial das procuras associadas aos lazeres e ao turismo Transformar a Lezíria do Tejo num território coeso e fluido e, numa importante plataforma logística, afirmando a sua vocação de múltipla charneira Salvaguardar e valorizar a riqueza e diversidade do património paisagístico, ambiental, histórico, construído e cultural, numa ótica de ordenamento e gestão integrada do território	+	A revisão do PDMB aposta na cooperação intermunicipal, a base para a concretização de estratégias de desenvolvimento e onde se reveem aspetos como a modernização do funcionamento dos setores, a transformação da Lezíria do Tejo, a salvaguarda e a valorização da riqueza e diversidade do património paisagístico. A par destes aspetos constituem objetivos da revisão do PDMB o potenciar sinergias e dinâmicas de proximidade e minimizar problemas decorrentes de uma má gestão territorial. Estas são tarefas melhor bem sucedidas se determinadas num quadro territorial alargado.

Através da análise anterior verifica-se que a revisão do PDMB trará uma contribuição positiva para o alcance das metas estratégicas do QRE, no que diz respeito ao fator crítico “Estrutura e requalificação urbana/Acessibilidade e mobilidade”.

A par destes aspetos constituem objetivos da revisão do PDMB o potenciar sinergias e dinâmicas de proximidade e minimizar problemas decorrentes de uma má gestão territorial. Serão tarefas melhor sucedidas se determinadas num quadro territorial alargado.

A elaboração de Planos Diretores Municipais, para além de permitir o estabelecimento de um quadro de referências, define, também, a estrutura urbana do concelho, o regime de uso do solo e os critérios de transformação do território. Esta atitude permite definir e qualificar espaços para a implantação e desenvolvimento de diversas atividades, garantindo uma racionalização e qualificação de espaços.

Com a proposta de revisão do PDMB espera-se criar uma estrutura orientadora da tomada de decisões, alertando para as consequências positivas ou negativas do assumir determinados compromissos de base territorial, afetando a qualidade de vida das populações e a própria organização espacial territorial.

Este tipo de prática em muito contribui, também, para o reforço da competitividade territorial.

A criação, a difusão e a utilização do conhecimento e da informação é cada vez mais fulcral na estruturação e a requalificação do tecido urbano, que compreende a atuação nos aglomerados urbanos, de forma a conferir-lhes mais e maior qualidade através de ações de estruturação e requalificação, tendo também, em atenção aspetos de saúde pública, a acessibilidade e a mobilidade

Igualmente a acessibilidade e a mobilidade estabelece o desenho das redes de transporte previstas para o concelho, na sua vertente externa e interna, com ênfase nos aspetos relacionados com a sua compatibilização com os sistemas naturais, com a estrutura urbana, com a redução das assimetrias regionais e com o reforço da coesão interna e mobilidade sustentável.

A qualificação dos recursos humanos apoia-se, necessariamente, no sistema científico, mesmo nos aspetos de formação técnica. De facto, a dimensão e a qualidade da ciência e tecnologia, em estreita ligação com as instituições do ensino superior, são elementos essenciais para a atualidade e permanente atualização do ensino e da formação, desempenhando um papel fundamental no estímulo à criatividade, ao uso do conhecimento, à inovação, à modernização, à atualização contínua, ao desenvolvimento de atitudes empreendedoras, à internacionalização, à adoção de procedimentos sistemáticos de avaliação, ao reforço da cultura científica e tecnológica.

A revisão do PDMB, como “janela” de oportunidades, no âmbito do ambiente urbano e dos transportes (contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações e fomentando a

organização espacial do território). Pode alterar todo o cenário instalado nomeadamente quanto aos espaços verdes urbanos, a imagem do edificado, os espaços públicos e a própria rede viária.

As opções estratégicas assumidas na proposta de revisão do PDMB consubstanciam diferentes contributos e conflitos ou diferentes oportunidades e riscos ao nível dos indicadores selecionados para a análise do fator crítico “Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade”.

Desta forma, foi elaborada uma matriz de interpretação de oportunidades e riscos dos objetivos estratégicos da revisão do PDM de Benavente, para o FCD “Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade”.

5.5.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Com o intuito de perceber de que forma o PDMB poderá ter impactos neste fator crítico de decisão, apresenta-se o quadro seguinte, onde são indicadas as principais ameaças e oportunidades que dele poderão advir.

Quadro 21 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão de Benavente no que respeita ao FCD – Estruturação e requalificação urbana/Acessibilidade e mobilidade

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação Urbana. • Os espaços públicos urbano. • Projeto modelo “casa típica”. • Espaços de recreio e de lazer, associados ao meio urbano. • Os “empreendimentos turísticos”. • Zonas residenciais integradas no meio natural. • Inversão da monofuncionalidade desqualificada. • Os percursos de referência. • Os produtos regionais. • Os rios Tejo e Sorraia. • Reinterpretação do papel dos eixos viários no tecido urbano. • Companhia da Lezírias, Investidores Privados... • Modernização da Linha de Setil a Vendas Novas • Novo aeroporto de Lisboa. • Futuro traçado do TGV. • Traçados alternativos de transporte público. • Rede de transporte público de passageiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sub-urbanização-dormitório da AML/2.^a habitação • Transformação da propriedade rústica em propriedade urbana. • Promoção de terreno e construção para venda. • Ocupação com diferentes tipologias de construção e a sua organização em malhas independentes (manta de retalhos). • População desenraizada. • Subaproveitamento e desvalorização do património Natural. • Descaracterização e adulteração dos valores naturais. • Abandono dos ecossistemas ribeirinhos, com consequente destruição da riqueza biológica da paisagem. • Poluição da água e do solo. • Aumento da utilização do automóvel nas deslocações. • Atravessamento dos núcleos urbanos. • Sinalização rodoviária deficitária. • Estacionamento público. • Vazios urbanos.

No que diz respeito aos Domínios “Ambiente urbano” e “Transportes”, e caso a autarquia não tome medidas de antecipação relacionadas com os usos e transformação do solo, pressente-se a ameaça associada à deslocalização das atividades menos qualificadas da AML passando pela perda de identidade/tradições locais, pela perda de níveis de competitividade se não houver qualidade e inovação nas ofertas de habitação, turismo e lazer.

Quanto ao trânsito automóvel, de atravessamento no interior de Benavente e Samora Correia, espera-se por alternativas a estes cenários. Alternativas com características de fruição mais agradáveis beneficiando as atividades económicas que se localizem nestes territórios.

Lançar uma imagem pouco atrativa da forma do território dos centros urbanos do concelho, passará pelo tratamento das centralidades dos centros urbanos, através da utilização de ferramentas, como é caso do desenho urbano, qualificando os espaços ao nível do tecido construído e do espaço público.

Uma maior sensibilização e a criação de incentivos de diversa natureza, poderão relançar o ambiente urbano, apoiando novas iniciativas, reestruturando e diversificando os elementos já instalados.

5.5.5. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDMB no que respeita à sócio-economia e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta deva constituir um processo contínuo e continuado ao longo do tempo.

Neste contexto, sugerem-se algumas recomendações para que a revisão do PDMB possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade definidos para o domínio do FCD “Estruturação e requalificação urbana/Acessibilidade e mobilidade”.

- Reversão de explorações Agropecuárias
- Conformação de Espaços Industriais Existentes
- Estruturação de Espaços Urbanos, revitalizando o centro, qualificando a periferia
- Criar e estruturar uma rede qualificada de espaços de encontro e socialização, integrando espaços naturais complementares
- Planear e desenhar novas avenidas/alamedas urbanas
- Definição e preservação de espaços fundamentais ao equilíbrio territorial, devendo ser alvo de regras mais “apertadas” de uso e apropriação
- Definição de modelos de ocupação do espaço natural vocacionados para o recreio e para o lazer e para a produção. Qualquer projeto para o solo rural deverá prever a conciliação destas duas atividades
- Programar o tratamento dos largos, praças e jardins urbanos e criar percursos pedonais de ligação e relação entre eles

- Manutenção dos tecidos e malha urbana existentes
- Recuperação dos conjuntos e do carácter dos espaços
- Articulação de urbanidades existentes e novas
- Regulamentação da estética do construído (formas, volumes e cores)
- O Golfe, Hipismo, já realidades concelhias devem ser estudadas e integradas em programas turísticos mais latos
- Gerir a procura do território como espaço de lazer e recreio
- Áreas Multifuncionais sobre a A-10 e a A-13
- Reserva Estruturante para instalação - equipamentos de Uso Coletivo
- Incentivar e educar os proprietários para o recurso a Programas de Apoio à reabilitação Urbana
- Elaborar planos de urbanização para Benavente e Samora Correia que orientem e construam a legibilidade urbana, a programação de equipamentos, infraestruturas e espaços públicos e garantam a relação equilibrada e legível entre o existente e o novo
- Encontrar Modelos de baixa densidade no meio urbano e Modelos de Ocupação do meio rural
- Implementação de novos eixos viários
- Concretização da variante Nascente
- Implementação de novas vias urbanas
- Implementação de novos parques de estacionamento
- Modernização e reestruturação da rede viária local
- Intervir nos espaços de ligação da rede local à rede supra local
- Projetar e executar as variantes à EN-118 nos três principais aglomerados (Benavente, Samora Correia e Porto Alto)
- Implementar Medidas de acalmia de tráfego – pavimento diferenciado, sinalética
- Implementar uma rede de parques de estacionamento
- Dar continuidade às intervenções de qualificação das frentes ribeirinhas
- Estudar a possibilidade de utilização das linhas de água como canais de mobilidade e ligação com o exterior – transportes públicos fluviais e transportes de lazer e recreio
- Garantir a defesa e o tratamento paisagístico das linhas de água que atravessam os aglomerados

- Definir percursos de interesse paisagístico
- Recuperar e reconverter para usos atrativos antigas estruturas agrícolas e assim permitir um maior contacto com sítios de interesse
- Incentivar promotores ou entidades (por exemplo a companhia das Lezírias ou outras ligadas à fileira do cavalo) a apostarem em formas de turismo da natureza ou ecoturismo

Utilizaram-se tempos verbais como o fomentar, o aumentar e o criar. Todavia, estas intenções carecem de intervenções como a educação para o desenvolvimento sustentável. Espera-se com esta proposta de revisão do PDMB fomentar a organização espacial do território, melhorando a qualidade de vida das populações e criar condições para atingir níveis de desenvolvimento mais sustentáveis.

5.6. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

5.6.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS

O FCD Desenvolvimento Turístico pretende identificar os aspetos que as ações preconizadas na proposta de revisão do PDM poderão desenvolver e que poderão ter influência direta ou indireta no património natural e cultural local. Para isso, identificaram-se domínios de avaliação e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar (Quadro 22).

Quadro 22 – Principais Indicadores do FCD: Desenvolvimento Turístico

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Desenvolvimento Turístico	Património Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural • Promover o uso sustentável dos recursos naturais • Definir espaços atrativos e qualificados que permitam a sua utilização para práticas de lazer • Incentivar a prática de um turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural e paisagístico 	• Espaços Naturais (Espaço Natural, Reserva Natural do Estuário do Tejo, pauis) com aptidão turística	Área	CMB
			• Espaço Rural com aptidão turística	Área	CMB
			• Percursos Pedestres	km	CMB
			• Circuitos Turísticos	N.º	CMB
			• Atividades de turismo em espaço natural	N.º	CMB
			• Atividades de turismo rural	N.º	CMB
			• Parques Ribeirinhos e Zonas de Pesca Desportiva	Área e N.	CMB
	Património Cultural e Arquitetónico	<ul style="list-style-type: none"> • Conservar e valorizar o património arquitetónico e cultural do concelho • Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes 	• Eventos culturais/Ações de divulgação cultural	N.º	CMB
			• Imóveis Classificados	N.º	IPPAR
			• Outros Imóveis de Interesse Arquitetónico	N.º	CMB e SIPA
			• Sítios Arqueológicos	N.º	IPA
	Golfe e Resorts	<ul style="list-style-type: none"> • Planear, de forma sustentável, os espaços destinados à implantação de empreendimentos turísticos associados ao Golfe 	• Infraestruturas e equipamentos de turismo e lazer associadas ao golfe	N.º e Área	CMB
			• Empreendimentos turísticos / resorts	N.º e Área	CMB
	Turismo Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar e fortalecer o hipismo como atividade tradicional • Promover os recursos agrícolas e florestais, aproveitando as características rurais do território 	• Coudelarias/Centros Hípicos	N.º e Área	CMB
• Agroturismo			N.º e Área	CMB	
• Infraestruturas de apoio à atividade (Companhia das Lezírias)			N.º	CMB	

5.6.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Benavente reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise (Quadro 23).

Quadro 23 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Desenvolvimento Turístico

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Localização Estratégica-porta de entrada e saída da AML. Património natural e paisagístico. Infraestruturas de mobilidade – Rede Nacional. Setor agrícola e silvo-pastoril com fortes potencialidades – Companhia das Lezírias como principal agente dinamizador. Rio Tejo e Sorraia-mobilidade, recreio e lazer. Potencial de atração de turismo temático-fileira do cavalo e recentemente o Golf. 	<ul style="list-style-type: none"> Desaproveitamento do potencial natural para qualificação dos principais aglomerados – espaços verdes urbanos. Construção de espaços residenciais de elevada densidade – dormitório da AML. Mercado da Segunda habitação – Consumidor de amplas extensões territoriais. Nível de infraestruturização baixo.
Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> A existência de uma paisagem com elevada riqueza biológica e sistemas naturais, motores do desenvolvimento. Aproveitamento das zonas ribeirinhas, para fomento de espaços verdes, de lazer e de recreio, desportos radicais e de aventura. Reutilização de edifícios para equipamentos sociais ou culturais. Aposta no turismo diferenciado, designadamente ambiental e desportivo – encontrando modelos inovadores e que tirem partido da singularidade dos elementos naturais presentes a nível concelhio – as linhas de água, a lezíria, as tradições locais... Especialização da Base económica em torno de setores chave – agricultura, pecuária, coudelaria e floresta. Espaço Multifuncional. 	<ul style="list-style-type: none"> Sub-urbanização-dormitório da AML/2.^a habitação. Subaproveitamento e desvalorização do património natural. Abandono dos ecossistemas ribeirinhos, com conseqüente destruição da riqueza biológica da paisagem. Poluição da água e do solo. Perda de identidade-tradições locais. Perda de níveis de competitividade se não houver qualidade e inovação nas ofertas de habitação, turismo e lazer.

O concelho de Benavente está integrado na Região de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, sendo um concelho com fortes potencialidades turísticas, quer a nível natural como cultural.

Evidencia-se como necessário a diferenciação da oferta turística existente, bem como a promoção turística, encarando o turismo sob duas perspetivas diferenciadas:

- A perspetiva educativa e do lazer, muito associada a formas de turismo alternativas, como ecoturismo e o turismo sustentável, onde a componente educativa, cívica e de proteção, e de contacto e respeito pelos ecossistemas é muito relevante;
- A perspetiva dos empreendimentos turísticos em curso, com uma componente edificativa e de carga construída mais significativa e onde é fundamental definir as apostas – quais os segmentos de mercado que se revelam como estratégicos para o desenvolvimento municipal.

Assim, torna-se fulcral a análise dos diferentes tipos de recursos existentes como forma de avaliar as suas características, bem como as suas potencialidades para a sua integração na estratégia de desenvolvimento preconizada pela proposta de revisão do PDM de Benavente.

PATRIMÓNIO NATURAL

A atividade turística é muito dependente da qualidade ambiental e dos recursos naturais de um lugar. Assim, é imprescindível a valorização deste património, para que a atividade turística, num determinado local, possa tornar-se mais competitiva e permita, acima de tudo, a dinamização do setor económico.

O concelho de Benavente apresenta diversos recursos naturais que podem permitir a prática de atividades turísticas sustentáveis, ligadas à exploração e/ou conservação da natureza. Destacam-se a Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET), as zonas ribeirinhas, os espaços naturais, rurais e agrícolas, bem como as áreas florestais. Far-se-á seguidamente uma análise mais detalhada deste património.

O concelho de Benavente é marcado pela sua planitude, conferindo-lhe uma paisagem singular, fruto da rede hidrográfica que o atravessa. Esta rede hidrográfica inclui uma pequena parte do Estuário do Tejo, estando assim o concelho integrado na Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET) e na Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo (ZPE), zona com uma importância indiscutível do ponto de vista de conservação da natureza. A RNET foi classificada uma vez que “ (...) *tem um papel insubstituível do ponto de vista ecológico e económico, uma vez que nele se concentra todo o material biológico arrastado ao longo do curso do rio, o que transforma o estuário numa zona extremamente rica em seres vivos e de importância fundamental no povoamento da nossa costa marítima*” (Decreto-Lei n.º 565/76, de 19 de julho). Esta zona húmida é a mais extensa do país e uma das mais importantes da Europa, apresentando elevada biodiversidade e uma singular diversidade paisagística.

Além da RNET, Benavente apresenta outras importantes linhas de água, como o Rio Sorraia e o Rio Almansor, com um conjunto significativo de sistemas húmidos. Estes ecossistemas ribeirinhos propiciam a existência de diversos habitats com grande importância, nomeadamente para aves aquáticas e peixes, sendo áreas muito importantes para a prática turística.

No que diz respeito ao espaço rural, este também apresenta fortes potencialidades para a prática do turismo. Evidencia-se a presença da Companhia das Lezírias, com sede em Samora Correia, sendo a “*maior empresa agropecuária de Portugal, com 20 000 ha, localizada ao lado de Lisboa do outro lado da Ponte Vasco da Gama e da Ponte de Vila Franca de Xira, em que para além de extensas áreas agrícolas e florestais possui ainda várias barragens. Recentemente a Companhia das Lezírias decidiu desenvolver e alargar as suas atividades turísticas*” (<http://www.cl.pt/>), possuindo um aldeamento turístico de agroturismo, bem integrado com a área envolvente e onde se desfruta de um ambiente único que propicia atividades ao ar livre, estando assim criadas as condições para o desenvolvimento de atividades de lazer nas áreas do agroturismo e ecoturismo.

Foi criada uma Zona de Caça Turística, construiu-se o Centro de Desportos Equestres mais completo do nosso País, definiram-se percursos para fazer a pé, de bicicleta, jipe ou a cavalo,

organizou-se um Campo de Férias para crianças, foi instalada uma Quinta Pedagógica, beneficiou-se a sala de provas da Adega para integrar a Rota da Vinha e do Vinho, e há capacidade para organizar eventos sociais, desde simples visitas temáticas às atividades da exploração, a festas de empresas, casamentos e ações de formação com a componente de desporto aventura.

Neste momento, com o apoio da IPE Turismo, está a ser desenvolvido um projeto turístico integrado e de grande qualidade, que permita disponibilizar aos visitantes todo o maravilhoso espaço que pertence à Companhia das Lezírias, quer na lezíria, com a envolvência dos Rios Tejo e Sorraia, quer na charneca onde as zonas baixas dos Pauis combinam na perfeição com a extensa mancha florestal de montado, recheada de vida das mais diversas espécies animais.

Além das áreas agrícolas pertencentes à Companhia das Lezírias existem no concelho outras áreas com uma intensa atividade florestal e agrícola, cuja manutenção deve ser assegurada, uma vez que permitem garantir o desenvolvimento económico de Benavente. No que diz respeito ao setor do turismo, estas áreas são extremamente atrativas, podendo induzir práticas de turismo alternativo (turismo rural, turismo agrícola, turismo residencial) sendo assim essencial a definição de estratégias que promovam a sua preservação e conservação.

No que diz respeito aos percursos pedestres, não existem nenhuns definidos, apesar da existência de muitos espaços que propiciam esta utilização. Apesar disso, a Câmara Municipal organiza um *“programa destinado a toda população do Concelho com o objetivo de promover hábitos de Atividade Física Regular. São privilegiadas as atividades de ar livre (cicloturismo, BTT, passeios pedestre e canoagem) e o contacto com os recursos naturais do Concelho”* (www.cm-benavente.pt). Para o ano de 2009 estão previstos organizar 6 passeios pedestres: Rota da Foz, Rota do Duque, Rota das Lezírias, Rota da Espiga, Percorso Pedestre Noturno “Rota do Almansor” e Percorso Pedestre Noturno Rota das Sesmarias (<http://pedestrianismo.blogspot.com>). Verifica-se assim existir uma preocupação a nível da autarquia em promover os seus valores naturais, bem como sensibilizar a sua população para a proteção e conservação desses mesmos valores.

No contexto da revisão do PDM de Benavente foi elaborado um documento com o objetivo de identificar áreas-chave para o desenvolvimento de um Programa de Turismo Sustentável para o concelho, uma vez que este setor se apresenta como estratégico e estruturante. Este documento salienta 2 aspetos importantes: a necessidade de criação de percursos pedestres e/ou cicláveis/ circuitos turísticos, que estabeleçam a ligação entre todas as áreas de interesse no concelho; a necessidade de valorização/aproveitamento das Casas e Montes Agrícolas, algumas das quais já desativadas, que podem constituir um conjunto diversificado de oferta turística alternativa, apostando na ruralidade do território, valorizando desta forma as suas singularidades.

Apesar de ter sido feito este levantamento e identificação das áreas-chave, será necessário elaborar uma estratégia que englobe todas as vertentes do setor turístico, a qual deverá ser efetuada pela Câmara Municipal, de forma a encontrar parcerias junto das instituições, associações locais e privados, garantindo uma programação de atividades e de acontecimentos ao longo de todo o ano, com capacidade de atração e interesse, nunca esquecendo o conceito da sustentabilidade dos locais.

Por estas razões, esta é uma região com características que potenciam a visita de turistas que procuram um contacto direto com a natureza., observando-se assim uma pressão turística que requer uma atenção especial de forma a não colocar em risco os valores naturais que se podem encontrar neste território. Assim, é essencial a aposta no desenvolvimento de estratégias de turismo sustentável, que tenham em conta estes valores naturais, sendo necessário uma forte aposta na criação de meios e infraestruturas que proporcionem aos visitantes um contacto direto com estas singularidades, mas de forma a não prejudicar o seu ambiente natural.

Desta análise, conclui-se que é muito vasto e diversificado o património natural do concelho de Benavente, o que pode permitir a prática de atividades de turismo em espaço natural e rural. É no entanto necessário que se proceda à definição de espaços atrativos e qualificados e que se faça a sua promoção de forma a poderem ser utilizados tanto pela população local como pelos visitantes que ali se desloquem. Por esta forma, será possível incentivar a prática de atividades turísticas sustentáveis, valorizando e promovendo o património natural existente.

PATRIMÓNIO CULTURAL E ARQUITETÓNICO

O património cultural é constituído por “(...) *todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.*” (N.º 3 do Artigo 2º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro). Cabe assim aos Municípios definirem a estratégia de salvaguarda do seu património cultural, sendo necessário proceder à sua listagem e inventariação, com o intuito de proteger e conservar todo o património existente.

No concelho de Benavente existem 3 Imóveis de Interesse Público (Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Cruzeiro e Adro do Largo do Calvário e Pelourinho de Benavente) e um Imóvel de Interesse Municipal (Fachada do antigo Palácio de D. Miguel), que se encontra em vias de classificação. Além destes, foram inventariados, pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 36 imóveis, cujo valor social e histórico merece a sua inclusão em rotas de património concelhio. O município identifica ainda outros 4 imóveis que também merecem ser incluídos nessas mesmas rotas. No entanto, estes serão identificados no domínio do Património Histórico e Cultural.

Destaca-se ainda a presença de inúmeros vestígios arqueológicos, nomeadamente o Monte da Garrocheira, constituída por fornos romanos, cujo período de laboração, segundo a tipologia da cerâmica aponta para os séculos III e IV d.C. (www.cm-benavente.pt), a Courela das Caveiras, uma necrópole na freguesia de Benavente, a Herdade da Parreira, *villa* romana, na freguesia da Barrosa, e a Atalaia de Belmonte, em Samora Correia.

O concelho de Benavente encontra-se bem dotado de equipamentos culturais e recreativos, que permitem servir como base de sustentação para a estratégia de turismo a implementar no concelho.

As freguesias que compõem o concelho de Benavente estão todas equipadas com infraestruturas apropriadas, do ponto de vista funcional, para a realização de eventos culturais, desportivos e recreativos (Pré diagnóstico da Rede Social de Benavente, 2004).

Quadro 24 – Rede de equipamentos culturais existente

Sub-Tipologia		Benavente	Samora Correia					
Unidades de planeamento de Rede de Nível 1								
Biblioteca	<u>Biblioteca</u> Apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian possui cerca de 57955 documentos para consulta		<u>Palácio do Infantado</u>					
Auditório	<u>Centro Cultural de Benavente</u> : atividades lúdicas e culturais (sala polivalente preparada para 350 espectadores); funcionam também os serviços administrativos da Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Benavente, e o Centro de Formação de Professores de Benavente – <i>Educatis</i> ; Auditório da União das Comissões de Festas em Honra da Nossa Senhora da Paz		<u>Palácio do Infantado</u> <u>Novo centro cultural</u>					
Teatro/cinema	<u>Cine teatro</u> : programa cultural diversa;							
Museu	<u>Museu Municipal</u> : realizam-se exposições de carácter periódico e encontra-se o espólio do Concelho;		<u>Casa Museu Justino João</u> : espaço cultural;					
	<u>Núcleo Museológico Agrícola</u> (Matadouro Municipal): exposição permanente “calendário agrícola” e o espaço Internet;		<u>Palácio do Infantado</u>					
Espaço de exposições	Em qualquer um dos equipamentos acima identificados		<u>Palácio do Infantado</u> <u>Novo centro cultural</u>					
Unidades de planeamento de Rede de Nível 3								
Sub-Tipologia	Arados	Barrosa	Benavente e Coutada Velha	Foros da Charneca	Foros de Almada	Porto Alto	Samora Correia	Santo Estêvão
Centro Social	-	X	-	-	X	X	-	X

A elevada dotação desta tipologia de equipamentos no concelho é um sinal positivo do dinamismo concelhio. Os equipamentos culturais têm um papel chave na qualificação de espaços de encontro e de socialização, e no reforço da coesão social.

Indique-se ainda, enquanto manifestações culturais importantes no Concelho, em termos de animação sócio cultural, a listagem abaixo apresentada.

Quadro 25 – Eventos socioculturais concelhios (Fonte: pré diagnóstico rede social 2004)

Evento	Local	Calendarização
Temporada da Música, do Teatro e outras Artes	Benavente	outubro a dezembro
Sardinha Assada – Festa da Amizade		junho
Mês da Juventude		março
Feira das Tasquinhas Feira Anual		setembro
Carnaval	Samora Correia	fevereiro
Festival da Gastronomia da Lezíria Ribatejana		julho
Feira de maio		maio
Sardinha Assada	Barrosa	julho
Sardinha Assada	Porto Alto	junho
Sardinha Assada	Santo Estêvão	julho

Os eventos religiosos têm uma forte tradição no concelho de Benavente, pelo que durante os meses de verão se pode assistir a inúmeros arraiais e cerimónias religiosas, que envolvem toda a comunidade (Quadro 26).

Quadro 26 - Eventos religiosos do concelho (Fonte: pré diagnóstico rede social 2004)

Evento	Local	Mês
Festa em Honra de N. Sr.ª da Paz (festa pequena)	Benavente	janeiro
Festa em Honra de São Brás – Ascensão	São Brás	maio
Festa da Coutada – S. João	Coutada Velha	junho
Festa em Honra N. Sr.ª de Fátima	Barrosa	julho
Festa em Honra de Santo Estêvão – Nossa Senhora da Conceição	Santo Estêvão	agosto
Festa em Honra de N. Sr.ª Paz	Benavente	agosto
Festa em Honra de N. Sr.ª Conceição e Guadalupe	Samora Correia	agosto
Festa em Honra de N. Sr.ª do Carmo	Foros da Charneca	agosto
Festa dos Santos Populares	Porto Alto	junho
Festa dos Foros de Almada – N. Sr.ª da Conceição	Foros de Almada	julho

É visível a preocupação da autarquia em promover o seu património, ao considerar a importância de diversos imóveis concelhios. O município deverá também elaborar uma maior aposta na divulgação do seu património, diversificando os eventos culturais e promovendo desta forma a valorização e o conhecimento deste património tão vasto, permitindo ao mesmo tempo, uma maior e melhor preservação.

GOLFE E RESORTS

O PDM em vigor de Benavente destinou vários espaços turísticos na zona de Santo Estêvão, os quais se previa o desenvolvimento de atividades de turismo, desporto e lazer, associados a projetos imobiliários de baixa densidade. Por este motivo, foram implantados diversos projetos de qualidade, com um modelo de desenvolvimento equilibrado e amigo do ambiente, evitando a construção indiscriminada e a degradação da paisagem.

Destacam-se como principais projetos desenvolvidos:

1. Zambujeiro – povoamento disperso de casas de campo
2. Mata do Duque – propriedades rústicas de 2 hectares para estabelecimento de casas de campo
3. Portucale – projeto de urbanização em volta de dois campos de golfe de 18 buracos
4. Vila Nova de Santo Estêvão – projeto de urbanização, com terrenos urbano-rurais, infraestruturas urbanas e uma extensa rede de equipamentos de desporto e lazer, incluindo um campo de golfe de 18 buracos.

Todas estas infraestruturas têm como objetivo tornar o concelho de Benavente num local de referência no que diz respeito à presença de complexos turístico-residenciais e campos de golfe, vocacionados para a prática de desporto e lazer. Aliados a estes complexos, encontram-se as atividades de desporto e lazer associadas à fileira dos cavalos. Esta atividade tem crescido nas últimas décadas neste concelho, associado à disponibilidade de vastos espaços naturais, pastagens e solos de areias propícios à prática dos desportos equestres, o que tem implicado o estabelecimento de residências de campo e instalações dedicadas a este desporto, nomeadamente para a realização de provas e competições desportivas periódicas. Foram então estabelecidos os centros hípicas de Zambujeiro, Mata do Duque, Sesmarias e Vila Nova de Santo Estêvão.

Deve destacar-se que a criação/ampliação destes espaços devem ser planeadas de forma sustentável e tendo em conta os valores naturais presentes no território. Para tal, é necessário prever as infraestruturas que serão necessárias ao seu desenvolvimento e ainda antever a possibilidade de ampliação da sazonalidade do turismo.

É essencial que os espaços destinados a este tipo de turismo sejam planeados de forma sustentável, sendo para tal necessário prever as infraestruturas que serão necessárias ao seu desenvolvimento e ainda antever a possibilidade de ampliação do carácter sazonal do turismo. Parece-nos, no entanto, que estão reunidas as condições de base para o estabelecimento não só de fluxos turísticos, mas também de uma população residente dedicada ao desporto e lazer, constituindo um modelo compatível com a preservação ambiental de grande interesse para o desenvolvimento equilibrado do concelho.

TURISMO RURAL

O concelho de Benavente apresenta uma área rural muito extensa, com fortes potencialidades para o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas ao hipismo e ao setor agrário.

O hipismo é considerado como uma atividade tradicional, característica e popular no concelho, estando patente nas diversas festas que se realizam no concelho e na região. Assim, o aproveitamento de toda esta herança cultural associada à “fileira do cavalo” pode ser um fator de dinamização do turismo rural, promovendo desta forma uma sustentabilidade do território, ao aproveitar os recursos que o concelho possui. A Companhia das Lezírias efetua já algumas provas/concursos que pretendem promover este setor. No entanto, é necessário uma aposta por parte da autarquia em tentar impulsionar os promotores privados para que se interessem pela dinamização do setor equino, desenvolvendo desta forma o setor do turismo no concelho de Benavente.

No que se refere ao agroturismo, foi elaborado um levantamento de casas e montes agrícolas existentes no concelho de Benavente que poderiam servir como infraestruturas de apoio ao desenvolvimento deste setor, com o objetivo de promover um conjunto de acontecimentos ligados à gastronomia, cultural local, mundo equestre, práticas agrícolas, diversificando a oferta na área do recreio e lazer. No entanto, este setor ainda está por desenvolver e deverá ser a autarquia a definir a estratégia que pretende adotar, sendo que esta deve ter em conta a sustentabilidade do território.

Por todos estes motivos, o Turismo é considerado na proposta de revisão do PDM de Benavente como uma das opções estratégicas, uma vez que este setor pode ser considerado como elemento fulcral para promover a atratividade económica, a sustentabilidade ambiental, a melhoria da qualidade de vida, bem como a acessibilidade e mobilidade.

5.6.3. EFEITOS ESPERADOS

Com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente apresenta-se no Quadro 27 a relação destas com os indicadores estabelecidos para cada domínio no âmbito do FCD – Desenvolvimento Turístico. Pretende, assim, demonstrar-se a importância deste FCD no contexto da revisão do PDM em análise.

Quadro 27 - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente nos indicadores estabelecidos para o FCD – Desenvolvimento Turístico

Domínio	Indicadores	Efeito Esperado positivo	Efeito esperado negativo
Património Natural	Espaços Naturais (Zonas Ribeirinhas, Reserva Natural do Estuário do Tejo, paus, entre outros) com aptidão turística	Efeito esperado positivo, uma vez que é objetivo do município desenvolver o setor turístico de forma sustentada, aproveitando para tal as mais valias naturais que o território de Benavente proporciona. Como tal, foi já apresentado um relatório sobre estratégias de turismo sustentável que possam vir a ser aplicadas no território. Efeito significativo.	<p>A estratégia definida pelo PDM de Benavente não produz qualquer efeito negativo direto sobre os indicadores referenciados.</p> <p>Pode, no entanto, ao suscitar maior interesse pelo turismo, o recreio, o lazer e os valores patrimoniais, contribuir para uma maior procura ao nível do turismo, das visitas, das estadias e das atividades realizadas, que podem, por sua vez, implicar o aumento da capacidade de carga sobre um território que é naturalmente sensível.</p> <p>A execução de empreendimentos turísticos e de unidades de turismo em espaço rural, ou mesmo, a prática de atividades lúdicas e recreativas ou de visitação em ambientes naturais pode gerar necessidades de edificações consumidoras de espaço e fluxos de tráfego e de estacionamento que podem afetar o sistema biofísico.</p> <p>Eventuais efeitos negativos sem significado.</p>
	Espaço Rural com aptidão turística	O município de Benavente possui áreas agrícolas e florestais no seu solo rural com grandes potencialidades para o desenvolvimento de atividades turísticas que tenham em conta a preservação desses mesmos espaços. Como tal, é esperado que o contributo da revisão do PDM seja positivo para a promoção deste indicador, no que diz respeito ao desenvolvimento turístico, uma vez que esta atividade poderá ter efeitos de revitalização de espaços que se encontram de momento, menos aproveitadas. Efeito significativo.	
	Percurso Pedestres	A revisão do PDM de Benavente irá contribuir positivamente para a promoção de percursos pedestres e circuitos turísticos, uma vez que é objetivo do município criar estas infraestruturas, de modo a permitir um melhor conhecimento do seu território e a desenvolver, de forma sustentável, a atividade turística.	
	Circuitos Turísticos	Criação de percursos pedestres e circuitos turísticos que permitam um melhor conhecimento do território. Efeito significativo.	
	Atividades de turismo em espaço natural	A execução da estratégia de desenvolvimento implícita no PDMB permitirá o desenvolvimento de atividades nos setores do turismo rural e mundo equestre que podem gerar capacidade diferenciadora do município relativamente ao contexto regional. Efeito significativo.	
	Atividades de turismo rural		
Património Cultural e Arquitetónico	Parques Ribeirinhos e Zonas de Pesca Desportiva	Efeito esperado positivo, uma vez que é objetivo do município desenvolver o setor turístico de forma sustentada, aproveitando para tal as mais valias naturais que o território de Benavente proporciona. Como tal, foi já apresentado um relatório sobre estratégias de turismo sustentável que possam vir a ser aplicadas no território. Efeito significativo.	
	Eventos culturais/Ações de divulgação cultural	A sistematização e caracterização dos valores do património poderá permitir a sustentação de uma estratégia de valorização desse mesmo património contribuindo para a construção de mais um elemento diferenciador e atrativo de interesses e de investimentos. Efeito significativo.	
	Imóveis Classificados		
	Outros Imóveis de Interesse Arquitetónico		
Sítios Arqueológicos			
Turismo e Lazer	Infraestruturas e equipamentos de turismo e lazer associadas ao golfe	Da execução do PDMB pode resultar uma melhoria significativa de Infraestruturas e de equipamentos de apoio ao desenvolvimento do setor do turismo. Este facto produzirá efeitos positivos significativos a vários níveis, nomeadamente no fortalecimento da base económica municipal e do emprego como também na afirmação de uma imagem mais qualificada do município.	
	Empreendimentos turísticos/resorts		

Domínio	Indicadores	Efeito Esperado positivo	Efeito esperado negativo
Turismo Rural	Coudelarias/Centros Hípicos	Efeitos Significativos a nível da capacidade competitiva do município.	
	Agroturismo	A execução da estratégia de desenvolvimento implícita no PDMB permitirá o desenvolvimento de atividades nos setores do turismo rural e mundo equestre que podem gerar capacidade diferenciadora do município relativamente ao contexto regional.	
	Infraestruturas de apoio à atividade económica (Companhia das Lezírias)		

No quadro que se segue é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pela proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos, e mais concretamente no seu Regulamento, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico. Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo contribui (+) (criando oportunidades) ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do Quadro de Referência Estratégico definido para o Plano.

Face a uma avaliação mais detalhada do território aquando da realização da situação atual de referência, esta justificou a necessidade de introduzir, na análise do FCD - Desenvolvimento Turístico, o Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Ribatejo, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo e o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.

Quadro 28 – Contribuição da Proposta de Revisão do PDM de Benavente para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do FCD – Desenvolvimento Turístico

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Desenvolvimento Turístico
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	+	A proposta de plano evidencia uma preocupação de conciliação entre a criação/desenvolvimento de espaços turísticos e o património natural existente, propondo a definição de espaços que tenham em conta a preservação e salvaguarda dos ambientes naturais.
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro.	+	A proposta de plano integra estas preocupações ao definir como objetivos estratégicos: a valorização das singularidades e da qualidade ambiental do município, a criação de novos interesses e atração de novos públicos para acontecimentos e atividades desenvolvidas em torno das especificidades e do sistema biofísico local (tirando partido do Rio Sorraia, do Tejo, e dos Pauis de Belmonte e Trejoito); a atribuição do Turismo da Natureza e o Lazer como elementos centrais da estratégia de desenvolvimento municipal.
	Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural.	+	
	Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida.	+	
Estratégia Nacional de Conservação a Natureza e Biodiversidade	Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social.	+	A proposta de plano integra estas preocupações ao definir como objetivos estratégicos a valorização das singularidades e da qualidade ambiental do município e o desenvolvimento de novas Redes de Turismo de forte relação com a Natureza, integradoras das especificidades do Concelho como a Gastronomia, o mundo equestre, o interesse paisagístico, os acontecimentos ou mesmo, a requalificação de antigas quintas, tendo em conta a preservação das áreas protegidas.
	Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrados no processo da Rede Natura 2000.		
	Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas setoriais.		
	Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade.		

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Desenvolvimento Turístico
	Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil.		
Plano Setorial da Rede Natura 2000	Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo.		A proposta de plano prevê a promoção e desenvolvimento do turismo sustentável, nomeadamente a promoção do turismo de natureza e turismo em espaço rural, tendo assim em conta as áreas integradas no PSRN2000.
	Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macro escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efetuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam diretamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território).	+	
	Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território.	+	
	Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos <i>habitats</i> e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos <i>habitats</i> a proteger		
Plano Estratégico Nacional do Turismo	Estratégia de produtos - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos.	+	A proposta de plano contribui positivamente, uma vez que pretende criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado aos recursos endógenos, nomeadamente os recursos hídricos e os recursos rurais (“fileira do cavalo”, casas agrícolas, etc.), bem como explorar novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas e ainda criar novas áreas de aptidão turística em articulação com o património natural e construído, nomeadamente na exploração do turismo ligado ao golfe.
	Linhas orientadoras para as regiões - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.	+	
	Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.		
	Eventos - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista (Mega eventos, Grandes eventos promocionais, Animação local).	+	

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Desenvolvimento Turístico
	Qualidade urbana, ambiental e paisagística - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal.	+	
Plano Nacional da Água	Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados.	+	A proposta de plano da revisão do PDM de Benavente tem uma contribuição positiva para o alcance destes objetivos, uma vez que as opções estratégicas da proposta de plano evidenciam a necessidade de garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do ambiente natural, contribuindo desta forma para a preservação e valorização dos recursos hídricos.
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo	Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a proteção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área protegida.	+	A proposta de plano da revisão do PDM de Benavente tem uma contribuição positiva para o alcance destes objetivos, uma vez que as opções estratégicas da proposta de plano evidenciam a necessidade de garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do ambiente natural, contribuindo desta forma para a preservação e valorização dos recursos naturais.
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	Valorização Económica e Social dos Recursos Hídricos – potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos.		A proposta de plano da revisão do PDM de Benavente tem uma contribuição positiva para o alcance destes objetivos, uma vez que as opções estratégicas da proposta de plano evidenciam a necessidade de garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do ambiente natural, contribuindo desta forma para a preservação e valorização dos recursos naturais, nomeadamente os recursos hídricos.
Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Ribatejo	Diversificar as funcionalidades associadas aos espaços florestais, contribuindo para aumentar a rentabilidade das explorações florestais.	+	A proposta de plano da revisão do PDM de Benavente tem uma contribuição positiva para o alcance destes objetivos, uma vez que as opções estratégicas da proposta de plano evidenciam a necessidade de explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas, criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos.
	Aumentar a qualidade paisagística dos espaços florestais e o seu contributo para o bem-estar das populações.	+	
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo	Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável, formulados no plano de desenvolvimento regional.	+	A proposta de plano tem uma contribuição positiva uma vez que nas suas grandes opções estratégicas, refere a necessidade de desenvolver sustentadamente o setor do turismo, construindo um território de lazer, e ainda, garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano.
	Definir medidas/intervenções com vista à atenuação das assimetrias de desenvolvimento inter-regionais	+	
	Servir de quadro de referência para a elaboração dos Planos Intermunicipais e dos PIMOT.	+	

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Desenvolvimento Turístico
Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa	<p>Definir as opções estratégicas de base territorial, que deverão ter em conta, em articulação com a Região Alentejo e com as Sub-Regiões da Lezíria do Tejo e do Oeste,</p> <ul style="list-style-type: none"> • A coesão sócio territorial da região e a distribuição equilibrada das atividades económicas e dos recursos naturais, tendo presentes os importantes investimentos a realizar na área metropolitana de Lisboa. 	+	A proposta de plano tem uma contribuição positiva uma vez que uma das suas grandes opções estratégicas passa por garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano.
Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Vale do Tejo	<p>Valorizar o Rio Tejo, como património natural, cultural e ambiental e como espaço de fruição, lazer e turismo.</p> <p>Expandir, qualificar e diversificar a atividade turística, por forma a preparar-se para o crescimento exponencial das procuras associadas aos lazeres e ao turismo.</p> <p>Promover o desenvolvimento agrícola e rural, numa ótica de valorização da excelência de uma tradição.</p> <p>Salvaguardar e valorizar a riqueza e diversidade do património paisagístico, ambiental, histórico, construído e cultural, numa ótica de ordenamento e gestão integrada do território.</p>	+	A proposta de plano tem uma contribuição positiva uma vez que nas suas grandes opções estratégicas, refere a necessidade de desenvolver sustentadamente o setor do turismo, construindo um território de lazer, e ainda, garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano. Para tal, prevê a valorização e preservação do património natural e cultural do território, promovendo as singularidades existentes.

Através da análise anterior verifica-se que a proposta de revisão do PDM de Benavente terá uma contribuição positiva no alcance dos objetivos estratégicos definidos no QRE, no que diz respeito ao fator crítico - Desenvolvimento Turístico.

5.6.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como os recursos turísticos naturais e histórico-culturais irão ser afetados com a implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente. Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças.

Quadro 29 – Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita ao FCD – Desenvolvimento Turístico

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da diversidade de recursos turísticos existentes, naturais, paisagísticos, patrimoniais, culturais e gastronómicos, como potenciadores do desenvolvimento económico sustentável do concelho • Aproveitamento das zonas ribeirinhas, para fomento de espaços verdes, de lazer e de recreio • Aposta no turismo diferenciado, encontrando modelos inovadores e que tirem partido da singularidade dos elementos naturais e culturais presentes a nível concelhio • Aposta no turismo rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda da identidade local • Descaracterização dos espaços e formas de vida por uma atividade turística que possa ser mal planeada • Excessiva ocupação do espaço por empreendimentos turísticos que possam intensificar a sazonalidade (turismo de 2ª residência)

Do ponto de vista do desenvolvimento do setor turístico, o balanço entre as ameaças e as oportunidades é claramente favorável à proposta de revisão do PDM de Benavente, uma vez que pretende enaltecer os valores naturais e histórico-culturais existentes no concelho, ao mesmo tempo que promove a sua proteção e conservação, através de práticas sustentáveis da atividade turística, indo de encontro às metas e orientações estratégicas propostas pelos diferentes programas e políticas de âmbito nacional, regional e local.

O plano potencia o desenvolvimento de um turismo diferenciado e sustentável ao pretender promover a diversidade de recursos existentes, nomeadamente os recursos naturais, paisagísticos e culturais. É ainda visível a preocupação com o desenvolvimento de espaços potenciadores de práticas de recreio e lazer, nomeadamente no que diz respeito ao aproveitamento das zonas ribeirinhas existentes no concelho. Refere-se ainda, a promoção da sustentabilidade do território através do desenvolvimento do turismo rural, sendo imprescindível o aproveitamento da herança cultural associada à “fileira do cavalo” como fator de dinamização deste setor e ainda a aposta na dinamização e promoção da Companhia das Lezírias.

Importa sobre aspeto salientar ainda que a proposta de revisão do PDM prevê (no regulamento e ainda assinaladas na Planta de Ordenamento) três Áreas de Vocação Turística (AVT) que *“correspondem a unidades territoriais homogéneas que revelam características e vocação para receber a instalação de Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) a ocupar por empreendimentos do tipo Conjuntos Turísticos, com objetivo de qualificar a oferta de alojamento de turismo residencial”*, conforme descrito na proposta de Regulamento.

De facto, de acordo com o Turismo de Portugal *“as AVT constituem perímetros que não afetam a classificação e qualificação do solo rural, visando garantir boas condições à localização e desenvolvimento de Conjuntos Turísticos (Resorts), excluindo ocupações e usos incompatíveis”*.

Apesar de todas estas oportunidades, não se deve descurar as ameaças que um possível desenvolvimento excessivo deste setor poderá trazer ao município. Como tal, é essencial definir uma estratégia de turismo sustentável que englobe as diversas atividades turísticas que se podem concretizar no território, para que os recursos existentes não percam a qualidade que possuem.

5.6.5. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita ao desenvolvimento do setor do turismo e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta deva constituir um processo contínuo e continuado ao longo do tempo.

Neste contexto, com base nos indicadores identificados e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de alteração do plano pode ter sobre estes, sugerem-se algumas recomendações para que a proposta de revisão do PDM de Benavente possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade definidos para este FCD:

- Desenvolver ações de sensibilização para a proteção dos recursos naturais, nomeadamente no que se refere à Reserva Natural do Estuário do Tejo;
- Promover a conservação e valorização da biodiversidade e do património natural;
- Definir uma estratégia de turismo sustentável que englobe as diversas atividades turísticas que se podem concretizar no território;
- Definir percursos pedestres que potenciem a valorização dos recursos existentes;

- Dinamizar e promover ações de educação ambiental que considerem a prática de atividades turísticas no espaço natural e cultural do concelho;
- Promover o agroturismo como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável.

Considera-se ainda pertinente a inclusão, neste FCD, de algumas das diretrizes estabelecidas no PROT-OVT, nomeadamente:

- Admitir empreendimentos do tipo Conjuntos Turísticos (*Resorts*);
- Definir incompatibilidades de usos com o turismo (explorações pecuárias, exploração de inertes, depósitos de combustíveis, áreas industriais e logísticas, aterros sanitários, parques de sucata, indústrias isoladas ou outras ocupações que ponham em causa a qualidade ambiental ou paisagística da zona);
- Definir critérios de localização dos NDT (afastamentos mínimos entre eles, afastamentos mínimos a usos existentes, bem como critérios de inserção territorial, integração paisagística e qualidade urbanística e ambiental);
- Definir a área mínima dos NDT: 50 ha ou 100 ha para as áreas localizadas a Norte ou a Sul do rio Sorraia, respetivamente;
- Adotar a densidade máxima de 20 camas/ha (pode incluir áreas em REN e RAN até ao máximo de 40% da área total de intervenção);
- Estabelecer as atividades de recreio e lazer preferenciais (caça, atividades equestres);
- Definir o limiar da capacidade em camas a atribuir aos NDT, deduzido do limiar de capacidade global atribuído à respetiva NUT III, e condicionar a capacidade de alojamento dos NDT ao limiar que vier a ser estabelecido no PDM para esta tipologia;
- Estabelecer que a execução dos NDT seja precedida da celebração de um contrato entre a Câmara Municipal e o Promotor, para a elaboração e execução dos empreendimentos, definindo as regras relativas à caducidade e ao incumprimento do mesmo;
- Prever o desenvolvimento dos NDT com base em Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor.

Estas orientações devem ser objeto de análise e de avaliação, no Relatório sobre o estado do ordenamento a nível local, a submeter a apreciação da Assembleia Municipal, tal como determina o n.º 3, do artigo 146.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

5.7. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL

5.7.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS

A qualidade de vida das populações humanas e o equilíbrio dos ecossistemas naturais são determinados, em grande parte, pela qualidade ambiental de uma região. Por seu turno, de acordo com as atuais exigências de uma sociedade participativa e informada, a manutenção da qualidade ambiental é indispensável para aumentar os níveis de competitividade e desenvolvimento de uma região.

Para a manutenção da qualidade ambiental de um dado território contribuem decisivamente as políticas adotadas pelo instrumento de gestão territorial com incidência na área.

Também para a valorização ambiental e cultural, entendida como o motor da preservação da integridade da qualidade física do ambiente e dos valores culturais, da conservação dos ecossistemas e restantes valores naturais associados, e da promoção do património natural, deverá ser adotada uma correta gestão dos recursos existentes.

A execução de um Plano Municipal de Ordenamento do Território assenta em opções de natureza estratégica, que deverão ser suportadas pelas orientações de instrumentos de referência estratégica, que refletem as indicações de um conjunto de políticas setoriais de âmbito nacional, regional e municipal, e cuja aplicação promove a sua sustentabilidade.

Pelo exposto, constitui objetivo de análise no presente FCD -Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural – a avaliação dos impactes decorrentes das opções da proposta de revisão do PDM de Benavente sobre um conjunto de domínios, que se revelam importantes para o território em causa. Foram definidos os seguintes domínios de avaliação: “Conservação e Valorização do Património Natural”; “Qualidade Ambiental (que integra os Resíduos, a Água, o Ruído, o Ar e a Energia); e ainda o “Património Histórico e Cultural”.

CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

A preservação de valores naturais, que assumem importância no contexto da conservação da natureza e no contributo que conferem à manutenção da qualidade ambiental do território e da qualidade de vida das suas populações, deve ser integrada ao nível das políticas de gestão territorial, pelo que se considera imprescindível a sua inclusão nesta proposta de revisão do PDM de Benavente.

O concelho de Benavente apresenta uma vasta área do seu território integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, de acordo com o novo regime jurídico de conservação da natureza (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho), contemplando:

- A Reserva Natural do Estuário do Tejo (abrange 15,46 ha do Concelho de Benavente), classificada pelo Decreto-Lei, n.º 565/76 de 19 de julho, e que integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- O Sítio Ramsar “Estuário do Tejo” (abrange 31,49 ha do Concelho de Benavente), classificado ao abrigo da Convenção sobre as Zonas Húmidas, subscrita por Portugal a 9 de outubro de 1980 (Decreto-Lei n.º 101/80, de 9 de outubro);
- O Sítio de Importância Comunitária (SIC) da Rede Natura 2000 - Estuário do Tejo (abrange 15754 ha do Concelho de Benavente) classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de agosto;
- A Zona de Proteção Especial (ZPE) do Estuário do Tejo (abrange 15076,791 ha do Concelho de Benavente), classificado pelo: Decreto-Lei n.º 280/94 de 5 de novembro, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 51/95, de 20 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 140/2002, de 20 de maio.

Dadas as características do território em análise, deverá ser promovida uma política de gestão sustentável das áreas com interesse natural, compatibilizada com o previsto pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000, permitindo a sua conservação e valorização, sempre que possível através de dinâmicas que envolvam as populações locais, de modo a proporcionar um valor acrescentado ao património natural, convergindo para um desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, sendo reconhecida a sensibilidade do território integrado no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, bem como de outras áreas igualmente interessantes para a conservação da natureza, promove-se, no âmbito da conservação da natureza que se encontra integrada neste FCD, uma avaliação centrada nos domínios “Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)”, “Estrutura Ecológica Municipal” e “Gestão, Conservação e Valorização da Floresta” (Quadro 30) tendo como objetivo geral a avaliação de eventuais impactos promovidos pela execução da atual proposta de revisão do PDM tomando em consideração as características do território implicado.

QUALIDADE AMBIENTAL (QUE INTEGRA OS RESÍDUOS, A ÁGUA, O RUÍDO, O AR E A ENERGIA)

A proposta de revisão do PDM de Benavente reflete determinadas ações relacionadas com a expansão de áreas de localização empresarial e de implementação / manutenção de campos de golfe, que podem conduzir a potenciais impactos ambientais ao nível da produção de resíduos, da qualidade dos recursos hídricos, da qualidade do ar, dos níveis de ruído atingidos bem como dos consumos de energia. Por essa razão foram definidos como domínios de

avaliação para a análise do FCD - Qualidade Ambiental: os “Resíduos”, a “Água”, o “Ruído”, o “Ar” e a “Energia”.

Um dos graves problemas ambientais da atualidade, nas sociedades modernas, relaciona-se com a produção de resíduos e a sua deposição em aterro, em detrimento da sua recolha seletiva e posterior valorização. Como tal, considera-se fundamental a inclusão de um domínio relacionado com os “Resíduos” neste FCD, definindo-se como objetivo de sustentabilidade a promoção de uma política adequada para a sua gestão, no âmbito da implementação do PDM de Benavente.

A consideração de um domínio relacionado com a “Água” no presente FCD surge pela sua importância para os diversos usos humanos e para o desenvolvimento de atividades económicas, servindo como suporte de ecossistemas e habitats, sendo uma componente essencial do ordenamento do território e uma condicionante estratégica das opções de desenvolvimento e localização de usos e atividades. Neste sentido, consideraram-se como principais objetivos de sustentabilidade a proteção e conservação dos recursos hídricos, a redução dos níveis de poluição, a promoção de um consumo eficiente e racional do recurso água, e ainda a satisfação das necessidades das populações ao nível das infraestruturas básicas, garantido os serviços de abastecimento de água e de drenagem e de tratamento de águas residuais.

Pelo facto dos municípios terem competências ao nível da elaboração dos Mapas de Ruído e na prevenção da poluição sonora, tendo em vista a salvaguarda da saúde e bem-estar das populações, o domínio de avaliação relacionado com o “Ruído” foi considerado relevante para a análise do Domínio - Qualidade Ambiental. De facto, os mapas de ruído constituem ferramentas estratégicas de análise e planeamento que permitem integrar a prevenção e controle do ruído nas questões relacionadas com o ordenamento do território. Neste âmbito, apresenta-se como objetivo de sustentabilidade, “Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações”.

Reconhecendo que a qualidade do ar é uma componente relevante do ambiente, determinante para a saúde pública e para o equilíbrio dos ecossistemas, que contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações, e de forma a captar a atenção do município para o combate às alterações climáticas (que em parte se devem às emissões de gases com efeito de estufa), foi considerado na análise do presente FCD o domínio de avaliação “Ar”. Desta forma, neste domínio incluíram-se como objetivos de sustentabilidade a gestão adequada da qualidade do ar, bem como a redução dos seus níveis de poluição e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Em termos globais, os problemas relacionados com o setor energético relacionam-se com a baixa eficiência energética e a forte dependência de fontes de energia não renovável importada, situação que aumenta a nossa fatura energética. Desta forma, considera-se

importante a análise do FCD relacionado com a “Energia”, tendo-se estabelecido objetivos de sustentabilidade que promovam o aumento da eficiência energética bem como a racionalização na utilização da energia, salientando-se a importância da utilização de fontes renováveis na produção de energia como fator a contribuir para a redução da dependência energética.

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A valorização ambiental e cultural de um território tem de integrar obrigatoriamente uma avaliação cuidada do seu património cultural. De acordo com a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, *“integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”*. *“O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”*.

De acordo com informação do relatório do Plano, para além dos imóveis classificados pelo Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), existem no concelho Sítios Arqueológicos, de acordo com o Instituto Português de Arqueologia (IPA), e ainda imóveis de valor patrimonial que integram o inventário da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais³.

Os eventos religiosos têm uma forte tradição no concelho de Benavente, pelo que durante os meses de verão se pode assistir a inúmeros arraiais e cerimónias religiosas, que envolvem toda a comunidade.

Ao nível da identidade cultural e histórica, este FCD tem como objetivos de sustentabilidade preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes, fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios, nas proximidades de centros históricos, e valorizar a diversidade e a identidade local. A avaliação deste fator pretende determinar os aspetos que as ações preconizadas no futuro PDM poderão desenvolver e que poderão ter influência direta ou indireta no património cultural local, contribuindo para a proteção e gestão do património cultural eventualmente afetado.

De um modo geral, o FCD - Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural pretende identificar os aspetos positivos e negativos, acautelando as ameaças que possam surgir com a implementação das ações previstas na proposta de revisão do PDM de

³ A reestruturação do IPPAR, do IPA e de parte das funções da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais deu origem ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IP (IGESPAR), de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 96/2007 de 29 de março.

Benavente, promovendo o desenvolvimento sustentável através da minimização dos efeitos ambientais negativos na região.

De salientar ainda as preocupações da autarquia ao nível da sustentabilidade, competitividade e coesão social, associadas a uma filosofia de base da Agenda 21 Local e das Comunidades Sustentáveis (com a subscrição da Carta de AALBORG), do EDEC e até da Agenda de Lisboa, defendidas pela Câmara Municipal de Benavente, que apresenta desta forma uma visão estratégica que assegura o desenvolvimento sustentável do município.

De forma a auxiliar o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar no âmbito do FCD - Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural, identificaram-se os domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e respetivos indicadores de análise que se apresentam sistematizados no Quadro 30.

Quadro 30 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural, com os objetivos de sustentabilidade e principais indicadores de análise estabelecidos.

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural	Conservação e Valorização do Património Natural	• Assegurar a conservação do património natural em áreas do SNAC	• Área do Município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	ha	ICNB
			• Plano de gestão para a Área Classificada,	N.º	ICNB
			• Ações de monitorização de espécies prioritárias	N.º	ICNB
			• Planos de ação para espécies prioritárias.	N.º	ICNB
			• Corredores ecológicos entre áreas nucleares para a conservação de espécies	N.º	ICNB
		• Promover a valorização do património natural e paisagístico em áreas do SNAC	• Equipamentos de apoio à interpretação / divulgação valores naturais	N.º e tipo	ICNB
			• Ações de exploração sustentável do meio natural	N.º e tipo	ICNB
			• Ações de divulgação e de sensibilização ecológica	N.º e tipo	ICNB e CMB
			• Rotas ou programas de visitação	N.º e tipo	ICNB
			• Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados, centro de interpretação ambiental	N.º e extensão	ICNB
		• Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas	• Participação em ações de fiscalização	N.º e tipo	ICNB
		• Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis	• Valores naturais com estatuto de proteção	Tipo	ICNB
			• Monitorização da diversidade de espécies protegidas e prioritárias*	N.º e tipo	ICNB
			• Planos de ação para espécies ameaçadas, espécies protegidas e de conservação prioritária*	N.º e tipo	ICNB
			• Ações de conservação de espécies	N.º e tipo	ICNB
		• Monitorização e reabilitação de habitats	• Habitats prioritários	N.º e designação	ICNB
			• Ações de conservação de habitats	N.º e tipo	ICNB

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Qualidade Ambiental	Estrutura Ecológica Municipal	<ul style="list-style-type: none"> Promoção do contínuo natural através da correta delimitação da Estrutura Ecológica Municipal Promover a valorização de áreas/sistemas ecológicos e outros valores integrados em espaços de EEM 	• Área do Concelho Integrada na EEM*	ha	CMB
			• Áreas/sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM*	Tipo	CMB
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta 	• Área de floresta de proteção*	ha	CMB
			• Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)*	ha	CMB
		<ul style="list-style-type: none"> Fomentar oportunidades de fruição sustentável da floresta 	• Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais*	N.º, tipo e km	CMB
		<ul style="list-style-type: none"> Controlar o estado fitossanitário dos espécimes 	• Ações de controlo do estado fitossanitário de espécimes com valor para a conservação da natureza*	N.º e tipo	CMB
	Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política adequada de gestão de resíduos Promover a qualidade de vida das populações 	• Produção de resíduos sólidos urbanos	Ton/hab	INE
			• Valorização de resíduos sólidos urbanos	%	INE
			• Sistemas de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos	n.º	Município
			• Investimento municipal ao nível da gestão de resíduos	€	INE/ Município
	Água	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais 	• Qualidade da água superficial de acordo com os fins a que se destina	n.º de análises ⁴	INAG
			• Qualidade da água subterrânea		
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano 	• Consumo de água	m ³	INE
			• População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	%	INE
<ul style="list-style-type: none"> Promover um consumo eficiente e racional do recurso água 		• Perdas no sistema de abastecimento	%	Município	
		• Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água *	n.º	Município	
<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais Promover a qualidade de vida das populações 	• População servida por sistema de drenagem de águas residuais	%	INE		
	• População servida por sistemas tratamento de águas residuais	%	INE		

⁴ N.º de análises com parâmetros superiores aos limites legais

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações Cumprimento dos valores limite de exposição a ruído ambiente exterior previsto no RGR (art.11.º) 	• População exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite	%	Município
			• Reclamações por incomodidade sonora*	n.º	Município
			• Planos de Redução do ruído	n.º	Município
	Ar	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salguarde a saúde pública Reduzir a poluição do ar Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa 	• Qualidade do ar	n.º ⁵	CCDRC
			• Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	n.º	CCDRC
			• Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão	n.º	APA
	Energia	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da Eficiência Energética Utilização Racional de Energia Utilização de Fontes de Energia Renovável 	• Consumo de energia (gás, eletricidade, combustíveis líquidos)	tep	DGEG
			• Projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética	n.º	Município
			• Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis	tep	Município
	Património Histórico e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> Salvaguardar os valores patrimoniais definindo medidas de proteção e de incentivo à conservação. Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos Valorizar a diversidade e a identidade local 	• Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção)	n.º	Município
			• Reabilitação de edifícios urbanos degradados	n.º	Município
			• Imóveis classificados	n.º	IGESPAR
			• Imóveis inventariados	n.º	Município / SIPA
• Sítios Arqueológicos			n.º	IGESPAR	

* - Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

⁵ N.º de dias com parâmetros de qualidade do ar superiores aos limites legais estabelecidos

5.7.2. DOMÍNIO: CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

5.7.2.1. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT, apresentada no quadro que se segue, pretende traçar um diagnóstico geral e o resumo das tendências existentes ao nível do Concelho de Benavente no que concerne à Conservação e Valorização do Património Natural. Esta análise identifica as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente (Quadro 31).

Quadro 31 – Análise SWOT no âmbito do Domínio – Conservação e Valorização do Património Natural.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Conjugação de biótipos interessante • Integração numa área natural com elevada riqueza específica de avifauna, estando atribuído ao estuário do Tejo o estatuto de mais importante zona húmida do País e uma das mais importantes do Paleártico Ocidental • Aplicação do Plano de Ordenamento da RNET 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de sinalização que dificulta a orientação em passeio ou visita • Fraca dinamização de turismo de natureza
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um vasto enquadramento legal associado à proteção e conservação da Natureza • Possibilidade de expansão da área classificada • Existência de um plano de gestão para a ZPE gerido pelo ICNB 	<ul style="list-style-type: none"> • Ameaça de pragas e doenças sobre os povoamentos de pinheiro bravo, pinheiro manso e montado de sobreiro • Introdução de espécies alóctones • Pressão de turismo de habitação e empreendimentos de lazer

O conhecimento da realidade concelhia, e o diagnóstico efetuado com base numa análise de tendências permitirá identificar questões estratégicas, contribuindo para delinear diretrizes importantes para o concelho.

De forma a pormenorizar e enquadrar a informação apresentada na matriz SWOT, foi desenvolvido um diagnóstico de caracterização da situação existente e análise de tendências relativo a cada um dos indicadores definidos para o Domínio – Conservação e Valorização do Património Natural.

DOMÍNIO DE AVALIAÇÃO: ÁREAS INTEGRADAS NO SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS (SNAC)

ÁREA DO MUNICÍPIO INTEGRADA NO SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS

Benavente integra no seu território uma área do Sítio Estuário do Tejo, classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de agosto, abrangendo 15.754 ha do Concelho de Benavente (30% do Concelho). Designado como sítio de importância comunitária (SIC), nos termos da Decisão da Comissão n.º 2006/613/CE, de 19 de julho, que adota a lista dos SIC da região biogeográfica mediterrânica, estando por esta via inserido na Rede Natura

2000, o **Sítio PTCO009 – Estuário do Tejo** é partilhado pelos municípios de Alcochete, Loures, Montijo e Vila Franca de Xira, sendo Benavente o Concelho com maior percentagem do sítio, integrando 35% da sua área (Quadro 32).

Quadro 32 - Distribuição do Sítio Estuário do Tejo (PTCO009) pelos cinco concelhos envolvidos. Fonte: Adaptado de PSRN2000

Concelho	Área (ha)	% do Concelho Classificado	% do Sítio no Concelho
Alcochete	8380	60%	19%
Benavente	15754	30%	35%
Loures	111	0,6%	0,3%
Montijo	87	1%	0,2%
Vila Franca de Xira	12703	40%	28%

No SIC - Estuário do Tejo, manifestam-se habitats e espécies que detêm estatuto de proteção conferido ao abrigo da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens (Diretiva Habitats). *É um Sítio de grande diversidade biológica e paisagística e enorme produtividade quer associada aos habitats da zona húmida estuarina, a mais extensa do país e uma das mais importantes da Europa, quer aos habitats terrestres* (Plano Setorial da Rede Natura – Sítio do Estuário do Tejo).

O concelho de Benavente integra ainda 15.076,791 ha da **Zona de Proteção Especial (ZPE) do Estuário do Tejo**, classificado pelo Decreto-Lei n.º 280/94 de 5 de novembro, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 51/95, de 20 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 140/2002, de 20 de maio. A Zona de Proteção Especial PTZEP0010 – Estuário do Tejo é partilhado pelos mesmos municípios que o SIC referido e ainda pelo Concelho da Moita, sendo novamente Benavente o Município com maior percentagem do sítio, com 34% (Quadro 33).

Quadro 33 - Distribuição da ZPE do Estuário do Tejo (PTZEP0010) pelos seis concelhos envolvidos. Fonte: Adaptado de PSRN2000

Concelho	Área (ha)	% do Concelho Classificado	% do Sítio no Concelho
Alcochete	3670,919	37%	8%
Benavente	15076,791	29%	34%
Loures	209,465	1%	0,47%
Moita	417,543	8%	1%
Montijo	24,69	0,07%	0,06%
Vila Franca de Xira	7541,825	28%	17%

A ZPE do Estuário do Tejo, abrange uma área praticamente coincidente com a área do SIC, e foi designada ao abrigo da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (diretiva aves), revelando o valor que possui para a conservação das aves selvagens que a nível europeu. De facto, *o estuário do Tejo é um dos maiores estuários da Europa, com uma localização privilegiada para a ocorrência de diversas*

espécies de aves em números significativos quando da sua migração entre o Norte de Europa e África (Plano Setorial da Rede Natura – Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo).

A área mais nuclear do Estuário do Tejo, sob a perspetiva da conservação da natureza, corresponde à **Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET)**, classificada pelo Decreto-Lei, n.º 565/76 de 19 de julho, e integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas. Ocupa 2.412,63 ha (área terrestre) do Concelho de Benavente (perfazendo 20,83% do total da RNET) tratando-se de uma importantíssima zona húmida designadamente enquanto habitat para a avifauna, especialmente a migradora, e para a ictiofauna, constituída para garantir a conservação dos seus valores naturais.

No âmbito da conservação da natureza e da biodiversidade, para além das classificações já enunciadas para o estuário do Tejo, esta importante zona húmida foi também recentemente designada como **Sítio Ramsar “Estuário do Tejo”**, classificada ao abrigo da Convenção sobre as Zonas Húmidas, subscrita por Portugal a 9 de outubro de 1980 (Decreto-Lei n.º 101/80, de 9 de outubro). Este sítio Ramsar n.º 211 revela a importância de âmbito internacional que a zona húmida detém para a conservação dos ecossistemas aquáticos e sua biodiversidade associada, sendo os seus limites coincidentes com os limites da RNET.

Relativamente ao Concelho de Benavente, o **Sítio Ramsar “Estuário do Tejo”**, abrange 2.412,63 ha, terrestres, da sua área territorial classificadas, de acordo com o conceito apresentado no diploma que define o regime jurídico da conservação da natureza (Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de julho), encontram-se integrados **Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)** a Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET), a Zona de Proteção Especial (ZPE) do Estuário do Tejo, o Sítio PTCO009 – Estuário do Tejo e o Sítio Ramsar Estuário do Tejo (Figura 11).

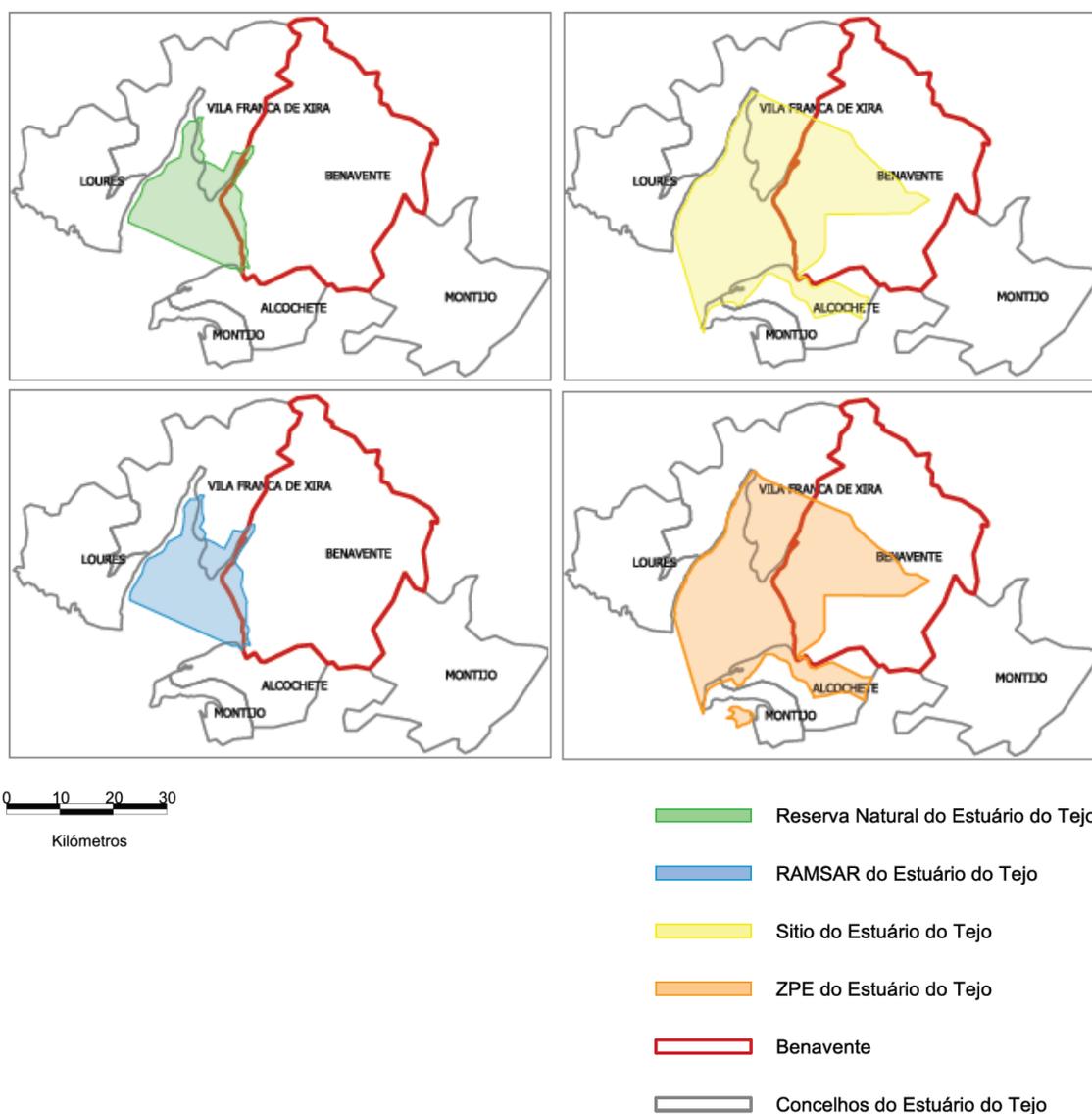


Figura 10 – Áreas que integram o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) com abrangência sobre o território concelhio de Benavente (Fonte: Elaboração própria com base em dados do ICNB).

PLANO DE GESTÃO PARA A ÁREA CLASSIFICADA

O ordenamento e gestão da área da Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo (ZPE) coincidente com os limites da Reserva Natural do Estuário do Tejo, encontram-se subjugados ao regime previsto para aquela Área Protegida RNET (conforme o disposto no n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de novembro), para a qual foi elaborado e publicado o Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo.

Quanto à remanescente área da ZPE, o Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de novembro, prevê que a sua gestão seja assegurada pelo Instituto da Conservação da Natureza, tendo sido publicado pela Portaria n.º 670-A/99 (2ª Série) de 30 de junho as medidas de ordenamento constantes do

plano de gestão, que vincula entidades públicas e privadas. *Este instrumento institui o mecanismo considerado mais adequado para garantir a proteção eficaz da ZPE do Estuário do Tejo, através da compatibilidade da conservação com os interesses económicos e sociais da área* (Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo – Volume II – Diagnóstico para a área da RNET).

O referido plano de gestão estabelece áreas de proteção, homogéneas do ponto de vista das suas características biofísicas e socioeconómicas, que se constituem como unidades a que são aplicáveis diferentes graus de proteção, designadamente, as Zonas de Especial Interesse para a Conservação da Avifauna, com níveis de prioridade I, II e III. À Zona de Especial Interesse para a Conservação da Avifauna de prioridade I correspondem os habitats mais importantes para a conservação das populações de aves aquáticas, sendo apenas permitidas, de acordo com o número 3, do artigo 5º, do Portaria n.º 670-A/99 (2ª série) *atividades que visem a manutenção das suas características atuais, não sendo possível qualquer nova edificação, a abertura ou alargamento de vias de comunicação ou acessos não previstos nos Planos Diretores Municipais plenamente eficazes e a extração de inertes*. Para as Zonas de Especial Interesse para a Conservação da Avifauna de prioridade II são permitidas alterações ao atual uso mas que não coloquem em risco a manutenção das características da zona. As Zonas de Especial Interesse para a Conservação da Avifauna de prioridade III, por seu lado, são relevantes, especialmente, enquanto áreas de interface entre as Zonas de Especial Interesse para a Conservação da Avifauna de prioridade I e II e as áreas urbanas e envolvente à ZPE.

O Plano de Gestão da ZPE do Estuário do Tejo define ainda linhas estratégicas de gestão *com vista a atingir os objetivos definidos; os recursos financeiros, humanos e técnicos disponíveis para a sua implementação bem como um programa de ação com indicação de medidas concretas que visam a conservação, divulgação e sensibilização* (Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo – Descrição – Volume I).

AÇÕES DE MONITORIZAÇÃO DE ESPÉCIES PRIORITÁRIAS

São diversas as ações de monitorização das espécies da Reserva Natural do Estuário do Tejo (Quadro 34).

Quadro 34 – Ações de conservação e monitorização de espécies prioritárias. Fonte: ICNB

Designação	Descrição
Central Nacional de Anilhagem	Criado no âmbito do antigo Centro de Estudo de Migrações e Proteção de Aves (CEMPA) em 1976, este projeto ambicionou dar resposta à necessidade de integrar Portugal nos programas de estudo e proteção internacionais de aves da Região Paleártica, uma vez que a localização geográfica do país, bem como a extensão da sua zona costeira e a existência de importantes estuários, permite a Portugal ocupar uma posição particularmente importante nas rotas migratórias. Tem como principais objetivos a <i>“promoção, apoio e desenvolvimento de estudos técnico-científicos e programas de monitorização, sobre a avifauna nacional e os seus habitats e o fornecimento de suporte técnico para a tomada de decisão no âmbito da política de Conservação da Natureza”</i> .
Estação de Esforço	Coordenado pelo ICNB através da Central Nacional de Anilhagem que tem como

Designação	Descrição
Constante (PEEC) da Marinha de Vale Frades	principal objetivo a obtenção de informação que possa auxiliar a detetar e a explicar as alterações nas populações de aves, através de um programa de capturas regulares durante a época de reprodução e em locais e habitats específicos, neste caso a Marinha de Vale Frades. Assim que a requalificação deste espaço estiver concluída, serão iniciadas as sessões de anilhagem.
Monitorização de aves aquáticas	Em Portugal os censos de aves aquáticas têm-se efetuado anualmente desde 1976, constituindo-se como um dos instrumentos mais utilizados para o estudo e monitorização das zonas húmidas, uma vez que possibilitam entender o ciclo anual das populações, as flutuações e tendências dos seus efetivos assim como a relevância das diversas zonas húmidas para cada espécie.
Estudo da eco biologia da camarinha <i>Palaemonetes varians</i> nas salinas do Estuário do Tejo	Este projeto encontra-se em fase de elaboração, ambicionando-se através do mesmo a investigação da ecologia e dinâmica populacional desta espécie assim como a avaliação da sua produção nos salgados do Tejo.
Identificação dos locais de nidificação de aves aquáticas coloniais (<i>Perdiz-do-mar <i>Glareola pratincola</i> e Andorinha-do-mar-anã <i>Sterna albifrons</i></i>)	O objetivo primordial deste projeto resume-se ao registo e identificação dos locais de nidificação das duas espécies indicadas, de forma a selecionar zonas de conservação dentro da ZPE do Estuário do Tejo. Este projeto teve início em 2004, com a recolha de informação para a perdiz-do-mar de uma forma pontual, sendo que a partir de 2008 começou-se a monitorização sistematizada para ambas as espécies.
Monitorização da avifauna aquática nas salinas da Reserva Natural do Estuário do Tejo	Este projeto, datado de 2006, consiste no registo quinzenal das espécies de aves aquáticas que ocorrem nas salinas da RNET, nomeadamente Vasa-Sacos, Saragoça e Vale Frades, de modo a perceber a sua distribuição espacial e temporal neste habitat.

PLANOS DE AÇÃO PARA ESPÉCIES PRIORITÁRIAS

A *Ardea purpurea* (Garça-vermelha), cujo habitat depende sobretudo de zonas húmidas com áreas de vegetação densa de caniçais, é identificada a nível nacional com um estatuto de conservação EN (Em Perigo), justificando-se a existência do Plano de Ação para a Conservação da Garça-Vermelha, que define as ações prioritárias para a conservação desta espécie. Efetivamente, de acordo com este Plano de ação, apesar da tendência populacional desta espécie, em Portugal, ter registado um ligeiro incremento nos últimos 10 anos (que se poderá justificar por uma melhor monitorização da espécie), *nos últimos dois anos esta tendência alterou-se em alguns locais, tendo-se verificado um acentuado decréscimo nas colónias mais importantes, nomeadamente no Estuário do Tejo, onde de uma situação com efetivos entre os 294-299 casais em 199, se passou a 52 a 59 casais em 2001 (S. Coelho com. Pess.).*



Figura 11 - Localização da Ardea Purpurea na Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo (Fonte: Elaboração própria com base em dados do ICNB).

CORREDORES ECOLÓGICOS ENTRE ÁREAS NUCLEARES PARA A CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES

A Estrutura Ecológica Municipal, sendo constituída por áreas classificadas e integradas na Rede Natura 2000, áreas que integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas, áreas afetadas ao regime da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica Nacional, do Regime Florestal e do Domínio Público Hídrico, permite a criação de uma extensa rede de zonas onde se impõem fortes condicionantes à alteração do uso do solo. Estas zonas naturais e seminaturais, quando conectam áreas nucleares para a conservação da natureza podem cumprir a função de corredores ecológicos para determinadas espécies desde que os biótopos existentes o permitam.

Por norma, os sistemas aquáticos superficiais conjugados com a vegetação ribeirinha asseguram em grande medida os requisitos para serem considerados corredores ecológicos para a ictiofauna, para algumas espécies de aves aquáticas e para a lontra.

EQUIPAMENTOS DE APOIO À INTERPRETAÇÃO/ DIVULGAÇÃO DE VALORES NATURAIS

O programa de atividades que se desenvolve na área protegida (RNET) suporta-se em equipamentos de apoio à visitação, nomeadamente, o Centro de Interpretação da Reserva Natural do Estuário do Tejo (CI / RNET em Alcochete), o Polo de Animação Ambiental Sítio das Hortas (PAASH) e Marinha de Vale Frades (MVF).

AÇÕES DE EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DO MEIO NATURAL

O Programa de Execução do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo faz referência a algumas ações considerados como ações de exploração sustentável do meio natural, como evidenciados no quadro que se segue.

Quadro 35 – Ações de exploração sustentável do meio natural constantes do Programa de Execução do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo. Fonte: Programa de Execução do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo

Objetivos	Medidas	Ações	Entidades responsáveis
Utilização sustentável dos recursos naturais	Disciplinar as atividades de pesca lúdica	Acompanhamento da atividade de pesca lúdica no estuário e nas valas e avaliação	ICNB, DGPA, ABLGVFX, Capitania do Porto de Lisboa
	Valorização dos produtos e serviços oriundos da RNET	Desenvolver e promover a marca específica da área protegida	ICNB, DGPA, DGADR, ABLGVFX, CL, APL, parcerias com entidades privadas
Promover o conhecimento e sensibilização para o valor RNET	Apoiar o desenvolvimento de Turismo de Natureza numa lógica de produto integrado	Promover uma rede de observação de aves com infraestruturas adequadas	ICNB, ABLGVFX, SPEA
	Disciplinar as atividades de desporto de natureza	Concluir a carta de desporto de natureza da RNET	ICNB

AÇÕES DE DIVULGAÇÃO E DE SENSIBILIZAÇÃO ECOLÓGICA

A gestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo é assegurada pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. através do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Zonas Húmidas, sendo que, no âmbito das suas atribuições (Portaria n.º530/2007, de 30 de abril) estão definidas a promoção e desenvolvimento de informação, visitação, educação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, com vista a criar uma consciência coletiva da importância dos valores naturais.

Nesse contexto, o plano de ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (RCM n.º 177/2008, de 24 de novembro), apresenta enquanto objetivos específicos a promoção de ações que permitam assegurar o reconhecimento dos valores naturais e socioculturais da Reserva, a sensibilização para a necessidade da sua proteção e a promoção da participação pública na gestão destes valores, nomeadamente da população e dos agentes económicos e sociais locais, assim como da sociedade civil em geral.

Assim, a Reserva Natural do Estuário do Tejo procura oferecer um programa pedagógico de promoção de ações de divulgação e de sensibilização ecológica, destinado a estabelecimentos de ensino, associações, empresas, IPSS, mas também ao público em geral, com diversas atividades compreendendo:

- Atividades temáticas (“De onde vieram tantos calhaus rolados?”; “Sapal... É onde há sapos!?”; “Descobrir os bichos que vivem na vasa: os invertebrados”; “No mundo das aves da Reserva Natural”; “Espécies autóctones vs. exóticas, um confronto desigual?”);
- Aulas da natureza;
- Oficinas (Móviles de Aves; Modelagem de Aves; Pintura de Aves; Pedras; Macrofotografia; Comer histórias; Um conto... nas salinas; Teatrinho ambiental);
- Jogos (Conhecer a RNET a jogar; Reconhecer os sons das aves do estuário);
- Passeios e *eco-papers* (Descobrir a Margem do Sítio das Hortas; Explorar o Pinhal das Areias; Caça ao tesouro das Hortas);
- Filmes e apresentações *discopping*;
- Outros eventos (Comemoração de datas significativas; Libertação de aves; Limpar a margem estuarina).

A Câmara Municipal de Benavente, a convite da Associação Nacional de Municípios Portugueses, participa ainda no projeto “BioDiversity4all” (Biodiversidade para todos), cujo objetivo é a criação uma base de dados dinâmica e nacional *online* sobre a biodiversidade em Portugal. Esta base de dados será resultado da participação da sociedade civil e da comunidade científica, de plantas, animais e fungos, após a sua observação local.

ROTAS OU PROGRAMAS DE VISITAÇÃO E TRILHOS DE INTERPRETAÇÃO DEVIDAMENTE EQUIPADOS E SINALIZADOS, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com o ICNB, pelas dimensões e características desta Área Protegida não existem ainda percursos definidos no interior da Reserva⁶. Contudo, o Programa de Execução do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo estipulou para 2008, a elaboração de um plano de percursos e trilhos de descoberta da natureza, em terrenos privados e no estuário e ainda a sinalização dos percursos e instalação de equipamentos de apoio, a concretizar entre 2008 e 2010.

Atualmente encontra-se em atividade o Centro de Interpretação da Reserva Natural do Estuário do Tejo, localizado em Alcochete e existe um percurso para se realizar de carro designado “Do meio aquático para o meio terrestre” durante o qual se poderá “descobrir o ambiente estuarino

⁶ <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007-AP-EstuárioTejo/Visitar+Area+Protegida/Sugestoes+Visita/Percursos+pedestres/>

e a transição para o ambiente terrestre nomeadamente pela presença dos campos agrícolas conquistados ao sapal e entrecortados por vales de drenagem” (ICNB).

PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com o número 1, artigo 41º, do Decreto-Lei 141/2008, de 24 de julho, *no âmbito da aplicação dos princípios da precaução, da proteção e da prevenção, a autoridade nacional, conjuntamente com as restantes entidades de inspeção e fiscalização competentes, deve promover a elaboração de planos de inspeção e fiscalização, dos quais deve constar o âmbito espacial, temporal e material, os programas e procedimentos adotados e o modo de coordenação das entidades envolvidas.*

Pelo exposto, as ações de fiscalização são sobretudo garantidas pelos técnicos do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (autoridade nacional com competências na conservação da natureza e da biodiversidade) no âmbito da sua atividade regular.

VALORES NATURAIS COM ESTATUTO DE PROTEÇÃO

Os habitats naturais e seminaturais, presentes no Concelho de Benavente, relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade (identificados no anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005), são identificados no quadro que se segue.

Quadro 36 – Ocorrência de habitats naturais e seminaturais, no Concelho de Benavente, relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade (identificados no anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005). A presença de um * junto ao código do Habitat revela o seu carácter prioritário. Fonte: ICNB.

Código	
1130	Estuários
1140	Lodaçais e areais a descoberto na maré baixa
1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré
1310	Vegetação pioneira de <i>Salicornia</i> e outras espécies anuais das zonas lodosas e arenosas
1410	Prados salgados mediterrânicos (<i>Juncetalia maritimi</i>)
2270*	Dunas com floresta de <i>Pinus Pinea</i> e/ou <i>Pinus Pinaster</i>
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoetes spp.</i>
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i>
3160	Lagos e charcos distróficos naturais
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
4030	Charnecas secas europeias
6310	Montados de <i>Quercus spp.</i> de folha perene

Código	
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>

Quadro 37 - Espécies da Fauna relevantes, no Concelho de Benavente, para a conservação da biodiversidade (presentes no anexo B-II do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005). Fonte: ICNB.

CÓDIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	NOME VULGAR	ANEXOS do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril
1116	<i>Chondrostoma polylepis</i>	Boga-de-boca-reta	II
1220	<i>Emys orbicularis</i>	Cágado-de-carapaça-estriada	II, IV
1221	<i>Mauremys leprosa</i>	Cágado-mediterrânico	II, IV
1355	<i>Lutra lutra</i>	Lontra-Europeia	II, IV

São ainda identificadas, na área do Estuário do Tejo correspondente ao Concelho de Benavente, diversas espécies de aves (Quadro 46 e 47), sendo que é a avifauna aquática migradora que atribui ao estuário do Tejo o estatuto de mais importante zona húmida do País e uma das mais importantes do Paleártico Ocidental. Aqui ocorrem com regularidade cerca de 100 000 aves invernantes, ultrapassando o valor de 120 000 aves nos períodos de passagem migratória⁷.

Quadro 38 – Espécies alvo de orientações de gestão – Aves do Anexo I da Diretiva 79/409/CEE e Migradores não incluídos no Anexo I. Fonte: ICNB.

Código	Espécie	Espécie Alvo/ Critério	Anexo I
A017	<i>Phalacrocorax carbo</i>	B1i, C3	
A022	<i>Ixobrychus minutus</i>	C6	Sim
A026	<i>Egretta garzetta</i>	C6	Sim
A029	<i>Ardea purpurea</i>	A4i, B1i, B2, C6	Sim
A031	<i>Ciconia ciconia</i>	B2, C6	Sim
A034	<i>Platalea leucorodia</i>	A4i, B1i, C6	Sim
A035	<i>Phoenicopterus roseus</i>	A4i, B1i, B2, C6	Sim
A043	<i>Anser anser</i>	A4i, B1i, C3	
A050	<i>Anas penelope</i>	A4i, B1i, C3	
A052	<i>Anas crecca</i>	A4i, B1i, C3	
A073	<i>Milvus migrans</i>	C6	Sim
A081	<i>Circus aeruginosus</i>	C6	Sim
A082	<i>Circus cyaneus</i>	C6	Sim
A084	<i>Circus pygargus</i>	C6	Sim
A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>	C6	Sim
A094	<i>Pandion haliaetus</i>	C6	Sim
A103	<i>Falco peregrinus</i>	C6	
A128	<i>Tetrax tetrax</i>	C6	Sim
A131	<i>Himantopus himantopus</i>	A1, C1, C6	Sim
A132	<i>Recurvirostra avosetta</i>	A4i, B1i, B2, C2, C6	Sim
A135	<i>Glareola pratincola</i>	A4i, B1i, B2, C2, C6	Sim

⁷ <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007-AP-EstuárioTejo/A+Reserva/Valores+Naturais/Fauna/>

Código	Espécie	Espécie Alvo/ Critério	Anexo I
A138	<i>Charadrius alexandrinus</i>	A4i, B1i, B2, C6	Sim
A141	<i>Pluvialis squatarola</i>	A4i, B1i, C3	
A149	<i>Calidris alpina</i>	A4i, B1i, B2, C3	Sim (<i>schinzii</i>)
A156	<i>Limosa limosa</i>	A4i, B1i, B2, C3	
A195	<i>Sterna albifrons</i>	C6	Sim
A196	<i>Chlidonias hybridus</i>	C6	Sim
A213	<i>Tyto alba</i>	B2	
A222	<i>Asio flammeus</i>	C6	Sim
A224	<i>Caprimulgus europaeus</i>	C6	Sim
A229	<i>Alcedo atthis</i>	C6	Sim
A242	<i>Melanocorypha calandra</i>	C6	Sim
A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>	C6	Sim
A399	<i>Elanus caeruleus</i>	C6	Sim
	Passeriformes migradores de matos e bosques	A3, C6	
	Passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas	A3, C6	

Quadro 39 – Outras aves do Anexo I da Diretiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I. Fonte: ICNB.

Código	Espécie	Anexo I
A032	<i>Plegadis falcinellus</i>	Sim

No quadro que se segue encontram-se identificadas as orientações de gestão previstas pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000 agregadas aos valores naturais anteriormente apresentados que ocorrem no Concelho de Benavente, e que se destinam a prevenir, reduzir e eliminar quaisquer efeitos adversos resultantes da aplicação dos PMOT com incidência na área.

Quadro 40 - Confrontação das orientações de Gestão previstas no PSRN2000 para a conservação das espécies e habitats com ocorrência na Área Classificada do Concelho de Benavente

Orientações de Gestão do PSRN2000	Habitats e espécies alvo presentes em Benavente
Adotar práticas de pastoreio específico	3120;3170*;6310;91B0; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
Manter práticas de pastoreio extensivo	1310 (nas zonas de sapal alto)
Salvaguardar de pastoreio	9330
Conservar/ promover sebes, bosquetes e arbustos – promover a manutenção/ criação de sebes e bordaduras de vegetação natural na periferia das zonas húmidas	<i>Lutra Lutra</i>
Condicionar expansão do uso agrícola	6420;9330
Condicionar uso de agroquímicos/ adotar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habitat	1410;3120;3150;3160;3170*; <i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
Condicionar mobilização do solo	2270*;3120;3160;3170*
Outros condicionantes específicos a práticas agrícolas em áreas contíguas ao habitat	3150;3160
Adotar práticas silvícolas específicas	6310;91B0;92 ^a 0;9330 2270* (gestão através de operações culturais mínimas, evitando a abertura excessiva do copado, a mobilização e a desmatação)
Promover a regeneração natural	6310; 91B0; 9330
Condicionar a florestação	9330

Orientações de Gestão do PSRN2000	Habitats e espécies alvo presentes em Benavente
Proibir a florestação	91B0
Conservar/ recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo	2270*
Promover áreas de matagal mediterrânico	9330
Manter árvores mortas ou velhas com cavidades	2270*
Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação	6310;9330
Reduzir risco de incêndio	2270*;9330; <i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
Condicionar a construção de infraestruturas	1310;1410;1420;3160;4030;9330 1140;1210 (obras costeiras)
Condicionar a expansão urbano-turística	1130;1140;1310;1410;4030;9330; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
Condicionar construção de açudes em zonas sensíveis	<i>Chondrostoma polylepis</i>
Reduzir mortalidade acidental	<i>Lutra lutra</i> (passagens para fauna e sinalizadores em rodovias; implementar dispositivos dissuasores da passagem e entrada da espécie nas pisciculturas)
Manter/ recuperar salinas	1130;1310;1420
Interditar conversão de sapais	1410;1420
Condicionar a expansão de viveiros e bivalves	1140
Condicionar captação de água	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> (nas zonas mais sensíveis e durante os meses de menor pluviosidade)
Condicionar drenagem	3120;3160;3170*;6420; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> (em zonas mais sensíveis)
Regular uso de açudes e charcas	3120;3160;3170*; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> (Salvaguardar os charcos temporários do gado; evitar a mobilização dos charcos temporários localizados em terrenos agrícolas)
Conservar/ recuperar a vegetação ribeirinha autóctone	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água	3120;3170*;92º0; <i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
Monitorizar, manter/ melhorar qualidade da água	1130;1140;1310;1410;1420;3120;3150;3160;3170*;3280; <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> <i>Chondrostoma polylepis</i> (considerando como valores de referência os limites previstos para as "águas de ciprinídeos", de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º236/98, de 1 de agosto).
Condicionar a pesca	1140
Condicionar a pesca ou apanha por artes ou métodos que revolvam o fundo	1130;1140;1310;1420
Regular o tráfego de embarcações e o estabelecimento de zonas de amarração	1130;1140
Regular dragagens e extração de inertes	1130;1140;1210;1310;1420;3120;3170* <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> (interditar a extração de inertes nas zonas coincidentes com áreas de reprodução) <i>Chondrostoma polylepis</i> (interditar a extração de inertes nos locais de reprodução de espécies, em qualquer época do ano. Nos restantes locais, condicionar durante a primavera)
Interditar deposições de dragados ou outros aterros	<i>Chondrostoma polylepis</i>
Ordenar acessibilidades	1130;1210;1310;1410;1420;4030;9330
Ordenar atividades de recreio e lazer	1140 <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> (em áreas mais sensíveis, associadas às zonas húmidas)

Orientações de Gestão do PSRN2000	Habitats e espécies alvo presentes em Benavente
Ordenar prática de desportos da natureza	<i>Chondrostoma polylepis</i> (desportos associados a cursos de água)
Reduzir mortalidade accidental	<i>Lutra lutra</i> (utilização de grelhas metálicas em artes de pesca, que impossibilitam o acesso da lontra ao interior do engenho)
Impedir introdução de espécies não autóctones/ controlar existentes	1130;1410;2270*;3150;4030;9330 <i>Chondrostoma polylepis</i> (implementar programas de controlo e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras das margens das linhas de águas e encostas adjacentes, promovendo a sua substituição por espécies autóctones) <i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> (controlar introduções furtivas de espécies animais potenciais competidoras)
Controlar a predação e/ ou parasitismo e/ ou competição interespecífica	91B0
Efetuar desmatações seletivas	6420
Efetuar gestão por fogo controlado	4030;6420
Recuperar zonas húmidas	<i>Emys orbicularis</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
Monitorizar, manter/ melhorar qualidade da água (Limitar o uso de pesticidas e adubos e implementar um sistema adequado de tratamento de águas residuais)	<i>Anas crecca</i> ; <i>Anas Penélope</i> ; <i>Anser anser</i> ; <i>Ardea purpurea</i> ; <i>Calidris alpina</i> ; <i>Charadrius alexandrinus</i> ; <i>Chlidonias hybridus</i> ; <i>Circus aeruginosus</i> ; <i>Egretta garzetta</i> ; <i>Himantopus himantopus</i> ; <i>Ixobrychus minutus</i> ; <i>Limosa limosa</i> ; <i>Pandion haliaetus</i> ; Passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas; <i>Phalacrocorax carbo</i> ; <i>Phoenicopterus roseus</i> ; <i>Platalea leucorodia</i> ; <i>Recurvirostra avosetta</i> ; <i>Sterna albifrons</i>
Adotar práticas de pastoreio específicas	<i>Glareola pratincola</i>
Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos	<i>Asio flammeus</i> ; <i>Calandrella brachydactyla</i> ; <i>Circus cyaneus</i> ; <i>Circus pygargus</i> ; <i>Elanus caeruleus</i> ; <i>Falco peregrinus</i> ; <i>Glareola pratincola</i> ; <i>Melanocorypha calandra</i> ; <i>Tetrax tetrax</i> ; <i>Tyto alba</i>
Assegurar mosaico de habitats	<i>Asio flammeus</i> ; <i>Calandrella brachydactyla</i> ; <i>Circus pygargus</i> ; <i>Elanus caeruleus</i> ; <i>Falco peregrinus</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; <i>Tetrax tetrax</i> ; <i>Tyto alba</i>
Condicionar a intensificação agrícola	<i>Asio flammeus</i> ; <i>Calandrella brachydactyla</i> ; <i>Circus cyaneus</i> ; <i>Circus pygargus</i> ; <i>Elanus caeruleus</i> ; <i>Falco peregrinus</i> ; <i>Glareola pratincola</i> ; <i>Melanocorypha calandra</i> ; <i>Tetrax tetrax</i> ; <i>Tyto alba</i> <i>Caniais e galerias ripícolas</i> ; <i>Phoenicopterus roseus</i>
Condicionar a mobilização do solo	<i>Falco peregrinus</i>
Condicionar o cultivo de lenhosas	<i>Circus pygargus</i> ; <i>Melanocorypha calandra</i> ; <i>Tetrax tetrax</i>
Conservar/ promover sebes, bosquetes e arbustos	<i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; Passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas; Passeriformes migradores de matos e bosques; <i>Tyto alba</i>
Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação (A promoção da agricultura biológica permitirá um maior rendimento com menos consequências ambientais)	Todas as espécies
Manter/ melhorar ou promover manchas de montado aberto	<i>Elanus caeruleus</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; Passeriformes migradores de matos e bosques
Manter olival tradicional existente	Passeriformes migradores de matos e bosques
Manter práticas de pastoreio extensivo	<i>Calandrella brachydactyla</i> ; <i>Circus cyaneus</i> ; <i>Circus pygargus</i> ; <i>Glareola pratincola</i> ; <i>Melanocorypha calandra</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; <i>Tetrax tetrax</i>
Promover a manutenção de prados húmidos	<i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Milvus migrans</i>
Promover cerealicultura extensiva	<i>Calandrella brachydactyla</i> ; <i>Circus cyaneus</i> ; <i>Circus pygargus</i> ; <i>Elanus caeruleus</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Melanocorypha calandra</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; <i>Tetrax tetrax</i>
Restringir uso de agroquímicos/ adotar técnicas alternativas	<i>Ardea purpurea</i> ; <i>Asio flammeus</i> ; <i>Calandrella brachydactyla</i> ; <i>Ciconia ciconia</i> ; <i>Circus aeruginosus</i> ; <i>Circus cyaneus</i> ; <i>Circus pygargus</i> ; <i>Egretta garzetta</i> ; <i>Elanus caeruleus</i> ; <i>Falco peregrinus</i> ; <i>Glareola pratincola</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Ixobrychus minutus</i> ; <i>Limosa limosa</i> ; <i>Melanocorypha calandra</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; Passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas; Passeriformes migradores de matos e bosques; <i>Phoenicopterus roseus</i> ; <i>Platalea leucorodia</i> ; <i>Tetrax tetrax</i> ; <i>Tyto alba</i>

Orientações de Gestão do PSRN2000	Habitats e espécies alvo presentes em Benavente
Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas (Retardar a ceifa em campos agrícolas)	<i>Circus pygargus</i> ; <i>Tetrax tetrax</i>
Adotar práticas silvícolas específicas	<i>Falco peregrinus</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Tyto alba</i>
Condicionar a florestação	<i>Calandrella brachydactyla</i> ; <i>Circus cyaneus</i> ; <i>Elanus caeruleus</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i> ; Passeriformes migradores de matos e bosques
Conservar/ promover sebes, bosquetes e arbustos	<i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; Passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas; Passeriformes migradores de matos e bosques; <i>Tyto alba</i>
Conservar/ recuperar povoamentos florestais autóctones	<i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; Passeriformes migradores de matos e bosques
Impedir introdução de espécies não autóctones/ controlar existentes	<i>Calandrella brachydactyla</i> ; <i>Circus pygargus</i> ; <i>Melanocorypha calandra</i> ; Passeriformes migradores de matos e bosques; <i>Tetrax tetrax</i>
Conservar/ recuperar vegetação dos estratos herbáceos e arbustivo	Passeriformes migradores de matos e bosques
Promover a regeneração natural	<i>Elanus caeruleus</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i>
Reduzir risco de incêndio	<i>Circus cyaneus</i> ; <i>Milvus migrans</i>
Condicionar a construção de infraestruturas	<i>Anas crecca</i> ; <i>Anas penelope</i> ; <i>Anser anser</i> ; <i>Ardea purpurea</i> ; <i>Calandrella brachydactyla</i> ; <i>Calidris alpina</i> ; <i>Charadrius alexandrinus</i> ; <i>Chlidonias hybridus</i> ; <i>Circus cyaneus</i> ; <i>Egretta garzetta</i> ; <i>Falco peregrinus</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Himantopus himantopus</i> ; <i>Limosa limosa</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; <i>Pandion haliaetus</i> ; <i>Phalacrocorax carbo</i> ; <i>Phoenicopterus roseus</i> ; <i>Platalea leucorodia</i> ; <i>Recurvirostra avosetta</i> ; <i>Tetrax tetrax</i>
Condicionar expansão urbanística	<i>Calandrella brachydactyla</i> ; <i>Calidris alpina</i> ; <i>Charadrius alexandrinus</i> ; <i>Circus aeruginosus</i> ; <i>Circus pygargus</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Himantopus himantopus</i> ; <i>Melanocorypha calandra</i> ; <i>Pandion haliaetus</i> ; <i>Pandion haliaetus</i> ; <i>Recurvirostra avosetta</i> ; <i>Sterna albifrons</i> ; <i>Tetrax tetrax</i>
Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia	<i>Anas crecca</i> ; <i>Anas penelope</i> ; <i>Anser anser</i> ; <i>Ardea purpurea</i> ; <i>Asio flammeus</i> ; <i>Calidris alpina</i> ; <i>Charadrius alexandrinus</i> ; <i>Chlidonias hybridus</i> ; <i>Ciconia ciconia</i> ; <i>Egretta garzetta</i> ; <i>Falco peregrinus</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Himantopus himantopus</i> ; <i>Limosa limosa</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; <i>Pandion haliaetus</i> ; <i>Phalacrocorax carbo</i> ; <i>Phoenicopterus roseus</i> ; <i>Platalea leucorodia</i> ; <i>Recurvirostra avosetta</i> ; <i>Tetrax tetrax</i> ; <i>Tyto alba</i>
Restringir construção de açudes em zonas sensíveis	<i>Tetrax tetrax</i>
Manter/ recuperar salinas (Gestão adequada das salinas para a avifauna, quer através de ativação da produção de sal, de modo extensivo, quer pela manutenção do mosaico de micro-habitat, isto é, com vários níveis de água, mesmo sem produção de sal)	<i>Calidris alpina</i> ; <i>Charadrius alexandrinus</i> ; <i>Himantopus himantopus</i> ; <i>Phoenicopterus roseus</i> ; <i>Recurvirostra avosetta</i> ; <i>Sterna albifrons</i>
Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água	<i>Ixobrychus minutus</i>
Interditar conversão de sapais	<i>Glareola pratincola</i> ; <i>Phoenicopterus roseus</i>
Condicionar pesca	<i>Pandion haliaetus</i>
Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie	<i>Anas crecca</i> ; <i>Anas penelope</i> ; <i>Asio flammeus</i> ; <i>Charadrius alexandrinus</i> ; <i>Circus aeruginosus</i> ; <i>Elanus caeruleus</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; <i>Tetrax tetrax</i> ; <i>Tyto alba</i>
Interditar circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos	<i>Circus pygargus</i> ; <i>Tetrax tetrax</i>
Interditar o uso de chumbo na atividade cinegética	<i>Anas crecca</i> ; <i>Anas penelope</i> ; <i>Circus aeruginosus</i>
Ordenar/ regulamentar a atividade de observação de espécies de fauna	<i>Anas crecca</i> ; <i>Anas penelope</i> ; <i>Anser anser</i> ; <i>Ardea purpurea</i> ; <i>Calidris alpina</i> ; <i>Charadrius alexandrinus</i> ; <i>Circus aeruginosus</i> ; <i>Circus cyaneus</i> ; <i>Elanus caeruleus</i> ; <i>Falco peregrinus</i> ; <i>Hieraaetus pennatus</i> ; <i>Himantopus himantopus</i> ; <i>Milvus migrans</i> ; <i>Pandion haliaetus</i> ; <i>Platalea leucorodia</i> ; <i>Sterna albifrons</i> ; <i>Tetrax tetrax</i>
Ordenar acessibilidade	<i>Falco peregrinus</i> ; <i>Pandion haliaetus</i> ;
Ordenar atividades de recreio e lazer	<i>Charadrius alexandrinus</i> ; <i>Circus aeruginosus</i> ; <i>Circus pygargus</i> ; <i>Falco peregrinus</i> ; <i>Glareola pratincola</i> ; <i>Himantopus himantopus</i> ; <i>Melanocorypha calandra</i> ; Passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas; <i>Recurvirostra</i>

Orientações de Gestão do PSRN2000	Habitats e espécies alvo presentes em Benavente
	<i>avosetta; Sterna albifrons; Tetrax tetrax</i>
Regular dragagens e extração de inertes	<i>Falco peregrinus</i>
Regular uso de açudes e charcas	<i>Pandion haliaetus</i>
Condicionar drenagem	<i>Anas crecca; Anas penelope; Anser anser; Ardea purpurea; Chlidonias hybridus; Ciconia ciconia; Circus aeruginosus; Circus cyaneus; Glareola pratincola; Ixobrychus minutus; Limosa limosa</i>
Condicionar o acesso	<i>Glareola pratincola; Pandion haliaetus; Tetrax tetrax</i>
Conservar / recuperar vegetação palustre	<i>Anas crecca; Ardea purpurea; Chlidonias hybridus; Circus aeruginosus; Circus cyaneus; Ixobrychus minutus; Passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas</i>
Conservar / recuperar vegetação ribeirinha autóctone	<i>Ixobrychus minutus; Milvus migrans; Passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas; Platalea leucorodia</i>
Controlar a predação e/ ou parasitismo e/ ou competição interespecífica	<i>Charadrius alexandrinus; Himantopus himantopus; Sterna albifrons</i>
Controlar efetivos de animais assilvestrados	<i>Calandrella brachydactyla; Circus pygargus; Glareola pratincola; Melanocorypha calandra; Sterna albifrons; Tetrax tetrax</i>
Controlar os níveis de água nas zonas de nidificação	<i>Ardea purpurea; Himantopus himantopus</i>
Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes (Promover a limpeza da vegetação de muros e zonas adjacentes aos locais de reprodução; Criar plataformas flutuantes em cursos de água geridos intensivamente; Criar ilhas artificiais em salinas; etc.)	<i>Charadrius alexandrinus; Himantopus himantopus; Chlidonias hybridus; Circus aeruginosus; Pandion haliaetus; Recurvirostra avosetta; Sterna albifrons</i>
Estabelecer programa de repovoamento/ fomento/ reintrodução de presas	<i>Falco peregrinus</i>
Estabelecer programa de repovoamento/ reintrodução	<i>Pandion haliaetus</i>
Promover a manutenção de prados húmidos	<i>Hieraaetus pennatus; Milvus migrans</i>
Recuperar zonas húmidas	<i>Anas crecca; Anas penelope; Ardea purpurea; Chlidonias hybridus; Egretta garzetta; Glareola pratincola; Ixobrychus minutus; Limosa limosa; Milvus migrans; Passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas</i>

AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES

Fazem parte de ações de conservação de espécies, aplicáveis ao Concelho de Benavente, algumas das medidas e ações constantes do Programa de Execução do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo, como se observa no quadro que se segue.

Quadro 41 - Ações de conservação de habitats constantes do Programa de Execução do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo. Fonte: Programa de Execução do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo

Objetivos	Medidas	Ações	Entidades responsáveis
Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Promover a compatibilização da atividade agrícola com as necessidades ecológicas das espécies dependentes dos habitats agrícolas	Elaboração de estudo prospetivo: perspetivas de desenvolvimento do regadio na lezíria e compatibilidade de usos com a Rede Natura 2000	ICNB, ISA, Proprietários/ Gestores, DGADR, Orivárzea, ABLGVFX, DRAPLVT
		Desenvolver um Programa Global de Intervenção Agrícola	ICNB, DGADR, ABLGVFX, DRAPLVT
	Promover a monitorização das populações de fauna selvagem	Promover censos periódicos	ICNB, Universidades e Centros de Investigação, SPEA, DGRF, ABLGVFX,
		Elaborar um estudo sobre o impacto das linhas aéreas na avifauna, especificamente para a RNET	ICNB, EDP, REN, ABLGVFX, SPEA, Quercus, outras ONGA

HABITATS PRIORITÁRIOS

Dos habitats evidenciados anteriormente, presentes no Concelho de Benavente, destacam-se os que estão identificados como habitats prioritários ao abrigo da Diretiva n.º 92/43/CEE, de 21 de maio, nomeadamente:

- 2270*: Dunas com floresta de *Pinus Pinea* e/ou *Pinus Pinaster*
Habitat, (designado em Portugal por “Dunas mediterrânicas com pinhais disclimáticos”), que ocorre predominantemente no andar termomediterrânico seco a sub-húmido da Região Mediterrânica. Caracterizado genericamente por se desenvolver em “dunas costeiras (...) com pinhais de *Pinus pinaster* subsp. Atlântica, de *P.pinea* ou mistos, adultos, com origem em arborizações ou regeneração natural, com vegetação sob-coberto sucessionalmente evoluída, não sujeita a mobilizações ou roça recente. (...) A vegetação sob-coberto corresponde, frequentemente, a formações cerradas de ericáceas (...), a comunidades onde são abundantes elementos florestais e pré-florestais próprios das etapas avançadas de bosques ou matagais esclerófilos vizinhos da *Quercetea ilicis*, como sejam sobreirais, carracais, matos de zimbros e/ou camarinhas ou ainda a matos psamófilos de *Stauracanthus sp.pl.*” (PSRN2000, 2008)
- 3170*: Charcos temporários mediterrânicos
Habitat que ocorre em todo o país, apesar de ser mais frequente nos territórios mediterrânicos mais térmicos e de fisiografia plana. Caracterizado genericamente por se desenvolver em “depressões de territórios de fisiografia plana ou margens de cursos de água sazonalmente inundados por uma pequena altura de água doce. Colonizados

por complexos de vegetação, muito variável, terofítica, anfíbia e efémera, de floração primaveril, de elevada diversidade (...)" (PSRN2000, 2008)

De forma a atender ao objetivo de conservação definido "monitorização e reabilitação de habitats", interessa aqui apresentar as orientações de gestão identificadas genericamente para estes habitats, que a eles se agregam por via da aplicação do Plano Setorial da Rede Natura 2000.

- 2270*: Dunas com floresta de *Pinus Pinea* e/ou *Pinus Pinaster*
 - Gestão dos pinhais disclimácicos orientada para a não-mobilização do solo e a não-desmatação
 - Operações culturais mínimas, evitando a abertura excessiva do copado
 - Eventuais cortes faseados ou árvores individuais
 - Cortes com objetivos sanitários restringidos ao mínimo
 - Árvores caídas ou mortas em pé, desde que não facilitem incêndios ou a propagação de pragas, devem ser deixadas na mata
 - Simultaneamente deve ser garantida a proteção contra os incêndios
 - Sensibilizar os gestores e proprietários florestais para o valor do habitat para a conservação
 - Desenvolvimento de programas de erradicação ou controlo de invasora
- 3170*: Charcos temporários mediterrânicos
 - Promover a cartografia de pormenor deste habitat
 - Interditar a drenagem e a dragagem
 - Condicionar a mobilização de solo
 - Vedar os delimitar sazonalmente os charcos temporários localizados em terrenos cultivados
 - Criar uma zona tampão em torno dos charcos temporários, com um mínimo de 50 m a contar da margem, onde deve ser interdita a aplicação de fertilizantes
 - Condicionar a plantação de árvores em área do habitat, e a instalação de plantações florestais em áreas contíguas à do Habitat
 - Condicionar a abertura de poços em áreas contíguas à do habitat
 - Condicionar o pastoreio
 - Incrementar a qualidade e extensão do tratamento de efluentes
 - Condicionar a alteração da fisiografia das margens dos cursos de água na área de ocupação do habitat
 - Promover o estabelecimento de contratos de gestão com os proprietários, dada a dependência do habitat de boas práticas agrícolas e pecuárias, evitando a drenagem dos charcos e de zonas contíguas, a dragagem dos charcos, o abaixamento da toalha freática, o ensombramento da área só habitat ou a regularização das margens.

AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DE HABITATS

Fazem parte de ações de conservação de habitats, aplicáveis ao Concelho de Benavente, algumas das medidas e ações constantes do Programa de Execução do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo, como se observa no quadro que se segue.

Quadro 42 – Ações de conservação de habitats constantes do Programa de Execução do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo Fonte: Programa de Execução do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo

Objetivos	Medidas	Ações	Entidades responsáveis
Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Manutenção dos ecossistemas estuarinos e recuperação de zonas degradadas	Elaborar um plano de monitorização da qualidade do ecossistema estuarino tendo em conta indicadores ecológicos em articulação com a Diretiva-Quadro da Água (DQA)	ICNB, APL, INAG, Universidades e Centros de Investigação
		Promover a recuperação e limpeza das áreas de domínio hídrico degradadas	ICNB, Câmaras Municipais, INAG, APL
		Apoiar a recuperação e proteção de zonas degradadas, através da promoção de protocolos com outras entidades e proprietários	ICNB, ARH, APL, ABLGVFX

DOMÍNIO DE AVALIAÇÃO: ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL (EEM)

ÁREA DO CONCELHO INTEGRADA NA EEM E ÁREAS/ SISTEMAS ECOLÓGICOS E VALORES INTEGRADOS EM ESPAÇOS DE EEM

A delimitação de uma Estrutura Ecológica Municipal (EEM) é considerada nos instrumentos de gestão territorial como uma estrutura que permite agregar um conjunto de sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos. Efetivamente, a figura da EEM, se bem delimitada, possibilita a salvaguarda de valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços.

Assim, a EEM deverá desempenhar um papel fundamental ao nível da manutenção dos serviços ecológicos, tais como o suporte de espécies e habitats protegidos, e de processos biofísicos contribuindo para a qualidade do ar e da água, para a proteção contra a erosão, contra as cheias e para a recarga de aquíferos, promovendo a manutenção do equilíbrio ecológico, proteção e valorização ambiental do território.

Por norma a EEM integra as áreas delimitadas pela Rede Natura 2000, as áreas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, áreas afetadas ao regime da Reserva Agrícola Nacional, da

Reserva Ecológica Nacional, do Regime Florestal e do Domínio Público Hídrico, permitindo a criação de corredores verdes, que, se funcionais, também cumprem a função de corredores ecológicos para determinadas espécies permitindo a conexão entre áreas de interesse para a conservação da natureza, para além de, pelo conjunto de sistemas biofísicos que integra, proporcionar bem-estar e qualidade de vida às populações humanas.

A proposta de estrutura ecológica prevista na revisão deste PDM, delimitada na Carta de Valores Naturais e Paisagísticos, assenta fundamentalmente na consideração dos principais espaços biofísicamente sensíveis, nomeadamente a Reserva Natural do Estuário do Tejo, a Zona de especial interesse para a conservação da avifauna (prioridade I, correspondendo genericamente a sapais e salinas, às zonas de lamas e aos arrozais da lezíria) prevista no Plano de Gestão da ZPE, os pauis de Belmonte e Trejoito e os principais cursos de água e os leitos aluvionares a eles associados, que para além de constituírem solos com elevada aptidão para a agricultura, são também as zonas onde a probabilidade de ocorrência de cheia é maior.

DOMÍNIO: GESTÃO, CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA FLORESTA

ÁREA DE FLORESTA DE PROTEÇÃO E ÁREA DE FLORESTA COM PLANOS DE AÇÃO E/OU GESTÃO PROPOSTOS

À floresta pode ser atribuída uma importante componente económica (floresta de produção) mas também uma componente importantíssima de suporte biofísico com funções na proteção dos solos, enquanto habitat para fauna (floresta de proteção), bem como todas as funções que esta desempenha no ciclo hidrogeológico assegurando a sustentabilidade dos ecossistemas.

Contudo, no Concelho de Benavente, a utilização silvícola orientada para a floresta de produção assume uma posição de destaque, considerando-se como meio propício à exploração de pinheiro bravo e pinheiro manso e ainda para a manutenção do tradicional montado de sobro.

Na gestão sustentável do montado assumem particular relevo as práticas aplicadas pela Companhia das Lezírias numa área florestal superior a 8000 ha, para a qual está a ser elaborado um plano de gestão que lhe permitirá obter a certificação de sustentabilidade da gestão da floresta.

ÁREA DE FLORESTA COM PLANOS DE AÇÃO E /OU GESTÃO PROPOSTOS

Para o Concelho de Benavente apenas se encontra inscrita uma área que está a ser objeto da preparação de uma Zona de Intervenção Florestal (ZIF). Trata-se do Plano de Gestão Florestal do Campo de Tiro, que no Concelho de Benavente abrange a Freguesia de Samora Correia (a ZIF proposta abrange também a freguesia de Canha no Concelho do Montijo); cujo projeto total abrange uma área de 5717 ha, constituindo-se como uma mais-valia para o desenvolvimento sustentável da território, pois tem como principais objetivos da sua criação o fomento da

produção florestal, silvo-pastorícia, bem como a proteção, conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos.

Na gestão sustentável do montado salientam-se as práticas aplicadas pela Companhia das Lezírias numa área florestal superior a 8000 ha, para a qual está a ser elaborado um plano de gestão que lhe permitirá obter a certificação de sustentabilidade da gestão da floresta.

Neste contexto assume também particular relevo as atuações de associações florestais, as quais perante o desafio da Certificação Florestal baseada na gestão sustentável da floresta, poderão dar um importante contributo aos seus associados.

Importa salientar que, para Benavente, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo estabelece que as explorações florestais privadas com 100 ha ou mais estão sujeitas à elaboração e execução de um Plano de Gestão Florestal.

PARQUES E PERCURSOS DEVIDAMENTE EQUIPADOS E SINALIZADOS, EM ÁREAS FLORESTAIS

Apesar de não se reconhecerem para o Concelho de Benavente percursos pedestres homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, o município de Benavente mantém desde 2007 a iniciativa "Natura ComVida" no âmbito da qual se realizam vários passeios pedestres, materializando rotas temáticas, durante os quais se efetuam por vezes incursões na floresta, permitindo a sua valorização enquanto ambiente de lazer e da promoção do bem-estar.

AÇÕES DE CONTROLO DO ESTADO FITOSSANITÁRIO DE ESPÉCIMES COM VALOR PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Sobre este indicador não foi possível obter informação para o território abrangido pelo Concelho de Benavente.

5.7.2.2. EFEITOS ESPERADOS

A análise dos efeitos esperados pela proposta de revisão do PDM de Benavente será efetuada tendo por base os efeitos significativos que poderão ser observados ao nível dos indicadores definidos.

As opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente podem consubstanciar diferentes contributos ou conflitos ao nível dos elementos caracterizados por alguns indicadores selecionados para a análise do FCD - Valorização Ambiental, Conservação da Natureza que são sistematizados no Quadro 51.

Importa contudo referir que para o território abrangido pela Reserva Natural do Estuário do Tejo, existe um Plano de Ordenamento eficaz, o qual, enquanto Plano Especial se sobrepõe

aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Desta forma, a revisão do PDM de Benavente não tem incidência sobre aquela área natural.

Interessa ainda salientar, que para a restante área territorial abrangida pela Zona de Proteção Especial para Aves, se encontra publicado o Plano Setorial da Rede Natura 2000, o qual, sendo um Plano Setorial, obriga a que os PMOT a ele se adequem e se compatibilizem com as orientações de gestão nele preconizadas. Dada a importância que a zona húmida do Estuário do Tejo representa a nível nacional e internacional, foi criado um plano de gestão para a ZPE do Estuário do Tejo que já traduz as orientações do Plano Setorial, para execução do qual o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) se constitui como autoridade competente.

Neste contexto, os seguintes indicadores usados na fase de caracterização de referência como: Ações de monitorização de espécies prioritárias; Execução de planos de ação para espécies prioritárias; Ações de fiscalização/ monitorização de fatores de ameaça; Participação em ações de Fiscalização; Valores naturais com estatuto de proteção; Monitorização da diversidade de espécies protegidas e prioritárias; Participação em planos de ação para espécies ameaçadas, espécies protegidas e de conservação prioritária; Ações de conservação de espécies; Ações de conservação de habitats; Ações de controlo do estado fitossanitário de espécimes com valor para a conservação da natureza, constituem objeto específico da ação do ICNB.

Todavia, e estando o Município consciente da necessidade de se compatibilizar com o previsto no Plano Setorial (aprovado e publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho de 2008), a proposta de revisão do PDM de Benavente integra no seu modelo estratégico os princípios de desenvolvimento sustentável e da promoção da conservação e valorização do património natural.

Quadro 43 – Efeitos esperados pela proposta de revisão do PDM de Benavente identificados para os indicadores definidos no Domínio – Conservação e Valorização do Património Natural

Domínios	Indicadores	Efeito Esperado positivo
Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)	Área do Município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	A proposta de revisão do PDM de Benavente ambiciona “Integrar e Valorizar o sistema natural no meio urbano”, através da consideração de “espaços biofisicamente sensíveis, identificando áreas prioritárias para a conservação (Espaços controlados por regras de sustentabilidade que garantam o funcionamento dos sistemas naturais)” garantindo-se desta forma a valorização e salvaguarda de áreas integradas no SNAC.
	Plano de gestão para a área classificada	A proposta de revisão deste PDM ambiciona, de acordo com o objetivos estratégicos estabelecidos, “estabelecer protocolos que permitam pensar em instalar centros de educação e informação ambiental”, garantindo-se assim a instalação de equipamentos de apoio à interpretação e divulgação de valores naturais.
	Equipamentos de apoio à interpretação / divulgação valores naturais	
	Ações de exploração sustentável do meio natural	
	Ações de divulgação e de sensibilização ecológica	
	Rotas ou programas de visitação	
Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados, centro de interpretação ambiental	É objetivo desta proposta de revisão do PDM de Benavente a valorização de elementos naturais, nomeadamente através da definição de percursos de interesse paisagístico, conjeturando-se um efeito esperado positivo.	
Estrutura Ecológica Municipal	Área do Concelho Integrada na EEM*	Consta, enquanto objetivo estratégico desta proposta de revisão do PDM de Benavente, a necessidade de “Valorizar a Estrutura Ecológica Municipal, entendendo-a como instrumento capaz de preservar e valorizar o património natural do concelho, promovendo a sua ligação ao património construído, nomeadamente aglomerados com características de interesse para o registo histórico do povoamento, mas também capaz de garantir a qualidade ambiental dos espaços urbanos e a sua articulação com os espaços rurais”, pelo que se considera que a revisão do PDM possa consubstanciar um efeito esperado positivo.
	Áreas/sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM*	
Gestão, Conservação e Valorização da Floresta	Corredores ecológicos entre áreas nucleares para a conservação de espécies	É objetivo da proposta de revisão do PDM de Benavente desenvolver e modernizar a atividade florestal, designadamente através da sua preservação e do incentivo à florestação com espécies autóctones de maior valor, como o sobreiro e pinheiro manso, garantindo-se, desta forma, um efeito positivo nestes indicadores.
	Área de floresta de proteção	
	Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	
	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	Como indicado anteriormente, é objetivo desta proposta de revisão do PDM de Benavente a valorização de elementos naturais, nomeadamente através da definição de percursos de interesse paisagístico, conjeturando-se um efeito esperado positivo.

No quadro que se segue é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pela proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos, e mais concretamente no seu Regulamento, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico. Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo contribui (+) (criando oportunidades) ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do Quadro de Referência Estratégico definido para o Plano.

Quadro 44 - Contribuição da proposta de revisão do PDM de Benavente para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do Domínio – Conservação e Valorização do Património Natural

QRE	Objetivos Estratégicos	Efeito	Domínio – Conservação e Valorização do Património Natural
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural , paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	+	A proposta de regulamento da revisão do PDM de Benavente estabelece que “o espaço Natural é constituído pela Reserva Natural do Estuário do Tejo que inclui a Reserva Integral de Pancas”, garantindo a prossecução deste objetivo do PNPOT através da sua definição enquanto “espaço de elevada sensibilidade ambiental e paisagística que integra valores de natureza cultural, histórica, paisagística e ambiental, objeto de proteção específica, de modo a salvaguardar a manutenção do seu equilíbrio ecológico, e que detém um papel fundamental na estratégia de conservação da natureza e biodiversidade”, cujas “condições de uso, ocupação e transformação do solo serão determinadas pelo Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo”.
ENDS	Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Considerar espaços biofisicamente sensíveis, identificando áreas prioritárias para a conservação (Espaços controlados por regras de sustentabilidade que garantam o funcionamento dos sistemas naturais)”.
ENCNB	Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas	+	A delimitação de uma Estrutura Ecológica Municipal (EEM) é considerada nos instrumentos de gestão territorial como uma estrutura que permite agregar um conjunto de sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, assumindo-se, pela natureza das áreas que agrega, como Rede Fundamental de Conservação da Natureza tal como definida no Regime Jurídico da Conservação da Natureza.
	Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural , cultural e social	+	De acordo com o definido na proposta de Regulamento da revisão do PDM de Benavente, como linhas gerais de orientação estratégica para Benavente são estabelecidos objetivos estratégicos assentes em eixos, sendo um deles “Potenciar as oportunidades e dinâmicas presentes no território – O Espaço Natural – Pulmão verde de um território mais alargado”, garantindo-se por via do cumprimento deste eixo a promoção, valorização e conservação do património natural.
	Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrados no processo da Rede Natura 2000	+	
	Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e <i>habitats</i> , bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico	+	
	Promover a integração da política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas setoriais	+	
Assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos científicos adquiridos sobre o património natural desta área, uma correta estratégia de conservação e gestão que permita a concretização dos objetivos que presidiram à sua classificação como reserva natural	+		
PORNET	Corresponder aos imperativos de conservação dos <i>habitats</i> naturais e das espécies de flora e fauna selvagens protegidas, nos termos do Decreto -Lei n.º 140/99, de 24 de 24 de fevereiro	+	A adoção das orientações de gestão previstas no PSRN2000 pela proposta de revisão do PDM, conjugado com a existência de um plano de gestão para a área remanescente da ZPE, permitirá assegurar uma correta conservação da área envolvente à RNET e desta forma convergir para o alcance dos objetivos que presidiram à sua classificação como reserva natural.
		+	A adoção das orientações de gestão previstas no PSRN2000 pela proposta de revisão do PDM, conjugado com a existência de um plano de gestão para a área remanescente da ZPE, permitirá assegurar uma correta conservação dos <i>habitats</i> naturais e das espécies de flora e fauna selvagens protegidas, nos termos do Decreto -Lei n.º 140/99, de 24 de 24 de fevereiro.

QRE	Objetivos Estratégicos	Efeito	Domínio – Conservação e Valorização do Património Natural
PSRN 2000	Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo	+	De acordo com o definido na proposta de regulamento da revisão deste PDM “ <i>Nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública aplicam-se os respetivos regimes jurídicos em vigor, que prevalecem sobre o regime de uso do solo aplicável por força do presente Plano</i> ” inclusivamente os associados à conservação da natureza (Área Protegida: Reserva Natural do Estuário do Tejo; Lista Nacional de Sítios; Zona de Proteção Especial Estuário do Tejo) garantindo-se desta forma a prossecução dos objetivos do PSRN 2000.
	Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macro escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efetuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam diretamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território)	+	A adoção das orientações de gestão previstas no PSRN2000 pela proposta de revisão do PDM, conjugado com a existência de um plano de gestão para a área remanescente da ZPE, permitirá estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais da ZPE e Sítio, orientando a uma macro escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.
	Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território	+	O ordenamento e gestão da área da Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo (ZPE) coincidente com os limites da Reserva Natural do Estuário do Tejo, encontram-se subjugados ao regime previsto para aquela Área Protegida RNET, para a qual foi elaborado e publicado o Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo. Para a área remanescente da ZPE foi elaborado um plano de gestão que estabelece áreas de proteção, homogéneas do ponto de vista das suas características biofísicas e socioeconómicas, que se constituem como unidades a que são aplicáveis diferentes graus de proteção, designadamente, as Zonas de Especial Interesse para a Conservação da Avifauna, com níveis de prioridade I, II e III.
	Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos <i>habitats</i> e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos <i>habitats</i> a proteger	+	
PNA	Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados	+	É objetivo da proposta de revisão do PDM dar continuidade às intervenções de qualificação das frentes ribeirinhas, bem como garantir a defesa e tratamento paisagístico dos cursos de água, considerando-se estarem salvaguardados os objetivos destes dois instrumentos.
PBH – Rio Tejo	Proteção da Natureza – assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a proteção e recuperação de habitats e condições de suporte das espécies nas linhas de água	+	
PROF - Ribatejo	Melhorar o estado de conservação dos <i>habitats</i> classificados florestais e silvestres na região	+	A Execução do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo, assim como a aplicação do Plano de gestão para a ZPE, sob competência do ICNB, promovem na área da sua abrangência ações que contribuem para Melhorar o estado de conservação dos <i>habitats</i> classificados florestais e silvestres na região.
	Aumentar a qualidade paisagística dos espaços florestais e o seu contributo para o bem-estar das populações	+	Por seu turno, a secção IV da proposta de Regulamento da revisão do PDM de Benavente define as condições de uso e ocupação nos espaços florestais do Concelho de Benavente.

QRE	Objetivos Estratégicos	Efeito	Domínio – Conservação e Valorização do Património Natural
PDI - LVT	Valorizar o Rio Tejo, como património natural, cultural e ambiental e como espaço de fruição, lazer e turismo	+	A proposta de revisão do PDM pretende dar continuidade às intervenções de qualificação das frentes ribeirinhas, bem como garantir a defesa e tratamento paisagístico dos cursos de água. Interessa ainda salientar que, de acordo com o definido na proposta de Regulamento da revisão do PDM de Benavente, são estabelecidos objetivos estratégicos que visam “ <i>Potenciar as oportunidades e dinâmicas presentes no território – O Espaço Natural – Pulmão verde de um território mais alargado</i> ”, garantindo-se por via do seu cumprimento a promoção, valorização e conservação do património natural.
	Salvaguardar e valorizar a riqueza e diversidade do património paisagístico, ambiental, histórico, construído e cultural, numa ótica de ordenamento e gestão integrada do território	+	
PG-ZPE – Estuário do Tejo	Manter a ocupação agrícola e agroflorestal de acordo com padrões próximos dos atuais, caracterizados por grandes áreas abertas, pastoreio em regime extensivo e culturas anuais alternando com áreas de pousio	+	A adoção das orientações de gestão previstas no PSRN2000 pela proposta de revisão do PDM, conjugado com a existência de um plano de gestão para a área remanescente da ZPE, permitirá estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais da ZPE e Sítio, orientando a uma macro escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.
	Manter o carácter rural do espaço, associado a densidades de povoamento humano idênticas ou inferiores às atuais, sem prejuízo do aproveitamento dos recursos complementares da agricultura e da floresta	+	
	Assegurar que o exercício da pesca e da caça se faça com salvaguarda dos imperativos de conservação da natureza	+	

Pela análise efetuada e expressa no quadro anterior, o prognóstico da contribuição da proposta de Revisão do PDM de Benavente para o alcance dos objetivos estratégicos do QRE, no que diz respeito à Conservação e Valorização do Património Natural, revela-se positivo, desde que sejam tomadas em consideração as medidas e diretrizes de seguimento previstas no presente Relatório Ambiental.

5.7.2.3. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

São identificadas oportunidades e eventuais ameaças sobre os valores naturais, que podem ser originadas por via da ação direta e indireta de instrumentos de conservação da natureza com implicações na gestão territorial, ou ainda por ações decorrentes de projetos que se poderão implantar na área sob influência do PDM de Benavente (Quadro 45).

Quadro 45 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita ao Domínio – Conservação e Valorização do Património Natural

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação do Plano Setorial da Rede Natura 2000 • Gestão adequada dos valores naturais presentes nas Áreas Classificadas por via da aplicação do Plano de Gestão da ZPE do Estuário do Tejo 	<ul style="list-style-type: none"> • Eventual ameaça à conservação das espécies e habitats com importância para a conservação da natureza e biodiversidade implicada pela construção e exploração do Novo Aeroporto de Lisboa, bem como das dinâmicas da cidade portuária

Importa salientar que a articulação do PSRN2000 com os instrumentos de gestão territorial, designadamente com os Planos Municipais de Ordenamento do Território, deverá processar-se nos termos previstos no Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a nova redação, de acordo com o preconizado pelo Decreto -Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua nova redação. Neste sentido, é definido que deverá ser promovida a incorporação das medidas necessárias para garantir a conservação dos habitats e das populações das espécies que fundamentaram a classificação das Áreas Classificadas na primeira revisão, ou alteração, a que os instrumentos de gestão territorial aplicáveis aos territórios que integrem Áreas Classificadas forem submetidos.

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) estabelece orientações para uma adequada gestão territorial nas áreas classificadas. Este instrumento *de gestão territorial e de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica*, identifica um conjunto de medidas conducentes à conservação das espécies da fauna, flora e habitats, tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas. Corresponde em essência a um *“instrumento para a gestão da biodiversidade”*, visando a *salvaguarda e valorização dos SIC e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas (PSRN2000, 2008).*

O Município de Benavente detém no seu território áreas que integram a Rede Natura 2000, pelo que se encontra abrangido pela obrigatoriedade de transpor as orientações de gestão previstas pelo PSRN2000, associadas a cada valor natural identificado para o local.

Neste contexto, e de acordo com o definido na proposta de regulamento da revisão deste PDM, é assumido que *“Nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública aplicam-se os respetivos regimes jurídicos em vigor, que prevalecem sobre o regime de uso do solo aplicável por força do presente Plano.”* inclusivamente os associados à conservação da natureza (Área Protegida: Reserva Natural do Estuário do Tejo; Lista Nacional de Sítios; Zona de Proteção Especial Estuário do Tejo) garantindo-se desta forma a prossecução dos objetivos do PSRN 2000.

5.7.2.4. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que pretendem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Benavente, no que respeita à Biodiversidade e Conservação da Natureza

Para tal recomenda-se o seguimento das seguintes diretrizes de sustentabilidade:

- Implementação do plano de gestão para a ZPE
- Respeito pelas orientações de gestão que estão previstas pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000
- Adoção de boas práticas agrícolas nos terrenos inseridos em Rede Natura 2000
- Em território abrangido pela área classificada deverão ser analisadas as pretensões de ações e de implementação de projetos tomando em consideração a tabela de “condições e critérios de avaliação de incidências ambientais” que se encontra divulgada para as Áreas Classificadas, Sítio PTCO0009 – Estuário do Tejo e Zona de Proteção Especial PTZEP0010 – Estuário do Tejo, em função do recomendado no PSRN2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho), aplicando-se para a avaliação de impacte ambiental o procedimento definido Decreto-Lei nº 69/2000, de 3 de maio, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 197/2005, de 8 de novembro).

5.7.3. DOMÍNIO: QUALIDADE AMBIENTAL

5.7.3.1. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT efetuada no âmbito deste domínio pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Benavente reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao domínio em análise. Tem como referência todo o território do concelho de Benavente, e identifica as tendências de evolução provável no cenário da **não implementação da proposta** da proposta de revisão do PDM de Benavente (Quadro 46).

Quadro 46 – Análise SWOT no âmbito do Domínio – Qualidade Ambiental

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Elevada cobertura de sistemas de abastecimento de água para consumo humano Boa qualidade do ar na Zona do Vale do Tejo e Oeste 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzida cobertura de sistemas de sistemas de tratamento de águas residuais Poluição associada à atividade agropecuária e industrial Valor elevado de perdas no sistema de abastecimento de água para consumo humano Reduzida taxa de separação de resíduos sólidos urbanos
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade de vida da população residente 	<ul style="list-style-type: none"> Contaminação do solo e da água por poluição difusa Qualidade da água superficial Possível deterioração da qualidade do ar devido à laboração de empresas

O conhecimento da realidade concelhia, e o diagnóstico efetuado com base numa análise de tendências permitirá identificar questões estratégicas, contribuindo para delinear diretrizes importantes para o concelho.

De forma a pormenorizar e enquadrar a informação apresentada na matriz SWOT, foi desenvolvido um diagnóstico de caracterização da situação existente e análise de tendências relativo a cada um dos indicadores definidos para o Domínio – Qualidade Ambiental.

Desta forma, serão abordados, separadamente, os seguintes domínios: “Resíduos”, “Água”, “Ruído”, “Ar” e “Energia”, tendo sido desenvolvida uma análise assente em cada um dos indicadores considerados ou, em algumas situações, na conjugação/fusão de alguns indicadores.

RESÍDUOS

Ao nível dos **resíduos sólidos urbanos** (RSU) o aumento da sua produção é particularmente preocupante nos países desenvolvidos, onde a melhoria das condições de vida promoveu o aumento do consumo.

No concelho de Benavente, a responsabilidade pela recolha de resíduos sólidos urbanos cabe à autarquia, sendo que esta recolha abrange atualmente 100% da população do concelho. Atualmente os resíduos sólidos urbanos recolhidos no concelho de Benavente são tratados no Aterro Intermunicipal, situado na freguesia da Raposa (Almeirim). De acordo com o Relatório Setorial que acompanha a proposta de Revisão do PDM de Benavente, este aterro integra *“infraestruturas de exploração que englobam sistemas de drenagem, coleta e tratamento de lixivantes e sistema de drenagem, coleta e tratamento de biogás”*.

A este respeito importa salientar que, apesar dos resíduos sólidos urbanos produzidos atualmente no concelho serem encaminhados para o aterro referido, existem no concelho de Benavente duas áreas correspondentes a antigas lixeira, uma localizada a Norte, e outra a NW, esta última designada por “Serra da Samora” ou “Serra do Lixo” conforme se pode constatar através da análise da Carta Ambiental que acompanha a proposta de revisão do PDM.

Relativamente à recolha seletiva de resíduos a entidade responsável por este serviço é, de acordo com o relatório do Plano, a “Eco Lezíria” (sistema municipal RESIURB), sendo o seu destino final a reciclagem.

De acordo com os dados recolhidos pelo INE, em 2009, os resíduos sólidos urbanos recolhidos por habitante, no concelho de Benavente, correspondiam a 556 kg/hab, sendo que a proporção de resíduos sólidos urbanos recolhidos seletivamente era apenas de 23 kg/hab, equivalente a cerca de 4 % dos resíduos urbanos recolhidos.

No que respeita ao destino dos resíduos sólidos urbanos produzidos, o Quadro 47 apresenta a quantidade de resíduos encaminhados para aterro e para reciclagem.

Quadro 47 – Destino e quantidade dos resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho de Benavente, em 2009 (INE, 2011)

Destino dos resíduos	Quantidade (Toneladas)
Aterro	15263
Reciclagem	654
Total	15916

O quadro anterior permite constatar que a maioria dos resíduos tem como destino final o aterro.

De salientar que o facto da densidade populacional ter sofrido um aumento significativo, entre 2001 e 2009 (conforme analisado no FCD “Estruturação e requalificação urbana / Acessibilidade e mobilidade”), tal não originou um aumento da produção de resíduos sólidos urbanos produzidos, pelo contrário, registou-se uma ligeira diminuição na sua produção, entre

2002 e 2009, de 557 Kg/hab para 556 kg/hab respetivamente. Em contrapartida, registou-se um aumento significativo na recolha seletiva de resíduos, de 10 kg/hab para 23 kg/hab (entre 2002 e 2009), o que, sendo um valor ainda relativamente reduzido, poderá já traduzir uma alteração comportamental por parte dos cidadãos do concelho, uma vez que duplicou no período considerado.

O sucesso de uma gestão eficiente dos RSU passa pelo envolvimento e responsabilização dos cidadãos em geral, pelo que as ações de sensibilização e educação ambiental apresentam, neste fator, um papel fundamental. A separação seletiva de resíduos é um hábito que deverá ser inculcado na população, através de campanhas e ações de sensibilização.

No concelho de Benavente existem cerca de 52 conjuntos de ecopontos se calhar já têm mais (destinados à recolha de papel e cartão, vidro, embalagens e pilhas), distribuídos pelo município. Estão previstos cinco circuitos normais de recolha de RSU e um circuito para recolha de monos (Relatório Setorial de suporte à Revisão do PDM de Benavente).

De salientar que, de acordo com os Estudos de Caracterização Territorial que acompanham o Relatório de Fundamentação do Plano, atualmente o concelho de Benavente apresenta cerca de 516 milhares de Euros de despesas de Gestão de resíduos.

No que respeita aos **resíduos industriais** produzidos no concelho, as próprias unidades industriais a instaladas ou a instalar na área territorial abrangida pela proposta de revisão do PDM deverão ser responsáveis pelo armazenamento, recolha, encaminhamento e destino final dos resíduos produzidos.

No que respeita, particularmente, à indústria extrativa, de acordo com a Carta Ambiental que acompanha a proposta de revisão do PDM de Benavente, existem cartografadas quatro unidades de indústria extrativa no concelho de Benavente.

ÁGUA

No que respeita aos **recursos hídricos superficiais**, a área territorial que abrange o Concelho de Benavente encontra-se inserida na bacia hidrográfica do Rio Sorraia que, por sua vez, integra a bacia hidrográfica do Rio Tejo. A bacia hidrográfica do rio Tejo cobre uma superfície total de cerca de 80629 km², dos quais 24800 km² (29, 8%) são em território nacional. Os principais cursos de água existentes no concelho de Benavente são o rio Sorraia e o rio Almansor.

A caracterização dos aspetos qualitativos dos recursos hídricos superficiais da área territorial abrangida pela proposta de revisão do PDM em análise foi efetuada com base na informação disponível no Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos/ Instituto da Água (SNIRH/INAG).

De acordo com essa informação, existe no concelho de Benavente uma estação de monitorização inserida na Rede de Qualidade da Água Superficial: a estação de monitorização da Ribeira de Santo Estêvão. O quadro seguinte apresenta as características gerais desta estação de monitorização.

Quadro 48 - Estação de monitorização do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, da Ribeira de Santo Estêvão (SNIRH/INAG, 2011)

Bacia	Meio Aquático	Código SNIRH	Designação	Coordenadas x (m)	Coordenadas y (m)
Tejo	Ribeira de Santo Estêvão ⁸	20E/02	Ribeira de Santo Estêvão	148982.2	208834.81

A figura seguinte apresenta a localização da estação de monitorização da qualidade da água da ribeira de Santo Estêvão.

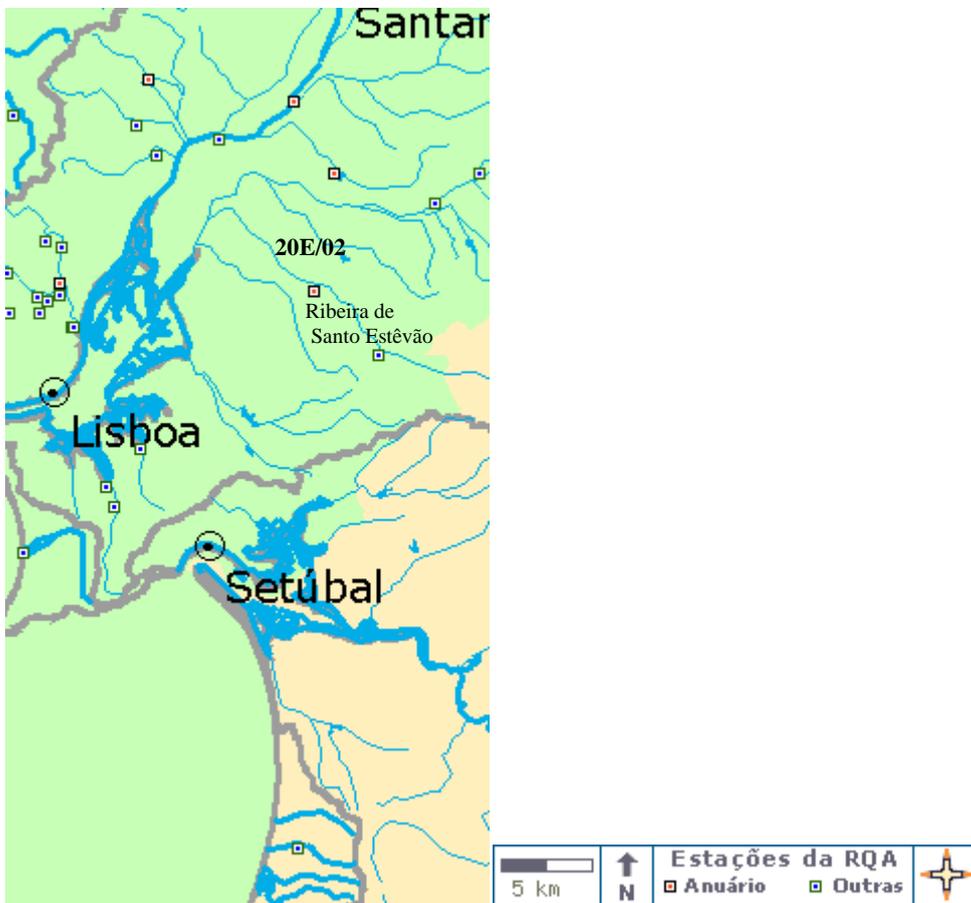


FIGURA 12 – Localização da estação de monitorização da qualidade da água da ribeira de Santo Estêvão, localizada no concelho de Benavente (adaptado de SNIRH/INAG, 2011).

⁸ Ribeira de Santo Estêvão, rio Almansor ou ribeira de Canha

A classificação da qualidade da água foi efetuada tendo como base os critérios da *Classificação dos Cursos de Água Superficiais de acordo com as suas Características de Qualidade para Usos Múltiplos*, propostos pelo INAG. Esta classificação permite a consideração de cinco classes, conforme identificado no quadro seguinte.

Quadro 49 – Classificação da Qualidade das Águas (SNIRH/INAG, 2011)

Classe	Descrição da qualidade das águas
A - Excelente	Águas com qualidade equivalente às condições naturais aptas para satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade
B - Boa	Águas com qualidade ligeiramente inferior à Classe A, mas podendo também satisfazer potencialmente todas as utilizações
C - Razoável	Águas com qualidade aceitável, suficiente para irrigação, usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes), mas com reprodução aleatória, apta para recreio sem contacto direto
D - Má	Águas com qualidade medíocre, apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir de forma aleatória
E - Muito Má	Águas extremamente poluídas e inadequadas para a maioria dos usos

A figura seguinte apresenta o resultado da classificação da qualidade da água da estação de monitorização da Ribeira de Santo Estêvão, entre 1995 e 2009, utilizando para o efeito a base de dados do SNIRH.

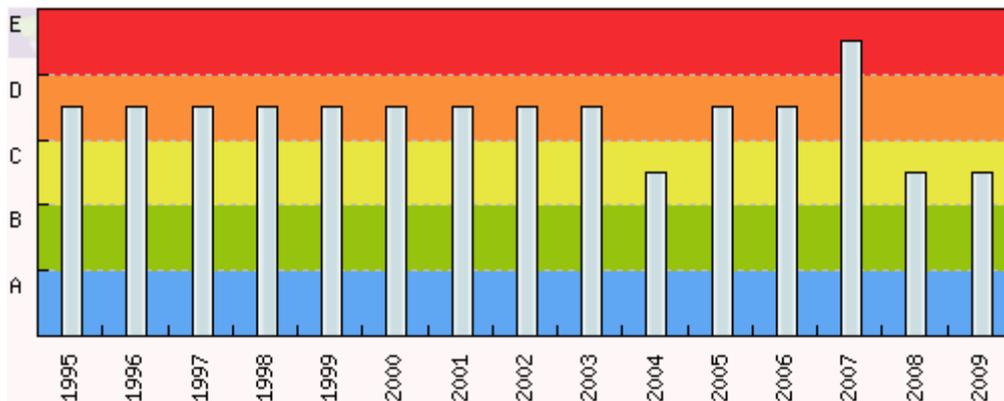


Figura 13 – Classificação disponível para a estação de monitorização de Santo Estêvão, entre 1995 e 2009 (SNIRH/INAG, 2011)

A análise da figura permite constatar que, durante muitos anos, a estação de monitorização apresentou uma classificação de água referente a “Má”. Esta classe aplica-se a “Águas com qualidade medíocre, apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir de forma aleatória”. Os parâmetros responsáveis pela qualidade da água verificada na estação de monitorização de Santo Estêvão, entre 1995 e 2009, apresentam-se no quadro seguinte.

Quadro 50 – Parâmetros responsáveis pela qualidade da água da estação de monitorização da Ribeira de Santo Estevão, entre 1995 e 2009 (Fonte: INAG/SNIRH, 2011)

Anos	Parâmetros responsáveis
1995	Oxigénio dissolvido (sat)
1996	SST
1997	CQO e SST
1998	SST
1999	Coliformes Fecais, Fósforo Total e Oxidabilidade
2000	Oxigénio dissolvido (sat), Oxidabilidade e SST
2001	SST e Oxidabilidade
2002	Oxidabilidade e Manganês
2003	Manganês
2004	Coliformes Totais, Fósforo Total, Manganês Oxigénio dissolvido (sat) e Oxidabilidade
2005	Sat OD
2006	Oxidabilidade e Fósforo Total
2007	Manganês
2008	Coliformes totais, Fósforo e Oxidabilidade
2009	Oxigénio dissolvido (sat) e Oxidabilidade

De uma forma geral, a classificação da qualidade da água nos últimos anos poderá estar relacionada com a reduzida cobertura dos sistemas de tratamento de águas residuais (presença de Coliformes totais) e também com a poluição difusa, principalmente originária de explorações agropecuárias (presença de Fósforo). Por outro lado, constata-se ainda a existência de matéria orgânica e inorgânica presente na água uma vez que, nesse ano, o parâmetro responsável pela qualidade da água foi a Oxidabilidade (que permite avaliar a quantidade de matéria orgânica/inorgânica quimicamente oxidável existente na água).

O relatório setorial que acompanha a proposta de revisão do PDM revela que a qualidade das águas do rio Sorraia em Porto Alto, e do rio Almansor (em Samora Correia) apresenta-se claramente degradada, salientando ainda o facto de, na ponte de Benavente, devido aos efluentes provenientes de uma instalação industrial denominada *Indústria de Alimentação IDAL, Lda*, o rio Sorraia se encontrar com elevados níveis de poluição.

Para além das atividades industriais existentes no concelho, importa ainda ter em consideração os setores de **atividades agropecuárias** que apresentam um peso relativamente significativo ao nível de alguns setores, pelo que se optou por desenvolver uma breve caracterização relativa à atividade agropecuária e agroindustrial presente no concelho de Benavente. Para isso, foi considerada a informação constante na ENEAPAI (2007).

O quadro seguinte apresenta uma caracterização geral do concelho de Benavente relativamente aos setores de atividade agropecuária e agroindustrial.

Quadro 51 – Caracterização do concelho de Benavente relativamente aos setores de atividade agropecuária e agroindustrial (Fonte: ENEAPAI, 2007)

Setor de Atividade	Valor
Distribuição do efetivo de bovinos em regime intensivo (n.º)	2500 a 5000 animais
Distribuição do efetivo de suínos	50000 a 100000 animais
Distribuição do efetivo avícola (LGP ⁹)	1000 a 5000
Matadouros	1 unidade de abate
Distribuição da capacidade de produção de azeitona triturada	<100 ton
Distribuição do número de pequenas queijarias	< 5 unidades
Distribuição da produção total de vinho	1000 a 50000 hl

Tendo como base a informação disponível na ENEAPAI, é possível aferir que, no concelho de Benavente, o setor de atividade agropecuária mais significativo é o da Suinicultura. Os restantes setores de atividade agropecuária e agroindustrial não apresentam expressão significativa, comparados com os restantes concelhos, a nível nacional.

Uma vez que a ENEAPAI pretende promover a minimização de impactes ambientais provocados pela carga poluente gerada pelas atividades produtivas, considerou este instrumento relevante identificar as zonas de maior pressão assim como a definição de Núcleos de Ação Prioritária (NAP), na presente análise, relativamente ao concelho de Benavente. Neste contexto, o concelho de Benavente integrou o NAP “B” para o setor da Suinicultura.

O quadro seguinte apresenta o número de explorações e o número de efetivos identificados pela ENEAPAI, para o concelho de Benavente.

Quadro 52 - N.º de explorações e efetivo de suínos, no concelho de Benavente, inserido no Núcleo de Ação Prioritária – Suinicultura (ENEAPAI, 2007)

Núcleo de Ação Prioritária	Número de explorações	Número de Efetivo
B	45	61800

De uma forma geral, ao nível nacional, dos diversos setores da agropecuária e da agroindústria existentes, a seguir ao setor da Bovinicultura (que representa cerca de 50% da carga orgânica - CBO₅ produzida, 58% da carga de azoto e 21% da carga de fósforo produzida), surge o setor da Suinicultura, com cerca de 26% da carga orgânica - CBO₅ produzida, 21% da carga de azoto e 42% da carga de fósforo produzida (ENEAPAI, 2007).

Ao nível das soluções existentes para se proceder a uma correta e adequada gestão dos efluentes agropecuários, importa salientar que a legislação nacional (traduzida no novo Regime de Exercício das Atividades Pecuárias - REAP10), prevê que cada unidade de exploração elabore um Plano de Gestão de Efluentes Pecuários. De acordo com o novo Regime de Exercício das Atividades Pecuárias, um pedido de autorização de uma instalação de atividade

⁹ LGP – Lugar de Galinha Poedeira

¹⁰ Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de novembro

pecuária deverá integrar um Plano de Gestão de Efluentes Pecuários, tendo como base o disposto na Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho. No caso das instalações agropecuárias existentes, estas deverão promover a atualização dos seus registos e solicitar a reclassificação das suas atividades pecuárias.

Por outro lado, a ENEAPAI considera como mais adequado adoção de soluções coletivas para o tratamento dos efluentes. Para além disso, a Estratégia prevê a constituição de Comissões Regionais, que terão como responsabilidade elaborar os Planos Regionais de Gestão Integrada, os quais *“deverão ser desenvolvidos pela Estrutura de Coordenação e Acompanhamento da ENEAPAI, pelas CCDR/ARH e DRA com competência territorial na área geográfica de intervenção”* (ENEAPAI, 2007). Neste contexto, a ENEAPAI identificou, *“para cada setor abrangido, as zonas de maior pressão onde se localiza a grande maioria das unidades, dos efetivos e da produção, tendo sido definidas regiões como Núcleos de Ação Prioritária, onde deverão ser obrigatoriamente elaborados Planos Regionais de Gestão Integrada”*. De acordo com o documento referido, o concelho de Benavente insere-se em dois Núcleos de Ação Prioritária: o NAP 10 e o NAP 11. No entanto, refira-se que o Instituto da Água apenas dispõe, até à data, de um documento técnico de referência relativo ao NAP 12 – Alentejo Litoral.

Ainda assim, apesar de não existir informação pormenorizada para o NAP 10 nem para o NAP 11, considera-se que os Planos Regionais de Gestão Integrada desempenham um papel fundamental no aprofundamento das soluções a nível regional, possibilitando a resolução da problemática associada à contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos por descarga inadequada de efluentes agropecuários e agroindustriais.

No que respeita aos **recursos hídricos subterrâneos**, estes desempenham um papel fundamental no abastecimento de água às populações, assim como no abastecimento a atividades económicas, como a agricultura e a indústria.

Ao nível dos recursos hídricos subterrâneos, o concelho de Benavente pertence ao sistema aquífero Aluviões do Tejo e Bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda. De acordo com o relatório de fundamentação que acompanha a proposta de revisão do PDM de Benavente, estes subsistemas integram-se no sistema aquífero terciário Tejo-Sado, que faz parte da unidade hidrogeológica Bacia do Tejo-Sado, sendo este o maior e mais importante sistema aquífero português.

Ainda segundo o relatório referido, relativamente ao aspeto hidrogeológico, as áreas correspondentes às Aluviões, Areias Superficiais e Terraços Fluviais estão instalados num sistema aquífero aluvionar poroso sem confinado, constituído por areias e cascalheiras da base das aluviões e por camadas, mais ou menos contínuas e espessas, de lodos e/ou areias lodosas. As areias e cascalheiras da base das aluviões são unidades muito produtivas, com ligação hidráulica ao leito do rio com caudal permanente que provoca efeitos hidrodinâmicos

neste sistema aquífero. Estas são formações muito permeáveis, que apresentam valores elevados de condutividade, condicionando assim a qualidade da sua água, problema que afeta os aquíferos nas áreas com maior atividade agrícola.

O relatório de fundamentação que acompanha a proposta de revisão do Plano refere ainda que *“de acordo com Almeida, C. e outros (2000), o valor médio das transmissividades dos terraços é superior ao dos aluviões, sendo o valor médio da condutividade hidráulica de 140m/dia para os terraços fluviais e de 136m/dia para as aluviões. São valores relativamente elevados e que demonstram que as aluviões e os terraços fluviais representam sem dúvida **potenciais áreas de máxima infiltração**”*.

Quanto ao sistema aquífero da **Bacia do Tejo/Sado**, relativamente às áreas correspondentes à formação Pliocénica (Complexo greso-argiloso de Pegões), estas apresentam características de sistema aquífero multicamada confinado, com camadas aquíferas argilosas de permeabilidade baixa, em que as variações laterais e verticais de fácies litológicas são responsáveis por mudanças significativas nas condições hidrogeológicas, servindo de suporte ao sistema aquífero aluvionar. No que respeita às áreas correspondentes à formação Miocénica (Complexo argilo-gresoso de Coruche), estas áreas são caracterizadas como um aquífero profundo multicamada, com camadas aquíferas argilosas impermeáveis (Relatório de Fundamentação que acompanha a proposta de revisão do plano).

De acordo com o relatório supra mencionado, *“pode-se considerar, então que, tanto o Complexo argilo-gresoso de Coruche como o Complexo greso-argiloso de Pegões representam o suporte litológico do sistema aquífero aluvionar, na medida em que essas formações são responsáveis pela **grande recarga desse sistema aquífero, por infiltração nos leitos dos cursos de água na parte mais elevada do seu percurso na bacia**”*.

O quadro seguinte, adaptado do PBHR Tejo, apresenta a produtividade dos sistemas hidrogeológicos que caracterizam a área territorial abrangida pela proposta de revisão do PDM de Benavente.

Quadro 53 - Produtividade dos sistemas hidrogeológicos (Fonte: Adaptado do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, 1ª Fase, Análise e Diagnóstico da Situação de Referência, Volume III – Análise, 1 – Caracterização Geral da Bacia Hidrográfica)

Sistema Hidrogeológico	Produtividade			N.º de dados	Classe de Produtividade
	Mediana 1<P<6	Mínima P<1	Máxima P>6		
Aluviões do Tejo	15,5	1	70	81	Alta
Bacia do Tejo-Sado – Margem Esquerda	15,5	0,08	66,6	124	Alta

De acordo com o relatório setorial que acompanha a proposta de revisão do PDM de Benavente, verifica-se que toda a área do município apresenta elevadas produtividades, o que poderá eventualmente criar situações de sobre-exploração dos aquíferos.

Ainda segundo informação constante no relatório setorial, “Mendonça, et. al., 2004, refere que este sistema aquífero é um “sistema multicamada, constituído por depósitos terciários, sobreposto por unidades hidrogeológicas quaternárias. É a origem do abastecimento de água a importantes núcleos populacionais, à indústria e à agricultura.” Por ser um sistema multicamada, pode verificar-se o intercâmbio de água entre os aquíferos superficiais e profundos, sendo, por essa razão, considerado um sistema de alta vulnerabilidade, podendo sofrer impactes negativos resultantes da instalação de determinadas infraestruturas, como é o caso das rodovias (RNT-EPIA- Novo Aeroporto de Lisboa)”.

Conforme referido anteriormente, o concelho de Benavente é marcado de forma acentuada pela presença de aquíferos, assumindo-se a sua qualidade como um fator imprescindível para a manutenção dos ecossistemas e para o abastecimento de água às populações.

De forma a efetuar uma avaliação mais pormenorizada da qualidade da água subterrânea existente no concelho de Benavente, foi utilizada a base de dados do SNIRH-INAG (Quadro 54).

Quadro 54 – Captações de água subterrânea existentes no concelho de Benavente, que integram a Rede da qualidade da água subterrânea do SNIRH/INAG (INAG, 2011)

Captação de água	Código SNIRH	Tipo de Rede	Sistema Aquífero	Classificação da qualidade da água (2009)	Parâmetros responsáveis pela classificação da água
Furo vertical (piscinas)	391/280	Vigilância	T3 – Bacia do Tejo-Sado/Margem esquerda	Sem informação	-
Poço (Vale Maria)	391/AG14	Operacional (Nitratos)	T7 – Aluviões do Tejo	>A3	Fluoretos e Nitratos
Furo Vertical (Benavente)	391/244	Vigilância	T7 – Aluviões do Tejo	A1	-
Furo Vertical (S. Brás)	391/404	Vigilância	T7 – Aluviões do Tejo	>A3	Fluoretos
Poço (Catapereiro1)	419/AG3	Operacional (Nitratos)	T7 – Aluviões do Tejo	Sem informação	-
Poço (Samora Correia)	418/4	Vigilância	T7 – Aluviões do Tejo	A2	Coliformes fecais
Poço (Mancas)	418/AG49	Operacional (Nitratos)	T7 – Aluviões do Tejo	>A3	Nitratos
Poço (Samora Correia)	404/69	Vigilância	T7 – Aluviões do Tejo	A2	Coliformes fecais e Coliformes totais

De facto, a consulta de informação disponível no SNIRH-INAG, relativa à qualidade da água das captações subterrâneas presentes no concelho de Benavente (inseridas no sistema aquífero das Aluviões do Tejo), permitiu constatar que a maioria apresenta qualidade de água > A3, de acordo com a classificação da água subterrânea, efetuada segundo o Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto (e baseada nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada pela CCDR), sendo que os parâmetros responsáveis por essa classificação foram os fluoretos e os nitratos. De salientar ainda alguma contaminação devido à presença de Coliformes totais e Coliformes fecais, o que revela uma contaminação de

origem doméstica (devido possivelmente à reduzida cobertura dos sistemas de tratamento de águas residuais), estando em consonância com a avaliação efetuada anteriormente ao nível da qualidade da água superficial.

Relativamente aos fenómenos de salinização no sistema aquífero das Aluviões do Tejo, o PBHR Tejo salienta o aumento progressivo do teor de cloretos verificado nas captações localizadas em vários concelhos, nomeadamente em Benavente, que pode indiciar a presença de um cenário de sobre-exploração do aquífero. No entanto, de acordo com informação do SNIRH/INAG relativa à qualidade das águas subterrâneas das captações subterrâneas existentes no concelho de Benavente, é de salientar que o parâmetro cloretos não foi identificado como responsável pela qualidade das águas subterrâneas dessas captações.

No que respeita ao sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, o PBHR Tejo salienta o facto do único parâmetro que interfere significativamente com a qualidade da água ser o ferro, sendo que os teores de metais, e também de manganês, surgem devido à influência do meio geológico.

De acordo com o relatório setorial que acompanha a proposta de revisão do PDM de Benavente, o risco de poluição dos aquíferos subterrâneos, no município, é maior no caso de existirem captações de água próximas de zonas de descarga de efluentes. De facto, de acordo com a mesma fonte, verifica-se que existem furos e reservatórios nas proximidades de Estações de Tratamento de Águas Residuais (nomeadamente em Samora Correia – Norte e em Benavente - Sul). Salienta-se para o facto de, em Santo Estêvão, existirem três furos a jusante da ETAR, situada perto da ribeira de Santo Estêvão.

Importa ainda enquadrar o concelho de Benavente no disposto no diploma legislativo relativo à gestão das águas superficiais e subterrâneas, que define como Zonas Protegidas (Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 29 de dezembro):

“i) As zonas designadas por normativo próprio para a captação de água destinada ao consumo humano ou a proteção de espécies aquáticas de interesse económico;

ii) As massas de água designadas como águas de recreio, incluindo zonas designadas como zonas balneares;

iii) As zonas sensíveis em termos de nutrientes, incluindo as zonas vulneráveis e as zonas designadas como zonas sensíveis;

iv) As zonas designadas para a proteção de habitats e da fauna e da flora selvagens e a conservação das aves selvagens em que a manutenção ou o melhoramento do estado a água seja um dos fatores importantes para a sua conservação, incluindo os sítios elevantes da rede Natura 2000;

v) As zonas de infiltração máxima”.

O enquadramento do concelho de Benavente nas Zonas Protegidas definidas ao abrigo da Lei da Água é apresentado no quadro seguinte.

Quadro 55 – Enquadramento do concelho de Benavente nas Zonas Protegidas definidas pela Lei da Água

Alínea jjj) do artigo 4.º, da Lei n.º 58/2008, de 29 de dezembro	Proposta de revisão do PDM de Benavente
i) As zonas designadas por normativo próprio para a captação de água destinada ao consumo humano ou a proteção de espécies aquáticas de interesse económico	Não foram identificados perímetros de proteção de captações de água subterrânea definidos em normativo próprio.
ii) As massas de água designadas como águas de recreio, incluindo zonas designadas como zonas balneares	Não foram identificadas zonas balneares no concelho de Benavente.
iii) As zonas sensíveis em termos de nutrientes, incluindo as zonas vulneráveis e as zonas designadas como zonas sensíveis	- O concelho de Benavente não se insere em Zona Sensível, de acordo com o Decreto-Lei n.º 198/2008, de 8 de outubro. - O concelho de Benavente integra a Zona Vulnerável 5 – Tejo, de acordo com o estipulado na Portaria 1366/2007, de 18 de outubro.
iv) As zonas designadas para a proteção de habitats e da fauna e da flora selvagens e a conservação das aves selvagens em que a manutenção ou o melhoramento do estado da água seja um dos fatores importantes para a sua conservação, incluindo os sítios relevantes da rede Natura 2000	O concelho de Benavente insere-se na ZPE do Estuário do Tejo, estando abrangido pelas Diretivas Aves e Habitats.
v) As zonas de infiltração máxima.	De acordo com a Planta de Condicionantes da proposta de revisão do PDM de Benavente, a maioria do concelho insere-se em zonas de infiltração máxima.

No que concerne à integração do concelho em “zonas designadas para a proteção de habitats e da fauna e da flora selvagens e a conservação de aves selvagens (...), esta análise foi anteriormente desenvolvida, aquando da avaliação do Domínio relativo à “Conservação da Natureza e Biodiversidade”.

Relativamente à poluição do meio hídrico em Portugal, por nitratos de origem agrícola, esta contaminação está quase sempre associada à agricultura intensiva devido ao excesso na utilização de fertilizantes. O incentivo de boas práticas agrícolas contribuirá para a melhoria do nível de proteção das águas contra a poluição difusa de origem agrícola. A nível nacional, o Decreto-lei n.º 235/97, de 3 de setembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/99) transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro de 1991, relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola. Conforme se constata da análise do quadro anterior, o concelho de Benavente pertence à ZV 5 – Tejo.

No que respeita às áreas de máxima infiltração, estas foram delimitadas para a elaboração da Carta de Condicionantes relativa à REN, tendo como base a carta geológica de Portugal. Estas são áreas que, devido à natureza do solo, do substrato geológico e às condições morfológicas do terreno, a infiltração das águas apresenta condições favoráveis, contribuindo assim para a alimentação dos lençóis freáticos. Analisando a Planta de Condicionantes da proposta de

revisão do PDM de Benavente, verifica-se que a maioria da área do concelho é considerada como “Área de Máxima Infiltração”.

Ao nível das **infraestruturas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais**, estas são determinantes na organização do espaço territorial. Recentemente foi criada a empresa “Águas do Ribatejo”, aprovada por sete municípios (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos), com o objetivo de gerir os sistemas de abastecimento e de saneamento das águas residuais dos respetivos concelhos aderentes.

Relativamente ao sistema de abastecimento de água, o concelho de Benavente apresenta atualmente uma cobertura em termos populacionais de 98%. Esta rede recorre a furos de captação, com reservatórios elevados, através dos quais se efetua a distribuição da água. Neste âmbito, destaca-se o envolvimento do município na renovação da rede de abastecimento de água, apresentando atualmente uma rede nova na sua quase totalidade. Não foram identificados problemas relevantes no sistema de abastecimento, com a exceção de alguns problemas no abastecimento de água nos Foros da Charneca, relacionados essencialmente com situações de rega no verão (Estudos de Caracterização Territorial que acompanham o Relatório de Fundamentação do Plano).

Salienta-se que o abastecimento de água para consumo no município é efetuado, na sua totalidade, com origem aos recursos hídricos subterrâneos (Anuário estatístico do Alentejo, 2009).

No que respeita ao **consumo de água** por habitante, este registou um aumento significativo, entre 2001 e 2002, de 69 m³/hab para 210 m³/hab, no entanto, nos anos seguintes registou-se uma tendência de diminuição no consumo de água, sendo que em 2008 apresentava um valor de 65 m³/hab, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 56 - Consumo de água por habitante (m³/hab.), em Benavente, no período compreendido entre 2001 e 2005 (Fonte: www.ine.pt)

Benavente	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Consumo de água (m ³ /hab.)	69	210	144	68	70	66	67	65

De acordo com informação disponível nos estudos que acompanham o Relatório de Fundamentação do Plano, é de salientar que as zonas industriais dispõem, por norma, de sistemas de abastecimento próprio, pelo que a água da rede pública de abastecimento de água serve, principalmente, as zonas de serviços e residenciais do concelho.

Em resultado do aumento progressivo da densidade populacional no concelho de Benavente, a rede de abastecimento de água tem sido incrementada, em grande parte, devido às operações de loteamento que têm sido desenvolvidas no território.

No que respeita às perdas de água nos sistemas de abastecimento, de acordo com informação disponível no PBHR Tejo, *“as perdas de água nos sistemas concelhios foram estimadas para a média da bacia do rio Tejo em cerca de 34 % da água captada”*.

Relativamente ao **sistema de drenagem e tratamento de águas residuais**, o sistema instalado no concelho de Benavente é do tipo separativo. Com base na informação disponível no INE (2008), é possível constatar que apenas 71% da população é servida por **Estações de Tratamento de Águas Residuais** e cerca de 76% da população é servida por **sistemas de drenagem de águas residuais**, estando estes valores bastante aquém da meta estabelecida em documento estratégico (90%). De forma a inverter a situação, estão previstas algumas obras que irão resultar num nível de cobertura bastante mais aceitável.

Atualmente, o concelho dispõe de 10 ETAR's, distribuídas pelas quatro freguesias do concelho. Assim, de acordo com os Estudos de Caracterização Territorial que acompanham o Relatório de Fundamentação do Plano, prevê-se que esta rede sofra grandes alterações, encontrando-se em fase de execução e em fase de adjudicação algumas obras que irão originar um aumento ao nível da cobertura existente. Além do mais, o estudo refere ainda que, no âmbito do “Projeto Águas do Ribatejo”, lançado pela Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, e relativamente ao concelho de Benavente, foi lançado um concurso referente à construção da ETAR de Esteiva. No entanto, importa salientar que os Foros da Charneca, os Foros de Almada e a Coutada Velha não estão incluídos na rede do “Projeto Águas do Ribatejo”.

De referir ainda que, atualmente, o concelho de Benavente apresenta cerca de 903 milhares de euros de despesas na Gestão de Águas Residuais (Estudos de Caracterização Territorial que acompanha o Relatório de Fundamentação do Plano).

RUÍDO

Os municípios têm competência ao nível da elaboração dos Mapas de **Ruído** e na prevenção da poluição sonora, tendo em vista a salvaguarda da saúde e o bem-estar das populações. Relativamente ao concelho de Benavente, o Mapa de Ruído permite identificar situações prioritárias a integrar em planos de redução de ruído.

As fontes de ruído identificadas no Mapa de Ruído do concelho de Benavente são referentes às principais vias de tráfego rodoviárias e ao ruído industrial existentes no concelho. De facto, existem no concelho de Benavente algumas áreas com *“níveis de ruído elevados, particularmente nas zonas próximas das principais vias de tráfego rodoviário e ferroviário e as principais vias dos núcleos urbanos, bem como próximo das zonas industriais consideradas”* (Mapa de Ruído, 2010).

As vias rodoviárias, nomeadamente as Autoestradas A10 e A13, bem como as estradas nacionais n.º 10 e n.º 118 (que constituem as maiores vias distribuidoras de tráfego da região,

funcionando como alternativa à Autoestrada) são as principais fontes de ruído do concelho, identificadas no Mapa de Ruído. As estradas nacionais são consideradas problemáticas uma vez que “*em determinados troços os níveis sonoros gerados afetam uma extensa área urbana que lhe é limítrofe*”.

Relativamente às fontes industriais, estas não constituem situações críticas, mesmo estando próximas de aglomerados urbanos, na maioria dos casos para o período diurno, no entanto, esta situação agrava-se no período noturno pelo facto de se ter atribuído às zonas industriais um funcionamento de 24h, tendo em conta que algumas das indústrias funcionarão neste regime (Mapa de Ruído, 2010).

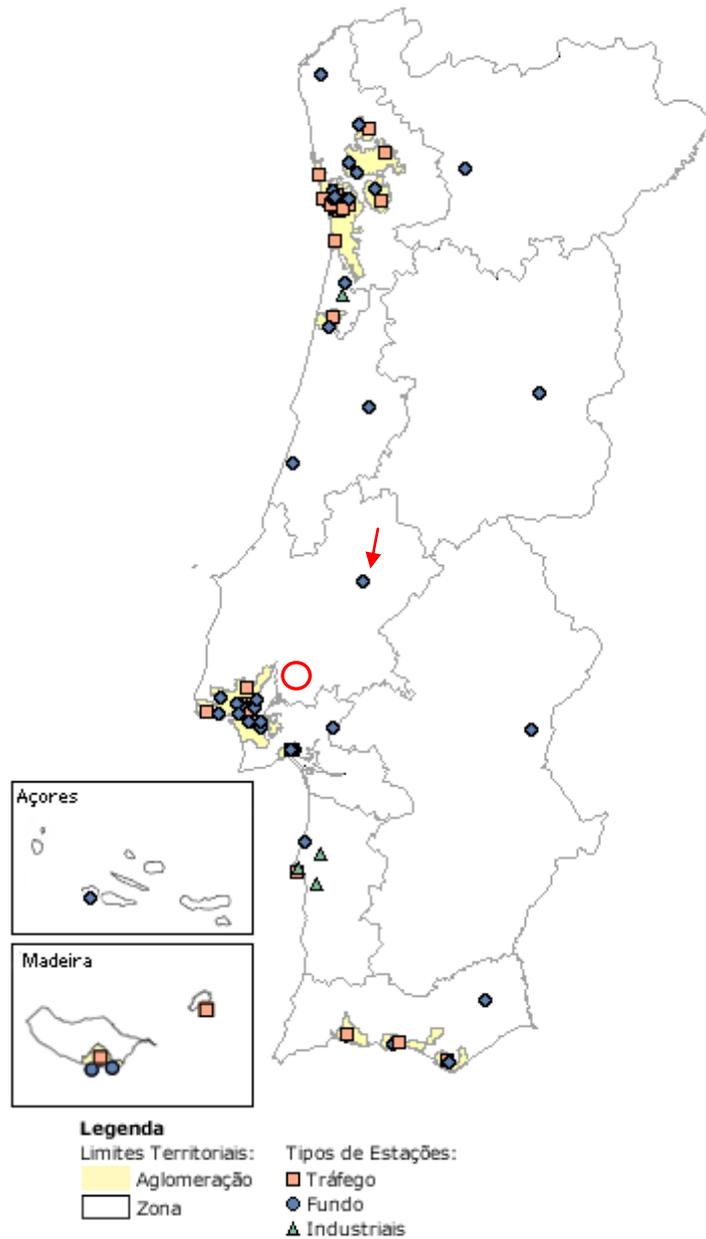
De acordo com o Mapa de Ruído do concelho de Benavente (2010) “*A atualização do Mapa de Ruído (...) tem como objetivo constituir uma ferramenta atualizada de apoio às tomadas de decisão sobre o ordenamento do território, fornecendo informação acústica para atingir os seguintes objetivos:*

- *Preservar zonas com níveis sonoros regulamentares;*
- *Corrigir zonas com níveis sonoros não regulamentares;*
- *Criar novas zonas sensíveis ou mistas com níveis sonoros compatíveis”.*

Ao nível da análise de tendências, é expectável que sem a execução da presente proposta de revisão do PDM de Benavente os níveis de ruído se mantenham semelhantes aos verificados atualmente.

AR

A **qualidade do ar** é um elemento relevante do ambiente, determinante para a saúde pública e para o equilíbrio dos ecossistemas. Os efeitos negativos resultantes da deterioração da qualidade do ar repercutem-se negativamente na saúde pública e no bem-estar das populações. De acordo com informação disponível na APA, relativa à Rede de Qualidade do Ar de Lisboa e Vale do Tejo, o concelho de Benavente pertence à Zona Vale do Tejo e Oeste. A estação de monitorização da qualidade do ar da Zona Vale do Tejo e Oeste, representativa da área territorial onde se localiza o concelho de Benavente, é a estação de monitorização da Chamusca. A figura seguinte apresenta a Rede de Monitorização da Qualidade do Ar existente em Portugal, a localização do concelho de Benavente e da estação de monitorização da Chamusca.



-  - Concelho de Benavente
-  - Estação de Monitorização da Chamusca

Figura 14 – Rede de Monitorização da Qualidade do Ar existente em Portugal (Fonte: Qualar, 2009)

A estação de monitorização da Chamusca localiza-se no concelho da Chamusca e caracteriza-se por ser do tipo Rural Regional de Fundo (Quadro 57).

Quadro 57 - Caracterização da estação de monitorização da Chamusca inserida na Rede de Monitorização da Qualidade do Ar (APA, 2011)

Zona	Concelho	Freguesia	Tipo de Ambiente	Tipo de influência	Data início	NO _x	O ₃	PM ₁₀	PM _{2,5}	SO ₂
Vale do Tejo e Oeste	Chamusca	Chamusca	Rural Regional	Fundo	2002-11-01	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

(Nota: as medições efetuadas para todos os poluentes tiveram início em 2002, com exceção do Dióxido de Enxofre, que teve início em 2008)

O **Índice de Qualidade do Ar** de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores, sendo os poluentes com concentração mais elevada responsáveis pelo índice (www.qualar.org).

O Quadro seguinte apresenta o número de dias associado aos índices de qualidade do ar da Zona Vale do Tejo e Oeste.

Quadro 58 - Número de dias associado aos índices de qualidade do ar da Zona Vale do Tejo e Oeste, no período correspondente a 2008 (Fonte: Qualar, 2011).

Índice	2008 (nº de dias)
Muito Bom	15
Bom	288
Médio	43
Fraco	2
Mau	0

Da análise do Quadro 58 constata-se que o índice que registou maior número de dias (na Zona Vale do Tejo e Oeste), em 2008, foi o “BOM”.

O Quadro 59 apresenta os valores médios dos parâmetros chave para avaliação da qualidade do ar, registados em 2008, na estação de monitorização da Chamusca.

Quadro 59 – Valores médios anuais (base horária) dos parâmetros de qualidade do ar, registados na estação de monitorização da Chamusca, em 2009 (Fonte: Qualar, 2011).

Parâmetro	Símbolo	Unidades	Média Anual 2009
Dióxido de Azoto	NO ₂	µg/m ³	7,8
Dióxido de Enxofre	SO ₂	µg/m ³	1
Ozono	O ₃	µg/m ³	75,5
Partículas < 10 µm	PM10	µg/m ³	16,3
Partículas < 2.5 µm	PM2.5	µg/m ³	9,2

No que respeita aos **dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites**, a estação de monitorização da Chamusca apresentou um reduzido número de excedências aos parâmetros de qualidade aí registados (Quadro 60).

Quadro 60 – Número de excedências para os parâmetros de qualidade do ar, na estação de monitorização da Chamusca, no período compreendido entre 2005 e 2009 (Fonte: Qualar, 2011)

Designação	Valor Ref. ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	N.º de Excedências				
		2005	2006	2007	2008	2009
Ozono – Limiar de Alerta à população ¹¹	240	2	1	0	0	0
Ozono – Limiar de Informação à população ¹²	180	15	22	0	3	3
Dióxido de Azoto – Alerta	400	0	0	0	0	0
Dióxido de Enxofre - Alerta	500	-	-	-	0	0
Partículas <10 μm	50	19	16	1	1	0

Ozono: Proteção da Saúde Humana – Base Horária (Diretiva 2002/3/CE)

Dióxido de Enxofre: Limiar de Alerta (Decreto-Lei n.º 111/2002)

Dióxido de Azoto: Limiar de Alerta (Decreto-Lei n.º 111/2002)

Partículas <10 μm : Proteção da Saúde Humana – Base Diária (Decreto-Lei n.º 111/2002)

A análise do quadro anterior permite verificar que, no período compreendido entre 2005 e 2009, apenas o Ozono e as Partículas <10 μm apresentaram valores acima dos limites, verificando-se, ainda assim, uma evolução favorável de 2005 para 2009.

Relativamente à excedência de ozono registado para o ano de 2009 para limiar de informação ao público, as excedências ocorreram nos meses de agosto e setembro (entre as 16h e as 19h), e para o ano de 2008 ocorreram no mês de Julho (entre as 16h e as 18h)

Como forma de garantir o cumprimento eficaz dos objetivos estabelecidos no Protocolo de Quioto, relativos às emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), a União Europeia aprovou o mecanismo de **Comércio Europeu de Licenças de Emissão** (CELE), que constitui o primeiro instrumento de mercado intracomunitário de regulação das emissões de Gases com Efeito de Estufa. A consulta da informação disponibilizada pela Agência Portuguesa do Ambiente, relativa aos “*Títulos de Emissão de Gases com Efeito de Estufa emitidos no período 2008-2012*” permitiu verificar que existe uma instalação denominada “*Fábrica de Benavente*”, no concelho de Benavente, sujeita ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão, com título de emissão de gases com efeito de estufa número 106.02 II.

¹¹ Limiar de alerta: representa um nível de poluentes na atmosfera acima do qual uma exposição de curta duração apresenta riscos para a saúde humana e a partir do qual devem ser adoptadas medidas imediatas.

¹² Limiar de informação: indica o nível acima do qual uma exposição de curta duração acarreta riscos para a saúde humana de grupos particularmente sensíveis da população (tais como crianças, idosos, asmáticos/alérgicos e indivíduos com outros problemas respiratórios) e a partir do qual é necessária a divulgação de informação horária atualizada o nível acima do qual é necessário a divulgação horária.

ENERGIA

De acordo com a Direção Geral de Energia e Geologia, o consumo de energia elétrica no concelho de Benavente registou, em 2008, um valor de 152 524 957 kWh (equivalente a 44232,2 tep¹³), verificando-se um aumento em 2009, um aumento com um registo de consumo na ordem dos 156 146 510 kWh (equivalente a 45282,5 tep).

Analisando a distribuição dos **consumos de energia elétrica por sectores de atividade** em 2009 (Quadro 69), verifica-se que os sectores que registaram maiores consumos de energia elétrica foram o Doméstico (30%), seguido do setor da Agricultura e produção animal (20,7%) e, em proporção semelhante o setor das Indústrias alimentares (20,7%).

Quadro 61 – Consumo de energia elétrica, no concelho de Benavente, por setor de atividade em 2009 (DGEG, 2011)

Sector de Atividade	Total de Consumo (kWh)
01 - Agricultura, produção animal	20.732.348
02 - Silvicultura	-50
06 - Extração de petróleo bruto e gás natural	120.861
07 - Extração e preparação de minérios metálicos	23.633
08 - Outras indústrias extrativas	61.861
09 - Atividades relacionadas com as indústrias extrativas	21.196
10 - Indústrias alimentares	20.729.621
11 - Indústria das bebidas	539
13 - Fabricação de têxteis	71.739
14 - Indústria do vestuário	31.095
16 - Indústrias da madeira e cortiça	31.454
17 - Fabricação de pasta, papel e cartão	147.161
18 - Impressão e reprodução de suportes gravados	2.485.874
19 - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados	197.080
20 - Fabricação de produtos químicos	1.918.044
21 - Fabricação de produtos farmacêuticos	9.663
22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	5.311.537
23 - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	1.101.771
25 - Fabricação de produtos metálicos	2.780.745
26 - Fabricação de equipamentos informáticos	155.067
27 - Fabricação de equipamento elétrico	421.985
28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	400.538
29 - Fabricação de veículos automóveis	2.715.897
30 - Fabricação de outro equipamento de transporte	1.819
31 - Fabrico de mobiliário e de colchões	255.601
35 - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	260.535
36 - Captação, tratamento e distribuição de água	503.990
38 - Recolha, tratamento e eliminação de resíduos	481.346
41 - Promoção imobiliária; construção	2.397.722
42 - Engenharia civil	326.032
43 - Atividades especializadas de construção	169.837
45 - Comércio, manutenção e reparação de automóveis e motociclos	2.422.218

¹³ Coeficiente de conversão de energia, de acordo com o estipulado no Diário da República n.º 98, 2ª série, de 29-04-83: 1 MWh de energia eléctrica equivale a 0,290 tep.

Sector de Atividade	Total de Consumo (kWh)
46 - Comércio por grosso, exceto automóveis e motociclos	5.997.056
47 - Comércio a retalho, exceto automóveis e motociclos	9.098.892
49 - Transportes terrestres e por oleodutos ou gasodutos	125.909
52 - Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes	548.258
55 - Alojamento	256.696
56 - Restauração e similares	3.749.105
58 - Atividades de edição	5.003.460
59 - Atividades cinematográficas, de vídeo	64.835
60 - Atividades de rádio e de televisão	66.391
61 - Telecomunicações	1.275.508
62 - Consultoria e programação informática	16.852
64 - Atividades de serviços financeiros	634.939
65 - Seguros, fundos de pensões, exceto segurança social obrigatória	17.550
66 - Atividades auxiliares de serviços financeiros e seguros	25.117
68 - Atividades imobiliárias	1.615.591
72 - Atividades de investigação científica e de desenvolvimento	70.686
77 - Atividades de aluguer	98.946
79 - Agências de viagem, operadores turísticos	6.026
81 - Manutenção de edifícios e jardins	1.602.289
82 - Serviços administrativos e de apoio às empresas	2.741
84 - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	3.439.853
85 - Educação	795.614
86 - Atividades de saúde humana	599.293
87 - Apoio social com alojamento	371.567
90 - Teatro, música e dança	6.539
91 - Bibliotecas, arquivos e museus	23.321
93 - Atividades desportivas, de diversão e recreativas	1.095.496
94 - Organizações associativas	290.510
96 - Outras atividades de serviços pessoais	1.555.489
98 - Consumo doméstico	46.929.891
99 - Consumo próprio	23.858
993 - Iluminação vias públicas e sinalização semaforica	4.449.473
Total	156.146.510

Da análise efetuada relativamente aos padrões de consumo energético dos habitantes de Benavente, e de acordo com informação disponível no INE, salienta-se que o **consumo de energia elétrica por habitante** sofreu um ligeiro aumento, entre 2008 e 2009, de 5444,3 kWh/hab para 54459,5 kWh/hab, respetivamente.

Relativamente ao consumo de gás natural, o concelho de Benavente registou uma ligeira diminuição no consumo deste tipo de energia, de 4 959 000 Nm³ (equivalente a 4066,38 tep¹⁴) em 2007, para cerca de 4 095 000 Nm³ (equivalente a 3357,9 tep) em 2009 (DGEG, 2011).

Relativamente à **produção de energia a partir de recursos renováveis**, o concelho de Benavente não dispõe de um potencial ao nível de recursos naturais, que lhe permita produzir

¹⁴ Coeficiente de conversão de energia, de acordo com o estipulado no Diário da República n.º 98, 2ª série, de 29-04-83: 10³ m³ de Gás Natural equivale a 0,82 tep.

energia renovável. Ainda assim, o concelho poderá tomar medidas no sentido de promover este tipo de energia, nomeadamente através do solar térmico.

De uma forma geral, na ausência da implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente, não se preveem alterações significativas relativamente à tendência caracterizada na situação de referência ao nível dos diversos domínios de avaliação analisados.

No entanto, salienta-se para o facto de a não implementação da proposta de revisão do PDM implicar a ausência de uma estratégia de desenvolvimento da autarquia que integre as questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental, refletidas nos instrumentos considerados importantes na presente AAE, e cujos objetivos e metas se pretendem alcançar com a concretização da presente proposta de revisão, nomeadamente a ENDS, a ENE, o PNAC, o PNAAS, o PNUEA, a ENEAPAI, o PERSU II, a PEPS e o PBH – Rio Tejo.

5.7.3.2. EFEITOS ESPERADOS

A análise dos efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Benavente será efetuada com base na avaliação da relação entre os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente e os indicadores estabelecidos para o Domínio - Qualidade Ambiental (Quadro 62). A proposta de revisão do PDM de Benavente poderá assim consubstanciar um conjunto de efeitos positivos e negativos que importa considerar.

Quadro 62 - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente nos indicadores estabelecidos para o Domínio: Qualidade Ambiental

Domínios	Indicadores	Efeito esperado positivo	Efeito esperado negativo
Resíduos	Produção de resíduos sólidos urbanos	-	A proposta de revisão do PDM prevê um aumento da produção de resíduos sólidos urbanos a nível concelhio decorrente do previsível aumento da população residente. Este efeito, apesar de negativo, é considerado como pouco significativo, uma vez que o concelho pretende aumentar os níveis de separação seletiva de resíduos sólidos urbanos, sendo que, desta forma, se diminuem os quantitativos a depositar em aterro.
	Valorização de resíduos sólidos urbanos	A proposta de revisão do PDM prevê uma melhoria ao nível do sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e um consequente aumento dos níveis de recolha seletiva de resíduos. Considera-se este efeito significativo.	-
	Sistemas de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos		-
	Investimento municipal ao nível da gestão de resíduos		-
Água	Qualidade da água superficial de acordo com os fins a que se destina	A proposta de revisão do PDM de Benavente prevê o desenvolvimento de ações que visem a preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, nomeadamente através de ações de educação e sensibilização ambiental. Considera-se este efeito como positivo e significativo, uma vez que o concelho apresenta uma rede hidrográfica extensa, que precisa de ser preservada. Por outro lado, a proposta de revisão do PDM de Benavente, ao não permitir a instalação de mais explorações agropecuárias (com exceção do espaço territorial integrado na Companhia das Lezírias) demonstra uma preocupação ao nível da proteção dos recursos hídricos contra a poluição causada pelas atividades agropecuárias, nomeadamente no que concerne à contaminação das águas por nitratos de origem agrícola, uma vez que todo o concelho de Benavente se encontra inserido na Zona Vulnerável 5 - Tejo, de acordo com o estipulado na Portaria 1366/2007. Considera-se este efeito como positivo e significativo.	- A possível degradação da qualidade da água superficial e subterrânea, verificada atualmente, devido à falta de ligação da população aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, constitui um efeito considerado como negativo e significativo, uma vez que poderá promover a contaminação dos recursos hídricos. Esta situação será invertida com a ligação dos aglomerados populacionais à rede de drenagem e tratamento de águas residuais, prevista na proposta de revisão do PDM de Benavente.
	Qualidade da água subterrânea		- A possível degradação da qualidade da água decorrente da descarga de efluentes não tratados provenientes das atividades agropecuárias, existentes atualmente no concelho, apresenta um efeito considerado como negativo e significativo. De referir, neste contexto, que todo o concelho de Benavente se insere na Zona Vulnerável 5 – Tejo. - A proposta de revisão do PDM prevê a implantação de campos de golfe, pelo que a utilização de adubos e fertilizantes, ao nível da manutenção dos campos de golfe, será uma realidade. Neste sentido, uma vez que pode ocorrer contaminação das águas subterrâneas, considera-se este efeito negativo e significativo.

Domínios	Indicadores	Efeito esperado positivo	Efeito esperado negativo
	Consumo de água	A proposta de revisão do PDM de Benavente prevê dotar o concelho de infraestruturas de abastecimento de água para consumo humano, capazes de dar resposta às necessidades das populações. Desta forma, é previsível um aumento da taxa de população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo humano. Considera-se este efeito como positivo e significativo.	A proposta de revisão do PDM prevê um aumento do consumo de água decorrente do previsível aumento da população residente concelhia. No entanto, como se prevê a dotação de infraestruturas adequadas que permitirão dar resposta às necessidades das populações, este efeito, apesar de ser negativo, é considerado como pouco significativo. Outro aspeto relevante relacionado com este indicador é o previsível aumento do consumo de água decorrente da instalação de campos de golf e de empreendimentos turísticos. Considera-se este efeito, além de negativo, como significativo.
	População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo		-
	Perdas no sistema de abastecimento	A proposta de revisão do PDM de Benavente pretende promover: - A redução das perdas de água no sistema de abastecimento. - a otimização da eficiência do sistema de abastecimento de água; - o desenvolvimento de ações que melhorem a eficiência ao nível dos sistemas de abastecimento de água, de forma a diminuir o valor das perdas no sistema; Neste sentido, os efeitos referidos são considerados positivos e significativos.	-
	População servida por sistema de drenagem de águas residuais	A proposta de revisão do PDM de Benavente prevê dotar o concelho de infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais, capazes de dar resposta às necessidades das populações. Neste sentido, é previsível que ocorra um aumento da percentagem de população servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais ambiental, sendo este efeito considerado como positivo e significativo.	A proposta de revisão do PDM de Benavente prevê um aumento da população residente, sendo expectável a ocorrência de um aumento da produção de águas residuais domésticas produzidas a nível concelhio. Considera-se que este efeito é negativo, no entanto, pouco significativo, uma vez que a proposta prevê a dotação de infraestruturas necessárias para dar resposta às necessidades das populações.
	População servida por sistema tratamento de águas residuais		

Domínios	Indicadores	Efeito esperado positivo	Efeito esperado negativo
Ruído	Planos de Redução de Ruído	-	É previsível a ocorrência de um aumento dos níveis de ruído, decorrente do aumento previsível do tráfego rodoviário a nível concelhio e das novas infraestruturas viárias que se pretendem criar no concelho. Este efeito negativo será concretizado mais adiante no presente relatório ambiental, enquanto ameaça.
	População exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite		
Ar	Qualidade do ar	-	A previsível ampliação de unidades industriais, decorrente da proposta de revisão do PDM de Benavente podem contribuir para a degradação da qualidade do ar do concelho. Neste contexto, considera-se este efeito como negativo, no entanto, pouco significativo, uma vez que, por imposições legais, as unidades industriais instaladas ou a instalar deverão garantir (caso seja aplicável) a instalação de um adequado sistema de tratamento de efluentes gasosos. Para além do referido, importa salientar que a proposta de revisão do PDM de Benavente apresenta uma aposta na criação de espaços industriais que visem a proteção ambiental.
	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites		
	Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão		
Energia	Consumo de energia (gás, eletricidade, combustíveis líquidos)	-	É previsível a ocorrência de um aumento do consumo de energia decorrente do previsível aumento da população residente concelhia. Este efeito é considerado como negativo, no entanto pouco significativo. A proposta de revisão do PDM de Benavente não contempla a adoção de soluções que visem promover a eficiência energética, nem a produção de energia a partir de fontes de energia renovável. Neste sentido, este efeito é considerado como negativo, no entanto, pouco significativo, no caso de serem tidas em consideração as medidas constantes no plano de controlo do presente Relatório Ambiental.
	Projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética		
	Produção de energia através de recursos renováveis		

No presente capítulo é ainda efetuada uma análise que permite evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pelo Plano, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos que atuam sobre o domínio em causa, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico.

No quadro que se segue é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pela proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos, e mais concretamente no seu Regulamento, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico. Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo contribui (+) (criando oportunidades) ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do Quadro de Referência Estratégico definido para o Plano.

Quadro 63 - Contribuição da proposta de revisão do PDM de Benavente para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do Domínio – Qualidade Ambiental

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	Domínio – Qualidade Ambiental
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural.	+	A proposta de revisão do Plano contribui para o alcance deste objetivo do QRE no sentido em que pretende oferecer espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais que disponham de uma imagem e estrutura qualificadas e de todas as infraestruturas disponíveis ambientais e tecnológicas, com vista à promoção da eco-eficiência e da sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios. A melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos é outro objetivo incluído na proposta de revisão do Plano, que promove uma gestão eficiente e preventiva do ambiente.
Estratégia Nacional para a Energia	Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB.	+	A proposta de revisão do Plano contribui para o alcance deste objetivo da ENE uma vez que pretende oferecer espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais que disponham de todas as infraestruturas disponíveis ambientais e tecnológicas, com vista à promoção da eco-eficiência e da sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios.
Plano Nacional de Alterações Climáticas	Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, “através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão”. Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas.	+	A proposta de revisão do Plano contribui para o alcance deste objetivo do PNAC no sentido em que apresenta como objetivo estratégico o desenvolvimento de espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais que disponham de todas as infraestruturas disponíveis ambientais e tecnológicas, com vista à promoção da eco-eficiência e da sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios. Pretende ainda oferecer espaços empresariais atractivos e qualificados, sustentáveis do ponto de vista ambiental.
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos. Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais.	+	A proposta de revisão do PDM contribui para o alcance do objetivo do PNAAS uma vez que pretende estabelecer protocolos que permitam pensar em instalar centros de educação e informação ambiental.
Plano Estratégico Nacional do Turismo	Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental de produto turístico para qualificar o destino Portugal.	+	A proposta de revisão do Plano contribui para o alcance do objetivo do PENT uma vez que pretende valorizar e integrar o turismo, tirando partido das singularidades e qualidade ambiental do concelho. Outro objetivo da proposta de revisão do Plano decorre da promoção do turismo em diversas vertentes, nomeadamente a instalação de campos de golfe, que representem um benefício em termos de ordenamento do território, da sustentabilidade ambiental e natural.
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos. Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que funciona como sumidouro/recetor dos efeitos de atividades humanas ou	-	A proposta de revisão do plano pretende oferecer espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais, assim como a implantação de campos de golf, “resorts” múltiplos e empreendimentos turísticos, motivam uma alteração do uso do solo, que colide com os objetivos de sustentabilidade do PEPS. No entanto, da avaliação ambiental que venha a incidir sobre os planos ou projetos a implantar, decorrerá a aplicação de medidas que promovam a minimização deste conflito.

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	Domínio – Qualidade Ambiental
	fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte.		
	Reabilitar solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos de reabilitação do solo.		
Plano Nacional da Água	Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas.	+	Os objetivos do PNA estão em consonância com o objetivo estratégico definido para a proposta de revisão do Plano, no que respeita à necessidade de garantir a sustentabilidade dos usos de água e salvaguardar os recursos hídricos.
	Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados.		
	Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país.		
	Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português.	+	A proposta de revisão do PDM contribui para o alcance dos objetivos do PNA uma vez que apresenta como objetivo estratégico a melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos.
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	Medição e reconversão de equipamentos de utilização da água.		
	Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.		
	Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.	+	A proposta de revisão do PDM contribui para o alcance dos objetivos do PNUEA uma vez que assume a incorporação dos princípios de eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental como objetivo estratégico.
	Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.		

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	Domínio – Qualidade Ambiental
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	Gestão da Procura – assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspetivas socioeconómicas.	+	A proposta de revisão do Plano contribui para o alcance do objetivo do PBH do rio Tejo uma vez que apresenta como objetivo estratégico a melhoria do sistema de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais. O Plano apresenta ainda como objetivo proteger e valorizar os recursos hídricos.
	Proteção das Águas e Controlo da Poluição – garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos.		
	Proteção da Natureza – assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a proteção e recuperação de habitats e condições de suporte das espécies nas linhas de água.	+	A proposta de revisão do Plano apresenta um objetivo estratégico referente à necessidade de salvaguardar os recursos hídricos, pelo que contribui para o alcance deste objetivo de sustentabilidade.
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água.	+	A proposta de revisão do plano prevê a melhoria das redes de infraestruturas básicas (abastecimento, drenagem e tratamento), contribuindo desta forma para o alcance dos objetivos do PEAASAR II. Por outro lado, a presente proposta apresenta ainda como objetivo estratégico a instalação de espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais que disponham de uma imagem e estrutura qualificadas e de todas as infraestruturas disponíveis ambientais e tecnológicas, com vista à promoção da eco-eficiência e da sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios, estando em sintonia com os objetivos de sustentabilidade definidos pelo PEAASAR II.
	Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida.		
	Obter níveis adequados de qualidade do serviço, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço definidos pela entidade reguladora.		
	Otimizar a gestão operacional e eliminar custos de ineficiência.		
	Garantir uma abordagem integrada na prevenção e no controlo da poluição provocada pela atividade humana e pelos sectores produtivos.		
	Aumentar a produtividade e a competitividade do setor através de soluções que promovam a eco-eficiência.		
	Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de proteção do ambiente e saúde pública.		
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais	O cumprimento do normativo ambiental e dos objetivos da política de ambiente e do ordenamento do território, através do cumprimento do normativo legal, e de uma abordagem territorial e setorial integrada	+	A proposta de revisão do Plano prevê como objetivo estratégico qualificar as práticas agrícolas e pecuárias para não gerarem impactos no ambiente. Assim, considera-se que se forem tidas em consideração as medidas propostas, nomeadamente a implementação de modelos de gestão eficientes e sustentáveis, a proposta de revisão do PDM poderá contribuir para uma gestão eficiente e preventiva do ambiente.
	A sustentabilidade dos modelos de gestão, associada à implementação de modelos de gestão eficientes e sustentáveis, e da aplicação do princípio do poluidor-pagador e garantia de um quadro tarifário sustentável para os sectores económicos		

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	Domínio – Qualidade Ambiental
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos	Prevenção da produção.	+	A proposta de revisão do Plano em análise contribui para o alcance dos objetivos inerentes ao PERSU II na medida em que apresenta como objetivo estratégico a melhoria do sistema de gestão de resíduos.
	Maximização da reciclagem.		
	Minimização da deposição em aterro.		
Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais 2001	Promoção da coexistência de fases distintas e complementares de desenvolvimento - infraestruturação básica, prevenção e redução da produção e da perigosidade, aumento das taxas de reutilização e reciclagem.	+	A proposta de revisão do PDM de Benavente contribuirá para o alcance dos objetivos inerentes ao PESGRI, desde que sejam tidas em consideração as medidas preventivas definidas mais adiante neste relatório ambiental, nomeadamente no que respeita à implementação de uma política adequada de resíduos industriais ao nível da recolha, armazenamento e destino final.
	Promoção do incremento das taxas de reutilização e reciclagem.		
	Promoção de ações de sensibilização, educação e informação ambiental na área da gestão dos resíduos industriais.		
	Programação de estudos e ações de compatibilização da atividade do setor industrial com a preservação do ambiente.		
	Construção de modelos de definição do impacte dos resíduos industriais nos elementos suscetíveis do ambiente e da paisagem, com o surgimento de indicadores de pressão ambiental e de processos e métodos de monitorização.		
Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Vale do Tejo	Superar as carências quantitativas e qualitativas existentes no domínio do saneamento básico	+	A proposta de revisão do Plano contribui para o alcance do objetivo do PDI-LVT uma vez que apresenta como objetivo estratégico a melhoria do sistema de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais.

Através da análise anterior verifica-se que a proposta de Revisão do PDM de Benavente terá uma contribuição positiva para o alcance dos objetivos estratégicos do QRE, no que diz respeito ao domínio - Qualidade Ambiental. De facto, constata-se que a maioria dos objetivos estratégicos de carácter ambiental encontram-se incluídos nos próprios objetivos estratégicos definidos para o PDM.

5.7.3.3. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a qualidade ambiental será afetada com a implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente. Neste contexto, procede-se à identificação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do Domínio – Qualidade Ambiental.

O Quadro seguinte define as oportunidades e as ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de revisão do referido PDM.

Quadro 64 - Oportunidades e ameaças da proposta de revisão do PDM ao nível do Domínio – Qualidade Ambiental

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a percentagem de população servida por sistema de tratamento de águas residuais • Otimizar a eficiência do sistema de abastecimento de água • Reduzir as perdas de água no sistema de abastecimento • Melhorar o sistema de gestão de RSU • Aposta na criação de modelos de gestão sustentáveis do ponto de vista ambiental • Melhorar a qualidade de vida da população residente • Aposta em intervenções que promovam a mobilidade sustentável • Previsão de uma UOPG destinada à implantação de um Parque Multifuncional/Empresarial – Pólo IV – Parque Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização e impermeabilização dos solos • Aumento da produção de resíduos • Aumento da produção de águas residuais domésticas e industriais • Aumento do consumo de água e de energia • Possível contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos • Possível emissão de poluentes para a atmosfera • Possível aumento dos níveis de ruído • Aumento do volume de tráfego • Produção de impactes ambientais ao nível dos recursos hídricos, qualidade do ar e ruído devido à implantação do futuro aeroporto

Embora não dependentes da decisão, da programação e do investimento municipal podem referir-se que, a nível do ruído, a execução das variantes à EN-118 em Benavente e Samora Correia podem constituir uma oportunidade a considerar, valorizando assim a qualidade urbanística e ambiental das centralidades urbanas referidas e que a execução do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) pode constituir uma ameaça em especial em S. Estêvão mas também nos municípios vizinhos. Tratando-se, em ambos os casos, de ações que não dependem da decisão e da esfera municipal, cabe ao município manter a cautela e o correto seguimento das decisões futuras e, atempadamente, salvaguardar as necessárias medidas de mitigação sobre eventuais efeitos negativos.

Estas oportunidades e ameaças serão analisadas seguidamente, de forma mais pormenorizada, com vista a minimizar as ameaças e realçar as oportunidades identificadas.

De uma forma geral, os fatores de ameaça que importa considerar, na presente avaliação, suscetíveis de produzirem efeitos negativos no ambiente, relacionam-se com as atividades agropecuárias, industriais, instalação de campos de golfe e gestão incorreta de fossas sépticas em habitações.

A proposta de revisão do Plano pretende promover espaços vocacionados para receber **novas unidades industriais** que disponham de uma imagem e estrutura qualificadas e de todas as infraestruturas disponíveis, ambientais e tecnológicas. Ainda que se pretenda orientar estas unidades a seguir os princípios inerentes à eco-eficiência e sustentabilidade ambiental, a sua instalação, por si só, já é indutora de impactes ambientais. Assim, com a instalação/ampliação de unidades industriais, é expectável a ocorrência de impactes ambientais sobre os solos, devido a ações relacionadas com construções de infraestruturas, com consequente compactação e mobilização dos mesmos e com a possibilidade de ocorrência de derrames de combustíveis e hidrocarbonetos, resultantes da circulação de maquinaria e equipamentos.

Relativamente às unidades industriais a implantar na área territorial abrangida pela proposta de revisão do PDM de Benavente, estas deverão efetuar uma gestão correta dos resíduos equiparados a resíduos sólidos urbanos produzidos nas suas instalações. Relativamente aos resíduos industriais, as unidades industriais a implantar deverão promover a sua recolha, armazenamento e encaminhamento para destino final adequado, de acordo com o n.º 1, do Artigo 5º, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, onde se refere que a gestão do resíduo é da responsabilidade do respetivo produtor.

Uma vez que a proposta de revisão do PDM de Benavente prevê a ampliação de unidades industriais, é de salientar que as águas residuais domésticas produzidas por estas unidades deverão ser encaminhadas para o coletor municipal. Relativamente às águas residuais industriais produzidas, as unidades industriais responsáveis pela sua produção deverão dispor de sistemas de pré-tratamento adequados, quando tal se justificar, com posterior ligação ao coletor municipal.

Relativamente à **indústria extrativa**, de acordo com informação constante na Carta Ambiental que acompanha a proposta de revisão do PDM de Benavente, existem quatro áreas de extração de inertes no concelho de Benavente.

No entanto, existe uma área correspondente a um território integrado em espaço industrial que, de acordo com a planta de ordenamento da proposta de revisão do PDM, se prevê que seja

reconvertida para uma área afeta ao Parque Ambiental. Ao nível da proposta de Regulamento encontra-se definido a possibilidade de execução de projetos de recuperação/reconversão de espaços degradados, nomeadamente de antigas zonas de extração de inertes. Estes projetos podem envolver a instalação de novas estruturas empresariais, de preferência relacionadas com o setor ambiental e devem integrar uma forte componente de recuperação paisagística dos locais, assim como uma gestão ambiental adequada.

Relativamente às existentes, de salientar que a Câmara Municipal pretende que a gestão destes espaços industriais seja feita de forma a salvaguardar os valores naturais e paisagísticos existentes. Neste sentido, a proposta de revisão do PDM de Benavente prevê que as unidades industriais sejam controladas por parte da autarquia, tendo considerado como um dos objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDM, a “*Monitorização da Indústria Extrativa*”.

Ao nível da **atividade agropecuária**, a proposta de revisão do PDM de Benavente pretende reconverter todas as explorações agropecuárias existentes no município (aviculturas, suiniculturas, vacarias, entre outras) e não permitir a instalação de mais explorações desta natureza. Esta situação não se aplica ao espaço identificado na Planta de Ordenamento como Espaço afeto a atividades agroindustriais, correspondente a um território integrado na Companhia das Lezírias, e que é vocacionado para o desenvolvimento de atividades agroindustriais. Ainda assim, de referir que também este espaço fica condicionado à adoção de requisitos específicos ao nível das condições de edificabilidade, em solo rural, conforme definido no Regulamento, no seu Artigo 25.º.

A utilização de adubos e fertilizantes, provenientes da atividade agrícola, pode originar impactes ambientais negativos ao nível dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Neste sentido, deverão ser tidas em consideração as medidas impostas mais adiante, no plano de controlo.

Por outro lado, será necessário acautelar os impactes ambientais decorrentes da **atividade turística** que se pretende desenvolver no concelho de Benavente com a implantação de campos de golf, de “resorts” múltiplos e de empreendimentos turísticos, constituindo esta pretensão um objetivo estratégico do município. Apesar da proposta de revisão do Plano salientar para a necessidade destes representarem um benefício em termos de ordenamento do território e de sustentabilidade ambiental, a verdade é que estas atividades turísticas, nomeadamente os campos de golf, estão associadas a problemas ambientais com alguma dimensão, e que poderão, neste sentido, constituir uma ameaça para o território municipal.

A manutenção dos campos de golf poderá produzir impactes negativos ao nível do solo, devido à irrigação e aplicação de fertilizantes e produtos fito-sanitários, que por sua vez têm consequência na degradação da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Tanto os campos de golf, como os empreendimentos turísticos, irão provocar igualmente um

aumento considerável no consumo de água, assim como na produção de resíduos e de águas residuais. Neste contexto, com o objetivo de diminuir ou mesmo eliminar os impactos ambientais provenientes desta atividade, as unidades turísticas deveriam adotar medidas que promovessem a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente a implementação de sistemas de gestão ambiental.

De salientar ainda que, mantendo-se a atual tendência de incremento da densidade populacional registada no concelho de Benavente nos últimos anos, é expectável a ocorrência de um aumento no consumo de água e energia, assim como na produção de resíduos sólidos urbanos.

Ao nível dos **resíduos sólidos urbanos** produzidos pela população concelhia, de forma a aumentar a taxa de recolha seletiva de resíduos no município, seria fundamental a colocação de um maior número de ecopontos, em locais de fácil acesso, de forma a promover a sua utilização por parte das populações, assim como desenvolver campanhas e ações de sensibilização temáticas.

Conforme referido anteriormente na situação de referência, existem no concelho de Benavente duas áreas afeta a antigas lixeiras, uma localizada próxima do limite Norte, e outra, denominada de “Serra do Lixo”, localizada a NW. Particularmente no que respeita a estas áreas, o regulamento identifica a possibilidade de execução de projetos de recuperação/reconversão destes espaços degradados, sendo que estes podem envolver a instalação de novas estruturas empresariais, de preferência relacionadas com o setor ambiental. Em termos regulamentares, encontra-se ainda definido que estes projetos devem integrar uma forte componente de recuperação paisagística, assim como uma gestão ambiental adequada.

Ao nível dos **recursos hídricos**, os principais focos de poluição encontram-se associados à reduzida cobertura do sistema de tratamento de águas residuais e à poluição difusa, principalmente originária de explorações agropecuárias. O relatório setorial que acompanha a proposta de revisão do PDM revela que a qualidade das águas do rio Sorraia e do rio Almansor se apresenta claramente degradada, salientando ainda o facto de, na ponte de Benavente, devido aos efluentes provenientes de uma Indústria de Alimentação IDAL, Lda, o rio Sorraia se encontrar bastante poluído.

Neste âmbito, de forma a contrariar a ameaça decorrente da contaminação dos recursos hídricos por atividades industriais existentes no concelho, deverão ser atendidas as recomendações e medidas de gestão ambiental preconizadas no presente relatório.

Ao nível do sistema de abastecimento de água para consumo humano, de salientar que cerca de 98% da população encontra-se servida por sistema de abastecimento público de água (Relatório de Fundamentação do Plano). Não obstante o referido anteriormente, a autarquia deverá desencadear ações que colmatem esta deficiência, assim como promover ações de

manutenção contínuas, e otimizar a eficiência dos sistemas com vista à redução das perdas de água, promovendo desta forma o uso eficiente da água.

Neste contexto, a melhoria da qualidade da água superficial e subterrânea tenderá naturalmente a ocorrer com o aumento da cobertura do sistema de tratamento de águas residuais e com a aplicação das boas práticas no setor agrícola, industrial, assim como no setor relacionado com o turismo.

Relativamente ao **ruído**, é previsível a ocorrência de um aumento dos níveis de ruído, decorrente do aumento previsível do tráfego rodoviário a nível concelhio e das novas infraestruturas viárias que se pretendem criar, podendo esta situação constituir-se como uma ameaça para a saúde e bem-estar da população.

Concretizando o referido anteriormente, a análise dos Mapas de Ruído produzidos a partir do modelo mostra que o município de Benavente apresenta algumas áreas com níveis de ruído elevados, principalmente nas zonas próximas das principais vias de tráfego rodoviário e ferroviário e as principais vias dos núcleos urbanos, bem como próximo das zonas industriais consideradas, conforme consta no Mapa de Ruído.

Conforme o Mapa de Ruído (2010) *“Ao nível da extensão de área sob influência sonora, as principais fontes de ruído do município são as Auto-Estradas n.º 10 (A10), e n.º 13 (A13), bem como as Estradas Nacionais n.º 10 (EN10) e n.º 118 (EN118). Entre estas fontes a que assume um papel mais importante em termos de extensão em área é a A13, uma vez que os níveis de ruído $L_{den} > 65dB(A)$ ascendem até 120 metros para cada lado da via (na situação mais crítica), variando devido à altimetria do terreno, e sendo o valor médio de cerca de 80 metros. Quanto ao indicador do ruído noturno, os níveis de ruído $L_n > 55dB(A)$ chegam a atingir frequentemente uma distância de 120 metros, para ambos os lados da via”*.

De acordo com a mesma fonte de informação, *“a EN118 e a EN10 são outras duas rodovias com grande impacte sonoro, por serem as maiores vias distribuidoras de tráfego da região, funcionando como alternativa à auto-estrada. Estas fontes podem ser consideradas problemáticas uma a vez que em determinados troços os níveis sonoros gerados afetam uma extensa área urbana que lhe é limítrofe”*.

A proposta de implementação e execução das variantes à EN-118 pode minimizar e mitigar os efeitos sobre as centralidades de Benavente e de Samora Correia, dos níveis de ruído associados e resultantes do tráfego que utiliza, atualmente, a EN-118. Efetivamente, caso estas variantes venham um dia a ser executadas (não dependem da programação, da decisão e do investimento municipal) é previsível um efeito positivo na diminuição dos níveis de ruído que afetam as referidas centralidades urbanas.

Em relação às fontes industriais, *“apesar de se localizarem próximas de aglomerados urbanos, estas não constituem situações críticas na maioria dos casos para o indicador Lden, verifica-se no entanto um agravamento desta situação para o indicador Ln uma vez que se atribuiu às zonas industriais um funcionamento de 24 horas por se considerar esta a situação mais crítica, tendo em conta que algumas das indústrias funcionarão neste regime, de acordo com as informações prestadas pela Câmara Municipal”* (Mapa de Ruído, 2010).

Ao nível da qualidade do ar, o previsível aumento da atividade industrial, associada ao aumento da densidade populacional, acompanhado da melhoria da rede viária, pode conduzir a uma situação de degradação da **qualidade do ar** do concelho de Benavente. De facto, a implementação da presente proposta poderá ter influência na qualidade do ar da área envolvente, devido ao aumento de tráfego rodoviário (e à melhoria de diversas acessibilidades), com emissão de poluentes para a atmosfera, nomeadamente emissão de CO₂.

No entanto, a proposta de revisão do Plano pretende promover um desenvolvimento sustentado de espaços industriais sendo que, a este nível, deverá ser tido em consideração o tipo de indústrias a instalar, e os efluentes gasosos que serão emitidos para a atmosfera. No caso de se estabelecerem, na área em estudo, unidades industriais que potenciem a emissão de poluentes para a atmosfera, estas deverão instalar sistemas de tratamento adequados, tendo em consideração a legislação em vigor.

Por outro lado, o facto de existirem no concelho de Benavente empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão é por si só um sinal de que estas terão a responsabilidade (por via de obrigatoriedade legal), de desenvolverem esforços no sentido de reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). O regime de comércio de licenças de emissão de GEE *“cria as condições que permitem às instalações nacionais abrangidas a utilização deste mecanismo de mercado como a sua contribuição para o esforço nacional de mitigação das emissões de GEE”* (Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de dezembro).

No âmbito da implantação de unidades industriais no município de Benavente, importa ainda salientar a previsão de uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG), *UOPG - Espaço de Atividades Económicas (Expansão) – Polo VI – Parque Ambiental – Carvoeira*, que corresponde a uma área parcialmente ocupada com uma pedreira, atualmente em fase final de recuperação, de acordo com o Plano Ambiental de Recuperação Paisagística aprovado.

Conforme consta na proposta de Regulamento do PDM, esta UOPG apresenta como objetivos:

- “a) Recuperar a área do ponto de vista paisagístico;*
- b) Promover a implementação de atividades múltiplas quer de índole ambiental, incluindo atividade de tratamento de resíduos, como de recreio e lazer;*
- c) Valorizar e salvaguardar o espaço envolvente”.*

A instalação desta UOPG constituirá uma oportunidade ao nível da melhoria da qualidade ambiental do concelho de Benavente.

Por fim, importa salientar a existência de projetos de ordem superior para a área territorial que abrange o concelho de Benavente, nomeadamente a instalação do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) no Campo de Tiro de Alcochete (CTA) e a cidade aeroportuária associada que, por um lado, irá permitir dinâmicas de desenvolvimento, de atração e de fixação, de população e de investimentos, mas por outro, irá produzir impactes ambientais ao nível dos recursos hídricos, qualidade do ar e ruído.

Os impactes ambientais relacionados com os recursos hídricos e com o ruído foram analisados e avaliados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do “*Estudo para análise técnica comparada das alternativas de localização do novo aeroporto de Lisboa na zona da Ota e na zona do campo de tiro de Alcochete*” (maio, 2008).

Relativamente ao CTA, este ocupa um terreno com cerca de 7.450 ha, localizado da margem esquerda do rio Tejo e pertence, na sua maioria, ao concelho de Benavente (freguesia de Samora Correia), e a restante área ao concelho do Montijo (freguesia de Canha). A localização do NAL, selecionada como a mais adequada no interior do CTA, também se situa nas freguesias referidas. Ao nível das águas superficiais, de acordo com o Estudo “*a NAL encontra-se na parte Este do CTA, e onde é atravessado pela Ribeira do Cobrão, tendo aí sido construída uma pequena barragem que se destina essencialmente ao armazenamento de água para a eventualidade de incêndio*”. O documento referido menciona que os impactes decorrentes de um projeto desta natureza estão associados às alterações da ocupação do solo, com relevância para o coberto vegetal, alterações da topografia, dos leitos naturais das linhas de água, e conseqüentemente, de aspetos qualitativos e quantitativos do ciclo hidrológico natural da área afetada. Entre as repercussões quantitativas salienta-se o aumento dos caudais de ponta de cheia, em resultado do aumento da área impermeabilizada, bem como a necessidade de regularização das linhas de água. A construção do NAL, na zona do CTA, implicará intervenções ao nível de uma linha de água, a ribeira do Vale Cobrão e seus afluentes, sendo que cerca de 12% da área da bacia da ribeira do Vale Cobrão será ocupada pela implantação do NAL.

Ao nível das águas subterrâneas, a área territorial abrangida pelo CTA insere-se no sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado Margem Esquerda, sistema este que apresenta grandes reservas de água subterrânea. No CTA, de acordo com o estudo mencionado, a existência de camadas pouco permeáveis na parte superior do sistema aquífero assegura a proteção da qualidade das águas subterrâneas. Por outro lado, a instalação do aeroporto poderá pôr em causa a recarga dos aquíferos, uma vez que esta recarga é feita por infiltração da precipitação, e uma vez impermeabilizada a área, essa recarga deixa de ser efetuada. No entanto, o estudo referido revela que a construção do aeroporto introduz uma alteração mínima na recarga do sistema aquífero.

Com a instalação do aeroporto na área territorial afeta ao campo de tiro de Alcochete, é ainda expectável que os níveis de ruído aumentem consideravelmente na área do concelho de Benavente.

Todos estes aspetos relacionados com os recursos hídricos e ruído foram devidamente analisados na AAE do estudo comparativo da localização do aeroporto de Lisboa e serão tidos em consideração aquando da execução do projeto. As ameaças e riscos decorrentes da localização do novo aeroporto terão repercussões no espaço territorial que se insere no Concelho de Benavente devendo, para tal, ser cumpridas as medidas de minimização e de monitorização apresentadas no referido estudo.

De uma forma geral, a estratégia que se encontra a ser definida para o concelho visa conjugar os aspetos de desenvolvimento económico com a utilização sustentável dos recursos ambientais, permitindo alcançar índices elevados de qualidade ambiental se forem cumpridos os objetivos de sustentabilidade definidos, as medidas definidas para cada indicador analisado, e concretizadas as metas estabelecidas nos documentos estratégicos.

5.7.3.4. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita à qualidade ambiental, e que melhor integram os princípios e objetivos de sustentabilidade.

Relativamente ao domínio “Resíduos” recomenda-se que se atue no sentido de:

- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos;
- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de um sistema de gestão de resíduos adequado, que responda às necessidades das unidades instaladas. As unidades industriais deverão ter em conta as boas práticas de gestão de resíduos, considerando o Princípio da Responsabilização e deverão cumprir os princípios da gestão de resíduos relativamente à redução, reutilização, reciclagem e recuperação dos resíduos produzidos.

Neste âmbito, de salientar que o relatório setorial que acompanha a proposta de revisão do PDM de Benavente define algumas medidas a ter em consideração, de forma a salvaguardar a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, o solo e a qualidade do ar. Assim propõe, ao nível dos resíduos, as seguintes recomendações:

- *“Fomentar a produção de menor quantidade possível de resíduos, pela utilização de tecnologias adequadas, e a nível do consumo, pela reutilização dos mesmos;*
- *Incentivar os desenvolvimentos tecnológicos que permitam a reciclagem e tratamento dos resíduos e efluentes;*
- *Promover a eliminação dos resíduos e efluentes não reciclados em condições de máximo aproveitamento do seu potencial energético ou outro, e da adequada proteção do ambiente”.*

Apesar do abastecimento de água para consumo no concelho de Benavente já abranger grande parte da população, foram definidas algumas recomendações, no domínio da **água**, no sentido de:

- Aumentar a eficiência do sistema de abastecimento, analisando a eventual existência de perdas, procedendo à melhoria dos modelos de exploração da rede (captação, adução, distribuição) e analisando as possibilidades de reutilização;

- Prevenir a degradação da qualidade da água nas origens de captação, através do aumento da cobertura da rede de saneamento e drenagem de águas residuais, da melhoria do tratamento de águas residuais, combate à poluição difusa e reabilitação e valorização de corredores ribeirinhos;
- Promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo;
- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de sistemas de gestão eficientes para garantir o destino final adequado das águas residuais domésticas e industriais.

A proposta de revisão do PDM de Benavente revela já alguma preocupação ao nível da salvaguarda dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Assim, o relatório setorial que acompanha a proposta de revisão do Plano considera ser imprescindível a adoção de tecnologias que sejam apropriadas para o tratamento de águas residuais e propõe ainda uma medida mais específica ao nível das condutas de descarga dos efluentes produzidos em cada estabelecimento industrial, revelando que *“estas devem ser individuais e devem ter condições de modo a permitir um controlo efetivo e regular da qualidade dos efluentes independentemente do local onde venham a ser descarregados (rede de esgotos urbanos, linhas de água, bacias hidrográficas ou mar)”*. O relatório referido salienta ainda para a necessidade de impedir os loteamentos ilegais, que não possuem rede de drenagem e tratamento de águas residuais, e que por esse facto podem produzir impactes ambientais ao nível dos recursos hídricos existentes.

No que respeita à qualidade da água para abastecimento público, o relatório contempla ainda medidas que assegurem a qualidade da água para abastecimento público, nomeadamente a interdição de práticas de desportos náuticos motorizados e ainda a *“defesa total das reservas aquíferas (quer superficiais quer subterrâneas). Isto pode ser conseguido se houver restrições na implantação de indústrias (especialmente as mais poluentes) e urbanizações nas suas margens”*.

Ainda no que respeita ao domínio da “Água”, de forma a salvaguardar e garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos, nomeadamente dos recursos hídricos subterrâneos, o relatório de fundamentação da proposta de revisão do PDM de Benavente sugere um conjunto de preocupações que devem estar presentes em todos os níveis do processo de tomada de decisão, e como tal considera-se de extrema relevância transpô-las para o presente relatório ambiental:

“a) A nível Municipal, a expansão e consolidação do Solo Urbano pressupõem um investimento nas Redes Públicas de Saneamento e de Abastecimento de Água capaz de garantir adequadas e equilibradas relações com o Aquífero. É nesse sentido que o Plano Diretor aponta para as zonas dos Foros (concentrar e infra estruturar) e procurar controlar a ocupação

dispersa. O recurso a furo e fossas individuais deve constituir cada vez mais a exceção e quando utilizado, deve recorrer às melhores soluções do ponto de vista ambiental.

b) A nível do controle das unidades e atividades de explorações agrícolas no que se refere às condições em que se processa o uso de fertilizantes e pesticidas e dos riscos de contaminação do aquífero. As atividades Agrícolas da Companhia das Lezírias e de algumas Herdades, devem integrar nas suas práticas preocupações ambientais na relação com o aquífero.

c) Os novos investimentos de natureza turísticos regra geral associados ao Golfe devem também evidenciar estas preocupações que de resto, os estudos de impacte ambiental têm evidenciado e procuram salvaguardar.

d) A nível do licenciamento de furos em parcelas constituídas um cuidado acrescido por parte das Entidades competentes. O recurso ao licenciamento sistemático de furos pode causar alguns impactes que à partida não sejam previsíveis. Para acentuar estes riscos, lembramos que na propriedade Mata do Duque II existem mais de 400 furos licenciados”.

Os recursos hídricos devem ser considerados como elementos a valorizar e preservar, aquando da execução da proposta de revisão do PDM de Benavente. De acordo com a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, “o ordenamento e planeamento dos recursos hídricos visam compatibilizar, de forma integrada, a utilização sustentável desses recursos com a sua proteção e valorização, bem como com a proteção de pessoas e bens contra fenómenos extremos associados às águas”. Neste contexto, deverá cumprir-se com o definido nos vários normativos legais relacionados com a gestão da água, nomeadamente o estabelecido na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 9 de dezembro), na Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos (Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro), no Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro (que determina sobre a delimitação de zonas ameaçadas por cheias em aglomerados urbanos, o Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, em desenvolvimento do regime fixado na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio (que define o regime de utilização dos recursos hídricos, Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/99, de 11 de março e respetivas portarias regulamentares, que transpõem para o direito internos a Diretiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro, relativa à proteção das águas contra a poluição causada pelos nitratos de origem agrícola) e ainda o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 348/98, de 9 de novembro e Decreto-Lei n.º 149/2004, de 22 de junho (que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas).

Relativamente ao **ruído**, é possível, através da análise do mapa de ruído efetuado para o concelho de Benavente, definir o nível de ocupação do solo prevista para uma determinada zona, evitando a instalação de utilizações do tipo sensível (escolas, hospitais, entre outros) em

áreas mais ruidosas, compatibilizando-se desta forma o uso do solo com os níveis de ruído existentes ou previstos.

A análise dos mapas de conflito, conforme referido no Mapa de Ruído (2010) *“para situações hipotéticas de zonas permite visualizar as zonas em que os níveis de ruído adequados à classificação proposta pela Câmara Municipal para uma dada zona, sensível ou mista são excedidos em mais de 5 dB(A). Esta informação deve ser tida em conta em termos da ocupação do solo prevista para uma dada zona, evitando-se a implantação de utilizações de tipo sensível, isto é habitações, escolas e hospitais e locais de culto nas áreas mais ruidosas. Deste modo poder-se-á compatibilizar o uso do solo com os níveis de ruído existentes ou previstos. Para estas zonas deverão, além disso, ser equacionadas a implementação de medidas mitigadora dos eventuais efeitos negativos de níveis de Ruído, mas terão maior ou menor amplitude dependendo da classificação acústica que a Câmara Municipal atribuir às zonas”*.

A nível do Ruído existem, ainda, dois cenários possíveis de execução de infraestruturas de âmbito nacional que podem produzir efeitos significativos sobre o ambiente e, como tal, devem no momento de se perspetivar a sua implementação e execução, esses eventuais efeitos serem acautelados e mitigados:

- a) As variantes à EN-118 em Benavente e a Samora Correia
- b) O Novo Aeroporto de Lisboa (NAL)

Estas infraestruturas estruturantes não dependem da ação nem da programação e gestão municipal do território. Podem, no entanto, produzir efeitos significativos, a nível do ruído, sobre ele. A execução das variantes à EN-118 para além de disciplinar e distribuir o tráfego intenso que utiliza a EN-118 possibilitará a dedução dos níveis de ruído no centro quer de Benavente quer de Samora Correia. Assumirá, por isso, um efeito positiva "transferindo" os níveis de ruído associados ao tráfego de passagem na EN-118, das centralidades urbanas para as zonas onde não se regista ocupação urbana.

Já o caso do NAL é diferente. Dependente da localização, orientação e das soluções encontradas para a instalação das pistas bem como do programa funcional a associar ao NAL, os níveis de Ruído podem afetar em maior ou menor grau uma extensa zona em S. Estêvão mas também nos Concelhos vizinhos. Deve, por isso, e em função d quadro de indefinição em torno do NAL, o município assumir uma posição de cautela e de alerta para mitigar e eliminar logo à raiz quaisquer efeitos negativos que possam resultar da decisão de execução do referido NAL que, e reforça-se uma vez mais, em nada depende de qualquer decisão ou opção municipal.

Considerando que se prevê a instalação / ampliação de unidades industriais, de modo a precautar uma eventual degradação da **qualidade do ar**, recomenda-se o seguinte:

- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de sistemas de gestão eficientes para garantir o tratamento adequado de emissões poluentes para a atmosfera;

No que respeita à **energia**, recomenda-se que se atue no sentido de:

- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético;
- Fomentar a produção de energia a partir de fontes de energia renovável.

crece ainda salientar que a proposta de Regulamento do PDM de Benavente define o *“Regime Geral de Usos e de Compatibilidades”*, revelando que existem razões de incompatibilidade *“quando da ocupação, utilização ou instalação de atividades, decorram incidências urbanas, ambientais e paisagísticas negativas, nomeadamente (...) produção de ruídos, fumos, cheiros ou resíduos que agravem as condições de salubridade ou dificultem o seu melhoramento”*.

Revela ainda que a execução de projetos de recuperação / reconversão de espaços degradados são ainda admissíveis e desejáveis, embora sujeitos a uma avaliação de compatibilidade com o meio envolvente, sendo que estes espaços podem envolver a instalação de novas estruturas empresariais preferencialmente relacionadas com o setor ambiental, e devem integrar, obrigatoriamente, uma forte componente de recuperação paisagística dos sítios e os necessários cuidados ambientais.

De uma forma geral, para que a proposta de revisão do PDM de Benavente possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade, seria importante promover a responsabilidade ambiental das unidades industriais/empresariais/turísticas instaladas ou a instalar no concelho fomentando, por exemplo, a implementação de sistemas de gestão ambiental.

De salientar, por último, que os projetos que venham a ser incluídos neste PDM, e que estejam abrangidos pelo instrumento de Avaliação de Impacte Ambiental, terão naturalmente de ser sujeitos ao procedimento legal previsto, sendo que todos os impactes ambientais decorrentes da implementação desses mesmos projetos deverão ser tidos em consideração, com o pormenor que este instrumento exige.

5.7.4. DOMÍNIO: PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

5.7.4.1. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT efetuada no âmbito deste domínio pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Benavente reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao domínio em análise. Tem como referência todo o território do concelho de Benavente, e identifica as tendências de evolução provável no cenário da **não implementação da proposta** de revisão do PDM de Benavente (Quadro 65).

Quadro 65 – Análise SWOT no âmbito do Domínio – Património Histórico e Cultural

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Património Classificado • Eventos religiosos com forte tradição no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> • Eventual desconhecimento de algum património • Sub-valorização do potencial arqueológico
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de diversos Imóveis do património arquitetónico inventariados pelo município • Existência de Monumentos Inventariados pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais • Reutilização de edifícios para equipamentos sociais ou culturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Subaproveitamento do património Histórico e Cultural • Perda de identidade / tradições locais • Degradação dos sítios arqueológicos

O concelho de Benavente apresenta testemunhos histórico-culturais que devem ser salvaguardados aquando da implementação do Plano Diretor Municipal.

De acordo com o IGESPAR, existem 3 imóveis classificados, como Imóveis de Interesse Público, ao nível do património arquitetónico, tal como se indica no quadro que se segue.

Quadro 66 – Imóveis Classificados segundo o IGESPAR (Fonte: adaptado de www.igespar.pt)

Designação	Situação Atual	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia
Igreja Nossa Senhora da Oliveira	Classificado	IIP – Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Igreja
Cruzeiro e Adro do Largo do Calvário	Classificado	IIP – Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Cruzeiro
Pelourinho de Benavente	Classificado	IIP – Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Pelourinho

Além destes Imóveis, foram inventariados, pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 36 imóveis, tal como se verifica no quadro que se segue.

Quadro 67 – Inventário da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (Fonte: adaptado da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais – www.monumentos.pt)

Designação	Utilização e propriedade	Época de construção	Tipologia
Câmara Municipal de Benavente	Utilização Inicial Política e administrativa: paços do Concelho Judicial: Tribunal Utilização Atual Política e administrativa: Câmara Municipal Propriedade Pública: municipal	Séc. XVI	Arquitetura política e administrativa e arquitetura judicial, revivalista neoclássica. Edifício de planta retangular, desenvolvendo-se em dois pisos, com fachada principal simétrica, rasgada por janelas e pórtico com perfil em arco apontado, com pedra de fecho saliente. Remata em platibanda, com frontão contracurvado e pináculos bulbosos. Larga escadaria interior, central ao edifício, de um vão que se abre sobre patamar donde partem outros dois lanços divergentes, que acede às várias dependências, através de corredores centrais.
Capela de São Brás da Barrosa	Utilização Inicial Religiosa: Capela Utilização Atual Religiosa: Capela Propriedade Privada: Igreja Católica	Séc. XVI	Arquitetura religiosa vernácula de decoração maneirista. Capela de planta retangular de uma só nave. Sacristia e estruturas de apoio adossadas às fachadas laterais.
Capela de São Sebastião da Quinta da Foz	Utilização Inicial Cultural e devocional: Capela Utilização Atual Devoluto Propriedade Privada: Pessoa coletiva	Não definido	Arquitetura Religiosa
Casa com Mirante n.º 3	Utilização Inicial Residencial: Casa Utilização Atual Residencial: Casa Propriedade Privada: Pessoa singular	Séc. XX	Arquitetura residencial romântica.

Designação	Utilização e propriedade	Época de construção	Tipologia
Casa do Monte da Bela Vista	Utilização Inicial Residencial: Residência de Monte Utilização Atual Devoluto Propriedade Privada: Misericórdia	Séc. XIX/XX	Arquitetura civil oitocentista. Casa romântica, com compartimentação através de pilastras, grande número de vãos pouco espaçados, com corpo típico dos anos 40-60 com janelas de arco ogival. Casa torreada, aquadrada, com dois pisos e 4 águas, com dois corpos térreos de 2 águas justapostos. Volumes maciços, caiados, com alçados laterais cegos, molduração de cunhais, caiados de branco, com cintas de cor, telhados sanqueados, com beira, coberturas interiores em teto de painel.
Cineteatro de Benavente	Utilização Inicial Cultural e recreativa: Cineteatro Utilização Atual Cultural e recreativa: Cineteatro Propriedade Pública: Municipal	Séc. XX	Arquitetura cultural e recreativa, modernista. Cineteatro com sala retangular de cena contraposta, comportando plateia, 1º balcão e camarotes. Articulação ritmada da superfície das fachadas, sublinhando o jogo da luz e sombra; funcionalismo do espaço interno, transparecendo no tratamento das fachadas. A composição da fachada principal, com a sua torre elevada articulada com o corpo do foyer do balcão, rasgado por janelas de verga redonda, enquadradas por molduras em cantaria, mostra ainda aspetos decorativos

Designação	Utilização e propriedade	Época de construção	Tipologia
			associados ao estilo oficial do Estado Novo.
Coreto de Benavente	Utilização Inicial Cultural e recreativa: Coreto Utilização Atual Cultural e recreativa: Coreto Propriedade Pública: Municipal	Séc. XX	Arquitetura cultural e recreativa. Coreto.
Coreto de Samora Correia	Utilização Inicial Cultural e recreativa: Coreto Utilização Atual Cultural e recreativa: Coreto Propriedade Pública: Municipal	Séc. XX	Arquitetura cultural e recreativa, do séc. 20. Coreto de 8 faces, cobertas por cúpula com lanternim, assente em pilares de alvenaria.
Edifício de Gaveto na Praça da República	Utilização Inicial Comercial: Loja Utilização Atual Devoluto Propriedade Não definido	Séc. XX	Arquitetura comercial do séc. 20
Edifício de Serviços da Câmara Municipal de Benavente	Utilização Inicial Administrativa: serviços administrativos da Câmara Municipal Utilização Atual Administrativa: serviços administrativos da Câmara Municipal Propriedade Pública: municipal	Séc. XX	Arquitetura política e administrativa, do séc. 20
Edifício do Cartório Paroquial	Utilização Inicial Residencial: casa Utilização Atual Não definido Propriedade Privada: Igreja Católica	Séc. XIX	Arquitetura residencial romântica

Designação	Utilização e propriedade	Época de construção	Tipologia
Edifício na Praça da República, n.º 29 e 30	Utilização Inicial Residencial: casa Utilização Atual Devoluta Propriedade Privada: pessoa singular	Séc. XIX	Arquitetura residencial romântica
Edifício na Rua João Sabino D'Almeida Fernandes	Utilização Inicial Residencial: casa Utilização Atual Residencial: casa Propriedade Privada	Séc. XX	Arquitetura residencial do séc. 20
Escola Primária de	Utilização Inicial Educativa: escola	Séc. XX	Arquitetura educativa, contemporânea. Escola urbana do Plano Geral das Construções, de dois pisos e quatro

Designação	Utilização e propriedade	Época de construção	Tipologia
Benavente	primária Utilização Atual Educativa: escola do ensino básico Propriedade Não definido		salas de aula. Edifício de planta retangular simples, com quatro salas de aula retangulares, rasgadas por seis amplos vãos em arco de volta perfeita, em cada piso, com acessos laterais, tendo na fachada posterior os alpendres.
Escola Primária de Benavente (antiga)	Utilização Inicial Educativa: escola primária Utilização Atual Educativa: jardim de infância Propriedade Pública: municipal	Séc. XX	Arquitetura educativa
Fonte de Santo António	Utilização Inicial Infraestrutural: fonte Utilização Atual Infraestrutural: fonte Propriedade Pública: municipal	Séc. XVIII	Arquitetura infraestrutural setecentista.
Fonte de São Tiago	Utilização Inicial Infraestrutural: fonte Utilização Atual Infraestrutural: fonte Propriedade Pública: municipal	Séc. XVIII	Arquitetura infraestrutural, do séc. 20. Fonte de planta retangular com espaldar decorado por volutas e rematado por nicho. Tanque retangular, de lados facetados, tem taça semicircular onde assenta duas barras em ferro para suporte do vasilhame
Fonte do Concelho	Utilização Inicial Infraestrutural: fonte Utilização Atual Devoluto Propriedade Pública: municipal	Séc. XIV	Arquitetura civil de equipamento, do período românico. Fonte de construção simples, que apresenta um arco abatido marcado por aduelas em cantaria, de dimensões regulares (3,5 metros de largura por 1,55 metros de altura; este arco está tapado com uma parede); INTERIOR de teto abobadado revestido com tijolo com um tanque de cerca de 70 cm de profundidade.
Fonte do Golfinho	Utilização Inicial Infraestrutural: fonte Utilização Atual Infraestrutural: fonte Propriedade Pública: municipal	Séc. XX	Arquitetura infraestrutural, do séc. 20. Fonte decorada com golfinho

Designação	Utilização e propriedade	Época de construção	Tipologia
Fonte dos Escudeiros	Utilização Inicial Infraestrutural: fonte Utilização Atual Infraestrutural: fonte Propriedade Pública: municipal	Séc. XVIII	Arquitetura infraestrutural, setecentista. Fonte de espaldar
Hospital da Misericórdia de Benavente	Utilização Inicial Hospitalar e assistencial Utilização Atual Assistencial : CATEI - Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos / Lar de Idosos / Consulta Externa.	Séc. XX	Arquitetura civil hospitalar e assistencial, revivalista. Edifício inicialmente adaptado às necessidades de um centro hospitalar, com interessante distribuição planimétrica definida por vários corpos longitudinais e transversais, articulados em redor de uma ampla sala octogonal central, destinada a átrio ou sala de espera; os espaços administrativos e as salas de consulta situam-se do lado nascente; os quartos particulares e enfermarias para os 2 sexos e a zona das cozinhas,

	Propriedade Privada: Misericórdia		do lado poente. Linguagem neorromânica nos arcos peraltados do corpo de acesso.
Igreja Adventista do Sétimo Dia	Utilização Inicial Não definido Utilização Atual Religiosa: Igreja Adventista Propriedade Não definido	Séc. XX	
Igreja da Misericórdia de Benavente	Utilização Inicial Cultural / assistencial Utilização Atual Cultural / Funerária (um dos anexos serve de casa mortuária) / Museológica (na sala debaixo da tribuna existe um pequeno museu com imagens oriundas da demolida igreja matriz). Propriedade Privada: Misericórdia	Séc. XVI	Arquitetura religiosa, maneirista. Igreja da Misericórdia com a fachada principal lateral rasgada por portal, encimada por pequena sineira, nave única e capela-mor destacada, Sala da Irmandade e hospital comunicando com a nave, do lado oposto à capela-mor, por tribuna. Linguagem erudita no tratamento do portal, com o seu jogo de pilastras e pináculos, coroado por frontão de volutas, única nota de destaque na fachada retilínea.
Igreja da Misericórdia de Samora Correia	Utilização Inicial Religiosa: Igreja da Misericórdia Utilização Atual Religiosa: Igreja da Misericórdia Propriedade Privada: Misericórdia de Samora Correia	Séc. XVI	Arquitetura religiosa. Igreja da Misericórdia
Igreja Matriz de Benavente	Utilização Inicial Religiosa: Igreja matriz Utilização Atual Religiosa: Igreja matriz Propriedade Privada: Igreja Católica	Séc. XX	Arquitetura religiosa do séc. 20
Mercado de Benavente	Utilização Inicial Não definido Utilização Atual Não definido Propriedade Não definido	Não definido	Arquitetura civil comercial

Designação	Utilização e propriedade	Época de construção	Tipologia
Museu Municipal de Benavente	Utilização Inicial Residencial: palacete Utilização Atual Cultural: museu Propriedade Pública: municipal	Séc. XVIII	Arquitetura residencial barroca
Núcleo Museológico Agrícola / Matadouro Municipal	Utilização Inicial Industrial: matadouro Utilização Atual Cultural: museu Propriedade Pública: municipal	Séc. XIX/XX	Arquitetura industrial, eclética. Matadouro municipal

Núcleo urbano da vila de Benavente	Utilização Inicial Não definido Utilização Atual Não definido Propriedade Não aplicável	Séc. XIII	Núcleo urbano sede municipal. Vila medieval de fundação de ordem religiosa militar (Ordem de Avis)
Obelisco na Praça da República	Utilização Inicial Não definido Utilização Atual Não definido Propriedade Pública: municipal	Séc. XX	Arquitetura comemorativa
Palácio de D. Miguel / Palácio do Infantado / Palácio da Companhia das Lezírias	Utilização Inicial Residencial: Paço Real Utilização Atual Educativa e cultural: museu/biblioteca Propriedade Privada: pessoa coletiva / Pública: municipal	Séc. XVII/XVIII/XX	Arquitetura residencial, maneirista, pombalina. Paço real de amplas dimensões, de planta retangular alongada, com 4 fachadas regularmente vazadas por portas-janelas com balcões com guardas de colunelos em ferro no piso nobre, vãos simples no piso inferior. As guardas existentes nos balcões são exatamente iguais às de muitos edifícios pombalinos, como por exemplos os edifícios do Terreiro do Paço.
Parque 25 de abril	Utilização Inicial Não definido Utilização Atual Não definido Propriedade Não definido	Não definido	
Parque Ribeirinho de Benavente	Utilização Inicial Não definido Utilização Atual Não definido Propriedade Não definido	Não definido	
Quartel dos Bombeiros Voluntários de Benavente (antigo)	Utilização Inicial Segurança: quartel de bombeiros Utilização Atual Devoluto Propriedade Pública: municipal	Séc. XX	

Designação	Utilização e propriedade	Época de construção	Tipologia
Sociedade Filarmónica de Benavente / Academia de Música de Benavente	Utilização Inicial Não definido Utilização Atual Cultural e recreativo: Sociedade Filarmónica Propriedade Não definido	Séc. XIX/XX	Arquitetura cultural e recreativa. Edifício de grande expressividade plástica na fachada principal. Planta retangular, de 2 pisos, adossado lateralmente e com fachada principal dividida em 3 panos delimitados por pilastras clássicas. Remate em frontão.
Tribunal de Comarca de Benavente	Utilização Inicial Judicial: tribunal Utilização Atual Judicial: tribunal Propriedade Não definido	Séc. XX	Arquitetura judicial. Tribunal instalado em edifício de construção recente

Além dos imóveis já identificados, o município ainda considera importantes outros 4, tal como se refere no quadro seguinte.

Quadro 68 – Imóveis considerados de interesse para o município (Fonte: www.cm-benavente.pt)

Imóvel	Descrição
Herdade das Pancas	"A Herdade de Pancas é um dos lugares mais antigos de Samora Correia. É citada em muitos documentos do século XIV. O primeiro documento que a refere, data de 1374, quando D. Fernando a doou, como título de residência, a Álvaro Dias Sarrozeira. Pancas esteve sempre ligada a nobres. Esteve na posse de D. Fernando, 3º Duque de Bragança, que foi Senhor de Pancas até 1483, altura em que D. João II o decapitou em Évora, por conspiração contra o Rei e lhe confiscou todos os bens. Era um dos lugares preferidos da antiga fidalguia, pois está situada bem perto do Mar da Palha e de Lisboa. No princípio do século XIX (1800), o Senhor de Pancas era José Sebastião de Saldanha Oliveira e Duan, filho dos Condes de Rio Maior, neto do Marquês de Pombal, e que geria a Herdade de Pancas através de administradores e apenas aparecia quando se realizavam caçadas. A Herdade pertence atualmente à família Aires de Carvalho, possui um palácio e uma capela, a Capela do Senhor Jesus da Quinta de Pancas. Em pancas forma encontrados vestígios paleolíticos, nomeadamente utensílios de pedra talhada."
Convento de Jenicó	"Em 1542, D. Luís mandou construir o Convento de Jenicó. Este foi construído no sopé de uma pequena elevação, onde em 1626 foi construído o edifício de que hoje apenas restam algumas ruínas. Desta segunda construção, ainda podemos ver os seus muros exteriores, o arranque de arcarias e uma pequena capela, dedicada a São Baco. O Convento de Frades Arrábidos, foi construído segundo os preceitos da Ordem Religiosa a que pertenciam. A construção obedeceu a critérios de pobreza e não tinha quaisquer elementos de ostentação; possuía um só dormitório no piso superior, oficinas e uma capela. No piso inferior, tinha a casa de habitação do Infante e um pequeno claustro, cujos lados eram formados por dois arcos que assentavam numa coluna de jaspe. Nesta construção, existiam lindos painéis de azulejos, que foram retirados e aproveitados para revestir as paredes da atual Igreja da Misericórdia de Benavente."
Quinta da Murteira	"A Quinta da Murteira é nomeada no Foral de 1510. Situada a 2 Km's da vila de Samora Correia, esta antiga quinta foi palco de grandes acontecimentos, como por exemplo as conhecidas touradas reais. Existem documentos que referem ter sido aqui, na Quinta da Murteira, que se terá realizado a "Última Tourada Real". Foi também palco de farras no tempo de D. Miguel, havia até quem lhe chama-se a "Quinta da Maroteira". Agora em ruínas, esta quinta parece ter sido algo de grandioso. Dizem que tinha um lindo palácio, que foi destruído pelo fogo, durante um terramoto. Podemos ainda encontrar um antigo forno, uma adega, uma casa (que parece ser a casa dos serviçais), duas piscinas, bancos de cimento (que devem ter feito parte de um jardim) e duas fontes (que vertem ainda água límpida)."
Palhavã	"Hoje está perdida na margem esquerda do Rio Sorraia, mas em tempos foi uma propriedade de grande beleza. A meia légua da vila, esta propriedade pertenceu aos Condes de Sarzedas e depois aos Duques de Aveiro. Possuía um pavilhão de caça ou paço, e uma ermida, construída em honra de Nossa Senhora da Guadalupe. Este pavilhão de caça ou paço foi mandado construir pelo Conde de Sarzedas e recebeu o nome de Palhavã por arrastamento, visto o nome estar relacionado com a família Sarzedas. Era um pavilhão magnífico com inúmeras janelas revestidas de pedra, que mais tarde foi convertido em palheiro. A ermida encontrava-se em ruínas, quando em 1941 foi destruída para que fosse construído um valado junto ao rio. Ainda restam algumas portadas e janelas, que mostram a grandiosidade da ermida."

Pelo exposto, verifica-se existir uma preocupação em identificar o património arquitetónico do concelho, e que representa o reflexo da política de promoção da conservação e valorização do património edificado desenvolvida pelo Município, correspondendo a um ponto forte para a estratégia de desenvolvimento do concelho.

No que diz respeito aos sítios arqueológicos, e por consulta do *síte* do Instituto Português de Arqueologia (www.igespar.pt) existem 59 sítios arqueológicos inventariados, discriminados no quadro seguinte:

Quadro 69 – Sítios Arqueológicos inventariados (Fonte: adaptado de www.igespar.pt)

Designação	Tipo de Sítio	Concelho/Freguesia	Descrição Sumária
<u>Alto dos Castelhanos</u>	Mancha de Ocupação	Benavente/Samora Correia	Terraço de solo arenoso, próximo de linha de água sem atividade, atualmente ocupado por montado disperso. Cobertura herbácea rasteira e esparsa. Identificou-se um conjunto significativo de artefactos líticos (núcleo e lasca de quartzito, seixo truncado), associado a fragmento de cerâmica manual de cronologia indeterminada.
<u>Arneiro Cortiço</u>	Mancha de Ocupação	Benavente/Samora Correia	O sítio arqueológico localiza-se junto à Ribeira de Santo Estevão, na sua margem esquerda, a cotas próximas de 19 m de altitude. Os materiais arqueológicos registam-se em níveis de deposição aluvial, mais concretamente em associação com níveis de cascalheiras. A indústria recolhida aponta para uma ocupação datável do Paleolítico Antigo.
<u>Arneiro de Santo André</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	O local surge referenciado como tendo sido identificados vestígios neolíticos.
<u>Belmonte</u>	Mancha de Ocupação	Benavente/Samora Correia	Mancha de concentração de material arqueológico lítico, atribuível a uma cronologia de Paleolítico antigo. O material encontra-se a cerca de 33 m de altitude.
<u>Belmonte</u>	Atalaia	Benavente/Samora Correia	Atalaia com uma ocupação constante desde o século XVI. O sítio assenta no topo de um monte sobranceiro à Ribeira de Santo Estevão, numa zona designada de paúl de Belmonte, um pouco a jusante do Monte dos Condes que se situa na margem oposta. No topo da vertente, destaca-se, pelo tipo de construção, a atalaia que apresenta planta quadrangular e nas imediações ainda é possível observar a existência de muros que delimitavam a fortificação. A localização privilegiada desta estrutura, numa zona do rio que à época era navegável, facilitava o seu contacto com o exterior, tornando-o um ponto favorável à fixação do Homem. O sítio foi intervencionado no ano de 1995, embora não conste no relatório no processo.
<u>Cabeço dos Báculos 2</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Samora Correia	Em mancha perfeitamente circunscrita, identificaram-se várias lascas de quartzito (com levantamentos) e de sílex, associadas a núcleos e subprodutos de talhe indiferenciados. O sítio ladeia caminho e implanta-se em encosta suave, sobranceira à ribeira do Vale Cobreão. A pendente orienta-se sensivelmente para Este. Terrenos arenosos, povoados por pinhal e sobreiro.
<u>Cabeço dos Báculos 3</u>	Mancha de Ocupação	Benavente/Samora Correia	Concentração localizada em margem de esteio de linha de água, envolvida por sobreiros. Identificou-se uma lasca de quartzito (subproduto e talhe) e um fragmento de bordo de cerâmica manual, com indícios de decoração pontilhada. Nas proximidades, vários nódulos de areia rubefacta (lareiras?).
<u>Calado</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Samora Correia	Vestígios paleolíticos identificados nas cascalheiras, junto ao Geodésico Calado.
<u>Canto do Marco 1</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samora Correia	Sexo de quartzito talhado, bastante rolado e apresenta forte patine. Identificado em estradão entre eucaliptal abandonado, associado a cobertura arbustiva e manta morta abundante. Visibilidade efetiva restringe-se ao caminho.
<u>Canto do Marco 2</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samora Correia	Lasca de quartzito detetadas em estradão que circunda eucaliptal.
<u>Canto do Marco 3</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samora Correia	Lasca de quartzito identificada em eucaliptal. Terrenos arenosos surribados.
<u>Canto do Marco/Vale Cobreão 1</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samora Correia	Lasca retocada, muito rolada, identificada em área de planalto com areias e cascalho miúdo.
<u>Canto do Marco/Vale Cobreão 2</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samora Correia	Lasca de quartzito, muito rolada, com levantamentos.
<u>Canto do Marco/Vale Cobreão 4</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samora Correia	Lasca sobre quartzito, muito rolada, com levantamentos.
<u>Canto do Marco/Vale Cobreão 5</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samora Correia	Lasca de quartzito, muito rolada, com levantamentos.
<u>Canto do Marco/Vale Cobreão 3</u>	Mancha de Ocupação	Benavente/Samora Correia	Fragmentos de cerâmica dispersos à superfície. O conjunto de artefactos identificados inclui um peso de rede e lascas de quartzito com levantamentos. O ponto de maior concentração incide, sobretudo, em

Designação	Tipo de Sítio	Concelho/Freguesia	Descrição Sumária
			encosta suave, orientada a sudeste, próximo da confluência de duas pequenas linhas de água atualmente inativas. Os terrenos encontram-se bastante surribados, consequência do plantio de eucaliptos.
<u>Carvoeira</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	Segundo informação do Museu Municipal de Benavente, trata-se de um local onde foram identificados vestígios atribuíveis ao Paleolítico Inferior. Encontra-se destruído por extração de inertes. Nos trabalhos de 2004 (acompanhamento), a cerca de 200m a NE foram recolhidas algumas peças de indústria lítica, nomeadamente lascas em quartzito de bordo cortical e restos de talhe em sílex.
<u>Casa da Guarda 2</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	Foram recolhidas pedras líticas consistentes em núcleos e lascas em quartzito e em núcleos de sílex.
<u>Casa do Guarda</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	Segundo informação do Museu Municipal de Benavente, trata-se de um local onde foram identificados vestígios atribuíveis ao Paleolítico Inferior.
<u>Chafariz do Bico da Rola 2</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samora Correia	Fragmento de sílex com vestígios de levantamento de lascas. Identificado na vertente sul de uma plataforma larga, encaixada entre duas linhas de água, junto ao estradão que percorre a vedação exterior do Campo de Tiro de Alcochete.
<u>Courela das Caveiras</u>	Necrópole	Benavente/Benavente	Existência no local de uma grande densidade de material cerâmico. O proprietário informou ter encontrado, em tempos, duas sepulturas com ossos.
<u>Fornos da Telha</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	Neste local foram identificados vestígios arqueológicos atribuíveis ao Paleolítico Inferior.
<u>Foro de Dom João</u>	Indeterminado	Benavente/Barrosa	No local foram recolhidos materiais líticos de cronologia paleolítica.
<u>Garrocheira</u>	Olaria	Benavente/Benavente	A olaria foi descoberta nos anos 60, quando um dos fornos do complexo (forno 1) foi quase totalmente destruído, no decurso de trabalhos de construção de um canal de rega. Era igualmente visível um tanque revestido a opus signinum (de apoio à atividade oleira). Foram escavados o Fornos 1 e 2, ambos com câmaras de planta circular, apresentando vestígios de suspensuras. O forno 1 possuía um diâmetro interior de cerca de 3,40m, escavado no areão de base e, em parte, na cascalheira, a parede lateral era revestida a fiadas de tijolo. Não foi detetado qualquer vestígio de pavimento e encontrava-se envolvido por uma mancha de espessura média de 0,35m de areia argilosa queimada, resultante da laboração do mesmo. O forno 2, possuía a fornalha em rotunda, com um diâmetro interior de 1,70m e apresentava duas suspensuras em arco. Dele subsiste unicamente a fornalha e respetiva entrada e um pequeno vestígio de grelha no lado este. Foram identificadas algumas estruturas de apoio: eventual pilar de sustentação de telheiro e entulheira. Foi recolhida cerâmica anfórica e comum.
<u>Moita do Ourives</u>	Povoado	Benavente/Samora Correia	Estratigraficamente foi possível observar uma dispersão vertical dos artefactos provocada pela bioturbação animal e vegetal e, em parte, pelo tipo de depósito do sítio: areias. Foram identificadas três concentrações de termoclastos que poderão corresponder a estruturas de combustão ou a bases de aquecimento, parcialmente conservadas. A partir do espólio recolhido foi possível enquadrar cronologicamente a estação no denominado Neolítico Médio, detendo paralelos no Sudoeste alentejano - zona da Comporta - no Maciço Calcário Estremenho - Abrigo da Pena d' Água - e nos primeiros megálitos do concelho de Reguengos de Monsaraz.
<u>Monte da Formiga</u>	Estação de Ar Livre	Benavente/Samora Correia	Terraço fluvial com ocupação Paleolítica.
<u>Monte da Foz 1</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	Fragmentos cerâmicos pré-históricos e lascas em quartzito. A dispersão dos materiais estende-se numa área de 20.000m ² . Num local próximo a esta concentração de materiais foi ainda encontrado um instrumento lítico em quartzito e lascas de sílex e quartzito.
<u>Monte da Foz 2</u>	Estação de Ar Livre	Benavente/Benavente	Dispersão de materiais líticos à superfície da plataforma, no terraço quaternário Q4. A sequência aluvionar encontra-se erodida e bastante afetada pelos trabalhos agrícolas intensos.
<u>Monte da Parreira</u>	Villa	Benavente/Benavente	A estação arqueológica dirá respeito a uma "villa" rústica da época romana. Os materiais arqueológicos estendem-se por uma área de cerca de 250 m aparecendo dispersos pelo terreno. Existem vestígios de estruturas, nas zonas mais a NO da estação, mas associados a cerâmica medieval e moderna.
<u>Monte da Quinta 1</u>	Indeterminado	Benavente/Barrosa	No local foram recolhidos materiais líticos pertencentes ao mesmo período crono cultural, o Paleolítico

Designação	Tipo de Sítio	Concelho/Freguesia	Descrição Sumária
			Inferior. Tratam-se de lascas de grande formato, bifaces e raspadores, mas apresentam uma patine causada por um intenso rolamento, impossibilitando um estudo a nível espacial bem como uma caracterização fiável.
<u>Monte da Quinta 2</u>	Povoado	Benavente/Barrosa	Sítio implantado numa plataforma sobranceira ao vale do Sorraia, entre duas ribeiras subsidiárias daquele rio. Implanta-se numa área de contacto entre uma cascalheira e as areias de cobertura das areias do Tejo. Trata-se de um sítio aberto que no período em que funcionou, isto é, há cerca de 5000 anos, se situava junto a um braço da ria Flandriana do Tejo, sendo, portanto, banhado por águas salgadas.
<u>Monte da Saúde</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	Vestígios romanos identificados e depositados por Leite de Vasconcelos no MNA. Desconhece-se o local preciso dos achados.
<u>Monte do Gato</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	Local referenciado como tendo sido identificados materiais paleolíticos.
<u>Monte dos Concelhos</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Santo Estevão	Vestígios paleolíticos identificados nas cascalheiras, junto ao caminho Norte do Monte dos Condes.
<u>Monte dos Condes</u>	Forno	Benavente/Santo Estevão	No início dos anos 60, durante a construção de um canal de rega, na margem direita da Ribeira de Santo Estevão, foi destruída uma sepultura estruturada, onde eram visíveis restos osteológicos e espólio. Este último (nos quais se incluíam moedas e vidro) foi depositado na Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves. O canal cortou igualmente um forno de olaria, cujas estruturas ainda são visíveis no talude. Daí provém uma ânfora Almagro 51C que os proprietários conservam na casa da Herdade. Junto ao talude, são visíveis materiais cerâmicos à superfície, incluindo cerâmica anfórica (Dressel 14, Almagro 51C), comum e de construção. O local encontra-se a SE de um topónimo sugestivo: "Monte do Rio de Odres", separado deste por um ribeiro. Poderá tratar-se de um local composto, polinucleado: área habitacional, funerária e oleira.
<u>Montinho</u>	Indeterminado	Benavente/Barrosa	Foi identificado num corte, que se situava junto a um caminho agrícola, muito material lítico.
<u>Odres A</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	Localizaram-se algumas peças líticas em núcleos e lascas em quartzito.
<u>Odres B</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	Foram localizadas peças em quartzito nomeadamente núcleos e lascas, assim como uma lasca retocada.
<u>Odres C</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	Identificados materiais líticos.
<u>Pontão</u>	Vestígios de Superfície	Benavente/Santo Estevão	Numa área de cascalheira natural, oriunda dos terraços quaternários do Tejo e numa extensão de 175m, foram detetados em superfície alguns vestígios arqueológicos bastante dispersos entre si e sem qualquer conexão aparente.
<u>Pulgas 1</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Lasca de quartzito e nódulo de sílex. Paisagem plana (montado) e surribas profundas.
<u>Pulgas 2</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Núcleo de quartzito identificado em rasgo de estradão. Caminho rebaixado até ao nível de areia. Zona de montado associado a cobertura arbustiva alta (sobretudo esteva).
<u>Pulgas 3</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Lasca de quartzito detetada em área plana de montado, arada recentemente.
<u>Pulgas 4</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Lasca em quartzito leitoso. Foi observada numa clareira com vegetação rasteira, em zona de montado. Solo arenoso.
<u>Pulgas 5</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Núcleo em quartzito. Identificado na encosta de uma pequena linha de água. Clareira no limite de um montado, com vegetação herbácea e arbustiva de médio porte. Ocorre numa camada de areias esbranquiçadas, soltas, de pequena espessura, sobre nível de terras castanhas.
<u>Ribeira de Vale Cobreão 6</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Lasca de quartzito e núcleo de quartzito muito rolado. Localizados em clareira entre eucaliptal denso, muito próximo da margem da linha de água.
<u>Ribeira do Vale Cobreão 5</u>	Mancha de Ocupação	Benavente/Samura Correia	Dispersão de material cerâmico associado a lascas de quartzito com evidentes sinais de levantamentos. No conjunto observado, foi possível reconhecer um fragmento de bordo de cerâmica comum de cronologia romana. Plataforma aplanada, sobranceira à linha de água. Sítio implantado em clareira situada entre eucaliptal. Visibilidade efetiva limitada a áreas circunscritas, desprovidas de vegetação.
<u>Ribeira do Vale Cobreão 7</u>	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Lascas de quartzito e quartzito, localizados em clareira entre eucaliptal denso, próximo da margem da linha de água.

Designação	Tipo de Sítio	Concelho/Freguesia	Descrição Sumária
<u>Ribeira do Vale Cobreão</u> 8	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Mancha de ocupação muito circunscrita. De entre o conjunto de materiais identificados, destacam-se as lascas de quartzo, quartzito e sílex, tendo-se observado a presença de um fragmento de cerâmica eventualmente contextualizável em época romana. Espólio detetado em clareira cortada por estradão. Terrenos de predomínio de eucalipto, embora ocasionalmente se reconheçam pinheiros e sobreiros dispersos.
Salema	Vestígios de Superfície	Benavente/Benavente	Foram recolhidos vestígios líticos consistentes em bases negativas de configuração, núcleos de quartzito e lascas. Trata-se de material arrastado por processos pós-deposicionais.
Vale Baeta	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Santo Estevão	Zona de vale pouco acidentado. Neste local foram identificados alguns materiais líticos.
Vale de Olho 1	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Instrumento em quartzito, fincado profundamente no solo, em estradão que separa áreas de eucaliptal denso. Nas imediações, dois seixos de anfíbolito em bruto e um fragmento de cerâmica de cronologia romana.
Vale de Olho 2	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Lasca de quartzito com levantamentos. Identificada em caminho rural que divide terrenos de eucaliptal denso.
Vale de Olho 3	Mancha de Ocupação	Benavente/Samura Correia	Dispersão de materiais cerâmicos de cronologia calcolítica, incluindo uma asa de época romana, em terrenos surribados, dedicados ao plantio de sobreiro em crescimento. Identificada em planície que proporciona elevada visibilidade geral.
Vale de Olho 4	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Lascas de sílex e quartzito. Terrenos planos, de plantio negligenciado de sobreiro.
Vale de Olho 5	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Samura Correia	Achados isolados. Núcleo de quartzito identificado em rasgo de estradão. No mesmo ponto, fragmento rolado de cerâmica de cronologia romana.
Vale de Olho 6	Mancha de Ocupação	Benavente/Samura Correia	Concentração de lascas de quartzito, quartzo e sílex. Localizada em esporão assente entre linhas de água. Terrenos de transição entre eucaliptal e montado. Visibilidade limitada a clareiras esporádicas entre manchas de manta morta densa. Cobertura arbustiva baixa e esparsa. A cerca de 100 metros a norte, foi identificado numa zona de abertura de estradão, um núcleo de quartzito (este sítio foi designado como Vale do Olho 7 nos trabalhos de levantamento do novo EIA do novo Aeroporto de Lisboa)
Vale do Trejoito	Achado(s) Isolado(s)	Benavente/Benavente	Neste local foram identificados alguns materiais líticos: 1 percutor, 5 núcleos e 8 lascas.
Zambujeiro	Vestígios Diversos	Benavente/Barrosa	Segundo informações do Museu Municipal de Benavente, foram identificados vestígios atribuíveis ao Paleolítico Inferior.

O reconhecimento dos sítios arqueológicos, bem como de imóveis classificados, permite antecipar a existência de áreas com sensibilidade particular e que merecem especial atenção nos processos de planeamento, ou ainda possibilitar a elaboração de programas que visem uma gestão eficaz que preserve e valorize os elementos construtivos da identidade local.

Relativamente aos indicadores “Obras em edifícios históricos (recuperação /manutenção)” e “Reabilitação de edifícios urbanos degradados”, não existe informação disponível. No entanto, considerou-se importante que esta informação seja analisada aquando da implementação o Plano, pelo que estes indicadores serão analisados na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo.

5.7.4.2. EFEITOS ESPERADOS

Com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente apresenta-se no Quadro 70 a relação destas com os indicadores estabelecidos para o Domínio – Património Histórico e Cultural. Pretende assim demonstrar-se a importância deste FCD no contexto da revisão do PDM em análise.

Quadro 70 - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente nos indicadores estabelecidos para o Domínio – Património Histórico e Cultural

Domínios	Indicadores	Efeito esperado positivo	Efeito esperado negativo
Património Histórico e Cultural	Obras em edifícios históricos	A preservação e recuperação de imóveis de interesse patrimonial, representa efeitos positivos significativos a dois níveis distintos: Por um lado permite a salvaguarda e preservação dos valores da memória e da história do município e, por outro, permite dar utilização e função a esses mesmos imóveis, dinamizando partes do Centro Antigo ou sítios específicos.	Efeitos negativos não esperados
	Reabilitação de edifícios urbanos degradados		
	Imóveis classificados	A identificação, inventariação e caracterização dos valores patrimoniais permite sustentar a definição de uma estratégia de valorização desse património e, assim, constituir mais um fator de interesse e de atração de visitantes para o município.	A estratégia definida pelo PDM de Benavente não produz qualquer efeito negativo direto sobre os indicadores referenciados.
	Imóveis Inventariados	A elaboração de uma Carta de Valores Patrimoniais associada ao estabelecimento de percursos ou rotas temáticas pode ser um exemplo a desenvolver. No seguimento do processo o município pode promover procedimentos de classificação de valores patrimoniais como Interesse Municipal.	Pode, no entanto, ao suscitar maior interesse pelos valores patrimoniais contribuir para uma maior procura ao nível de visitas, das estadias e das atividades realizadas, que podem, por sua vez, implicar o aumento da capacidade de carga sobre um território que é naturalmente sensível.
	Sítios Arqueológicos		

Não obstante o referido anteriormente importa realçar que, aquando da tomada de decisões para o fortalecimento e diversificação da base económica empresarial do concelho de Benavente, devem ser considerados os valores patrimoniais existentes, sendo para tal necessário inventariá-los de forma a não entrarem em conflito com as atividades económicas que possam surgir no concelho.

No quadro que se segue é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pela proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos, e mais concretamente no seu Regulamento, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico. Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo contribui (+) (criando oportunidades) ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do Quadro de Referência Estratégico definido para o Plano.

Quadro 71 – Relação do domínio Património Histórico e Cultural com o Quadro de Referência Estratégico

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Desenvolvimento Turístico
Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	+	A proposta de plano tem um contributo positivo uma vez que promove a valorização do património endógeno, quer seja cultural e social, quer seja natural.
Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento o Sustentável	Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social.	+	A proposta de plano tem um contributo positivo uma vez que promove a valorização do património endógeno, quer seja cultural e social, quer seja natural.
	Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil.		
Plano Estratégico Nacional do Turismo	Estratégia de produtos - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos.	+	A proposta de plano contribui positivamente, uma vez que pretende criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado aos recursos endógenos.
	Linhas orientadoras para as regiões - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.	+	
	Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.	+	
	Eventos - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista (Mega eventos, Grandes eventos promocionais, Animação local).	+	
	Qualidade urbana, ambiental e paisagística - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal	+	
	Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável, formulados no plano de desenvolvimento regional.	+	A proposta de plano tem uma contribuição positiva uma vez que nas suas grandes opções estratégicas, refere a necessidade de desenvolver sustentadamente o setor do turismo, construindo um território de lazer, e por essa via, é também

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Desenvolvimento Turístico
Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Vale do Tejo	Definir medidas/intervenções com vista à atenuação das assimetrias de desenvolvimento inter-regionais	+	valorizado o património cultural existente.
	Servir de quadro de referência para a elaboração dos Planos Intermunicipais e dos PMOT.	+	
	Valorizar o Rio Tejo, como património natural, cultural e ambiental e como espaço de fruição, lazer e turismo.	+	A proposta de plano tem uma contribuição positiva uma vez que nas suas grandes opções estratégicas, refere a necessidade de desenvolver sustentadamente o setor do turismo, construindo um território de lazer, e ainda, garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano. Para tal, prevê a valorização e preservação do património natural e cultural do território, promovendo as singularidades existentes.
	Expandir, qualificar e diversificar a atividade turística, por forma a preparar-se para o crescimento exponencial das procuras associadas aos lazeres e ao turismo.	+	
	Salvaguardar e valorizar a riqueza e diversidade do património paisagístico, ambiental, histórico, construído e cultural, numa ótica de ordenamento e gestão integrada do território.	+	

5.7.4.3. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como os valores patrimoniais irão ser afetados com a implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente. Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do património histórico e cultural em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças.

Quadro 72 – Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM no que respeita ao Domínio – Património Histórico e Cultural

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Património construído do Concelho que pode representar um grande desenvolvimento e interesse turístico • Potencial arqueológico do concelho que poderá desenvolver o turismo ligado à exploração arqueológica • Preocupação em preservar os Imóveis Classificados e em Promover a Classificação de outros • Desenvolvimento do turismo possibilitando uma projeção e visibilidade do Concelho que contribuirá para potenciar as atividades económicas e sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Possível destruição do património arquitetónico e arqueológico devido à falta de conservação, nomeadamente o património que não tem estatuto de proteção • Perda de identidade do território a longo prazo

A minimização das ameaças e o realce das oportunidades identificadas contribui para maximizar as potencialidades da proposta de revisão do PDM de Benavente.

O concelho de Benavente possui património arqueológico e arquitetónico que pode e deve ser preservado e valorizado, tanto para promover práticas turísticas sustentáveis valorizadoras do território, como para promover a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, permitindo-lhes um acesso privilegiado ao património histórico e cultural que dispõem no seu território.

Assim, todo este património deve assumir um papel de relevo na estruturação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho, evidenciando-se as potencialidades que representam para o território.

É essencial que sejam seguidos os critérios de qualidade que levaram à classificação do vasto património existente, como forma de manter a qualidade desses locais. Também se deve proceder a uma reconversão e reabilitação do património que se encontre degradado, com o intuito de criar mais espaços apetecíveis e de excelente qualidade em termos históricos e culturais.

Tendo em conta os indicadores de análise definidos anteriormente, relacionados com as “Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção)”, “Reabilitação de edifícios urbanos degradados”, verifica-se claramente uma oportunidade do município em promover a reabilitação dos edifícios existentes.

Considerando todas estas oportunidades e considerando ainda o contexto regional, parece ser possível esboçar um modelo estratégico de conservação, preservação e valorização aos quais se associará o desenvolvimento.

A ameaça relativa à possível destruição do património arquitetónico devido à falta de conservação deverá ser tida em consideração pela autarquia, pelo que deverão ser tomadas medidas de proteção e preservação desses mesmos espaços.

O município deve sistematizar e caracterizar cada um destes valores patrimoniais e constituir uma Carta de Valores Patrimoniais, constituindo assim, mais um elemento de interesse e de atração. Deve ainda, uma vez realizada a necessária ponderação e caso se revele adequado, promover a classificação de Imóveis de Interesse Municipal.

Com a proposta de revisão do PDM em análise, pretende-se organizar o espaço atendendo aos objetivos estratégicos de desenvolvimento, conservação e preservação dos recursos bem como de gestão territorial, promovendo um Concelho sustentável e de qualidade.

5.7.4.4. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

De forma a permitir uma valorização adequada do Património Histórico e Cultural existente no concelho de Benavente, propõem-se as seguintes linhas de orientação e recomendações:

- As intervenções realizadas ao nível do património inventariado deverão ser apenas ações de recuperação e valorização, não permitindo a demolição de edifícios ou elementos;
- Sempre que essas ações possam diminuir ou prejudicar o seu valor patrimonial (alterações arquitetónicas e construtivas ou alterações volumétricas) a Câmara Municipal pode/deve indeferir essas intervenções;
- Deve ser solicitado parecer prévio à entidade da tutela quando ocorram trabalhos que envolvam a alteração do solo, nas áreas inventariadas;
- Deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Plano de Urbanização e Plano de Pormenor), de acordo com a legislação aplicável;
- Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infraestruturas que tragam implicações sobre o património concelhio;
- Sempre que haja ocorrência de achados arqueológicos, no seguimento de intervenções no território (e.g. trabalhos de reflorestação e infraestruturização), de

acordo com a legislação aplicável, o mesmo terá de ser comunicado à administração do património cultural competente ou à autoridade policial;

- Fomento da inclusão, em planos e programas futuros a elaborar pela autarquia, do registo dos hábitos culturais dos seus habitantes, de forma a ir ao encontro das suas necessidades;
- Necessidade de acompanhamento das intervenções a efetuar no território com afetação no património por parte de um arqueólogo;
- Na elaboração de Planos de Pormenor ou Planos de Urbanização para áreas onde seja reconhecida a existência de sítios arqueológicos, recomenda-se que o mesmo seja objeto de acompanhamento por parte de um arqueólogo;
- Sempre que na sequência dos estudos elaborados resultem a elaboração de trabalhos ou estudos na área da arqueologia, estes devem ser coordenados, obrigatoriamente, por um arqueólogo.

5.8. PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO DE RISCOS

5.8.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS.

A gestão de risco é um processo contínuo e dinâmico que tem como principal objetivo identificar, avaliar e prevenir a ocorrência de situações de risco, quer estas tenham origem em processos naturais quer sejam decorrentes das diferentes atividades desenvolvidas. A adoção de medidas adequadas à gestão do risco e, conseqüentemente, à prevenção e mitigação dos impactes associados a potenciais acidentes ou situações de emergência deve assumir elevada importância em qualquer processo de gestão. Sendo assim, a previsão e prevenção de riscos deverá ser um dos fatores cruciais na análise e avaliação dos diferentes planos territoriais.

A proposta em análise reporta à revisão do PDM de Benavente e pretende avaliar os impactes resultantes da concretização dos seus objetivos em função das características da região.

O Concelho de Benavente apresenta características e valores importantes do território os quais atribuem à região uma qualidade paisagística a qual deve ser preservada.

A componente florestal é dominada pelo montado de sobro e pelo pinheiro manso, as quais sustentam um património cinegético de elevado valor e diversidade, estando o mesmo sujeito a medidas de proteção e preservação já devidamente legisladas. Existem ainda pequenas manchas de pinheiro bravo e florestas mistas, apresentando estas menor representatividade. Nesta componente é importante ter em consideração a problemática dos incêndios florestais. Sendo assim, a sua degradação ou destruição poderá resultar da possibilidade de ocorrência de incêndios florestais ou de outros acidentes e ações antrópicas que tenham como resultado um incêndio. Desta forma, e com o objetivo de minimizar a degradação da componente florestal, considera-se essencial a integração de um domínio de avaliação que contemple a avaliação da ocorrência de **Incêndios**.

No que se refere às características biofísicas do território em análise, a rede hidrográfica é, sem dúvida, uma das componentes fundamentais desta região. Esta rede hidrográfica está integrada na Bacia do Rio Tejo e inclui uma pequena parte do Estuário do Tejo, zona com elevada importância do ponto de vista da conservação da natureza. Para além da integração de parte do estuário congrega ainda importantes linhas de água, nomeadamente o Rio Sorraia e o Rio Almansor. Associada a esta riqueza e extensão hidrográfica, devem-se analisar as características litológicas da região pois a relação entre estes dois fatores atribui ao Concelho algumas fragilidades que, pela sua relevância, têm de ser analisadas. No que se refere à litologia, encontram-se no Concelho formações recentes, logo pouco estáveis, nomeadamente aluviões, areias superficiais e uma área muito significativa de depósitos de terraços. A integração das características hidrográficas e litológicas conferem assim um problema de estabilidade dos taludes, os quais, em situações de precipitação, estão sujeitos a grandes

velocidades de escoamento e em consequência, a erosão. Quando as precipitações são intensas de tal modo que ultrapasse a capacidade e a velocidade de infiltração, dão-se escorrências superficiais as quais podem originar situações, quer de cheia quer de desenvolvimento do processo erosivo. A este facto acresce ainda a exploração de inertes que é praticada na região a qual, para além de contribuir para o aumento dos riscos de erosão das zonas afetadas, também contribui para a desagregação dos solos. Sendo assim, o controlo da água e da sua drenagem é um aspeto importante, quer como medida de minimização de situações de alagamento e até cheias, em situações extremas, quer como avaliação da estabilização das vertentes e minimização da erosão. Dado que o território em estudo possui as fragilidades apresentadas, importa analisar o grau de risco de situações de erosão e deslizamentos de terras bem como de situações de escorrência superficial extrema ou até mesmo eventos de cheias. Em situação de ocorrência de escorrência ou cheias, estas podem contribuir para: um aumento da salinidade dos recursos hídricos e dos solos (afetando desta forma as culturas existentes), para uma degradação das características da região bem como podem originar situações de vulnerabilidade populacional. Por este facto, torna-se importante a inclusão de elementos de análise que prevejam a avaliação, redução e minimização face à ocorrência destes eventos. Sendo assim, será considerado o domínio de análise **Cheias/Inundação**. No caso do risco de erosão, e pelos previsíveis impactes que possam decorrer da ocorrência destes eventos, considera-se **Erosão** como um domínio de avaliação. Este pretende precaver situações de risco bem como aumentar os níveis de proteção e segurança face aos impactes destes eventos.

Ainda em virtude das características geomorfológicas e da localização do Concelho, outra situação de risco deve ser considerada. A possibilidade de ocorrência de risco de sismo é uma realidade no Concelho fruto da sua proximidade a uma região de movimento de placas tectónicas, o qual pode originar o desenvolvimento de situações sismológicas, como já aconteceu em épocas passadas. Por este facto considera-se essencial a integração de um domínio de avaliação que permita a avaliação e prevenção face a situações de **Sismicidade**.

A proposta em análise reporta à revisão do PDM de Benavente, concelho que apresenta uma excelente localização geográfica, próximo da Área Metropolitana de Lisboa e com uma rede de acessibilidades e condições de desenvolvimento altamente favoráveis ao seu desenvolvimento e dinamização da economia. O Concelho pretende dinamizar o seu desenvolvimento industrial e, numa estratégia de desenvolvimento económico e social, prevê uma valorização do tecido empresarial e industrial da região. A dotação da região com áreas empresariais e industriais acarreta, no entanto, a possibilidade de ocorrência de situações de emergência/acidente em virtude das atividades que são praticadas nestes locais. Desta forma, torna-se importante a avaliação da presença de estabelecimentos de abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de julho. Segundo a listagem disponível no sítio da APA, datada de 31 de dezembro de 2010, verifica-se a presença de um estabelecimento abrangido pela referida legislação, estando o

mesmo classificado como nível inferior de perigosidade. O estabelecimento em causa é a ReckittBenckiser, S.A.. Para os estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei nº254/2007 de 12 de julho importa avaliar de que forma serão asseguradas as medidas e as distâncias de segurança vinculadas pela obrigatoriedade legal imposta bem como avaliar a densidade populacional nestas áreas.

As condições de trabalho são essenciais ao bom desenvolvimento da atividade económica e à minimização de eventos de riscos que possam contribuir para a degradação do património edificado. Para além deste aspeto, ainda o facto destas situações contribuirão para uma degradação da qualidade do ambiente e paisagística do Concelho. Como domínio de análise sobre estas questões integra-se o domínio **Acidentes Industriais**.

Em suma, para o FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos os domínios em análise são: Incêndio, Cheias/Inundação, Erosão, Sismicidade e Acidentes Industriais.

A salvaguarda da ocorrência destes domínios contribuirá para a garantia da prevenção do risco para os ecossistemas e para o Homem bem como o seu controlo e acompanhamento devido contribuirão para o desenvolvimento de uma região mais sustentável.

Para auxiliar o nível de pormenorização da análise estratégica que se pretende efetuar identificaram-se os vários domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores associados face ao FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos, que se apresentam no Quadro seguinte.

Quadro 73 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Prevenção/Mitigação de Riscos, com os objetivos de sustentabilidade e principais indicadores de análise estabelecidos.

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Prevenção/Mitigação de Riscos	Incêndio	Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios	Área ardida	ha	AFN/INE
			Número de ocorrências de incêndio	Nº	
			Cumprimento das ações/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente*	Nº	CM Benavente
			Número de ocorrências de incêndios urbanos*	Nº	
		Número de pessoas afetadas por incêndios urbanos*	Nº		
		Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas	Áreas edificáveis ou urbanizáveis em áreas com risco de incêndio das classes alta ou muito alta*	ha	
			Cumprimento das ações/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente, nomeadamente no que se refere ao aumento da resistência e resiliência dos ecossistemas*	Nº	
			Corporação de agentes envolvidos no combate a incêndios (bombeiros, proteção civil, outros)	Nº	
			Meios e verbas concedidas às corporações de bombeiros existentes no concelho*	Nº e €	
		Cheias/Inundação	Aumentar os níveis de proteção do solo dentro do perímetro urbano	Área impermeabilizada	ha
	Uso do solo em áreas com risco de cheia/inundação*			ha/Tipologia de uso do solo	
	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias/inundação dentro do perímetro urbano • Assegurar as condições que evitem ou minimizem a ocorrência de cheias/inundação 		Ocorrência de cheias/inundação	Nº	
			Área bruta de construção em áreas inundáveis*	ha	
			Número de pessoas vulneráveis aos efeitos de inundações*	N.º	
			Áreas inundadas	ha	
			Medidas de contenção face à ocorrência de cheia/inundação*	Nº	
			Investimento em estruturas de mitigação de cheias*	€	
			Edifícios sensíveis em áreas de risco de cheia/inundação*	Nº	
	Zonas densamente povoadas em áreas com risco de cheia/inundação*	Nº			
	Erosão	Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo	Uso do solo em áreas com risco de erosão*	ha/Tipologia de uso do solo	
			Ocorrência de erosão	ha	
		Aumentar os níveis de proteção do solo	Medidas de contenção face à ocorrência de erosão*	Nº	
	Sismicidade	Prevenir as consequências provocadas por um sismo	Exercícios de simulacro*	Nº	
Acidentes Industriais	Minimizar os efeitos na população exposta à ocorrência de acidentes industriais	Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de julho	Nº		
		Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de julho	ha		
		Fixação das distâncias de segurança*	ha		
		Densidade populacional em áreas condicionadas*	Cidadãos/m ²		

* Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

5.8.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A localização geográfica do território no qual se insere o concelho de Benavente atribui-lhe características e interesses que têm contribuído para o seu desenvolvimento social e económico. A proximidade à região metropolitana de Lisboa, a sua localização central no país, a extensa rede de acessibilidades a todo o território nacional, a polarização face a grandes centros urbanos são elementos que têm contribuído para a fixação populacional e para a implantação de espaços industriais e empresariais no concelho. Também as suas características paisagísticas e biofísicas fazem do território um atrativo à fixação de pessoas e atividades. A sua extensa rede hidrográfica permite o desenvolvimento de práticas agrícolas e rurais as quais já são escassas em outros territórios, mas que no espaço do concelho ainda apresentam expressão e são importantes vetores de desenvolvimento económico. Estas práticas têm sido conservadas e têm permitido obter benefícios ao território os quais se expressam através do interesse turístico nestas atividades.

Mas as características biofísicas de um qualquer território também em muito contribuem para o seu desenvolvimento e dinamização e o concelho de Benavente não deixa de possuir algumas condicionantes que o fragilizam e sobre as quais se torna necessário refletir aquando de atividades de gestão e planeamento. Neste sentido, torna-se necessário avaliar as potencialidades e fragilidades da região e para tal recorre-se à metodologia de análise SWOT. Esta análise foi realizada para o FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos no território em causa, apresentando-se os resultados no Quadro 74. Esta análise pretende apresentar, de uma forma sucinta, quais as características ambientais mais relevantes reunindo os elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, dão origem à identificação das ameaças e oportunidades associadas ao FCD em avaliação. Esta análise é feita considerando a **não implementação** das alterações do plano em avaliação.

Quadro 74 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Paisagem com alguma extensão em espaço rural • Património natural e paisagístico • Setor agrícola e silvo-pastoril com fortes potencialidades - Companhia das Lezírias como principal agente dinamizador • Cerca de metade do Concelho tem ocupação florestal • Presença florestal de montado de sobre • Presença do Rio Tejo e Sorraia • Oferta de solo industrial infraestruturado • Presença de espaços de preservação ambiental classificados • Dinâmicas socio-económicas associadas à influência da Área Metropolitana de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de estabelecimentos de nível inferior de perigosidade segundo classificação do Decreto-Lei nº254/2007 de 12 de julho • Inexistência de definição das distâncias de segurança face à implantação de estabelecimentos integrados no Decreto-Lei nº254/2007 de 12 de julho • Território de desconcentração das atividades menos qualificadas da AML • Debilidade na estrutura locacional da indústria • Rede hidrográfica extensa • Pressão de ocupação e de instalação de unidades industriais • Reduzida qualificação do espaço industrial • Concelho implantado em território de cotas baixas e com declives pouco acentuados
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do PIMDFCI de Benavente • Benavente enquanto área natural de desconcentração industrial da Área Metropolitana de Lisboa • Implementação do Plano de Ordenamento da Área Florestal da Companhia das Lezírias associados à exploração do espaço florestal • Companhia das Lezírias com 6500ha de área de montado de sobre – maior área em mancha contínua 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de incêndio • Risco de erosão • Risco de cheia/inundação • Risco de sismo • Risco de acidentes industriais

O Concelho de Benavente possui um conjunto de bens paisagísticos com qualidade ambiental os quais são de realçar. As características da paisagem, com zonas aplanadas e com presença de floresta (a qual funciona como sumidouro de carbono possibilitando um contributo para o equilíbrio entre as emissões e a captura) e agricultura (característica principal deste território com extensas explorações agropecuárias) bem como a extensa rede de cursos de água os quais integram albufeiras e zonas ribeirinhas de grande valor ecológico, atribuem ao território um valor a preservar e promover dado que as características dos diferentes espaços ainda se encontram pouco alterados por intervenção humana. Em termos de paisagem estamos assim perante um espaço marcadamente rural, com bens e valores identificados, e que, pela sua localização geográfica de intermediação entre o Norte/Sul e Litoral/Interior do país apresentam um grande potencial de aproveitamento. No entanto, algumas das características biofísicas naturais do Concelho atribuem-lhe ameaças de desenvolvimento, das quais se salientam a probabilidade de incêndio, erosão e até de inundações ou cheias, já para não referir a localização de proximidade com a faixa tectónica, aspeto essencial para avaliação do índice de sismicidade. Apesar destas ameaças, o território tem conseguido fazer o aproveitamento das suas características, promovendo agricultura e o espaço rural enquanto recurso financeiro, de lazer e turismo, e dinamizando o aproveitamento turístico face à sua riqueza natural. Em termos de caracterização das fontes das suas ameaças importa explorar alguns aspetos, os quais são abordados de seguida.

O Concelho de Benavente apresenta uma extensa área com características marcadamente rurais onde as atividades agroflorestais têm uma importância relativa significativa (Figura 16).

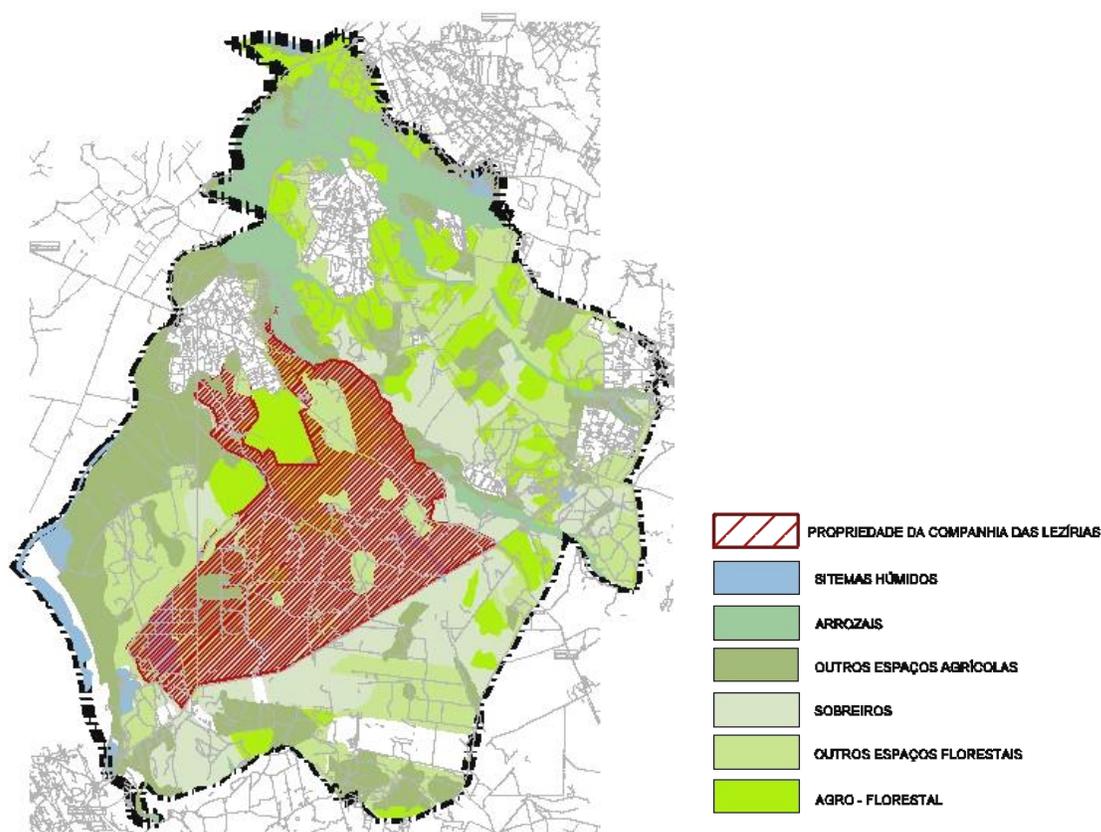


Figura 15 - Espaço agrícola e florestal do Concelho de Benavente (Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 4 – Atividades Económicas”)

A componente florestal do concelho é dominada pelo montado de sobre e pelo pinheiro manso, os quais sustentam um património cinegético de elevado valor e diversidade, estando o mesmo sujeito a medidas de proteção e preservação já devidamente legisladas. Existem ainda pequenas manchas de pinheiro bravo e florestas mistas, apresentando estas menor representatividade.

Segundo os “Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 4 – Atividades Económicas”, o concelho de Benavente tem uma área de 521Km², dos quais 250Km² (cerca de metade do concelho) têm uso florestal e 34Km² têm uso agrícola. A área florestal tem predominância do montado de sobre, eucaliptos e pinheiros sendo as freguesias de Samora Correia e de Santo Estêvão as que se encontram mais densamente povoadas de floresta (montado de sobre, pinhal e eucaliptal) e, como tal, as mais atingidas por incêndios florestais na estação seca.

No PDM em vigor, documento atualmente em revisão, os setores agrícola e agroflorestal já eram considerados como fator chave da sustentabilidade do concelho de Benavente. Importa referir a Companhia das Lezírias como um importante vetor de desenvolvimento destas atividades. Só ela possui cerca de 10.000 hectares de área florestal, com um povoamento diversificado com manchas das diversas espécies, espalhadas por toda a propriedade. Dentro das principais espécies podem-se encontrar sobreiro (cerca de 6.700ha), pinheiro bravo e pinheiro manso (este último com uma presença de cerca de 300ha) ou eucalipto (cerca de 700ha).

Nesta exploração a floresta é explorada em uso múltiplo, das quais se destacam as seguintes atividades (“Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 4 – Atividades Económicas”):

- Extração de cortiça e lenha dos sobreiros;
- Corte de pinheiros bravos para madeira de serração e lenhas para estilha;
- Colheita das pinhas dos pinheiros mansos para produção de pinhão;
- Madeira de eucalipto para pasta de papel;
- Pastoreio;
- Agroturismo,
- Apicultura.

Ainda o mesmo documento refere que no caso do sobreiro, e dado que este é uma árvore protegida sob o ponto de vista ambiental e muito interessante sob o ponto de vista económico, a Companhia das Lezírias quase todos os anos procede a plantação de alguns milhares de plantas, quer em novas áreas, quer no adensamento de outras, como forma de salvaguardar a existência desta espécie. Perante estas características tem-se verificado a ocorrência de incêndios não sendo esta muito significativa, devendo mesmo assim ser alvo de análise.

Em termos de perigosidade, segundo o Plano Operacional Municipal de Benavente (maio 2008), esta apresenta-se muito reduzida na faixa oeste do Concelho estando classificada como de muito elevada em algumas zonas limítrofes do Concelho as quais apresentam uma área florestal bastante reduzida em comparação com outros espaços no território. Existem, no entanto muitos espaços onde a perigosidade está classificada como de média. O mapa de perigosidade para 2008 identifica a parte sudeste do Município, freguesias de Samora Correia e Santo Estêvão, como área com valor mais elevado de perigosidade. É também nestas freguesias que se verifica maior número de ocorrências e maior área ardida. A Figura 17 demonstra a perigosidade de incêndio identificada para o município de Benavente.

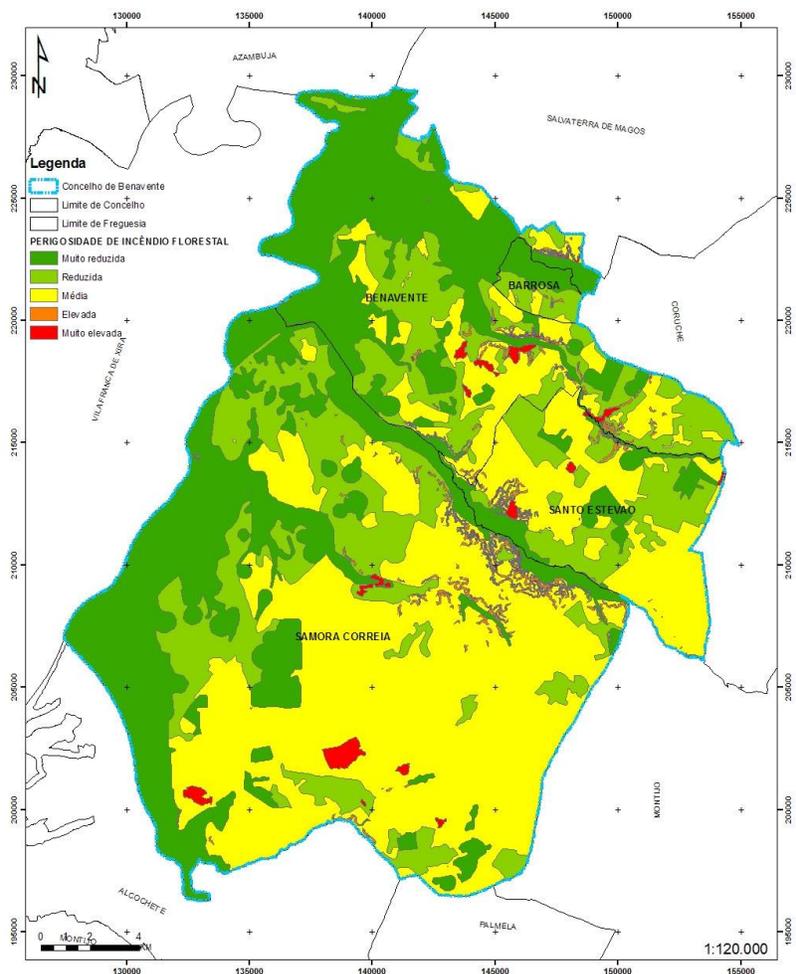


Figura 16 - Mapa de perigosidade de incêndio florestal no município de Benavente (Plano Operacional Municipal de Benavente, maio 2008)

Informação constante do Plano Operacional Intermunicipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndio (abril, 2010) apresenta para o Concelho de Benavente uma avaliação mais atual para a perigosidade de incêndio como se apresenta na Figura seguinte.

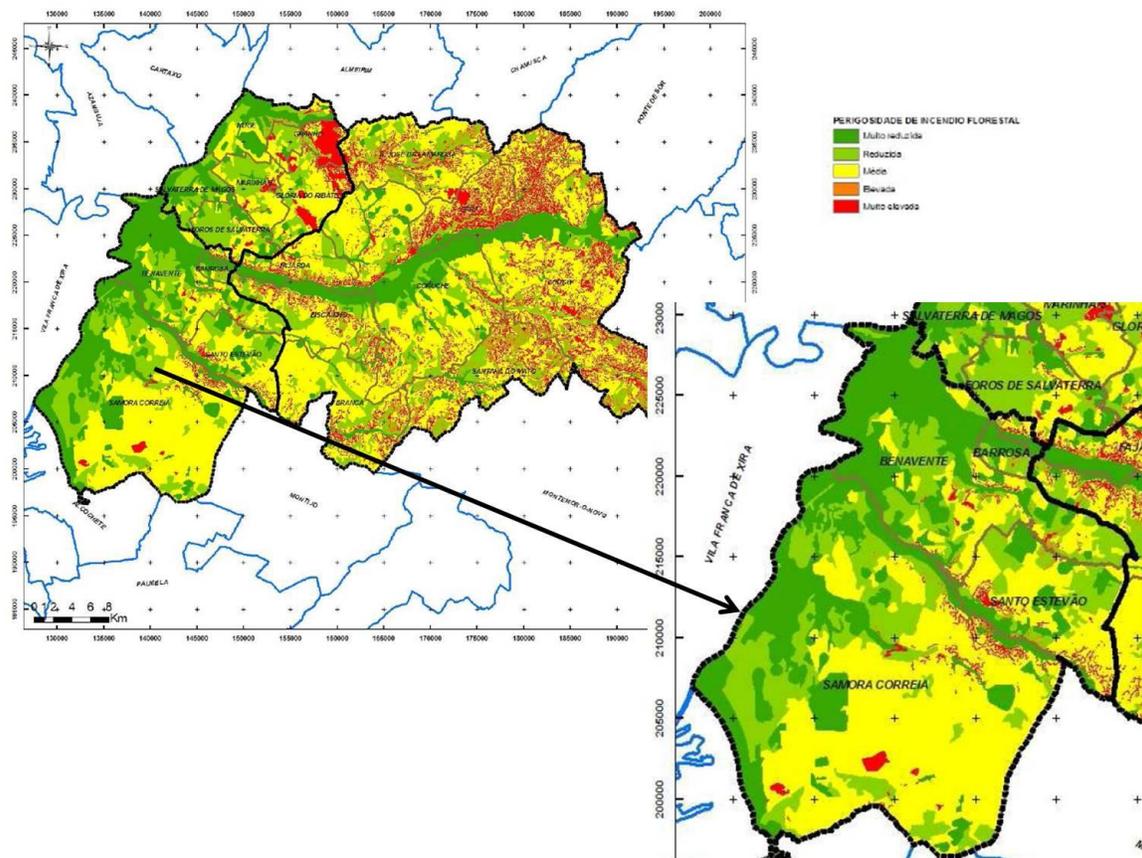


Figura 17 - Mapa de perigosidade de incêndio florestal no município de Benavente (adaptado de Plano Operacional Intermunicipal, abril 2010)

Em termos de risco de incêndio (Figura 19), segundo o Plano Operacional Municipal de Benavente (maio, 2008) verifica-se a presença de uma mancha de dimensão significativa no território em que o grau de risco está identificado como de elevado fruto das características biofísicas do território bem como da integração com os valores paisagísticos. O mapa de risco para o ano de 2008 constante no mesmo documento identifica a parte sudeste do Município, freguesias de Samora Correia e Santo Estêvão, como área com valor mais elevado de risco de incêndio.

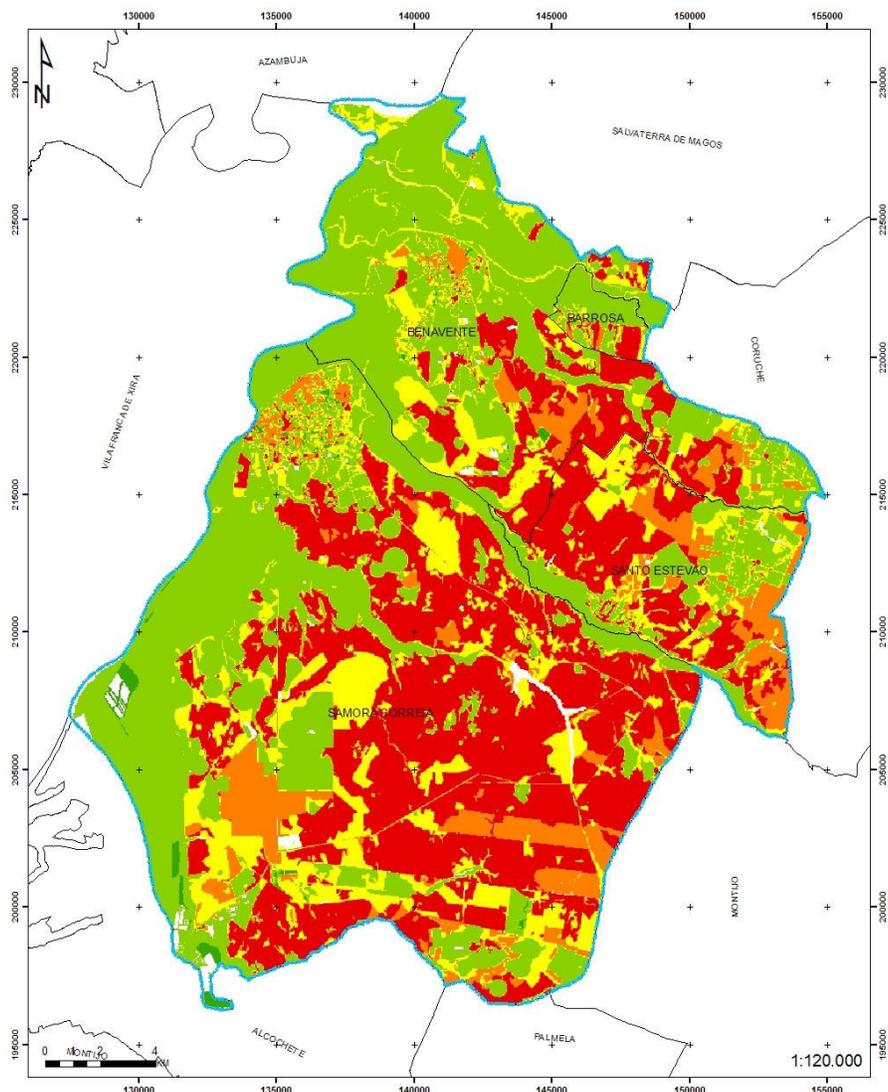


Figura 18 - Mapa de risco de incêndio florestal no município de Benavente (Plano Operacional Municipal de Benavente, maio 2008)

Em termos de área ardida, segundo o Plano Operacional Municipal de Benavente (maio de 2008), a área ardida para o período compreendido entre 1994-2007 incidiu um pouco por todo o território do Concelho mas com especial destaque para a zona do interior do mesmo. Tal situação é justificada no mesmo documento pela presença a oeste do Concelho da Reserva do Estuário do Tejo e dos seus ecossistemas constituintes, não se verificando neste território uma presença tão acentuada de espaço florestal. Este fator determina que o território não seja grandemente afetado por eventos de incêndio florestal dado que o Concelho tem como característica primordial a presença de uma extensíssima rede hidrográfica e pela presença de grandes áreas de campos agrícolas em espaço de lezíria.

Segundo a mesma fonte, para o período mencionado, o ano em que se regista uma maior extensão de área ardida foi o de 2003, com 349,90ha, tendo os incêndios ocorridos principalmente nas freguesias de Benavente e Samora Correia. Salienta-se ainda que as áreas de povoamento florestal são as mais afetadas em termos de área ardida, sendo que o número de ocorrências é muito maior nas áreas agrícolas e de matos. Para o ano de 2007 registaram-se 12 ocorrências em povoamento florestal e 68 em áreas agrícolas e matos.

Dados do INE (setembro de 2010) reportam ao ano de 2009 e indicam o registo de 18 ocorrências de incêndios florestais aos quais correspondem 8ha de área ardida. A mesma fonte indica ainda que a superfície média ardida é de 0,43ha o que representa uma taxa de cerca de 0,012% de superfície ardida.

Para além da componente florestal, outras características biofísicas e as suas relações são de analisar. Segundo a Proposta do Plano, mais especificamente o documento dos “Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 9 – Valores Naturais e Paisagísticos”, o concelho de Benavente encontra-se numa zona marcadamente plana do território nacional entre a cota 0 e a cota 100 metros – a zona de Lezíria. Integra-se na bacia hidrográfica do Rio Tejo e na unidade de paisagem denominada Ribatejo. A nível ecológico insere-se no domínio sub-mediterrânico e integra o sistema aquífero dos aluviões do Tejo, estando o concelho inserido neste aquífero. Ou seja, Benavente é um território caracterizado pela presença da água, não só a um nível superficial como também subterrâneo, o do aquífero.

O conhecimento das variações altimétricas de um território é fundamental para a perceção das formas de relevo e do carácter cénico da Paisagem. O concelho de Benavente apresenta uma baixa variação altimétrica, de cotas baixas e baixos declives. As zonas mais altas não ultrapassam os 75 metros de altitude e localizam-se na zona nascente do concelho. É também na zona Nascente/Norte do concelho, e associadas aos leitos das linhas de água, que surgem as zonas com declive ligeiramente superior ao resto do concelho. No entanto, são declives baixos e que não alteram o carácter da paisagem de todo o concelho (Figura 21), caracterizada do ponto de vista morfológico bastante plano e com grandes amplitudes visuais (Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 9 – Valores Naturais e Paisagísticos).

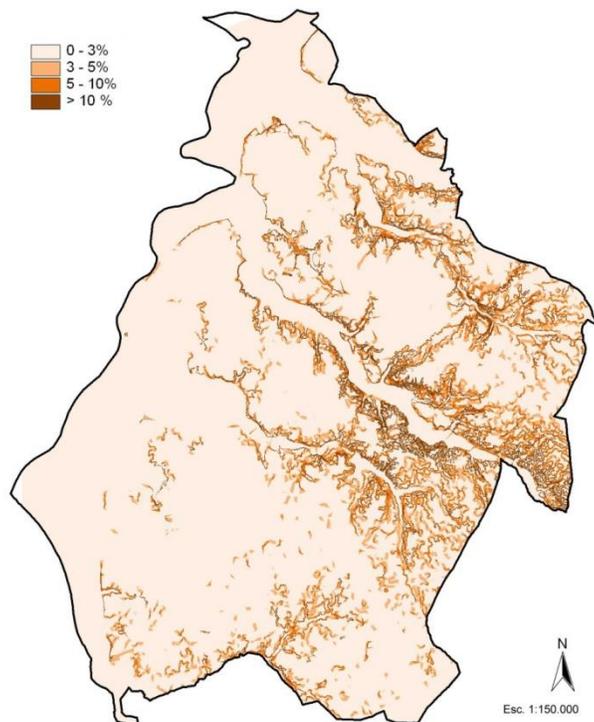


Figura 19 - Carta de declives do Concelho de Benavente (Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 9 – Valores Naturais e Paisagísticos”)

A nível climático, segundo os “Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 9 – Valores Naturais e Paisagísticos”, a precipitação anual situa-se entre 600 mm e 700 mm, possuindo a região características marcadamente mediterrâneas com o solstício de verão com temperaturas elevadas. Em termos de temperatura média anual, o Concelho apresenta o valor de 17°C.

Em termos hidrológicos, o Concelho de Benavente é a porta de entrada para o rio Tejo, sendo o rio Sorraia o mais importante curso de água do Concelho. É nas suas margens que se localizam os três aglomerados urbanos mais populosos – Benavente, Samora Correia e Porto Alto enquanto que nas margens da ribeira de Santo Estêvão aparece a sede da freguesia com o mesmo nome e a sede da freguesia mais pequena do concelho – Barrosa, a qual é um pequeno aglomerado ribeirinho. A rede hidrográfica é extensa, como demonstra a Figura 21.

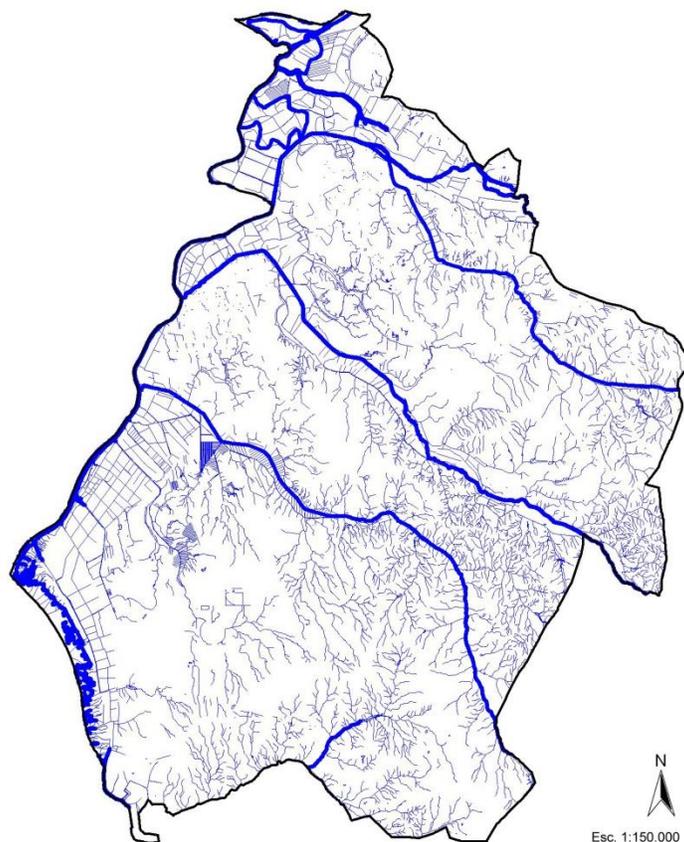


Figura 20 - Rede hidrográfica do Concelho de Benavente (Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 9 – Valores Naturais e Paisagísticos”)

Face a esta presença o território apresenta uma probabilidade elevada de ocorrência de situações de inundação ou cheia, as quais já estão devidamente estudadas. As linhas de água e as áreas de leito de cheia, segundo a planta de valores naturais que acompanha a revisão do PDM de Benavente, apresentam-se nas zonas centro e norte do Concelho, nomeadamente nas freguesias de Benavente e Samora Correia. A Carta de Risco produzido no âmbito da revisão do referido plano apresenta as áreas com risco de ameaçada de cheia em territórios que acompanham os cursos de água principal com uma correspondência muito próxima com as identificadas com leitos de cheia. Nestas verifica-se uma proximidade a aglomerados urbanos bem como a espaços de passagem do gasoduto, apresentando assim elevados riscos para as populações. A rede hidrográfica e as características do solo apresentam no Concelho de Benavente uma expressão muito significativa já que são elementos potenciadores de oportunidades e ameaças no território.

No que diz respeito às áreas com probabilidade de erosão estas são “*áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive e dimensão da vertente e outros fatores suscetíveis de*

serem alterados, tais como o coberto vegetal e práticas culturais, estão sujeitas à perda de solo, deslizamentos ou quebra de blocos". A delimitação deste sistema biofísico pondera como fatores determinantes o declive e a erodibilidade média do tipo de solo em presença, bem como o respetivo substrato rochoso. Desta forma, a carta do Risco de Erosão é um importante instrumento que estabelece as condições potenciais de perda de solo por erosão hídrica. Representa um cenário na ausência do efeito protetor da vegetação, uma vez que apenas tem em conta os fatores clima (particularmente a erosividade da precipitação), solo (a sua erodibilidade) e topografia (em especial o seu declive). A carta que apresenta o território com espaço classificado com Reserva Ecológica Nacional (REN) refere, de entre outros sistemas biofísicos, as áreas com risco de erosão. Para estas áreas contribuem um conjunto de fatores biofísicos naturais que atribuem esta vulnerabilidade aos territórios.

No município de Benavente, em termos litológicos, regista-se no território uma extensa área de aluvião, os quais correspondem aos aluviões do Tejo. Contíguos a estes existem areias superficiais e ainda terraços do quaternário. Na zona este e sul do Concelho verifica-se também a presença dos complexos de Coruche e Pegões, com maior representatividade destes últimos. O documento de "Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 9 – Valores Naturais e Paisagísticos" refere ainda que nas zonas de extração de inertes, em consequência desta atividade, se verifica uma instabilidade dos taludes os quais são muito importantes para a salvaguarda das condições hídricas. Desta forma, o mesmo documento aponta a necessidade de implantação de vegetação a qual contribui para a proteção contra a erosão dos taludes em aterro diminuindo a velocidade do escoamento sobre estes. O mesmo documento refere que, quando as precipitações são intensas de tal modo que ultrapasse a capacidade e a velocidade de infiltração, dá-se como consequência o início de correntes superficiais cuja velocidade será tanto maior quanto maior for o declive, não havendo a possibilidade de interseção da água de escorrência por parte da vegetação desencadeando-se assim o processo erosivo. A implantação da vegetação terá então como objetivos primordiais a interseção visual de irregularidades topográficas, proteção dos aterros contra a erosão, aumento da capacidade de infiltração em consequência da diminuição do escoamento torrencial, e recarga dos aquíferos. Sendo assim, o controle da água e da sua drenagem é um aspeto importante para a estabilização das vertentes e consequentemente da paisagem.

Importa também analisar outros espaços inseridos na REN. Esta delimita as áreas de máxima infiltração, ou seja, as áreas que devido à natureza do solo, do substrato geológico e às condições morfológicas do terreno, a infiltração das águas apresenta condições favoráveis, contribuindo assim para a alimentação dos lençóis freáticos e que são analisadas face aos seguintes critérios: natureza e profundidade das formações geológicas, natureza hidrogeológica; e morfologia do terreno. Apresenta também outros ecossistemas que potenciam a ocorrência de

situações de cheia ou inundações, nomeadamente pela presença de cabeceiras de linha de água ou leitos de cursos de água. No concelho de Benavente destaca-se uma presença significativa nas zonas centro e interior do Concelho de zonas classificadas como de cabeceiras de linha de água e ainda a existência de áreas de máxima infiltração em grande parte do território, principalmente em zonas contíguas ao Estuário do Tejo bem com aos cursos de água principal. Estas zonas situam-se em solo de aluvião, na sua maioria. Dentro da REN são também identificadas as zonas ameaçadas por cheia, apresentando estas uma correspondência muito próxima com as áreas de infiltração máxima, logo em zonas contíguas aos cursos de água principal e ao Estuário do Rio Tejo. Nestas áreas, bem como nas proximidades dos leitos de cursos de água a ocorrência de eventos de cheia ou inundações é potenciada. A extensa rede hidrográfica do território em análise é por si só um fator a ter em atenção o qual deve ser conjugado com as características do solo bem como com o tipo de ocupação e as características climáticas. A ocorrência de precipitações na ordem dos 100 mm/dia é causa do regime torrencial dos cursos de água, estando os caudais sujeitos a variações bruscas que provocam a inundações dos campos ribeirinhos. Estes últimos domínios de avaliação estão interligados entre si pois a sua ocorrência resulta da conjugação entre as condicionantes geomorfológicas e climáticas da região. A Figura 22 que se segue apresenta a área no território do concelho de Benavente que se encontra sujeita à ocorrência de cheias.

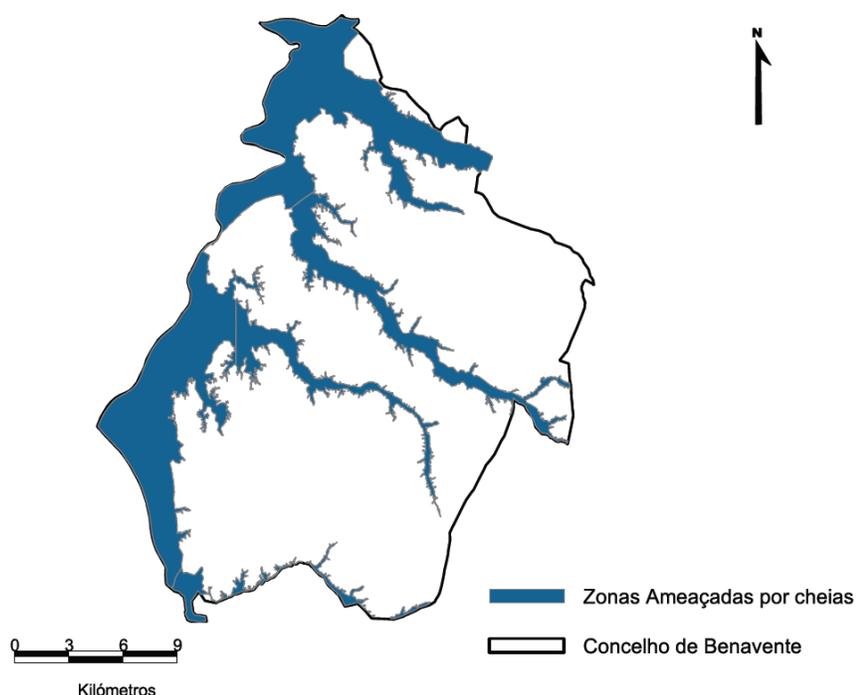


Figura 21 - Zonas ameaçadas por cheias no concelho de Benavente (abril 2011)

Para além dos domínios já apresentados, o Concelho de Benavente inclui ainda o risco de sismicidade enquanto fator de ponderação e avaliação do risco visto que este se encontrar numa zona de transição. Segundo a Carta de Risco (maio, 2009), em quase toda a totalidade do território do Concelho, o risco de sismicidade está classificado entre os graus 7 e 10, segundo a escala internacional, sendo que a o risco é mais elevado no interior norte do Concelho, coincidindo com a existência de aglomerados populacionais, sendo inferior a sul do território, nas zonas de lezíria. Este elemento revela-se extremamente importante para o planeamento e gestão do território, dado que é um condicionante às atividades e ao desenvolvimento do Concelho.

Para além dos riscos decorrentes das características biofísicas do território existe ainda a possibilidade de ocorrência de situações de riscos resultantes de atividades económicas e os quais poderão ter um impacte significativo no território. Estes riscos serão resultados das atividades realizadas em zonas industriais, e devem ser analisados.

A localização geo-estratégica do concelho de Benavente é muito valorizada pela excelente rede de acessibilidades existentes, as quais visam reforçar as ligações do concelho ao Norte e ao Sul do país assim como ao Alto Alentejo e com a sua região fronteiriça. Este aspeto é determinante para a sua afirmação sócio-económica na região. Em termos de indústria, para além das pequenas unidades industriais que ainda povoam os aglomerados urbanos, regista-se uma tendência de concentração industrial em espaços territorialmente identificados e servidos por infraestruturas e acessibilidades adequadas, facto que permite uma minimização dos impactes negativos que muitas vezes advêm da excessiva proximidade entre espaços industriais e espaços residenciais (“Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 4 – Atividades Económicas”).

Segundo os “Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 4 – Atividades Económicas”, o tecido industrial em Benavente é diversificado e encontra-se disperso por todas as freguesias do concelho (Figura 23).

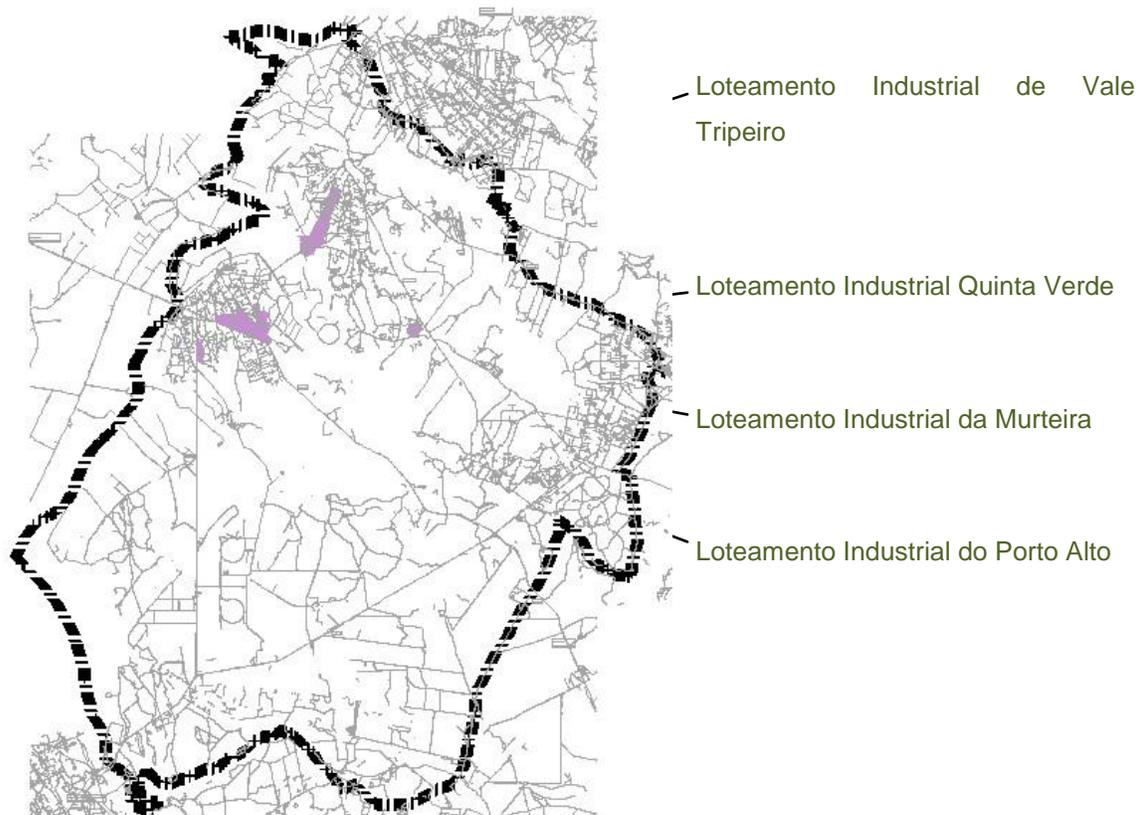


Figura 22 - Localização dos espaços industriais no Concelho de Benavente (Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 4 – Atividades Económicas”)

Numa tentativa de organização da atividade secundária, a câmara municipal já investiu na criação de espaços industriais infraestruturados com as características que se apresentam no quadro seguinte e que em termos de localização se concentram na envolvente da EN10 e EN118, próximo dos principais espaços urbanos – Benavente e Samora Correia.

Quadro 75 - Loteamentos industriais no concelho de Benavente, segundo os “Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 4 – Atividades Económicas”

Caracterização de Loteamentos Industriais					
	Area (ha)	N.º de Lotes	Lotes Ocupados	Lotes Disponíveis	% de Ocupação
Quinta Verde	52,06	8	3	5	37,5
Vale Tripeiro	281,59	35	14	21	40,0
Murteira	384,88	53	33	20	62,0
Porto Alto	167,47	12	6	6	50,0

Da análise do quadro anterior pode-se referir que, os loteamentos industriais existentes no concelho de Benavente apresentam atualmente uma reduzida taxa de ocupação, nomeadamente o L.I. Porto Alto – 50%, L.I. Vale Tripeiro – 40% e L.I. Quinta Verde – 37,5%, à exceção do loteamento industrial da Murteira que apresenta uma percentagem de ocupação na ordem dos 62%.

Em termos das atividades industriais presentes nos mesmos, sendo uma matriz bastante heterogénea, parece haver uma predominância da metalomecânica e da indústria alimentar, como se pode ver pelo quadro seguinte que apresenta as unidades industriais/empresariais instaladas nos loteamentos.

Quadro 76 - Unidades industriais/empresarias instaladas nos loteamentos industriais de Benavente (“Estudos de Caracterização do Território, Capítulo 4 – Atividades Económicas”)

Tipo	Nome da Indústria	Ramo Atividade
Freguesia de Santo Estêvão		
Empresa	O Zambujeiro (desativada)	Carpintaria
Indústria	Panificadora	Fabrico de Pão
Empresa	Víctor Manuel Monteiro Freitas	Oficina de Serralharia Civil
Freguesia de Samora Correia / Porto Alto (Norte da A10)		
Empresa	Carluso	Construções de Semirreboques
Empresa	Carpisam	Carpintaria Mecânica
Empresa	Coferiba	Ferro e Aço
Empresa	CTR	Indústria de Ambientadores
Empresa	Elis	Fabricação de Artigos Têxteis Confeccionados
Empresa	Fermea	Serralharia e Montagem de Escapes
Empresa	Fernando Fernandes Alumínios	Caixilharia
Empresa	Freire Móveis	Fabrico de Móveis por Medida e Exposição
Empresa	Grafotejo	Tipografia e Artes Gráficas
Empresa	Habimonta	Montagens Metálicas
Empresa	Hipersacos	Fabrico de Sacos de Plástico
Empresa	João Dias Grilo	Oficina de Trabalhos em Mármore
Empresa	João Tomás Marques	Oficina de Trabalhos em Mármore e Granitos
Empresa	Lime	Serralharia Civil e Mecânica
Indústria	Matos Luís	Fábrica de Pickles
Indústria	Metalomecânica	Metalomecânica
Indústria	Metalomecânica J. M.	Metalomecânica
Empresa	Metalúrgica Rui Machado	Metalúrgica

Tipo	Nome da Indústria	Ramo Atividade
Empresa	Paraglas	Fabricação de Acrílicos
Indústria	Ribatripas	Lavagem de Tripas
Indústria	Sabamar	Indústria de Peixe Congelado
Indústria	Samoinox	Metalomecânica
Indústria	Sociedade Panificadora Samorense	Panificadora
Indústria	Soc Tip	Tipografia
Indústria	TT Tecnotrónica	Fabrico e Comércio de Componentes Eletrónicos
Empresa	Virgílio da Silva Matos	Carpintaria Mecânica
Freguesia de Samora Correia / Porto Alto (Sul da A10)		
Empresa	Adelina Mateus Oliveira Serra	Floricultora
Empresa	Albino da Silva Soares	Serralharia
Empresa	Embavil	Fabrico de Embalagens de Plástico
Empresa	Floricultura do Porto Alto	Floricultora
Empresa	Incompol	Indústria de Componentes Eletrónicos
Empresa	Laranjinha	Construções Metálicas
Empresa	Leocarnes	Comércio por Grosso de Carnes
Empresa	Lourentrans	Transportadora
Empresa	Luís Máximo dos Santos	Floricultor
Empresa	Prasec	Serração
Freguesia de Samora Correia / Arados		
Empresa	João de Deus	Fábrica de Radiadores para Veículos Automóveis
Freguesia de Benavente		
Empresa	Branco e Carvalho	Metalúrgica
Empresa	ITACO	Indústria de Lavagem de Alumínios
Empresa	Joaquim Justino Sousa	Tornearia Mecânica
Empresa	Joaquim Rodrigues de Almeida Ildfonso	Serralharia
Empresa	Jomape	Industria Mecânica
Empresa	Jorge Borges	Serralheiro Civil de Alumínios
Empresa	MACILVAC	Metalomecânica
Empresa	Maria Antónia	Fábrica de Doces
Empresa	Martifer	Construções de Estruturas Metálicas
Empresa	José Luís Rocha	Metalomecânica
Empresa	Metalúrgica Benaventense	Metalúrgica
Empresa	Milupa	Fábrica de Alimentação Infantil
Empresa	SCA / NISA	Industria Transformadora de Celulose e Papel
Empresa	Panificadora Benaventense	Panificação
Empresa	Pedro R. Firmino	Serralharia Civil
Empresa	----	Corte de Lenhas
Empresa	Silvex	Indústria Transformadora de Plásticos e Papéis
Empresa	Sotancro	Fabrico de Embalagens de Vidro
Empresa	Thyssen Hunnebeck Portugal	Estruturas de Construções Metálicas
Empresa	Ventalco Rações	Fabrico e Comércio de Rações
Freguesia de Sto Estêvão - Foros de Almada		
Empresa	Socidestilda	Destilação de Óleos Essências
Empresa	Orivárzea, S.A.	Descasque de Arroz
Freguesia de Benavente - Gatinheiras		
Indústria	Indústria de Alimentação IDAL, Lda.	Indústria Alimentar
Freguesia de Benavente - Coitadinha		
Empresa	Randon Ibérica	Fábrica de Material de Transporte

Segundo informação disponibilizada no sítio da APA (dezembro, 2010), salienta-se ainda a presença no Concelho de um estabelecimento abrangido pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de

julho, classificado como nível inferior de perigosidade, a ReckittBenckiser, S.A.. O estabelecimento localiza-se Freguesia de Samora Correia/Porto Alto (Sul da A10) e a sua atividade está classificada pelo CAE 20411 que reporta ao fabrico de detergentes, sabões e glicerinas.

Face a tanta diversidade de atividades, e por se tratar de atividades industriais das quais podem decorrer situações de emergência ou acidente, importa analisar a frequência de ocorrência dos mesmos. Não se regista, no entanto, a existência de um histórico de ocorrência de acidentes industriais nestas unidades não sendo assim possível analisar a ocorrência destas situações.

Como forma de controlar as ocorrências dos diversos riscos a que um território se encontra sujeito e minimizar os efeitos que possam advir, importa conhecer a presença dos recursos disponíveis, nomeadamente em termos de segurança pública. O Concelho de Benavente conta com a presença de três unidades de bombeiros (Benavente, Santo Estevão e Samora Correia) e dois postos de elementos da GNR (Benavente e Samora Correia).

Salienta-se que, em permanência da atual situação de desenvolvimento, os pontos fortes e as oportunidades identificadas no território do Concelho de Benavente poderão superar as fraquezas. A localização e acessibilidades bem como as características naturais são importantes elementos diferenciadores do crescimento e desenvolvimento do território, e o Concelho de Benavente tem a seu favor todos estes aspetos. Salienta-se, no entanto que as ameaças permanecerão no território dado que na sua maioria decorrem de características biofísicas intrínsecas àquele território e que apenas poderão ser acauteladas, acompanhadas e minimizadas com recurso aos diferentes instrumentos de gestão de que o Concelho já dispõe, como sejam, o Plano Municipal de Emergência ou o Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndio em conjunto com os municípios de Coruche e Salvaterra de Magos.

5.8.3. EFEITOS ESPERADOS

Com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente apresenta-se no Quadro 77 a relação destas com os indicadores estabelecidos para cada domínio no âmbito do FCD – Prevenção/Mitigação dos Riscos. Pretende assim demonstrar-se a importância deste FCD no contexto da revisão do PDM em análise.

Quadro 77 - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente nos indicadores estabelecidos para o FCD – Prevenção/Mitigação dos Riscos

Domínios	Indicadores	Efeito Esperado Positivo	Efeito Esperado Negativo
Incêndio	Área ardida	A proposta de revisão do PDM assume princípios e objetivos de sustentabilidade bem como de preservação e manutenção da qualidade do espaço natural que integra o território. A componente florestal, sendo um valor natural da região, com a presença de montados de sobro de elevada extensão, deve ser conservada, sendo tal aspeto umas das preocupações expressas pela revisão do PDM. Deste modo, os efeitos esperados para os indicadores apresentados são positivos significativos.	-
	Número de ocorrências de incêndio		-
	Cumprimento das ações/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente		-
	Áreas edificáveis ou urbanizáveis em áreas com risco de incêndio das classes alta a muito alta	Pese embora se verifique no concelho uma área considerável classificada como risco de incêndio médio a elevado, não são de esperar efeitos negativos face à atual proposta de ordenamento. Tal justifica-se pelo facto do concelho integrar um plano intermunicipal de combate a incêndio floresta, ferramenta que nesta matéria é elemento chave para a gestão da ocorrência de incêndios florestais, bem como para a orientação das atividades a realizar em cada espaço do território. Verifica-se, efetivamente, a presença de espaço de turismo e de edificação dispersa em áreas com risco de incêndio classificado como alto a muito alto, sendo que as condições de edificabilidade estão perfeitamente definidas e as regras de gestão florestal estabelecidas. Pelo exposto, os efeitos esperados para o indicador apresentado é positivo significativo.	-
	Corporações de agentes envolvidos	Não sendo apontadas orientações específicas que respondam ao indicador apresentado, em virtude das suas funções e intervenção na sociedade e no território, espera-se um efeito positivo significativo na medida em que a segurança pública deverá ser mantida e os meios de prevenção e combate à ocorrência de incêndio deverão satisfazer o cumprimento do estabelecido no PMDFCI de Benavente bem como no Plano Operacional Intermunicipal.	-
Erosão	Uso do solo em áreas com risco de erosão	Considerando a atual carta de ordenamento, considera-se que os efeitos sobre os indicadores apresentados serão significativos positivos uma vez que são respeitadas as condicionantes do território não colocando em causa a manutenção das características sobre o domínio da erosão.	-
	Ocorrência de erosão		-
Cheias/Inundação	Área impermeabilizada	-	É de esperar que se verifique um aumento da área impermeabilizada no concelho, fruto do desenvolvimento económico e social que se pretende alcançar, sendo para tal necessário, em grande parte dos casos, promover a edificação em novos espaços. Inevitavelmente, este facto alterará as funções naturais

Domínios	Indicadores	Efeito Esperado Positivo	Efeito Esperado Negativo
			do solo, diminuindo a sua capacidade de infiltração e aumentando as escorrências superficiais. Sendo assim, considera-se que o efeito esperado é significativo mas não relevante.
	Uso do solo em áreas com risco de cheia/inundação	<p>O uso do solo em áreas com risco de cheia/inundação apresenta duas categorias, florestal de conservação e espaço verde natural, pelo que se considera que os efeitos esperados são positivos significativos na medida em que não se comprometem bens ou a população, e a ocorrência destes eventos terá efeitos na paisagem natural.</p> <p>As disposições regulamentares do PDM que proíbem a edificação de caves em zonas inundáveis integradas em perímetro urbano e a execução e programação dos projetos das frentes ribeirinhas de Benavente e de Samora Correia, concorrem para a disciplina e organização urbanística daquelas centralidades e mitigam e minimizam os efeitos negativos associados a eventuais episódios de cheia ou inundação.</p>	-
	Ocorrência de cheia/inundação	<p>Espera-se que os efeitos ao nível dos indicadores apresentados sejam positivos significativos visto que, ciente das vulnerabilidades biofísicas do território, são estabelecidas orientações e medidas que atendem à minimização dos efeitos face à ocorrência de eventos de cheia/inundação. É, no entanto, de todo impossível prever se face à ocorrência de eventos extremos imprevisíveis como os que se têm verificado nos últimos anos, estas serão o garante da segurança total de bens e pessoas.</p>	-
	Áreas inundadas		-
	Medidas de contenção face à ocorrência de cheia/inundação		-
	Edifícios sensíveis em áreas de risco de cheia/inundação	Dada a delimitação definida para as áreas com risco de cheia/inundação, não se verifica a presença de edifícios sensíveis nestas áreas, pelo que, dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento, os efeitos esperados são significativos positivos.	-
	Zonas densamente povoadas em áreas de risco de cheia/inundação	De igual forma para com o indicador anterior, e pelo mesmo motivo, considera-se que os efeitos serão positivos significativos dado que não serão comprometidos bens ou população face à ocorrência destes eventos.	-
Sismicidade	Exercícios de simulacro	É de esperar que as campanhas desenvolvidas pela Proteção Civil de informação e formação, bem como de preparação para a ocorrência destes eventos se continuem a desenvolver, considerando-se por este facto que os efeitos para o indicador apresentado serão positivos significativos.	-
Acidentes	Estabelecimentos	Não se prevê na atual proposta de revisão do PDM a alocação no	-

Domínios	Indicadores	Efeito Esperado Positivo	Efeito Esperado Negativo
Industriais	abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de julho	território de estabelecimentos abrangidos pela referida legislação. Deste modo, considera-se que os efeitos esperados são significativos positivos pois a atual situação manter-se-á sem alterações.	

Importa ainda salientar que, no caso do domínio sismicidade, este não assume expressividade em nenhuma das opções estratégicas definidas na proposta de revisão do PDM de Benavente. O território em análise apresenta um risco elevado de ocorrência de eventos de sismo pelo que critérios que atendam à minimização dos seus efeitos devem ser considerados. Desta forma denota-se a necessidade de inclusão de critérios de avaliação e redução dos efeitos da ocorrência de situações desta tipologia de risco. As características do território apresentam situações que merecem destaque enquanto fator crítico de decisão e como tal este facto deverá refletir-se nos objetivos estabelecidos no âmbito da revisão do atual PDM em avaliação. Embora as ações de prevenção e valorização do território contribuam para uma minimização dos efeitos das ameaças do território salienta-se a necessidade de inclusão de medidas relacionadas com a avaliação e prevenção dos riscos ambientais aquando da fase de projeto e avaliação da implantação do mesmo, nomeadamente no que se refere ao risco de sismicidade.

No quadro que se segue é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pela proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos, e mais concretamente no seu Regulamento, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico. Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo contribui (+) (criando oportunidades) ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do Quadro de Referência Estratégico definido para o Plano.

Face a uma avaliação mais detalhada do território e FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos aquando da realização da caracterização da situação atual, esta justificou a necessidade de inclusão de outros documentos no estabelecimento da sua relação com os documentos do QRE. Sendo assim, os instrumentos incluídos são: a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS), o Plano Nacional da Água (PNA), o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC).

Quadro 78 - Contribuição da proposta de revisão do PDM de Benavente para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	+	O cumprimento deste objetivo será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural”, nomeadamente no objetivo que visa integrar e valorizar o sistema natural no meio urbano. Também o cumprimento do objetivo que visa criar e estruturar uma rede qualificada de espaços de encontro e socialização, integrando espaços naturais complementares, salvaguardando a identidade dos lugares, referente à opção estratégica de “Reestruturar e qualificar a rede urbana municipal”, contribuirá para a prossecução deste objetivo. No que se refere à prevenção e minimização dos riscos, o cumprimento do estabelecido na proposta de Regulamento onde se atende às “condições de edificabilidade em espaço florestal” e às “áreas sujeitas a inundação”, respetivamente, contribuirá para dar cumprimento a este objetivo.
ENDS	Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural.	+	Atendendo às medidas já expressas pela proposta de revisão do plano, e com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural”, contribuir-se-á para dar cumprimento a este objetivo.
PNAC	Reforçar a monitorização nos diversos setores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, “através de medidas nos setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão”.	+	A concretização deste objetivo será alcançada dando-se cumprimento à opção estratégica de “Fortalecer e diversificar a base económica/empresarial” sendo de realizar um acompanhamento da atividade industrial e uma monitorização dos efeitos dos riscos ambientais, nomeadamente dos decorrentes da ocorrência de incêndios florestais. A concretização do objetivo de que visa oferecer espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais que disponham de uma imagem e estrutura qualificadas e de todas as infraestruturas disponíveis ambientais e tecnológicas contribuirá para o cumprimento deste objetivo.
PNAAS	Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos.	+	O cumprimento deste objetivo será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural”. Para além desta opção em particular, a intervenção em quase todos os fatores ambientais de uma forma sustentável está assegurada por todas as opções estratégicas da revisão do plano em função das características e especificidades de cada uma.
	Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco.	-	O plano não prevê nenhum objetivo que atenda ao cumprimento deste objetivo.
PEPS	Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos.	-	Caso não sejam atendidas as características dos solos da região bem como as condicionantes, os objetivos do plano poderão conflitar com este objetivo na medida em que a seleção de opções menos corretas poderão contribuir para uma acentuada degradação do solo e conseqüente perda das suas capacidades. Salienta-se ainda que, embora o plano preveja intervenções sustentáveis no solo, qualquer atividade de ordenamento tem, inerentemente, um efeito negativo neste. Ainda neste domínio, importa referir as vulnerabilidades associadas ao risco de cheia/inundação que caracterizam o território. Neste sentido, a proposta de Regulamento do PDM aponta condições à edificação em zonas que apresentam risco de inundação, sendo que, no entanto, a degradação do solo fruto da alteração das suas funções naturais será sempre uma realidade.
	Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que funciona como sumidouro/recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte.	-	

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos
PNA	Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural”, nomeadamente no objetivo que atende a integrar e valorizar o sistema no meio urbano. Também a opção estratégica que visa “Desenvolver sustentadamente o setor do turismo e construir um território de lazer” contribuirá para a prossecução deste objetivo.
	Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados.	+	
PBH – Rio Tejo	Proteção da Natureza - Estabelecer caudais ambientais para as diferentes linhas de água, em função da sua importância e de uma prévia definição de critérios.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural”, nomeadamente no objetivo que atende a integrar e valorizar o sistema no meio urbano. Também a opção estratégica que visa “Desenvolver sustentadamente o setor do turismo e construir um território de lazer” contribuirá para a prossecução deste objetivo. No que se refere aos riscos ambientais associados ao FA água, a ocorrência de cheia/inundação é uma vulnerabilidade que caracteriza o território. Neste sentido, a proposta de Regulamento do PDM aponta condições à edificação em zonas que apresentam este risco, impondo proibições à construção de caves e pisos térreos a novas construções e exigindo que as condições de segurança para bens e pessoas são garantidos aquando de dotação de espaço com equipamentos para usufruto público. As recentes intervenções nas zonas ribeirinhas de Benavente e de Samora Correia bem como a programação de novas intervenções, em sede do presente plano, permitem disciplinar as frentes ribeirinhas na relação entre o edificado e as zonas sujeitas a eventuais cheias ou inundações. Neste domínio o PDM de Benavente apresenta uma estratégia de ordenamento e de estruturação urbana das suas principais centralidades em perfeita harmonia com as características biofísicas do território, contribuindo, claramente, para a minimização dos efeitos de quaisquer eventuais ocorrências de cheias ou inundações sobre as principais centralidades urbanas.
	Proteção Contra Situações Hidrológicas Extremas e Riscos de Poluição Acidental – promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição	+	
PROF-Ribatejo	Recuperação das áreas ardidas introduzindo modelos de organização territorial eficientes sob o ponto de vista da prevenção dos incêndios floresta	+	Apesar de não existir nos objetivos de revisão do plano nenhum objetivo que responda especificamente ao cumprimento deste objetivo, o objetivo que visa o desenvolvimento e modernização das atividades agrícola, florestal e de produção animal, nomeadamente no que se refere à atividade florestal, contribuirá para a prossecução deste objetivo já que atende ao incentivo da florestação inclusive com espécies autóctones, valorizando-se assim o território e atenuando os efeitos dos incêndios. O Concelho de Benavente já possui PMDFCI e integra ainda um Plano Operacional Intermunicipal que define ações mais práticas e concretas que visam a minimização de ocorrência de incêndios. Com a implementação da revisão do plano, contribuir-se-á para dar cumprimento a este objetivo através da opção estratégica que atende a “Fortalecer e diversificar a base económica/empresarial”, nomeadamente com o objetivo que pretende uma preservação do espaço florestal. Também o Regulamento da proposta de revisão do plano prevê que seja dado cumprimento à demais legislação aplicável no que respeita às condições de edificabilidade em espaço florestal.
	Diminuir a incidência territorial dos incêndios florestais de forma significativa, privilegiando as medidas de carácter preventivo, a estruturação coerente da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a diversificação da composição das áreas florestais	+	
PMDFCI Benavente	Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais	+	Como já apresentado, o Concelho de Benavente possui PMDFCI e estabelece Planos Operacionais anuais em conjunto com os dois municípios que integram o plano intermunicipal que define ações mais práticas e concretas que visam a minimização de ocorrência de incêndios. Desta forma, a implementação da revisão do plano, contribuir-se-á para dar cumprimento a estes objetivos através da opção estratégica que atende a “Fortalecer e diversificar a base económica/empresarial”, nomeadamente com o objetivo que pretende uma preservação do espaço florestal.
	Reduzir a incidência dos incêndios	+	

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos
	Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios	-	O plano não prevê nenhum objetivo que contribua para a prossecução deste objetivo, no entanto, qualquer ação que atenda à valorização do espaço natural e sua preservação contribui de forma indireta para dar cumprimento a este objetivo.
	Recuperar e reabilitar os ecossistemas	+	Com a implementação da revisão do plano, contribuir-se-á para dar cumprimento a este objetivo através da opção estratégica que atende a “Fortalecer e diversificar a base económica/empresarial”, nomeadamente com o objetivo que pretende uma preservação do espaço florestal.

5.8.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Com a proposta de revisão do PDM em análise, pretende-se organizar o espaço atendendo aos objetivos estratégicos de desenvolvimento, conservação e preservação dos recursos bem como de gestão territorial, promovendo um Concelho sustentável e de qualidade.

Para o FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos, e para a concretização da presente proposta de revisão ao PDM, estudaram-se as oportunidades e as ameaças decorrentes das possíveis alterações que o plano permitirá concretizar no território. Pretende-se desta forma analisar os aspetos mais positivos bem como os negativos em resultado da revisão do PDM (Quadro 79).

Quadro 79 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita ao FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de novos polos de desenvolvimento económico e turístico com um aumento da competitividade do concelho • Recuperação e valorização paisagística dos vales e linhas de água como objetivo de potenciar o setor turístico • Desenvolvimento do turismo possibilitando uma projeção e visibilidade do Concelho que contribuirá para potenciar as atividades económicas e sociais, bem como valorizará a paisagem natural • Valorização comercial da floresta • Preservação da componente florestal e garantia das características locais, nomeadamente pela florestação com espécies autóctones • Delimitação para espaços para programas funcionais específicos, nomeadamente, industriais • Garantia da segurança das populações e bens por definição das distâncias de segurança para os estabelecimentos presentes no território integrados no Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de julho 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização dos solos face à implementação de novos projetos • Possibilidade de ocorrência de cheia/inundação face às características do território em análise • Risco de incêndio florestal e sobre património edificado por ação antrópica • Risco de erosão dos solos em consequência da ocorrência de incêndios • Risco de erosão face às características próprias daquele território • Risco de ocorrência de sismo • Possibilidade de perda das características do espaço florestal e utilização insustentável do mesmo por ação do poder económico em redor da sua valorização comercial com consequências na sua preservação e manutenção • Em consequência do ponto anterior, redução da capacidade e dos índices de sumidouro de carbono • Aumento da área impermeabilizada por localização do futuro aeroporto, facto que diminuirá a área de solo que manterá as suas funções naturais no território

A presente proposta de revisão do PDM pretende uma valorização do território em estudo através da melhoria das condições económicas e sociais, do reordenamento do espaço e suas infraestruturas bem como da promoção das suas características naturais e paisagísticas como vetor de desenvolvimento turístico e aumento da competitividade na região.

Importa desde logo referir que a revisão do PDM em causa, pela implantação do novo aeroporto de Lisboa em território do Concelho de Benavente, vem atribuir algumas particularidades à análise a ser efetuada. A localização desta infraestrutura potenciará no território um desenvolvimento económico e social elevado já que se trata de um investimento de grandes dimensões, que criará novas oportunidades de emprego e negócios os quais são importantes vetores da economia nacional. Também a salientar a projeção que este equipamento permitirá

ao território, dinamizando assim o potencial turístico face às suas características naturais e paisagísticas. No entanto, a localização do futuro aeroporto investe-se de alguns riscos ambientais, os quais já foram estudados e analisados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do “Estudo para análise técnica comparada das alternativas de localização do novo aeroporto de Lisboa na zona da Ota e na zona do campo de tiro de Alcochete” (maio, 2008). Neste mesmo documento, e para as situações de riscos, apresentam-se como principais situações as que se relacionam com as águas superficiais. Menciona-se que os impactes decorrentes nestes ecossistemas estão associados às alterações da ocupação do solo, com relevância para o coberto vegetal, da topografia, dos leitos naturais das linhas de água e, conseqüentemente, de aspetos quantitativos e qualitativos do ciclo hidrológico natural da área afetada. Entre as repercussões quantitativas salienta-se o aumento dos caudais de ponta de cheia, em resultado do aumento da área impermeabilizada, bem como a necessidade de regularização das linhas de água. Entre os riscos abordados destacam-se as cheias, porque a execução da plataforma, dos acessos e da área de influência do aeroporto pode induzir aumento dos caudais de ponta de cheia e alteração das condições de escoamento com implicações em termos de acréscimo das áreas de inundação e modificação do traçado dos leitos das linhas de água afetadas pelas obras. Para além das situações de riscos apresentadas refere-se ainda a possibilidade de ocorrência de situações de derrame (dos depósitos de combustível e trasfega do mesmo para os aviões) ou explosão, decorrentes das atividades do aeroporto, bem como a possibilidade de ocorrência de incêndios. Também as questões de segurança são abordadas e analisadas. Estes aspetos foram devidamente analisados na AAE do estudo comparativo da localização do aeroporto de Lisboa e serão atendidos aquando da execução do projeto. As ameaças e riscos decorrentes da localização do novo aeroporto terão repercussões no espaço territorial que se insere no Concelho de Benavente devendo para tal ser cumpridas e monitorizadas as medidas de minimização apresentadas no referido estudo. Embora o novo aeroporto se venha a localizar no território sob jurisdição da autarquia de Benavente, dado as suas características e dimensões, todo o processo será acompanhado por entidades pertencentes a estruturas com uma posição a nível nacional, ficando a Câmara Municipal de Benavente apenas na colaboração do acompanhamento dos objetivos.

No entanto, não só a localização do novo aeroporto de Lisboa merece destaque enquanto avaliação do futuro do território. A execução da presente revisão de PDM prevê uma melhoria significativa nas condições urbanas bem como uma aposta no turismo. Também a promoção da economia de base industrial é um objetivo, sendo que todos estes objetivos contribuirão para uma melhoria nas condições de vida das populações do território. Em todas estas opções se prevê a preservação e valorização ambiental, e na vertente industrial pretende-se que esta se desenvolva com base nos princípios da sustentabilidade e eco-eficiência. Desta forma, espera-

se a avaliação de impactes e a definição de medidas mitigadoras como forma de minimizar os efeitos das atividades. Também as exigências de segurança e higiene contribuirão para uma redução das situações de acidente industrial, não deixando, no entanto, de existirem.

A proposta de revisão do PDM em análise dará assim suporte à expansão e criação de novas zonas empresariais e industriais, que se pretendem que promovam o desenvolvimento económico e social da região, e que aumentem a competitividade daquele território. A implantação destes novos polos empresariais atrairá novos investimentos e criará, conseqüentemente, um aumento das oportunidades de emprego bem como da diversidade da oferta laboral, facto que incentivará a fixação das populações e estimulará a economia do Concelho.

Face às características biofísicas da região, as condicionantes associadas à erosão do solo, probabilidade de ocorrência de cheias e de incêndios deverão ser alvo de acompanhamento adequado e monitorização para fazer face à probabilidade de degradação do ambiente natural. A implantação de novas estruturas ou equipamentos deverá ter em conta estas condicionantes naturais como forma de minimizar os efeitos das ações e a aumentar a conservação e preservação dos recursos, bem como servir de vetores de ordenamento no território naquela região. Salienta-se a importância de avaliação da Carta de Risco aquando da intenção de execução de um qualquer projeto.

A concretização destes projetos deverá ser alvo de especial atenção como forma de minimizar os efeitos decorrentes das características biofísicas daqueles locais. Reforça-se assim a importância da existência de um plano de emergência para avaliação dos riscos e defina linhas orientadoras e medidas que promovam a minimização dos efeitos acaso da ocorrência destes eventos. Desta forma garantir-se-á que os ecossistemas naturais e património edificado e a implantar não sejam gravemente afetados pela ocorrência de situações de emergência, quer por ocorrência natural quer pelo facto de podem advir do aumento da afluência humana de que passará a ser alvo aquele território.

A presente revisão do PDM visa também uma requalificação do espaço, com melhoria e implantação de infraestruturas e equipamentos. A este poder-se-á associar uma alteração do solo. Sendo assim, será de contabilizar as características do solo e as suas condicionantes aquando da decisão de novos projetos em virtude das características do território. Para tal requer-se a adoção de medidas e técnicas de conservação adequadas, eficazes e eficientes face à implantação de projetos futuros. Nesta requalificação dos espaços prevê-se também uma recuperação e valorização da qualidade paisagística, potenciando a melhoria da qualidade de vida através do desenvolvimento de novos espaços verdes e de lazer. Para além destes, dadas as qualidades e valor paisagístico da região, é objetivo apostar no desenvolvimento do turismo.

Para tal, importa equilibrar este desenvolvimento entre o económico e o ambiental, por forma a garantir a sustentabilidade dos recursos e a sua manutenção e preservação mesmo perante uma valorização económica e social destes valores.

Ainda a referir que a possibilidade de ocorrência de incêndios florestais acarretará destruição da biodiversidade e de um ecossistema que é alvo de medidas de preservação e conservação, como é o montado de sobro, bem como efeitos a um nível económico e social. Em consequência da ocorrência de incêndios também se registará uma degradação ao nível dos solos e das suas características o que contribuirá ainda mais para o aumento dos índices de erosão da região. Na sequência destes eventos de incêndios florestais a dimensão da floresta sofrerá uma redução, facto que contribuirá para uma redução das quantidades de carbono capturadas, o que irá interferir com o equilíbrio entre emissão e captura de CO₂. Estando hoje todas as regiões prementes em virtude dos cenários de emissão de gases com efeito de estufa e das suas consequências este aspeto torna-se essencial e serve como vetor de atuação face à prevenção de todas estas situações de riscos. Todas as medidas de prevenção de incêndio devem ser estudadas e implementado um plano de prevenção e emergência face ao incêndio com soluções de contingência em virtude de cenários distintos.

Face às características biofísicas daquele território, a mobilização de solos e o risco de ocorrência de cheia são situações que merecem especial destaque em todo o processo de ordenamento do território bem como de projeção de novas unidades, edifícios ou equipamentos. Embora as condicionantes da região sejam determinantes para a preservação e conservação do território, dever-se-á atender ao desenvolvimento económico que se espera alcançar, com benefícios sociais evidentes que decorrem de um aumento da oferta de emprego na região bem como de uma melhoria do nível económico das populações. Neste contexto deverão ser tomadas medidas de conservação e prevenção da erosão do solo, devendo adotar-se as melhoras técnicas para o efeito.

Ainda relacionado com as características do território em análise um outro aspeto que merece atenção é o seu risco de sismicidade. Peso embora não se ter registado até à data nenhum evento que mereça destaque e tenha gerado efeitos significativos na região, não se poderá esquecer a localização sobre a falha que, em caso de algum movimento, poderá destruir parte do território. Sendo assim, aquando da implantação de novos projetos, este aspeto deverá ser tido em consideração bem como a minimização dos seus efeitos na possibilidade de ocorrência de um evento desta natureza.

5.8.5. DIRETRIZES DE SEGUIMENTO

Para além do cumprimento dos requisitos legais em vigor e do exposto na Proposta de Regulamento de revisão do PDM de Benavente, nomeadamente no que se refere às áreas sujeitas a inundação, outras medidas de acompanhamento devem ser asseguradas com o intuito de garantir o desenvolvimento e crescimento do Concelho.

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações, que podem contribuir para um acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Benavente e que melhor integram os princípios da sustentabilidade. Com base nos indicadores identificados, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do PDM poderá ter sobre estes, foram identificadas medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos bem como de monitorização face à execução do mesmo. As diretrizes para seguimento serão apresentadas por domínio, ou seja: risco de incêndio, risco de erosão, risco de cheia/inundação, sismicidade e acidentes industriais.

RISCO DE INCÊNDIO

Apresentam-se de seguida as medidas de acompanhamento a ter em conta face à possibilidade de ocorrência de risco de incêndio.

- Avaliação periódica do risco de incêndio no Concelho e divulgação do mesmo;
- Implementação das medidas e ações estabelecidas nos planos de prevenção e combate a incêndios florestal e sobre património edificado (quer no que se refere a dotação de meios - pontos de água, equipas de prevenção, sistemas de alerta e combate, equipamentos disponíveis, etc. – ou realização de atividades específicas);
- Elaboração de relatórios de situações de risco e/ou emergência face à probabilidade/ocorrência de incêndio florestal ou sobre património edificado, com avaliação do espaço ardido (número de acontecimentos, ha área ardida, edifícios afetados, população humana afetada), tempos de resposta dos meios de intervenção (min) bem como das perdas patrimoniais em consequência de incêndio (euros);
- Adoção de técnicas construtivas dos edifícios que contribuam para o aumento da resistência destes ao risco de incêndio.

Dever-se-á também garantir o cumprimento dos requisitos legais, nomeadamente no que se refere às obrigatoriedades estabelecidas no Decreto-lei nº. 254/2007 de 12 de julho (Diretiva

SEVESO II) bem como no Regulamento Geral de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RG-SCIE) (Decreto-lei nº 220/2008 de 12 de novembro).

RISCO DE EROSÃO

Os processos erosivos têm comportamentos diferenciados, que dependem das características do meio físico e também das intervenções antrópicas.

Sendo assim, as medidas de acompanhamento propostas são as seguintes:

- Implementação de medidas estruturais que envolvam microdrenagem, macrodrenagem, estabilização de talvegues e taludes e medidas não estruturais (preventivas) como por exemplo realizar o planeamento urbano e a gestão do uso do solo nas áreas identificadas com risco de erosão;
- Sempre que se registar a necessidade de uma nova construção, deverão ser tidas em consideração as medidas que acautelem os processos erosivos do solo devendo para tal, quando necessário, ser equacionadas medidas de estabilização de taludes, contemplando as necessárias intervenções de reflorestação;
- Deverão ser asseguradas todas as condições de estabilidade sobretudo ao nível da abertura de taludes e aterros construídos;
- Estes mesmo taludes e aterros devem manter funcionais todas as estruturas de drenagem construídas. A sua reflorestação evitará a escorrência das águas, garantindo a sua estabilidade e diminuindo os riscos de erosão;
- Fomentar a reabilitação ecológica da área florestal e outras onde tal seja possível através da implementação de um plano de requalificação do coberto vegetal, designadamente nas áreas de REN classificadas como áreas com risco de erosão;
- Estabelecimento de um plano de prevenção da erosão urbana com base no ordenamento do assentamento urbano, estabelecendo-se normas básicas para evitar problemas futuros e evitar situações que favoreçam o desencadeamento do processo erosivo; no caso dos espaços já ocupados, reduzir ou eliminar os possíveis efeitos negativos dessa ocupação;
- Nas avaliações do impacto de infraestruturas subterrâneas e de superfície, bem como das construções urbanas, o Concelho deverá ter em conta os seus efeitos sobre o fluxo natural das águas superficiais e subterrâneas, incluindo medidas de conservação do solo permeável e tenha igualmente em conta o efeito da fragmentação de leitos naturais, espaços e habitats aquando da sua planificação;

- Numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, a topografia, a estrutura e o relevo natural do terreno deverão ser respeitados durante os processos de urbanização, sendo necessário: limitar a impermeabilização do solo e a deformação da morfologia natural e do relevo bem como um maior controlo sobre o desaparecimento dos solos e prevenção do impacto ambiental;
- Devem ainda ser tidas em consideração a implementação de medidas de prevenção da erosão hídrica e de proteção do solo já que estas contribuem para a redução do risco de cheias.

RISCO DE CHEIA/INUNDAÇÃO

Ao nível dos riscos de cheia e inundação devem ser equacionadas algumas medidas que previnam estes riscos naturais, sendo elas:

- Estabelecimento do zonamento do risco de cheia com identificação clara das fragilidades e condicionamentos daquelas zonas, bem como estabelecimento de um plano de prevenção, alerta e minimização dos efeitos face à ocorrência de eventos desta natureza;
- Os processos de licenciamento de obras devem assegurar que as intervenções nas linhas de água sejam amplas e não apresentem estrangulamentos por via de construção de travessias, para que a água que converge rapidamente para as depressões, oriundas das áreas adjacentes, tenha condições para uma rápida drenagem para os grandes cursos de água;
- Assegurar que áreas adjacentes a zonas a intervencionar apresentem setores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva;
- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.
- A adoção de medidas regulamentares que proíbam a edificação de caves nas áreas urbanas e o desenvolvimento dos projetos de requalificação das margens ribeirinhas de Benavente e de Samora Correia, qualificando e valorizando a estrutura ecológica municipal. Constituem elementos chave na mitigação e no controle de eventual ocorrência de cheias ou inundações.

SISMICIDADE

No que concerne às medidas de acompanhamento face ao risco de ocorrência de sismos as mesmas são:

- Estabelecimento de regras adequadas à construção antissísmica, em função dos índices de intensidades de perigosidade do Concelho;
- Estabelecimentos de planos de prevenção e emergência face à ocorrência de sismos;
- Promoção de ações de informação e sensibilização da população e instituições;
- Promoção da realização de exercícios de simulacro.

ACIDENTES INDUSTRIAIS

Dado que estes integram a probabilidade de risco de derrame, de explosão ou de incêndio tem-se:

- Deverão ser estabelecidas as distâncias de segurança para os estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei nº254/2007 de 12 de julho.

Importa ainda referir que se torna importante a informação e sensibilização das populações e entidades face às características biofísicas do Concelho e às possibilidades de risco decorrentes das mesmas. A Câmara Municipal de Benavente já realiza atividades neste sentido e dispõe de informação no seu sítio no espaço internet, devendo garantir a divulgação desta informação e a atualização da mesma. Este aspeto é crucial pois permite às populações uma atuação rápida e eficaz em situação de risco.

5.9. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

5.9.1. DESCRIÇÃO DO FCD E SEUS OBJETIVOS

Qualquer intervenção no território municipal deverá assumir uma atitude de proximidade negociada com os promotores, dando “espaço” e apoio às suas iniciativas e investimentos mas exigindo-lhes, simultaneamente, a concretização de formas e estruturas urbanas que sirvam o interesse público.

O papel dos Agentes de Desenvolvimento poderá ser fundamental para assegurar esta dinâmica, na medida em que o perfil profissional destes Agentes remete para o desenvolvimento de um conjunto de competências transversais relacionadas com o apoio às comunidades locais na medida em que se verifique uma melhoria dos serviços prestados ao cidadão e aos agentes socioeconómicos.

Está em causa a capacidade de efetuar uma segmentação de públicos alvo e de decisores chave e de estabelecer as estratégias de promoção adequadas às características de cada um desses segmentos, estimulando formas eficazes de organização e de cooperação estratégica.

A presente análise do FCD pretende assegurar a componente social num quadro de desenvolvimento sustentável do território, assegurando a integração das questões sociais no processo de planeamento. Pretende-se apoiar um modelo socioeconómico de desenvolvimento alicerçado num planeamento participativo que aborde aspetos determinantes de forma a garantir elevados padrões de qualidade de vida e de competitividade.

Neste contexto, para este FCD foram definidos os objetivos de sustentabilidade e indicadores, que integram o domínio da ação social (Quadro 80), expressando o alcance da presente análise estratégica, bem como o nível de pormenorização com que a mesma será realizada, baseada na informação existente e disponível, tendo no entanto consciência da existência de lacunas de informação em matérias que seriam importantes para assistir à caracterização da situação de referência deste FCD.

Quadro 80 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Agentes de Desenvolvimento, com os objetivos de sustentabilidade e principais indicadores estabelecidos.

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Agentes de Desenvolvimento	Ação social	<ul style="list-style-type: none"> Definir critérios, suficientemente flexíveis, que permitam acolher o desenvolvimento do concelho sem comprometer o equilíbrio funcional. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de agentes envolvidos 	Nº	CM Benavente
			<ul style="list-style-type: none"> Tipologia de agentes envolvidos 	Nº	
		<ul style="list-style-type: none"> Proporcionar maior visibilidade e protagonismo interno e externo à sub-região e aos agentes locais, estimulando formas eficazes de organização e de cooperação estratégica. 	<ul style="list-style-type: none"> Ações desenvolvidas pelos agentes 	Nº	CM Benavente
			<ul style="list-style-type: none"> Ações promovidas pela Câmara que tenham envolvido a participação dos Agentes 	Nº	
		<ul style="list-style-type: none"> Envolver a comunidade na valorização e aproveitamento dos seus recursos, mobilizando vontades e capacidades organizativas. 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (Portal digital) 	Nº visitantes	INE
			<ul style="list-style-type: none"> Participação em consultas públicas Participação eleitoral * 	Nº	
		<ul style="list-style-type: none"> Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (Portal digital) * 	Nº visitantes	CM Benavente	

* - Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

5.9.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

Como forma de avaliar e caracterizar o território e a situação atual recorre-se à metodologia de análise SWOT, identificando-se para tal as potencialidades e fragilidades da região. Sendo assim, a mesma foi realizada para o FCD – Agentes de Desenvolvimento e para o território em estudo, apresentando-se os resultados no Quadro 81. Com esta análise pretende-se, de uma forma sucinta, apresentar quais as ações e atividades em que os agentes de desenvolvimento local têm maior visibilidade e onde a sua intervenção pode desencadear importantes considerações sobre as decisões a tomar, reunindo-se desta forma os elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, dão origem à identificação das ameaças e oportunidades associadas ao FCD em avaliação. Esta análise é feita considerando a **não implementação das alterações do plano** em avaliação.

Quadro 81 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Agentes de Desenvolvimento

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento populacional, presença de população jovem, taxa de atividade significativa e poder de atração populacional. • Companhia das Lezírias como principal agente dinamizador do setor agrícola e silvo-pastoril. • Existência da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), e de estudos efetuados no seu âmbito: Estudo Integrado da Mobilidade e Sistemas de Transportes nos concelhos que integram a CULT. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de uma associação de cariz ambiental num concelho com um elevado valor natural e paisagístico.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Participação mais ativa por parte dos cidadãos no que respeita ao planeamento territorial, assim como aos instrumentos de gestão ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de identidade-tradições locais.

O Concelho de Benavente é um território que, pela sua localização, apresenta uma enorme dinâmica de atividades que integram áreas que vão desde a intervenção e educação, à juventude, ambiente ou cultura sem esquecer as questões da ação social ou do desenvolvimento nos seus diferentes setores (social, económico, ...). Em cada um destes setores, e como forma de potenciar e dinamizar a discussão na tomada de decisões, existe um conjunto de grupos de agentes de desenvolvimento os quais têm uma intervenção mais ou menos evidente na região. Segundo os “Estudos de Caracterização do Território – Capítulo 5: Equipamentos de Utilização Coletiva” existe no Concelho de Benavente um conjunto de associações que trabalham quotidianamente ao nível empresarial, desportivo e cultural/recreativo representando estas os sinais mais visíveis da dinâmica social (ver Quadro 82).

Quadro 82 - Agentes de Desenvolvimento por tipologia com intervenção no Concelho de Benavente ¹⁵

Tipologia de Agentes	Designação	Número Total de Agentes
Ação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Socorros Mútuos de Benavente • EMIC - Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária de Benavente • SERVIR - Associação de Apoio à Toxicod dependência • Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicod dependências do Concelho de Benavente (Projetos “TEMPOS” e “VOAR”) • Centro de Emprego de Salvaterra de Magos • Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Benavente • AEA - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Criança • CRIB - Centro de Recuperação Infantil de Benavente 	8
Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • No concelho de Benavente não existe nenhuma associação de cariz ambiental 	0
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Clube União Artística Benaventense • Sociedade Filarmónica Benaventense • Grupo de Teatro “Sobre Tábuas” • Rancho Folclórico Saia Rodada de Benavente • Associação Recreativa e Cultural Amigos de Samora – ARCAS • Grupo Etnográfico Samora e o Passado • Revisteiros • Sociedade Filarmónica União Samorense • Rancho Folclórico dos Foros da Charneca • Sociedade Filarmónica de Santo Estêvão • AREPA - Associação Recreativa do Porto Alto • Associação Desenvolvimento da Cultura e Recreio dos Arados • Grupo de Teatro Infantojuvenil de Benavente 	13
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • União Comissão de Festas em Honra N.ª Srª da Paz • Comissão de Festas do Porto Alto • Comissão da Sardinha Assada – Festa da Amizade • Comissão de Festas dos Foros de Almada • Liga Melhoramentos dos Foros da Charneca • Comissão de Melhoramentos Coutada Velha • Comissão de Festas de São Brás • Comissão de Festas dos Foros da Charneca • Associação Livre dos Trabalhadores da Barrosa • Comissão de Festas da Barrosa • Comissão de Festas de Santo Estêvão • NERSANT – Associação Empresarial de Santarém • Sociedade Agrícola de Benavente e Samora Correia • Associação de Criadores de Bovinos de Raça Preta 	14
Desporto	<ul style="list-style-type: none"> • ADCB – Associação Desportiva e Cultural de Benavente • Clube de Pesca Vila das Areias • Grupo Columbófilo de Benavente • Grupo Desportivo de Benavente • Centro Columbófilo Samorense • Grupo Desportivo de Samora Correia • Academia Gimnodesportiva de Samora Correia • Sport Club Barrosense • Clube de Futebol Estevense • Clube de Golfe de São Estêvão • ADEMA – Clube de Pescadores e Caçadores • Associação de Caça e Pesca de Samora Correia • Associação de Caçadores Tiro e Queda Benavense • Centro Equestre do Zambuieiro 	14
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamentos de Escolas • EDUCATIS – Centro de Formação de Professores de Benavente • Centro de Novas Oportunidade de Benavente • Universidade Sénior do Concelho de Benavente 	4
Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Jovens de Benavente • Associação de Escoteiros de Benavente 	3

¹⁵ As tipologias de agentes foram estabelecidas de acordo com as diferentes áreas de intervenção de uma autarquia, neste caso Benavente, sendo que os agentes identificados, para além dos mencionados nos estudos de caracterização do território, têm por base uma pesquisa na internet segundo os seguintes critérios: agentes de desenvolvimento, associações de desenvolvimento, organizações de desenvolvimento, entidades de desenvolvimento, instituições de desenvolvimento e ONG's em Benavente.

Tipologia de Agentes	Designação	Número Total de Agentes
Segurança	• Grupo Escuteiros de Samora Correia	2
	• Associação dos Bombeiros Voluntários de Benavente	
	• Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Samora Correia	

Estes agentes têm desenvolvido diferentes ações pelo desenvolvimento e promoção do território em função da sua área de atuação. Estas assentam quer na promoção individual de atividades e ações que dinamizem as suas áreas de ação ou por participação em eventos ou atividades promovidos por outros atores mas nos quais se considera essencial a integração destes agentes de desenvolvimento. Salienta-se ainda que, aquando da existência de projetos em análise que vinculem às áreas de intervenção dos agentes, os mesmos devem desempenhar uma ação participativa com o intuito de integrar os interesses e promover a prossecução dos objetivos dos grupos. Para além destas situações, estes agentes colaboram com a autarquia em diversas atividades ou ações de desenvolvimento com o intuito de promover a qualidade de vida e a satisfação das populações.

Um outro aspeto importante e que merece destaque prende-se com os índices de participação eleitoral da população, facto que permite compreender a cidadania e a execução dos direitos e participação dos cidadãos nas ações do seu território. Segundo dados do INE (2010) as taxas de abstenção no Concelho de Benavente face aos diferentes atos eleitorais são as apresentadas no Quadro seguinte.

Quadro 83 - Taxas de abstenção por ato eleitoral para o Concelho de Benavente (INE, 2010)

Concelho	Período de referência dos dados	Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%) por Local de residência	Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República (%) por Local de residência	Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais (%) por Local de residência	Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu (%) por Local de residência
		%	%	%	%
Benavente	2009	44,5	-	50,8	68
	2006	-	42,8	-	-
	2005	39,4	-	49,8	-
	2004	-	-	-	68,6

Com a participação dos agentes de desenvolvimento, sensibilização e informação da população, os cidadãos podem contribuir para um desenvolvimento efetivo do Concelho com uma melhoria significativa da sua qualidade de vida, fator de atratividade para o Concelho e promotor para a implementação de outras e novas atividades.

5.9.3. EFEITOS ESPERADOS

Com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente apresenta-se no Quadro 84 a relação destas com os indicadores estabelecidos.

Quadro 84 - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente nos indicadores estabelecidos para o FCD – Agentes de Desenvolvimento

Domínios	Indicadores	Efeito Esperado Positivo	Efeito Esperado Negativo
Ação Social	Número de agentes envolvidos	Com as novas dinâmicas a serem introduzidas no território, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento do turismo e ao crescimento do setor secundário, espera-se que venham a ser dinamizadas	-
	Tipologia de agentes envolvidos	Espera-se que todos os agentes identificados venham a participar ativamente para a prossecução do modelo de desenvolvimento estratégico delineado para o Concelho. Desta forma, considera-se que os efeitos esperados para este indicador sejam positivos significativos.	-
	Ações desenvolvidas pelos agentes	Decorrente do modelo de desenvolvimento e da aposta no setor do turismo, é de esperar um efeito positivo significativo para a prossecução deste indicador uma vez que o envolvimento das agentes é indispensável a uma boa estratégia de marketing.	-
	Ações promovidas pela Câmara que tenham envolvimento e participação dos Agentes	Para que a concretização da estratégia de desenvolvimento seja efetiva e da mesma advenham os benefícios esperados é importante que se verifique o envolvimento de todos os agentes, quer na divulgação, quer na criação de uma cultura concelhia e imagem de marca. Só deste forma se conseguirão alcançar novos mercados e novos investidores. Visto que tal é um aspeto reconhecido pelas opções estratégicas definidas para o Plano bem como pelo município, é esperado que os efeitos esperados sejam positivos significativos, no intuito de alcançar o desenvolvimento económico e a notoriedade para o território.	-
	Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (Portal digital)	As novas tecnologias são hoje em dia, por si só, recursos de divulgação, desenvolvimento e inovação. Neste contexto cada vez mais as instituições apostam na sua utilização aos mais vários níveis. O setor do turismo é um grande utilizador destas ferramentas pois permite o acesso aos interessados em pontos distintos do território e até mesmo do país e do mundo, sendo uma das portas de entrada no território. Desta forma, os efeitos esperados sobre este indicador são positivos significativos uma vez que o município está empenhado em difundir o seu território em larga escala, como forma de cativar novos investimentos e pessoas.	-

Importa salientar que as opções estratégicas definidas na proposta de revisão do PDM de Benavente incorporam ações que visam a integração e participação pública dos diferentes agentes nos processos de informação, decisão e atenção às necessidades dos cidadãos. Este aspeto é evidenciado em todas as opções do plano e, em quase todas elas, se espera da totalidade das tipologias de agentes, ações ativas de promoção e de participação. A integração e participação dos agentes no processo de decisão será uma mais valia nas futuras relações e na implementação de projetos que direta ou indiretamente dependem da participação e satisfação dos cidadãos para a própria promoção do Concelho.

No caso específico do indicador que visa a avaliação da participação eleitoral este, não estando diretamente relacionado com nenhuma das opções estratégicas e objetivos apresentados pela proposta de revisão do plano, terá contribuição positiva visto que os próprios processos de participação e envolvimento público promovem o sentido de cidadania e responsabilização individual, fatores característicos dos atores e cidadãos que participam eleitoralmente.

No quadro que se segue é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pela proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos, e mais concretamente no seu Regulamento, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico. Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo contribui (+) (criando oportunidades) ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do Quadro de Referência Estratégico definido para o Plano.

Face a uma avaliação mais detalhada do território e do FCD – Agentes de Desenvolvimento aquando da realização da caracterização da situação atual, esta justificou a necessidade de inclusão de outros documentos no estabelecimento da sua relação com os documentos do QRE. Sendo assim, os instrumentos incluídos são: Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Plano Nacional da Água (PNA) e Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROF-Ribatejo). Salienta-se ainda a exclusão do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET) dado que não se verifica a possibilidade de estabelecimento de uma relação entre os objetivos apresentados por este plano com o FCD - Agentes de Desenvolvimento.

Quadro 85 - Contribuição da proposta de revisão do PDM de Benavente para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do FCD – Agentes de Desenvolvimento

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Agentes de Desenvolvimento
PNPOT	Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública	+	Este objetivo será cumprido com a revisão do PDM de Benavente implementando-se a opção estratégica que pretende “Fortalecer e diversificar a base económica/empresarial” através do objetivo “garantir o acesso a todas as novas redes de comunicação e partilha e troca de informação”.
	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições	+	A revisão do PDM de Benavente dará cumprimento a este objetivo com a prossecução da opção estratégica “Reestruturar e qualificar a rede urbana municipal”, nomeadamente com o objetivo que visa “promover uma política de requalificação do edificado, com a participação da população” bem como com o objetivo que atende à concertação entre promotores e poder local para assegurar a qualidade dos espaços públicos e de lazer.
ENDS	Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual	+	Os agentes de desenvolvimento são um dos vetores da coesão social e da responsabilidade individual pelo papel interventivo que têm na sociedade. Este objetivo será cumprido com a revisão do PDM em análise através da opção estratégica “reestruturar e qualificar a rede urbana municipal” já que este pretende “promover a inclusão social, principalmente dos grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos e deficientes”.
PNAAS	Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais	+	Os agentes de desenvolvimento têm um papel preponderante na prossecução deste objetivo visto que representam um conjunto de cidadãos com interesses comuns e a sua intervenção vem expressar as suas necessidades. No que se refere ao cumprimento dos objetivos de informação e participação do público e atores-chave nos domínios do ambiente e saúde, nomeadamente comunicação do risco, não se verifica a presença de nenhuma opção ou objetivo na revisão do plano que dê cumprimento a estes objetivos em específico. No entanto, nas situações em que se verifica o cumprimento de participação pública em outros domínios, estes acabam por estar indiretamente relacionados com os riscos dadas as características biofísicas do território que terão sempre de ser atendidas.
	Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco	+	
	Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde	+	
PENT	Eventos - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista (Mega eventos, Grandes eventos promocionais, Animação local)	+	Este objetivo será cumprido através da promoção da opção estratégica que visa “Desenvolver sustentadamente o setor do turismo e construir um território de lazer” nomeadamente com a prossecução do objetivo “promover uma oferta de turismo diversificada”. O cumprimento deste objetivo responde especificamente às ações das tipologias de agentes “Cultura” e “Desenvolvimento”. A sua intervenção revela-se essencial para a prossecução deste objetivo na medida em que eles representam uma excelente forma de intervenção dos cidadãos na promoção das atividades do Concelho e na diferenciação dos produtos já que eles são fruto da cultura e do património.
	Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística	+	
PNA	Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos	+	Dar-se-á cumprimento a este objetivo com a implementação da opção estratégica “Reestruturar e qualificar a rede urbana municipal” nomeadamente com a prossecução do objetivo que visa “estabelecer protocolos que permitam pensar em instalar centros de educação e interpretação ambiental”. Os agentes de desenvolvimento, nomeadamente os das tipologias “Ambiente” e “Desenvolvimento”, são os elementos incentivadores à participação dos cidadãos para cumprimento deste objetivo. A sua ação e esclarecimentos são essenciais para uma sociedade informada tornando-se a sua participação mais efetiva.

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Agentes de Desenvolvimento
PROF-Ribatejo	Melhorar o conhecimento técnico e científico relativo à gestão dos espaços florestais nas suas diversas vertentes, bem como a sua transferência para os diversos agentes do setor	+	Estes objetivos serão alcançados dando-se cumprimento ao estabelecido na opção estratégica “Reestruturar e qualificar a rede urbana municipal” nomeadamente com a prossecução do objetivo que visa “estabelecer protocolos que permitam pensar em instalar centros de educação e interpretação ambiental”. Para dar cumprimento a este objetivo os agentes da tipologia “Ambiente” são cruciais. Dentro das suas ações, são o elo de ligação entre os cidadãos e o conhecimento, sendo de elevada importância na vinculação desta rede.
	Melhorar a qualificação técnica e profissional dos diversos agentes da fileira florestal de modo a fazer face aos desafios colocados ao setor	+	
PDI-LVT	Desenvolvimento de um sistema urbano multipolar, vertebrador do território e fomentador da cooperação inter-urbana	+	A revisão do PDM de Benavente dará cumprimento a este objetivo com a prossecução da opção estratégica “Reestruturar e qualificar a rede urbana municipal”, nomeadamente com o objetivo que visa “promover uma política de requalificação do edificado, com a participação da população” bem como com o objetivo que atende à concertação entre promotores e poder local para assegurar a qualidade dos espaços públicos e de lazer. Todas as tipologias de agentes são importantes para a prossecução deste objetivo. Eles têm um papel preponderante no cumprimento destes objetivos já que representam um conjunto de cidadãos com interesses comuns vindo a sua intervenção expressar as suas necessidades. Pode-se desta forma contribuir para o estreitamento das relações entre o poder e os órgãos decisores e a opinião pública e a consideração da mesma na tomada de decisões.

5.9.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Com a proposta de revisão do PDM em análise, pretende-se organizar o espaço atendendo aos objetivos estratégicos de desenvolvimento, conservação e preservação dos recursos bem como de gestão territorial, promovendo um Concelho sustentável e de qualidade. Para que tal seja conseguido, e para que estes respondam às necessidades efetivas da sua população, a integração dos agentes de desenvolvimento dos diferentes processos revela-se um fator essencial a atender.

Para o FCD – Agentes de Desenvolvimento, e para a concretização da presente proposta de revisão ao PDM, estudaram-se as oportunidades e as ameaças decorrentes das possíveis alterações que o plano permitirá concretizar no território. Pretende-se desta forma analisar os aspetos mais positivos bem como os negativos em resultado da revisão do PDM (Quadro 86).

Quadro 86 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita ao FCD – Agentes de Desenvolvimento

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de uma cultura própria por participação e informação • Dinamização e promoção dos projetos por parte da população e dos diferentes agentes de desenvolvimento • Notoriedade do território • Aumento dos índices de qualidade de vida por integração dos cidadãos nos processos de decisão • Fixação populacional • Desenvolvimento económico e social • Coesão social 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca adesão participativa • Insatisfação populacional • População enquanto barreira à concretização do desenvolvimento

A integração dos agentes de desenvolvimento nos processos de tomada de decisão reveste-se de extrema importância. Estes agentes representam a população e as suas necessidades perante os decisores e o poder local e regional. No entanto, poderá existir na sua existência e participação alguma dicotomia dado que os interesses podem diferir e nestes casos a ação dos agentes poderá ser colocada em causa por insatisfação da população. Nestes casos, a população poderá desenvolver-se como uma barreira no processo de decisão e comprometer a tomada de decisão e o desenvolvimento económico e social previsto para o território. Neste sentido, é de extrema importância a informação e sensibilização dos cidadãos bem como o seu esclarecimento. Estes elementos são a força e vetores da cidadania, que levam ao desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e interventiva, e onde a ação social e responsabilização integra as atividades da sociedade. Desta forma, e dado que o plano em análise integra objetivos que vinculam a participação pública e informação, é de esperar um contributo no desenvolvimento de uma cultura própria e de agentes de desenvolvimento que efetivem as suas missões. Conseguir-se-á desenvolver neste território índices de qualidade de vida elevados os quais serão dinamizadores de fixação populacional e de desenvolvimento da

região, os quais contribuirão para uma notoriedade de excelência do território do Concelho de Benavente. Todos estes aspetos serão elementos fundamentais para a prossecução das diferentes opções estratégicas assumidas na revisão do PDM de Benavente e são o elemento central no contributo para a sustentabilidade do território.

5.9.5. DIRETRIZES DE SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações, que podem contribuir para um acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Benavente e que melhor integram os princípios da sustentabilidade. Com base nos indicadores identificados, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do PDM poderá ter sobre estes, foram identificadas medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos bem como de monitorização face à execução do mesmo.

Medidas de minimização e/ou prevenção para o FCD – Agentes de Desenvolvimento:

- Estabelecimento de ações de informação, sensibilização e esclarecimento face às diferentes temáticas a atender;
- Realização de Workshops temáticas para públicos-alvo distintos;
- Divulgação de atividades garantindo-se que esta é dada a conhecer a toda a população;
- Dinamização de atividades em parceria com os agentes de desenvolvimento que demonstrem a relação entre os decisores e poder local e regional e os cidadãos e população em geral;
- Desenvolvimento de uma cultura de transparência e visibilidade das atividades concelhias com proximidade à população.

6. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

O quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da revisão do PDM de Benavente, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano. Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia” (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança para a revisão do PDM de Benavente, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Desta forma, são identificadas as entidades e os agentes que se considera ter um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura revisão do PDM, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial (Quadro 87).

Quadro 87 – Quadro de Governança para a Ação

Entidades	Ações
Ministério de Economia – Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo	-Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.
Instituto da Água	-Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Agência Portuguesa do Ambiente/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	-Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e da qualidade do ar. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Administração Regional da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	-Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Ecolezíria – Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos	-Garantir e acompanhar todo o processo de recolha e tratamento de Resíduos.
Câmara Municipal de Benavente	-Desenvolver processos de participação pública. -Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. -Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. -Garantir e operacionalizar a recolha e tratamento de resíduos. -Monitorizar os valores de Ruído Ambiental decorrentes da execução do Plano. -Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas na revisão do PDM decorram de forma sustentável. -Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. -Promover ações de formação e valorização profissional. -Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Juntas de Freguesia	-Operacionalização de operações de gestão de resíduos. -Fomentar diferentes formas de participação pública.
População em geral	-Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. -Participar ativamente nos processos de consulta pública.

7. ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO

Para que a proposta de revisão do PDM de Benavente apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foram desenvolvidas orientações para a implementação de um **Plano de Controlo** que visam assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando a execução da revisão do PDM. O presente Plano de Controlo inclui a maioria das medidas preconizadas anteriormente, aquando da fase de seguimento de cada um dos FCD analisados.

Neste contexto, o Plano de Controlo insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de duração do PDM, atualmente em revisão.

Importa que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano.

Para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que profetizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Tendo em conta o referido no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, os resultados do Plano de Controlo serão atualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável pela elaboração do Plano (Câmara Municipal de Benavente), serão divulgadas pela entidade referida através de meios eletrónicos e posteriormente remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente.

Aquando da revisão do Plano de Controlo, deverá ser realizada uma nova ponderação relativa à evolução de cada indicador, e deverão ser ponderadas as medidas preconizadas, de forma a alcançar as metas pretendidas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste dessas mesmas medidas e metas.

A figura seguinte resume e identifica as etapas que devem ser seguidas durante a Fase de Seguimento do Plano.

A Figura 24 resume e identifica as etapas que devem ser seguidas durante a Fase de Seguimento do Plano.



Figura 23 - Esquema conceptual das etapas que constituem o Plano de Controllo da Fase de Seguimento.

O Quadro 88 apresenta os objetivos de sustentabilidade, os indicadores considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente, e define as medidas de gestão ambiental a desenvolver.

Quadro 88 – Orientações para a implementação de um Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade, medidas de gestão ambiental e ações a desenvolver.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial	Qualificação Humana		
	- Promover a atração de quadros técnicos médios e superiores - Promover a qualificação profissional	- Evolução da população residente - População residente por grupos etários - Variação da população ativa por setores de atividade - População residente, segundo a qualificação académica - Estruturas de apoio à formação profissional	- Criar condições que favoreçam as condições de qualidade de vida da população que permitam a fixação e a atração de população para o Concelho. - Promover ações de qualificação e formação profissional e em especial direcionada para a população ativa desempregada; - Promover ações de Formação Profissional orientada para as áreas mais carenciadas de emprego;
	Sócio-economia		
	-Defender a base económica local	-Sectores empresariais chave (n.º de empresas por setor) -Capacidade de realização dos fundos de apoio e de incentivos a práticas agrícolas sustentáveis (taxa de execução) -Número de produtos locais certificados	-Dinamizar o Gabinete do Investidor de forma a ser peça chave na atração e seleção de setores empresariais chave. - Apostar na atração de atividades qualificadas que tirem partido do quadro locativo existente – interface AML. - Qualificação da Atividade Agrícola, através do seu desenvolvimento e da sua modernização. - Qualificar a atividade florestal e de produção, através do seu desenvolvimento e da sua modernização. - Apostar na produção de produtos de excelência e criar uma Imagem de Marca. - Certificar produtos de qualidade. - Divulgar e Promover a nível regional e nacional, produtos locais – rotas temáticas. - Criar rotas regionais apoiadas em setores chave – ganadarias, coudelarias, gastronomia, recursos naturais.
	-Criar novos postos de emprego diminuindo a taxa de desemprego	-Taxa de atividade -Taxa de desemprego	- Promover a qualificação da população ativa desempregada. - Promover o desenvolvimento de projetos que envolvam as principais unidades empresariais locais e os principais polos de conhecimento. -Promover o aumento da taxa de emprego e de formação profissional. - Criar condições para a existência de mais emprego no concelho. - Criar condições para a fixação de empresas no concelho. - Promover ações de Formação Profissional orientada para as áreas mais carenciadas de emprego. - Gerar mais e mais qualificado emprego.
	-Fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas. -Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional	-Número de intervenções qualificadoras e respetiva área (ao nível do tecido construído - armazéns, indústrias, e do espaço público). -Número de equipamentos e serviços de apoio empresarial instalados -Taxa de cobertura das ALE por parte das novas redes de comunicações e partilha e troca de informação	-Qualificar a imagem das zonas de localização empresarial existentes, assumindo essa qualificação como uma preocupação. -Requalificar o espaço industrial e de armazéns existentes, através do lançamento de projetos tipo. -Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicação e de partilha e troca de informação. -Promover um concurso de ideias para a qualificação da imagem da EN10 e EN18, nas zonas de maior concentração de atividades terciárias e secundárias. -Valorizar e integrar programas emergentes nomeadamente o turismo temático

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
		-Número de camas em hotelaria convencional	– hipismo, o golf. -Promover o aumento da capacidade hoteleira. -Criar infraestruturas de suporte – alojamentos, restauração, equipamentos.
	- Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional	-Variação da População Ativa por setores de atividade -Área de espaços infraestruturados e estruturados para acolhimento de novas empresas	- Promover políticas de atração e de fixação de novas unidades. -Procurar oferecer espaços empresariais atrativos e qualificados mas acima de tudo “amigos e compatíveis” com o Ambiente. -Oferecer espaços públicos e espaços verdes qualificados e um programa de serviços e equipamentos de apoio atrativo.
	- Criar vastas áreas multiusos, estrategicamente localizadas, como base impulsionadora para fixação de atividades logísticas e empresariais, científicas, tecnológicas e de investigação.	-Número de equipamentos do terciário qualificado em especial ensino superior e empresas de base tecnológica	-Apostar nos serviços terciários qualificados em especial ensino superior e empresas de base tecnológica como âncoras possíveis. -Explorar a possibilidade de instalar Serviços especializados de apoio às atividades existentes no domínio da investigação (Caso da Companhia das Lezírias por exemplo). -Programar e capitalizar a presença de uma unidade de ensino universitário como fator de localização capaz de fixar e atrair um tecido empresarial mais qualificado.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade	Ambiente Urbano		
	- Fomentar a organização espacial do território - Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos	-Evolução da População Residente -Evolução percentual da População Residente por Grupos Etários -Evolução da Densidade Populacional -Variação da área afeta ao solo urbanizado/afetação d solo ao uso urbano -Solo afeto à estrutura ecológica municipal (variação anual) -Espaço Industrial -Espaço Turístico -Espaço Florestal -Espaço Natural -Espaço Agrícola -Espaço Verdes Urbanos	- Promover medidas que favoreçam o aumento populacional acompanhado pelo aumento da população mais jovem. - Promover uma correta utilização e gestão destes espaços.
	- Regularizar e ordenar as explorações agropecuárias num quadro de equilíbrio e de respeito, com os espaços urbanos e com sistema biofísico	-Número total de explorações agropecuárias -Número total de explorações agropecuárias a reconverter	Definir linhas orientadoras que visem incentivar a reconversão de explorações agropecuárias.
	- Promover as condições e a qualidade de vida das populações	-Aceso da população a sistemas de tratamento de águas residuais domésticas servidos por ETAR em funcionamento. -Acesso da população a sistemas de abastecimento de água potável (abastecimento, superficial e subterrânea).	-Continuar o processo de renovação da rede de abastecimento de água, com pequenas insuficiências do ponto de vista da rega, nos meses do verão. -Assegurar o uso racional e eficiente da água. -Assegurar o cumprimento das normas de qualidade das águas para consumo humano. - Promover ações de sensibilização relativas à poupança de água. - Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água -Início das obras de melhoria da cobertura do ponto de vista do tratamento de todo o caudal efluente doméstico e comercial.
	-Manter e qualificar o nível de urbanização -Estruturar o seu território urbanizado, formal ou mesmo informalmente, mas recusando exceder os parâmetros urbanísticos tradicionais	-Instrumentos de gestão territorial eficazes de nível municipal -Nº de loteamentos aprovados -Número e montantes investidos, nas intervenções de requalificação urbana	- Promover um correto ordenamento dos espaços empresariais, planeando os espaços e os eixos preferenciais de localização empresarial. - Promover uma correta utilização e gestão destes espaços e de outros espaços.
	- Definir uma estrutura urbana clara e de fácil leitura, uma rede atrativa de espaços públicos e de equipamentos e uma "imagem" do edificado que manter a identidade.	-Número de intervenções a nível da estrutura edificada e montantes investidos. -Número de intervenções a nível da estrutura viária e montantes investidos -Montantes investidos a nível da intervenção no espaço público urbano. -Número/área de ocupação e respetiva	- Definir e promover a personalidade da cidade consolidada, tornando-a atraente - Defender o equilíbrio ambiental do espaço urbano. -Monitorizar as obras de reabilitação/recuperação garantindo que as características próprias dos edifícios são preservadas. -Garantir a definição de espaços verdes. -Promover uma correta gestão dos espaços verdes. -Apoiar as atividades de lazer, nomeadamente existir uma rentabilização pedagógica, a par da lúdica, dos espaços existentes e a criar.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
		tipologia de parques de estacionamento	- Definir uma rede viária estruturante e clarificar a forma como esta se relaciona com a rede municipal.
	- Requalificar as zonas ribeirinhas, libertando-as do excesso de áreas urbanizáveis, através da implementação de alternativas no interior do concelho	Montante investido em projetos (espaços verdes, de lazer e de recreio, desportos radicais e de aventuras criados) nas zonas ribeirinhas	-Defender e zelar pela proteção e tratamento das linhas de água – prevenção do risco de cheias. - Promover uma correta utilização e gestão deste espaço público. - Garantir um espaço público atrativo e confortável. - Requalificar o espaço público, incluindo mobiliário urbano, sinalética e equipamento urbano. - Promover uma rentabilização pedagógica a par da componente lúdica dos espaços lúdicos.
	- Estabelecer uma rede viária estruturante e promover a melhoria da mobilidade integrada (apoiada no estudo de acessibilidades) e adequada às propostas de ordenamento	Tempo de deslocação por meio de Transporte	Articular o planeamento e a prática urbanística existentes com o sistema de transportes.
Transportes			
	- Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades internas e externas	- Novas vias rodoviárias que sustentem o transporte intermunicipal e urbano, articulado com as redes de transportes públicos em perspetiva. - Investimento em novas vias de comunicação, tendo em conta novos cenários relacionados com a futura localização do aeroporto e traçado da alta velocidade.	- Articular o planeamento e a prática urbanística existente com o sistema de transportes. - Reduzir os níveis atuais de mobilidade motorizada e aumentar a utilização de modos de transporte mais sustentáveis. - Reorganizar os transportes públicos coletivos, tornando-os mais modernos, eficientes e competitivos.
	- Criar condições para uma Mobilidade sustentável	-Vias pedonais/ciclovias -Número de projetos no contexto da mobilidade sustentável e da mobilidade para todos	- Promover uma melhor articulação e compatibilização das infraestruturas viárias com os modos de transporte pedonal e ciclável. - Promover uma gestão adequada do estacionamento. - Fomentar o estacionamento público pago. - Promover o alargamento / continuidade da rede pedonal e articulação entre estas, as ciclovias e os equipamentos de Verde, Recreio e lazer, através de um plano geral de rede pedonal. - Promover a prevenção e redução dos níveis de sinistralidade.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Desenvolvimento Turístico	Património Natural		
	- Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural	- Espaços Naturais com aptidão turística - Espaço Rural com aptidão turística	- Definir e monitorizar o estado, uso e ocupação da Estrutura Ecológica Municipal e definição do Quadro de Usos e de Compatibilidades - Definir uma estratégia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável para o Município que envolva os seguintes domínios: Liderança, Criação de Redes de Sítios, Envolvimento de Parceiros, Estratégia de Animação e de Comunicação e Marketing
	- Promover o uso sustentável dos recursos naturais	- Percursos Pedestres - Circuitos Turísticos	- Definir Percursos Pedestres e/ou Circuitos Turísticos que potenciem a promoção e a conservação dos sistemas naturais existentes, nomeadamente a Reserva Natural do Estuário do Tejo.
	- Definir espaços atrativos e qualificados que permitam a sua utilização para práticas de lazer	- Atividades de turismo em espaço natural - Atividades de turismo rural	- Criar Rede de Sítios e de Acontecimentos com interesse para o Turismo, o Recreio e o Lazer. - Desenvolver atividades de promoção do espaço rural como área propícia para atividades de turismo rural.
	- Incentivar a prática de um turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural e paisagístico	- Parques Ribeirinhos e Zonas de Pesca Desportiva	- Elaborar Projetos de valorização das Margens Ribeirinhas. - Promover a manutenção dos parques ribeirinhos existentes.
	Património Cultural e Arquitetónico		
	- Conservar e valorizar o património arquitetónico e cultural do concelho	- Eventos culturais / Ações de divulgação cultural	- Elaborar a Carta do Património Municipal. - Promover Rotas de Eventos Culturais.
	- Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes	- Imóveis Classificados - Outros Imóveis de Interesse Cultural - Sítios Arqueológicos	- Promover uma correta utilização e gestão do património cultural. - Sensibilizar a população para a conservação e valorização do património natural e edificado do concelho.
	Golfe e Resorts		
	- Planear, de forma sustentável, os espaços destinados à implantação de empreendimentos turísticos associados ao Golfe	- Infraestruturas e equipamentos de turismo e lazer associadas ao golfe - Empreendimentos turísticos/resorts	- Monitorizar o nível de execução, de ocupação e de infraestruturização das áreas de aptidão turística. - Monitorizar o nível de emprego gerado e potencial. - Monitorizar a aplicação de medidas que promovam o uso eficiente dos recursos, nomeadamente o recurso água.
	Turismo Rural		
	- Dinamizar e fortalecer o hipismo com atividade tradicional	- Coudelarias/Centros Hípicos	- Promover o turismo hípico como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável, bem como geradora de riqueza para o território.
	- Promover os recursos agrícolas e florestais, aproveitando as características rurais do território	- Agroturismo - Infraestruturas de apoio à atividade (Companhia das Lezírias)	- Promover o agroturismo como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável, incentivando, motivando e envolvendo os agentes/investidores locais no desenvolvimento de projetos na área do Turismo da Natureza, Turismo de habitação, Turismo em Espaço Rural e outras formas de Turismo Ativo, de forte contacto com a Natureza.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
<p>Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural</p> <p>Conservação e Valorização do Património Natural</p>	Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)		
	- Assegurar a conservação do património natural em áreas do SNAC	<ul style="list-style-type: none"> - Área do Município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas - Plano de gestão para a Área Classificada, - Ações de monitorização de espécies prioritárias - Planos de ação para espécies prioritárias. - Corredores ecológicos entre áreas nucleares para a conservação de espécies 	- Contribuir para o processo de Implementação o Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo, bem como do Plano de Gestão da ZPE- Estuário do Tejo na sua área externa à RNET, proporcionando a avaliação da execução das mediadas neles previstas, designadamente das que resultam da adoção das orientações de gestão referidas no Plano Setorial da Rede Natura 2000 para as Áreas Classificadas em causa.
	- Promover a valorização do património natural e paisagístico em áreas do SNAC	<ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos de apoio à interpretação / divulgação valores naturais - Ações de exploração sustentável do meio natural - Ações de divulgação e de sensibilização ecológica - Rotas ou programas de visitação - Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados, centro de interpretação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamizar eventos que beneficiem dos Equipamentos de apoio à interpretação / divulgação de valores naturais. - Executar o Programa do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo, bem como do Plano de Gestão da ZPE-Estuário do Tejo na sua área externa à RNET. - Promover ações de divulgação e de sensibilização ecológica, integradas em dinâmicas de turismo de natureza. - Promover a sinalização de trilhos usados para pedestrianismo de forma a compatibilizá-los com os requisitos para a homologação de percursos pedestres. - Promover a integração de trilhos já usados em eventos de pedestrianismo ou em rotas temáticas de programas de visitação. - Planeamento e execução de programas de turismo de natureza.
	- Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas	- Participação em ações de Fiscalização	
	- Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis	<ul style="list-style-type: none"> -Valores naturais com estatuto de proteção - Monitorização da diversidade de espécies protegidas e prioritárias* - Planos de ação para espécies ameaçadas, espécies protegidas e de conservação prioritária - Ações de conservação de espécies 	- Implementar o Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo, bem como do Plano de Gestão da ZPE- Estuário do Tejo na sua área externa à RNET, proporcionando a avaliação da execução das mediadas neles previstas, designadamente das que resultam da adoção das orientações de gestão referidas no Plano Setorial da Rede Natura 2000 para as Áreas Classificadas em causa, constituindo objeto específico da ação do ICNB.
	- Monitorizar e reabilitar habitats	<ul style="list-style-type: none"> - Habitats prioritários - Ações de conservação de habitats 	

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	Estrutura Ecológica Municipal		
	- Promover o contínuo natural através da correta delimitação da Estrutura Ecológica Municipal	- Área do Concelho Integrada na EEM	- Promover ações de conservação dos sistemas biofísicos, e dos elementos que integram a EEM.
	- Promover a valorização de áreas/sistemas ecológicos e outros valores integrados em espaços de EEM	- Áreas/sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM	
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta		
- Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta	- Área de floresta de proteção - Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	- Criar e implementar ZIFs. - Elaborar planos de gestão da floresta	
	- Fomentar oportunidades de fruição sustentável da floresta	- Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais*	- Implementar e infraestruturar áreas de lazer com conexão a trilhos / rede de caminhos tradicionais devidamente marcados e sinalizados.
	- Controlar o estado fitossanitário dos espécimes	- Ações de controlo do estado fitossanitário de espécimes com valor para a conservação da natureza*	- Promover ações de controlo do estado fitossanitário de espécimes com valor para a conservação da natureza, com particular incidência no Sobreiro.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Qualidade Ambiental	Resíduos	
		- Promover uma política adequada de gestão de resíduos - Promover a qualidade de vida das populações	- Produção de resíduos sólidos urbanos - Valorização de resíduos sólidos urbanos - Sistemas de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos - Investimento municipal ao nível da gestão de resíduos

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas	
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Qualidade Ambiental	Água		
		<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos - Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade da água superficial de acordo com os fins a que se destina - Qualidade da água subterrânea 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos. - Dar continuidade às intervenções de qualificação das frentes ribeirinhas. - Assegurar a proteção do domínio hídrico e a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e, de uma forma mais geral, das galerias rípicolas e dos troços mais degradados, garantindo áreas “non aedificandi”. - Promover ações que visem proteger e melhorar a qualidade da água - Promover ações de sensibilização relativas à preservação dos recursos hídricos. - Assegurar que as atividades agropecuárias instaladas cumprem o Código de Boas Práticas Agrícolas. - As explorações agropecuárias e agroindustriais deverão cumprir o normativo legal e regulamentar específico para cada um dos setores. - Adotar, para as explorações agropecuárias (nomeadamente suiniculturas) opções por soluções coletivas de tratamento que sejam alternativas às soluções individuais². - Adotar, para as explorações agropecuárias (nomeadamente suiniculturas), adoção de soluções conjuntas, ou complementares, que se demonstrem como as tecnicamente mais adequadas e sustentáveis, que promovam economias à escala regional, permitindo um efetivo controlo das descargas nos meios receptores². - Potenciar a utilização da capacidade de tratamento das infraestruturas dos sistemas supramunicipais ou municipais de saneamento de águas residuais, após um pré-tratamento adequado, otimizando o investimento já realizado². - Divulgar fundos de apoio e incentivo a práticas agrícolas sustentáveis. - Definir linhas orientadoras de melhores práticas agrícolas nomeadamente indicando o tipo de cultura preferencial em áreas adequadas.
		<ul style="list-style-type: none"> - Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano 	<ul style="list-style-type: none"> - Consumo de água - População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o uso racional e eficiente da água. - Assegurar o cumprimento nas normas de qualidade das águas para consumo humano. - Promover ações de sensibilização relativas à poupança de água. - Assegurar a qualidade e quantidade da água para consumo humano. - Garantir a continuidade do acesso a sistemas de abastecimento de água para consumo humano, a toda a população do Concelho de Benavente.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Qualidade Ambiental	Água	
		- Promover um consumo eficiente e racional do recurso água	<ul style="list-style-type: none"> - Perdas no sistema de abastecimento - Instalação de válvulas redutoras de pressão, no sistema predial de abastecimento¹. - promover formas de uso de isolamento térmico do sistema de distribuição de água quente - promove a redução do desperdício de água corrente enquanto os utilizadores esperam que a temperatura seja adequada (medida a ter em conta na fase de construção)¹. - Substituir ou adaptar as torneiras convencionais (lavatórios, etc) por dispositivos mais eficientes e com menor caudal de água (torneira com redutor de caudal, com dispositivo arejador, com fecho automático, etc)¹. - Adequar os procedimentos na lavagem de pavimentos (utilização de mangueiras com dispositivos de controlo de caudal na extremidade de modo a permitir o rápido corte ou diminuição de caudal sem ter de se efetuar deslocação à torneira de alimentação do sistema)¹. - Utilizar de métodos de limpeza a seco de pavimentos - substituição (parcial) de lavagem de pavimentos com água (mangueira), por métodos de limpeza a seco (vassoura / varredura automática)¹. - Realizar a manutenção periódica dos sistemas de rega de forma a eliminar fugas¹. - Programar a oportunidade e altura da rega (antes das 8h00 e depois das 18h00), de forma a evitar perdas¹. - Selecionar espécies vegetais autóctones com resistência à seca e eliminar periodicamente espécies infestantes¹. - Efetivar a rega somente quando necessário (eventual instalação de sensores)¹ - Substituir sistemas de rega menos eficientes por sistemas de rega de baixo consumo (no caso de zonas relvadas – sistema de aspersão, no caso de jardins – sistema gota-a-gota)¹ - Instalar métodos de recirculação, total ou parcial, da água no caso dos lagos (com sinalização de aviso relativa à sua potabilidade) e recirculação da água das piscinas (com tratamento intercalar)¹ - Limitar ou proibir a utilização de água do sistema público de abastecimento, na lavagem de pavimentos, em jardins e similares, em piscinas, lagos, espelhos de água, campos desportivos campos de golfe e outros espaços verdes de recreio, em períodos de escassez¹
		- Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais - Promover a qualidade de vida das populações	<ul style="list-style-type: none"> - População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas	
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Qualidade Ambiental	Ruído		
		- Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações - Cumprimento dos valores limite de exposição a ruído ambiente exterior previsto no RGR (art.11.º)	- População exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite - Reclamações por incomodidade sonora - Planos de Redução de Ruído	- Fiscalizar o cumprimento das normas previstas no Regulamento Geral do Ruído (RGR). - Prevenir e controlar a emissão de poluição sonora nas Zonas Mistas e Sensíveis, de acordo com o estipulado no Regulamento Geral do Ruído. - Promover em todas as ações a realizar no solo urbano o respeito pela disciplina constante do Regulamento Geral do Ruído. - Implementar planos municipais de redução de ruído em zonas de conflito com o RGR, nos casos em que tal for aplicável. - Acompanhar e monitorizar decisões da administração central sobre a solução de projeto e a concretização da implementação do NAL.
		Ar		
		- Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública - Reduzir a poluição do ar	- Qualidade do ar - Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	- Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados. - Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera.
		- Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa	- Número de empresas sujeitas ao - - Comércio Europeu de Licenças de Emissão	- Fomentar e acompanhar a aplicação e seguimentos dos requisitos de monitorização definidos por legislação específica para os casos de instalação de empresas sujeitas ao CELE.
		Energia		
		- Promover o aumento da Eficiência Energética - Utilizar racionalmente a Energia	- Consumo de energia (gás, eletricidade, combustíveis líquidos)	- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético, nomeadamente ao nível de projetos relacionados com a eficiência energética em edifícios públicos.
		- Utilização de Fontes de Energia Renovável	- Projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética - Produção de energia através de recursos renováveis	- Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE). - Aproveitar recursos naturais para produção de energia (nomeadamente através da instalação de painéis fotovoltaicos para iluminação pública) - Promover ações de sensibilização relativas à poupança de energia.
		Património Histórico e Cultural		
		- Salvaguardar os valores patrimoniais definindo medidas de proteção e de incentivo à conservação	- Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção) - Reabilitação de edifícios urbanos degradados - Imóveis classificados - Imóveis inventariados - Sítios Arqueológicos	- Promover a reabilitação/recuperação em edifícios privados considerados de interesse público. - Assegurar a recuperação ou intervenção para que a mesma seja executada nos edifícios públicos classificados como de interesse.
- Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes	- Monitorizar as obras de reabilitação/recuperação garantindo que as características próprias dos edifícios são preservadas. - Garantir a inventariação dos imóveis bem como a sua regular atualização. - Monitorizar a preservação e conservação dos imóveis.			
- Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos	- Garantir a preservação e conservação dos sítios arqueológicos.			
- Valorizar a diversidade e a identidade local	- Monitorizar a preservação e conservação dos sítios arqueológicos, bem como a correta utilização desses espaços.			

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Prevenção/Mitigação de Riscos	Incêndio		
	- Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios	- Área ardida	- Aplicar as medidas estabelecidas no PMDFCI de Benavente bem como no Plano Operacional Municipal.
		- Número de ocorrências de incêndio	
		- Cumprimento (número) das ações/programas nos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente	
		- Número de ocorrências de incêndios urbanos	
	- Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas	- Número de pessoas afetadas por incêndios urbanos	- Aplicar as medidas estabelecidas no PMDFCI de Benavente, no Plano Operacional Intermunicipal bem como no Regulamento da proposta do Plano no que reporta às condições de edificabilidade em espaço florestal bem como às medidas que visam aumentar a resistência e resiliência dos ecossistemas.
		- Áreas edificáveis ou urbanizáveis em áreas com risco de incêndio das classes alta ou muito alta	
- Cumprimento das ações/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente, nomeadamente no que se refere ao aumento da resistência e resiliência dos ecossistemas*		- Garantir a existência de corporações de bombeiros que respondam às necessidades.	
- Corporação de agentes envolvidos no combate a incêndios (bombeiros, proteção civil, outros)			
- Meios e verbas concedidas às corporações de bombeiros existentes no concelho			
Erosão			
- Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo	- Uso do solo	- Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo em fase de construção e seguimento de projetos	
	- Ocorrência de erosão		
- Aumentar os níveis de proteção do solo	- Medidas de contenção face à ocorrência de erosão	- Controlar os processos de erosão fluvial através da manutenção e/ou promoção da vegetação ripícola, entre outros processos. - Assegurar a conservação do solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfológicos e pedo genéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial e a redução da perda do solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água.	

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Prevenção/Mitigação de Riscos	Cheias/Inundação		
	- Aumentar os níveis de proteção do solo	- Área impermeabilizada	- Garantir o cumprimento de boas práticas de proteção do solo e dos ecossistemas no que se refere a solos com características passíveis de inundação, em fase de construção e de seguimento de projetos. - Promoção da salvaguarda de ocupações ou atividades em zonas de cabeceiras de linha de água que prejudiquem a infiltração das águas e acelerem o escoamento superficial e a erosão.
		- Uso do solo em áreas com risco de cheia/inundação	
	- Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias/inundação dentro do perímetro urbano - Assegurar as condições que evitem ou minimizem os impactes da ocorrência de cheias/inundação	- Ocorrência de cheias/inundação	- Garantia das condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água em situação de leito normal ou de cheia. - Sempre que se esgotarem as possibilidades de adoção de medidas não estruturais deverá ser estudada a viabilidade técnica e económica da minimização dos efeitos das cheias e inundações através da adoção de medidas estruturais, nomeadamente bacias de retenção, laminagem de cheia e diques de proteção. Desenvolver e implementar os estudos de requalificação das margens ribeirinhas de Benavente e Samora Correia como forma de valorizar a estrutura ecológica municipal e integrar o tecido construído no sistema biofísico. Adotar normas regulamentares que impeçam a edificação de caves nestas áreas.
		- Área bruta de construção em áreas inundáveis	
		- Número de pessoas vulneráveis aos efeitos de inundações	
		- Áreas inundadas	
		- Medidas de contenção face à ocorrência de cheias/inundação	
		- Investimento em estruturas de mitigação de cheias	
	- Edifícios sensíveis em áreas de risco de cheia/inundação		
- Zonas densamente povoadas com risco de cheia/inundação			
Sismicidade			
- Prevenir as consequências provocadas por um sismo	- Exercícios de simulacro	- Estabelecer e monitorizar a implementação de um plano de ação face à possibilidade de ocorrência de sismo.	
Acidentes Industriais			
- Minimizar os efeitos na população exposta à ocorrência de acidentes industriais	- Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de julho	- Garantir a definição e implementação das distâncias de segurança exigidas para os estabelecidos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 254/2007 de 12 de julho.	
	- Área ocupada por Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de julho		
	- Fixação das distâncias de segurança		
	- Densidade populacional em áreas condicionadas		

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Agentes de Desenvolvimento	Ação Social		
	- Definir critérios, suficientemente flexíveis, que permitam acolher o desenvolvimento do concelho sem comprometer o equilíbrio funcional.	- Número de agentes envolvidos - Tipologia de agentes envolvidos	- Incentivar a participação pública. - Promover a informação e sensibilização dos cidadãos. - Divulgar as ações e atividades.
	- Proporcionar maior visibilidade e protagonismo interno e externo à sub-região e aos agentes locais, estimulando formas eficazes de organização e de cooperação estratégica.	- Ações desenvolvidas pelos agentes - Ações promovidas pela Câmara que tenham envolvido a participação dos Agentes - Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (Portal digital)	- Promover ações em parceria com os agentes de desenvolvimento. - Incentivar a agilização da missão dos agentes de desenvolvimento. - Integrar os agentes locais nas ações e atividades da responsabilidade da autarquia. - Disponibilizar uma alocação no site da Câmara Municipal de Benavente para divulgação dos agentes de desenvolvimento presentes no território.
	- Envolver a comunidade na valorização e aproveitamento dos seus recursos, mobilizando vontades e capacidades organizativas.	- Participação em consultas públicas - Participação eleitoral	- Promover a informação e sensibilização dos cidadãos.

- ¹ – Medidas propostas no âmbito do PNUEA
² – Medidas propostas no âmbito da ENEAPAI
³ – Medidas propostas no âmbito do PEASAR II

O Quadro seguinte dá continuidade ao Plano de Controlo estabelecido no Quadro 97, focando os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Benavente face a metas estabelecidas em documentos estratégicos.

As metas previstas para o concelho de Benavente serão definidas no âmbito da Declaração Ambiental.

Apesar de não ter sido possível obter o valor base, para todos os indicadores identificados, considera-se importante, em alguns casos, desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização, pelo que foram incluídos no Quadro 89.

Quadro 89 – Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Benavente face a metas estabelecidas em documentos estratégicos.

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	
Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial	População Residente	n.º	32000	29019	2011 (INE)	
	Evolução da população residente	%	≥ 15%	24,8	Varição intercensitário 2001/2011 (INE)	
	População Residente por Grupos Etários	0-14	n.º	+ 10%	5146	2011 (INE)
		15-24	n.º	+ 10%	3130	2011 (INE)
		25-64	n.º	manter	16091	2011 (INE)
		65 ou mais anos	n.º	-10%	4652	2011 (INE)
	População residente, segundo a qualificação académica	Sem nível de escolaridade	%	≤5%	7	2011 (INE)
		Ensino básico	%	≥ 70%	55	2011 (INE)
		Ensino Secundário	%	≥ 30%	23	2011 (INE)
		Ensino Pós-secundário	%	≥ 10%	1	2011 (INE)
		Ensino Superior	%	≥ 20%	14	2011 (INE)
	Estruturas de apoio à formação profissional	n.º	-	1	2014 (IEFP)	
	Setores empresariais chave (n.º de empresas por setor)	n.º	-	2505	2001 (INE)	
	Taxa de Atividade	%	≥ 55%	52,4	2001 (INE)	
	Taxa de desemprego	%	≤10%	7,4	2001 (INE)	
	População Ativa	n.º	+ 10%	12176	2001 (INE)	
	População Ativa por Atividades Económicas	Setor Primário	%	≤5%	8	2001 (INE)
		Setor Secundário	%	≥ 60%	58%	2001 (2001)
		Setor Terciário	%	≥ 30%	34%	2001 (INE)
	Área de espaços infraestruturados e estruturados para acolhimento de novas empresas	ha	-	-	-	
Número de equipamentos do terciário qualificado em especial ensino superior e empresas de base tecnológica	n.º	-	-	-		

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte
Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade	Densidade Populacional	Hab./km ²	70,0	55,7	2011 (INE)
	Espaço urbanizado e programado	ha	+ 5%	2.220	2014 (Revisão PDM)
	Solo afeto à estrutura ecológica municipal	ha	46405	46405	-
	Espaço Atividades Económicas	ha	964,1	964,1	2014 (Revisão PDM)
	Espaço de uso especial – segunda residência		935	935	2014 (Revisão PDM)
	Espaço destinado a equipamentos e outras estruturas ou ocupações compatíveis com solo rural		+ 10%	6933	2014 (Revisão PDM)
	Espaço Florestal	ha	+ 5%	26253	2014 (Revisão PDM)
	Espaço Natural	ha	-	3222	2014 (Revisão PDM)
	Espaço Agrícola	ha	+ 5%	17593	2014 (Revisão PDM)
	REN	ha	+ 5%	36178	2004 (Revisão PDM)
	RAN	ha	+ 5%	14.800	2014 (Revisão PDM)
	Número total de explorações agropecuárias	n.º	-	~100	2014 (Revisão PDM)
	Número total de explorações agropecuárias a reverter	n.º	0	2	CMB
	Acesso da população a sistemas de tratamento de águas residuais domésticas servidos por ETAR em funcionamento	%	95	76	2008 (INE)
	Acesso da população a sistemas de abastecimento de água potável (abastecimento, superficial e subterrânea).	%	100	98	2008 (INE)
	Nº de loteamentos aprovados	n.º	5	1	CMB
	Número e montantes investidos, nas intervenções de requalificação urbana	n.º	3	2	CMB
	Número de intervenções a nível da estrutura viária e montantes investidos	n.º	-	-	
	Montantes investidos a nível da intervenção no espaço público urbano	n.º	-	-	
	Montante investido em projetos (espaços verdes, de lazer e de recreio, desportos radicais e de aventuras criados) nas zonas ribeirinhas	n.º	-	-	
	Novas vias rodoviárias que sustentem o transporte intermunicipal e urbano, articulado com as redes de transportes públicos em perspetiva	n.º	-	-	
Investimento em novas vias de comunicação, tendo em conta novos cenários relacionados com a futura localização do aeroporto e traçado da alta velocidade	n.º	-	-		
Vias pedonais/ciclovias	km	20	-	CMB	
Número de projetos no contexto da mobilidade sustentável e da mobilidade para todos	n.º	5	-	CMB	

- Não foi possível obter informação. No entanto, são Indicadores importantes para efeitos de monitorização, na Fase de Acompanhamento/Seguimento do Plano

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte
Desenvolvimento Turístico	Espaço Natural com aptidão turística	Hectares	14707,88	14707,88	2014 (CMB)
	Espaço Rural com aptidão turística	Hectares	33185,19	33185,19	2014 (CMB)
	Percurso Pedestres	km	20	0	2014 (CMB)
	Circuitos Turísticos	N.º	5	0	2014 (CMB)
	Atividades de Turismo em Espaço Natural	N.º	5	0	2014 (CMB)
	Atividades de Turismo Rural	N.º	5	0	2014 (CMB)
	Parques ribeirinhos	N.º / Hectares	2	2	2014 (CMB)
	Zonas de pesca desportiva		2	1	2014 (CMB)
	Eventos Culturais/ Ações de Divulgação Cultural	N.º	20	20	2014 (CMB)
	Imóveis Classificados	N.º	3	3	2014 (IGESPAR)
	Outros Imóveis de Interesse Arquitetónico	N.º	40	40	2014 (CMB E SIPA)
	Sítios Arqueológicos	N.º	59	59	2014 (IGESPAR)
	Infraestruturas/ Equipamentos de Turismo e Lazer associadas ao Golfe	N.º /Hectares	3	3	2014(CMB)
	Empreendimentos Turísticos/Resorts	N.º /Hectares	3	2	2014 (CMB)
	Coudelarias/Centros Hípicos	N.º /Hectares	5	4	2014 (CMB)
	Agroturismo	N.º /Hectares	5	1	2014 (CMB)
	Infraestruturas de Apoio à Atividade (Companhia das Lezírias)	N.º	5	1	2014 (CMB)

FCD		Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Conservação e Valorização do Património Natural	Área do Município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	Sítio	manter	15.754	2014 (ICNB)
			ZPE	manter	15.076,791	
			RNET	manter	2.412,63	
			Ramsar	manter	2.412,63	
		Plano de gestão para a Área Classificada	N.º	manter	1	2008 (ICNB)
		Ações de monitorização de espécies prioritárias	N.º	manter	6	2007 (ICNB)
		Planos de ação para espécies prioritárias	N.º	manter	1	2008 (ICNB)
		Corredores ecológicos entre áreas nucleares para a conservação de espécies	N.º	-	*	2014 (ICNB)
		Equipamentos de apoio à interpretação / divulgação valores naturais	N.º e tipo	5	3	2014 (ICNB)
		Ações de exploração sustentável do meio natural	N.º e tipo	+10	4	2007 (ICNB)
		Ações de divulgação e de sensibilização ecológica	N.º e tipo	>10	>10	2014 (ICNB e CMB)
		Rotas ou programas de visitação	N.º e tipo	>5	0	2014 (ICNB)
		Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados, centro de interpretação ambiental	N.º e extensão	>5	0	2014 (ICNB)
		Participação em ações de Fiscalização	N.º e tipo	>5	*	(ICNB)
		Valores naturais com estatuto de proteção	Tipo	manter	57	2008 (ICNB)
		Monitorização da diversidade de espécies protegidas e prioritárias	N.º e tipo	>1	*	(ICNB)
		Planos de ação para espécies ameaçadas, espécies protegidas e de conservação prioritária	N.º e tipo	>1	*	(ICNB)
		Ações de conservação de espécies	N.º e tipo	>5	4	2007 (ICNB)
		Habitats prioritários	N.º e designação	>2	2	2008 (ICNB)
		Ações de conservação de habitats	N.º e tipo	>3	3	2007 (ICNB)
		Área do Concelho Integrada na EEM	ha	-	*	2014 (CMB)
		Áreas/sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM	Tipo	-	*	2014 (CMB)
		Área de floresta de proteção	ha	-	*	(CMB)
		Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	ha	manter	5717	2014 (CMB)
		Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	N.º, tipo e km	-	*	(CMB)
		Ações de controlo do estado fitossanitário de espécimes com valor para a conservação da natureza	N.º e tipo	-	*	(CMB)

FCD		Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Qualidade Ambiental	Resíduos					
		Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	ton/ano	- 225 000 ton até 2011 (base 1995) (ENDS)	13503	2005 (INE)	
		Valorização de resíduos sólidos urbanos	%	>5	3	2005 (INE)	
		Sistemas de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos	n.º	>55	52	2014 (CMB)	
		Investimento municipal ao nível da gestão de resíduos	milhares de €	+ 15%	516	2014 (CMB)	
		Água					
		Consumo de água por habitante	m³/ano	-	70	2005 (INE)	
		População servida por sistema de abastecimento de água para consumo humano	%	95 (PEAASAR)	98	2014 (CMB)	
		Perdas no sistema de abastecimento	%	15% até 2020 (PNA)	34	1999 (PBHR Tejo)	
		Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água	n.º	-	*	-	
		População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	%	90 (PEAASAR)	76	2005 (INE)	
		População servida por sistemas de tratamento de águas residuais	%	90 (PEAASAR)	71	2005 (INE)	
		Ruído					
		População exposta a níveis sonoros superiores aos limites legais	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 65dB (A) – Zonas Mistas	%	0 (RGR)	-	-
			População exposta a níveis sonoros LAeq noturno > 55dB (A) – Zonas Mistas	%	0 (RGR)	-	-
			População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 55dB (A) – Zonas Sensíveis	%	0 (RGR)	-	-
			População exposta a níveis sonoros LAeq noturno > 45dB (A) – Zonas Sensíveis	%	0 (RGR)	-	-
		Reclamações por incomodidade sonora	n.º	≤1	*	-	
		Planos de Redução de Ruído	n.º	≥1	*	-	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Ar					
	Qualidade do ar	Índice	manter	Bom	2008 (Qualar)	
	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	Ozono – Limiar de Alerta à população	n.º	0	0	2008 (Qualar)
		Ozono – Limiar de Informação à população	n.º	0	3	2008 (Qualar)
		Dióxido de Azoto – Alerta	n.º	0	0	2008 (Qualar)
		Dióxido de Enxofre - Alerta	n.º	0	0	2008 (Qualar)
		Partículas <10µm	n.º	0	0	2008 (Qualar)
	Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão.	n.º	1	1	2008 (APA)	
	Energia					
	Consumo de Energia Elétrica	tep	+10%	8581,3	2005 (DGEG)	
	Consumo de Gás	tep	+10%	44627,4	2005 (DGEG)	
	Projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética	n.º	≥1	*	-	
	Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis	tep	≥1	*	-	
	Património Histórico					
	Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção)	n.º	>5	-	-	
	Reabilitação de edifícios urbanos degradados	n.º	>5	-	-	
	Imóveis Classificados	n.º	>5	3	2011 (IGESPAR)	
	Imóveis Inventariados	n.º	>50	40	2011 (CMB e SIPA)	
	Sítios Arqueológicos	n.º	>60	59	2011 (IGESPAR)	

FCd	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte
Prevenção/Mitigação de Riscos	Risco Incêndio				
	Número de ocorrências de incêndio	Nº/ano	≤15	18	2009 (INE)
	Área ardida	ha/ano	≤8	8	
	Cumprimento das ações/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente	Nº	-	*	(CMB)
	Número de ocorrências de incêndios urbano	Nº	≤5	*	(CMB)
	Número de pessoas afetadas por incêndios urbano	Nº	-	*	(CMB)
	Áreas edificáveis ou urbanizáveis em áreas com risco de incêndio das classes, alta ou muito alta	ha	≤1	*	(CMB)
	Cumprimento das ações/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente, nomeadamente no que se refere ao aumento da resistência e resiliência dos ecossistemas*	Nº	≥3	*	(CMB)
	Corporações de agentes envolvidos no combate a incêndios (bombeiros, proteção civil, outros)	Nº	≥5	5	2010 (CMB)
	Meios e verbas concedidas às corporações de bombeiros existentes no concelho	Nº e €	-	*	(CMB)
	Risco Erosão				
	Uso do solo em áreas com risco de erosão	ha/tipologia	-	*	(CMB)
	Ocorrência de erosão	ha	-	*	
	Medidas de contenção face à ocorrência de erosão	Nº	-	*	
	Risco Cheia				
	Área impermeabilizada	ha	+ 15%	*	(CMB)
	Uso do solo em áreas com risco de cheias/inundação	ha/tipologia	Diminuir	*	
	Áreas inundadas	ha/ano	Diminuir	*	
	Ocorrência de cheias/inundação	Nº/ano	≤2	*	
	Área bruta de construção em áreas inundáveis	ha	Diminuir	*	
	Número de pessoas vulneráveis aos efeitos de inundações	Nº	Diminuir	*	
	Medidas de contenção face à ocorrência de cheias/inundação	Nº	≥5	*	
	Investimento em estruturas de mitigação de cheias	€	-	*	
Edifícios sensíveis em áreas com risco de cheias/inundação	Nº	≤5	0		
Zonas densamente povoadas em áreas com risco de cheias/inundação	Nº	≤1	0		
Sismicidade					
Exercícios de simulacro	Nº/ano	-	*	(CMB)	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	
Prevenção/Mitigação de Riscos	Acidentes Industriais					
	Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei nº 254/2007 de 12 de julho	Nível Perigosidade Inferior	Nº	1	1	2010 (APA)
		Nível Perigosidade Superior			0	
	Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei nº 254/2007 de 12 de julho	Nível Perigosidade Inferior	ha	≤1	*	(CMB)
		Nível Perigosidade Superior			0	
	Fixação das distâncias de segurança	ha	+ 10%	-		
Densidade populacional nas áreas condicionadas	cidadãos/m ²	Diminuir	*			

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte
Agentes de Desenvolvimento	Ação Social				
	Número de agentes envolvidos	nº	-	-	-
	Tipologia de agentes de desenvolvimento	nº	≥10	9	2009 (CMB)
	Agentes de desenvolvimento "Ação Social"	nº	≥10	8	-
	Agentes de desenvolvimento "Ambiente"	nº	≥5	0	-
	Agentes de desenvolvimento "Cultura"	nº	≥15	13	-
	Agentes de desenvolvimento "Desenvolvimento"	nº	≥15	14	-
	Agentes de desenvolvimento "Desporto"	nº	≥15	14	-
	Agentes de desenvolvimento "Educação"	nº	≥5	4	-
	Agentes de desenvolvimento "Juventude"	nº	≥5	3	-
	Agentes de desenvolvimento "Segurança"	nº	≥5	2	-
	Ações desenvolvidas pelos agentes	nº	≥5	-	-
	Ações promovidas pela Câmara que tenham envolvido a participação dos Agentes	nº	≥10	-	-
	Participação em consultas públicas	nº	≥10	-	-
	Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais	%	≤40	50,8	2009 (INE)
Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (Portal digital)	nº	-	-	-	

8. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A consulta pública durante o processo de desenvolvimento de uma Avaliação Ambiental Estratégica é faseada, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal desenvolver os processos de consulta pública estabelecidos na legislação, nomeadamente:

- A Câmara Municipal promove a consulta pública sobre o âmbito da AAE (Relatório de Fatores Críticos) às entidades com responsabilidades ambientais específicas, às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano (de acordo com o n.º 2, do artigo 75-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, conjugado com o n.º 3, do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho);
 - As entidades a consultar deverão ser a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Instituto da Água, as Administrações de Região Hidrográfica, as Comissões de Desenvolvimento Regional, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, as Autoridades Regionais de Saúde, municípios limítrofes, entre outros.
- Antes da aprovação do Plano e do respetivo Relatório Ambiental, a Câmara Municipal promove novamente a consulta às **entidades com responsabilidades ambientais** específicas, para emissão de parecer (de acordo com o n.º 2, do artigo 75-A, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho);
- Concluído o período de acompanhamento a Câmara Municipal procede à abertura de um período de **discussão pública**, através de Aviso a publicar no *Diário da República*, tendo como objetivo recolher sugestões formuladas por **associações, organizações ou grupos não governamentais, ou outras pessoas interessadas**. A consulta pública e o prazo de duração são publicitados através de meios eletrónicos (página da internet da Câmara Municipal), e divulgados através da comunicação social. Durante o período de discussão pública, o projeto de Plano e respetivo Relatório Ambiental, assim como os pareceres da comissão de acompanhamento ou da CCDR, e os demais pareceres eventualmente emitidos, estão disponíveis ao público na Câmara Municipal, e noutros locais indicados pela autarquia (n.º 3 do artigo 77º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, conjugado com o n.º 6, n.º 7 e n.º 8 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de Revisão do PDM de Benavente foi suportado na análise de seis Fatores Críticos de Decisão:

- Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial.
- Estruturação e requalificação urbana/Acessibilidade e mobilidade.
- Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural.
- Desenvolvimento Turístico.
- Prevenção/Mitigação dos Riscos.
- Agentes de Desenvolvimento.

No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE.

Aquando da avaliação da situação existente e análise de tendências, desenvolvida para cada um dos Fatores Críticos de Decisão, foram detetadas algumas dificuldades na obtenção de informação para atender à análise de alguns dos indicadores propostos. A este respeito, salienta-se que o presente Relatório Ambiental foi desenvolvido tendo por base a informação existente relativa à proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente.

O Relatório Ambiental, enquanto elemento que acompanha o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, deverá progredir com a evolução da sua elaboração, refletir a análise conducente aos aspetos supra evidenciados, de forma a expressar a forma como se promove a integração de questões de sustentabilidade ambiental no Plano e/ou se fomenta a adoção de medidas que visem minimizar os efeitos da execução do Plano dos quais decorram impactes negativos significativos.

Neste contexto, e com a devida salvaguarda, esboça-se, no Relatório Ambiental, para cada fator crítico de decisão, uma proposta de orientações de seguimento assente numa lógica de sustentabilidade que permitirá ao Município fazer uma avaliação permanente e ambientalmente correta da sua atuação. Evidencia-se assim a importância do acompanhamento da implementação da revisão do PDM de Benavente, através da atualização periódica do plano de controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente).

Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (estabelece as bases de Ordenamento do Território).

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território – Documentos de orientação DGOTDU 01/2008. Lisboa: DGOTDU; novembro 2008; ISBN 978-972-8569-44-0.

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. Coleção Estudos 9. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2003.

Direção Geral do Ambiente; Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Amadora: DGA; 2000. ISBN 972-8419-48-1.

Instituto da Água; Sistemas Aquíferos de Portugal Continental, dezembro 2000.

OECD - DAC, 2006. Good Practice Guide on applying Strategic Environmental Assessment (SEA) in Development Cooperation, OECD, Paris.

Partidário, Maria do Rosário; Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica. Amadora. Agência Portuguesa do Ambiente; 2007. ISBN 978-972-8577-34-6.

SIAM – Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projeto SIAM II. F. D. Santos e P. Miranda (Editores). Gradiva, Lisboa. 2006.

Legislação e Regulamentação que suporta o Quadro de Referência Estratégico definido:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/95, de 7 de dezembro – Ratifica o **Plano Diretor Municipal de Benavente**.
- Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de agosto – Aprova o **Plano Rodoviário Nacional (PRN)**.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro – Aprova a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade** (ENCNB).
- Decreto-Lei n.º 89/2002, de 9 de abril – Aprova o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais 2001 (**PESGRI 2001**).
- Decreto Regulamentar n.º 18/2001, de 7 de dezembro – Aprova o Plano de **Bacia Hidrográfica do Tejo**.
- Declaração de retificação n.º 21-E/2001, de 31 de dezembro - De ter sido retificado o Decreto Regulamentar n.º 18/2001, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, que aprova o **Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo**.
- Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril – Aprova o **Plano Nacional da Água**.
- COM (2006) 231 - **Estratégia Temática de Proteção do Solo**, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Comissão das Comunidades Europeia.
- Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho – Relativo ao sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, prevê os **planos municipais e intermunicipais de defesa da floresta contra incêndios**.
- Despacho de Aprovação do **PEAASAR 2007-2013**, 28 de dezembro de 2006 – Aprovação da estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais para o período 2007-2013.
- Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro (retificado pelas declarações n.º 80-A, de 7 de setembro de 2007 e n.º 103-A/2007, de 2 de novembro de 2007) – aprova o **Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território**.
- Portaria n.º 1139/2006 de 25 de outubro – Define a estrutura tipo do conteúdo dos **planos municipais de defesa da floresta contra incêndios**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2004 de 22 de dezembro de 2004 - Aprova os objetivos e vetores estratégicos da proposta da **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável** (ENDS) 2005-2015.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho – Aprova o **Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água — Bases e Linhas Orientadoras** (PNUEA).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de outubro – Aprova a **Estratégia Nacional de Energia** (ENE).
- Decreto Regulamentar n.º 16/2006, de 16 de março – Aprova o **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo** (PROF Ribatejo).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de agosto – Aprova o **Programa Nacional para as Alterações Climáticas** (PNAC 2004).
- Portaria n.º 187/2007, de 12 de fevereiro - Aprova o **Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos** (PERSU II).

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril – Aprova o **Plano Estratégico Nacional do Turismo** (PENT).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de junho - Aprova o **Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008 -2013** (PNAAS).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho – Aprova o **Plano Setorial da Rede Natura 2000** (PSRN 2000).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 6 de agosto – Aprova o **Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo** (PROT-OVT).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril – Aprova o **Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa** (PROT-AML).

Sites consultados:

<http://portal.icnb.pt/>

<http://www.cm-benavente.pt/>

<http://www.icn.pt/sipnat/>

<http://www.inag.pt/>

<http://www.ine.pt/>

<http://www.ipa.min-cultura.pt/>

<http://www.ippar.pt/>

11. ANEXOS

- **Anexo I** – Parecer das entidades consultadas no âmbito do Relatório dos Fatores Críticos
- **Anexo II** – Parecer das entidades consultadas no âmbito do Relatório Ambiental
- **Anexo III** – Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos
- **Anexo IV** – Relação entre o Quadro de Referência Estratégico definido e as Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

ANEXO I – PARECER DAS ENTIDADES CONSULTADAS NO ÂMBITO DO RELATÓRIO DOS FATORES CRÍTICOS

ANEXO II – PARECER DAS ENTIDADES CONSULTADAS NO ÂMBITO DO RELATÓRIO AMBIENTAL

ANEXO III – PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO E RESPECTIVOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

PLANO NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (PNPOT)

O PNPOT CONSTITUI O GUIA ORIENTADOR DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SENDO TAMBÉM UM INSTRUMENTO CHAVE DE ARTICULAÇÃO DESTA POLÍTICA COM A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL, EM COERÊNCIA COM A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ENDS) E COM AS DIVERSAS INTERVENÇÕES COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL, DESIGNADAMENTE AS CONSIDERADAS NO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL PARA O PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA COMUNITÁRIA QREN 2007-2013.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O PNPOT APRESENTA OS SEGUINTEs OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- **CONSERVAR E VALORIZAR A BIODIVERSIDADE E O PATRIMÓNIO NATURAL, PAISAGÍSTICO E CULTURAL, UTILIZAR DE MODO SUSTENTÁVEL OS RECURSOS ENERGÉTICOS E GEOLÓGICOS, E PREVENIR E MINIMIZAR OS RISCOS;**
- **REFORÇAR A COMPETITIVIDADE TERRITORIAL DE PORTUGAL E A SUA INTEGRAÇÃO NOS ESPAÇOS IBÉRICO, EUROPEU E GLOBAL;**
- **PROMOVER O DESENVOLVIMENTO POLICÊNTRICO DOS TERRITÓRIOS E REFORÇAR AS INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE À INTEGRAÇÃO E À COESÃO TERRITORIAIS;**
- **ASSEGURAR A EQUIDADE TERRITORIAL NO PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS E DE EQUIPAMENTOS COLETIVOS E A UNIVERSALIDADE NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL, PROMOVENDO A COESÃO SOCIAL;**
- **EXPANDIR AS REDES E INFRAESTRUTURAS AVANÇADAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E INCENTIVAR A SUA CRESCENTE UTILIZAÇÃO PELOS CIDADÃOS, EMPRESAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;**
- **REFORÇAR A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA DA GESTÃO TERRITORIAL, PROMOVENDO A PARTICIPAÇÃO INFORMADA, ATIVA E RESPONSÁVEL DOS CIDADÃOS E DAS INSTITUIÇÕES.**

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ENDS)

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O PERÍODO 2005/15 CONSISTE NUM CONJUNTO COORDENADO DE ATUAÇÕES QUE, PARTINDO DA SITUAÇÃO ATUAL DE PORTUGAL, COM AS SUAS FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES, PERMITAM NUM HORIZONTE DE 12 ANOS ASSEGURAR UM CRESCIMENTO ECONÓMICO CÉLERE E VIGOROSO, UMA MAIOR COESÃO SOCIAL, E UM ELEVADO E CRESCENTE NÍVEL DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE.

OBJETIVOS PRINCIPAIS

A ENDS APRESENTA OS SEGUINTEs OBJETIVOS:

- **QUALIFICAÇÃO DOS PORTUGUESES EM DIREÇÃO À SOCIEDADE DO CONHECIMENTO;**
- **ECONOMIA SUSTENTÁVEL, COMPETITIVA E ORIENTADA PARA ATIVIDADES DE FUTURO;**
- **GESTÃO EFICIENTE E PREVENTIVA DO AMBIENTE E DO PATRIMÓNIO NATURAL;**
- **ORGANIZAÇÃO EQUILIBRADA DO TERRITÓRIO QUE VALORIZE PORTUGAL NO ESPAÇO EUROPEU E QUE PROPORCIONE QUALIDADE DE VIDA;**
- **DINÂMICA DE COESÃO SOCIAL E RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL;**
- **PAPEL ATIVO DE PORTUGAL NA COOPERAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE GLOBAL.**

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE (ENCNB)

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE FOI ACOLHIDA NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 152/2001, DE 11 DE OUTUBRO, VIGORANDO ATÉ 2010. A EXISTÊNCIA DE UMA ENCNB É, RECONHECIDAMENTE, UM INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA A PROSSECUÇÃO DE UMA POLÍTICA INTEGRADA NUM DOMÍNIO CADA VEZ MAIS IMPORTANTE DA POLÍTICA DE AMBIENTE E NUCLEAR PARA A PRÓPRIA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

OBJETIVOS GERAIS E OPÇÕES ESTRATÉGICAS

A ENCNB É UM DOCUMENTO CENTRADO EM TRÊS OBJETIVOS GERAIS:

- **CONSERVAR A NATUREZA INCLUINDO OS ELEMENTOS NOTÁVEIS DA GEOLOGIA GEOMORFOLOGIA E PALEONTOLOGIA;**
- **PROMOVER A UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS BIOLÓGICOS;**
- **CONTRIBUIR PARA A PROSSECUÇÃO DOS OBJETIVOS VISADOS PELOS PROCESSOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA EM QUE PORTUGAL ESTÁ ENVOLVIDO, EM ESPECIAL OS OBJETIVOS DEFINIDOS NA CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA.**

PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ACIMA EXPOSTOS A ENCNB FORMULA DEZ OPÇÕES ESTRATÉGICAS:

- **PROMOVER A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E O CONHECIMENTO SOBRE O PATRIMÓNIO NATURAL, BEM COMO A MONITORIZAÇÃO DE ESPÉCIES, HABITATS E ECOSISTEMAS;**
- **CONSTITUIR A REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E O SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS, INTEGRANDO A REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS;**
- **PROMOVER A VALORIZAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS E ASSEGURAR A CONSERVAÇÃO DO SEU PATRIMÓNIO NATURAL, CULTURAL E SOCIAL;**
- **ASSEGURAR A CONSERVAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL DOS SÍTIOS E DAS ZONAS DE PROTEÇÃO INTEGRADOS NO PROCESSO DA REDE NATURA 2000;**
- **DESENVOLVER EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL AÇÕES ESPECÍFICAS DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE ESPÉCIES E HABITATS, BEM COMO DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO E DOS ELEMENTOS NOTÁVEIS DO PATRIMÓNIO GEOLÓGICO, GEOMORFOLÓGICO E PALEONTOLÓGICO;**
- **PROMOVER A INTEGRAÇÃO POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PRINCÍPIO DA UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS BIOLÓGICOS NA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E NAS DIFERENTES POLÍTICAS SETORIAIS;**
- **APERFEIÇOAR A ARTICULAÇÃO E A COOPERAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL;**
- **PROMOVER A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO EM MATÉRIA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE;**
- **ASSEGURAR A INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO, BEM COMO MOBILIZAR E INCENTIVAR A SOCIEDADE CIVIL;**
- **INTENSIFICAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.**

PLANO DE ORDENAMENTO DA RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO (PORNET)

O PLANO DE ORDENAMENTO DA RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO ESTABELECE OS REGIMES DE SALVAGUARDA DE RECURSOS E VALORES NATURAIS E FIXA OS USOS E O REGIME DE GESTÃO A OBSERVAR NA SUA ÁREA DE INTERVENÇÃO, COM VISTA A GARANTIR A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE E A MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS PAISAGENS NATURAIS E SEMINATURAIS, PRIVILEGIANDO A MANUTENÇÃO DA VOCAÇÃO NATURAL DA RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO ENQUANTO HABITAT DE AVES MIGRATÓRIAS

PRINCIPAIS OBJETIVOS

CONSTITUEM OBJETIVOS GERAIS DO PORNET:

- **ASSEGURAR, À LUZ DA EXPERIÊNCIA E DOS CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS ADQUIRIDOS SOBRE O PATRIMÓNIO NATURAL DESTA ÁREA, UMA CORRETA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO QUE PERMITA A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS QUE PRESIDIRAM À SUA CLASSIFICAÇÃO COMO RESERVA NATURAL;**
- **CORRESPONDER AOS IMPERATIVOS DE CONSERVAÇÃO DOS HABITATS NATURAIS E DAS ESPÉCIES DE FLORA E FAUNA SELVAGENS PROTEGIDAS, NOS TERMOS DO DECRETO -LEI N.º 140/99, DE 24 DE 24 DE FEVEREIRO;**
- **FIXAR OS USOS E O REGIME DE GESTÃO COMPATÍVEIS COM A PROTEÇÃO E A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES HUMANAS EM PRESENÇA, TENDO EM CONTA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL CONVERGENTES NA ÁREA PROTEGIDA;**
- **DETERMINAR, ATENDENDO AOS VALORES EM CAUSA, OS ESTATUTOS DE PROTEÇÃO ADEQUADOS ÀS DIFERENTES ÁREAS, BEM COMO DEFINIR AS RESPECTIVAS PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO.**

PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000 (PSRN2000)

O PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000 CONSTITUI UM INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL NA CONCRETIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, VISANDO A SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DAS ZPE E DOS SÍTIOS, DO TERRITÓRIO CONTINENTAL, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ESPÉCIES E HABITATS NUM ESTADO DE CONSERVAÇÃO FAVORÁVEL NESTAS ÁREAS.

OBJETIVOS

OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DO PLANO SETORIAL SÃO OS SEGUINTEs:

- ESTABELECEr UM CONJUNTO DE ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A GESTÃO DO TERRITÓRIO DAS ZPE E SÍTIOS CONSIDERANDO OS VALORES NATURAIS QUE NELE OCORREM, COM VISTA A GARANTIR A SUA CONSERVAÇÃO A MÉDIO E LONGO PRAZO;
- ESTABELECEr O REGIME DE SALVAGUARDA DOS RECURSOS E VALORES NATURAIS DAS ZPE E SÍTIOS, ORIENTANDO A UMA MACRO ESCALA A FIXAÇÃO DOS USOS E O REGIME DE GESTÃO COMPATÍVEIS COM A UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO A EFETUAR, POSTERIORMENTE, ATRAVÉS DA INSERÇÃO DAS NORMAS E ORIENTAÇÕES NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL QUE VINCULAM DIRETAMENTE OS PARTICULARES (PLANOS MUNICIPAIS E PLANOS ESPECIAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO);
- REPRESENTAR CARTOGRAFICAMENTE, EM FUNÇÃO DOS DADOS DISPONÍVEIS, A DISTRIBUIÇÃO DOS HABITATS NATURAIS E SEMINATURAIS E DAS ESPÉCIES DE FLORA E FAUNA, PRESENTES NOS SÍTIOS E ZPE;
- ESTABELECEr DIRETRIZES PARA O ZONAMENTO DAS ÁREAS EM FUNÇÃO DAS RESPECTIVAS CARACTERÍSTICAS E PRIORIDADES DE CONSERVAÇÃO, A DEFINIR NOS PLANOS DE ORDENAMENTO QUE VINCULAM AS ENTIDADES PRIVADAS, NOS QUAIS DEVERÃO SER FIXADOS E ZONADOS OS USOS DO TERRITÓRIO E OS REGIMES DE GESTÃO, COM VISTA À UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO;
- DEFINIR AS MEDIDAS QUE GARANTAM A VALORIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO NUM ESTADO DE CONSERVAÇÃO FAVORÁVEL DOS HABITATS E ESPÉCIES, BEM COMO FORNECER A TIPOLOGIA DAS RESTRIÇÕES DO USO DO SOLO, TENDO EM CONTA A DISTRIBUIÇÃO DOS HABITATS A PROTEGER;
- FORNECER ORIENTAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO (A EFETUAR NO PRAZO MÁXIMO DE SEIS ANOS) EM PLANO MUNICIPAL OU ESPECIAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DAS MEDIDAS E RESTRIÇÕES MENCIONADAS NAS ALÍNEAS ANTERIORES, NA MEDIDA EM QUE SÃO ESTES OS PLANOS VINCULATIVOS DOS PARTICULARES;
- DEFINIR, PARA CADA SÍTIO E ZPE, OS PROJETOS A SUJEITAR A AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL OU A ANÁLISE DE INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA (ENE)

A ESTRATÉGIA PARA O SETOR ENERGÉTICO CONSTITUI UM FATOR IMPORTANTE DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA E DA SUA COMPETITIVIDADE, PARA ALÉM DE SER UMA PEÇA VITAL AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS.

OBJETIVOS

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- GARANTIR A SEGURANÇA DO ABASTECIMENTO DE ENERGIA, ATRAVÉS DA DIVERSIFICAÇÃO DOS RECURSOS PRIMÁRIOS E DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS E DA PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA CADEIA DA OFERTA E NA PROCURA DE ENERGIA;
- ESTIMULAR E FAVORECER A CONCORRÊNCIA, POR FORMA A PROMOVER A DEFESA DOS CONSUMIDORES, BEM COMO A COMPETITIVIDADE E A EFICIÊNCIA DAS EMPRESAS, QUER AS DO SETOR DA ENERGIA QUER AS DEMAIS DO TECIDO PRODUTIVO NACIONAL;
- GARANTIR A ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE TODO O PROCESSO ENERGÉTICO, REDUZINDO OS IMPACTES AMBIENTAIS ÀS ESCALAS LOCAL, REGIONAL E GLOBAL, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À INTENSIDADE CARBÓNICA DO PIB.

PROGRAMA NACIONAL PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (PNAC)

O PROGRAMA NACIONAL PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS CONFIGURA O INSTRUMENTO DE POLÍTICA DO GOVERNO QUE SUPORTA O CUMPRIMENTO DO PROTOCOLO DE QUIOTO PELO ESTADO PORTUGUÊS.

OBJETIVOS

O PNAC 2006 PRETENDE:

- **REFORÇAR A MONITORIZAÇÃO NOS DIVERSOS SETORES E ALARGAR O ESFORÇO DE CUMPRIMENTO DO PROTOCOLO DE QUIOTO, “ATRAVÉS DE MEDIDAS NOS SETORES NÃO ABRANGIDOS PELO COMÉRCIO EUROPEU DE LICENÇAS DE EMISSÃO”;**
- **ACAUTELAR QUE OS DIVERSOS SETORES DESENVOLVAM UM ESFORÇO DE MONITORIZAÇÃO APERTADO DE MODO A GARANTIR A EXECUÇÃO DAS DIFERENTES MEDIDAS;**
- **REFORÇAR A VERBA DO FUNDO PORTUGUÊS DE CARBONO.**

PLANO NACIONAL DE AÇÃO AMBIENTE E SAÚDE (PNAAS)

O PLANO NACIONAL DE AÇÃO AMBIENTE E SAÚDE 2007–2013 TEM COMO DESÍGNIO MELHORAR A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, CONTROLO E REDUÇÃO DE RISCOS PARA A SAÚDE COM ORIGEM EM FATORES AMBIENTAIS, PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DO CONHECIMENTO E A INOVAÇÃO, CONTRIBUINDO TAMBÉM, DESTA FORMA, PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DO PAÍS.

OBJETIVOS

NO HORIZONTE REFERIDO, SÃO OBJETIVOS DO PLANO:

- **INTERVIR AO NÍVEL DOS FATORES AMBIENTAIS PARA PROMOVER A SAÚDE DA PESSOA E DAS COMUNIDADES A ELES EXPOSTOS;**
- **SENSIBILIZAR, EDUCAR E FORMAR OS PROFISSIONAIS E A POPULAÇÃO EM GERAL, POR FORMA A MINIMIZAR OS RISCOS PARA A SAÚDE ASSOCIADOS A FATORES AMBIENTAIS;**
- **PROMOVER A ADEQUAÇÃO DE POLÍTICAS E A COMUNICAÇÃO DO RISCO;**
- **CONSTRUIR UMA REDE DE INFORMAÇÃO QUE REFORCE O CONHECIMENTO DAS INTER-RELAÇÕES AMBIENTE E SAÚDE.**

PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO (PENT)

O PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO SERVE DE BASE À CONCRETIZAÇÃO DE AÇÕES DEFINIDAS PARA O CRESCIMENTO SUSTENTADO DO TURISMO NACIONAL NOS PRÓXIMOS ANOS.

LINHAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

TEM EM CONTA AS SEGUINTE LINHAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO:

- **MERCADOS EMISSORES - APOSTAR NA CAPTAÇÃO DE TURISTAS DE 20 MERCADOS EMISSORES INTERNACIONAIS E NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO INTERNO.**
- **ESTRATÉGIA DE PRODUTOS - CONSOLIDAR E DESENVOLVER 10 PRODUTOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS (SOL E MAR, *TOURING* CULTURAL E PAISAGÍSTICO, *CITY BREAK*, TURISMO DE NEGÓCIOS, TURISMO DE NATUREZA, TURISMO NÁUTICO, SAÚDE E BEM-ESTAR, GOLFE, *RESORTS* INTEGRADOS E TURISMO RESIDENCIAL, E GASTRONOMIA E VINHOS).**
- **LINHAS ORIENTADORAS PARA AS REGIÕES - DESENVOLVER OFERTAS DISTINTIVAS PARA AS REGIÕES, ALINHADAS COM A PROPOSTA DE VALOR DO DESTINO PORTUGAL, CAPITALIZANDO A VOCAÇÃO NATURAL DE CADA REGIÃO E DESENVOLVENDO OS SEUS FATORES DE QUALIFICAÇÃO.**
- **LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA OS POLOS - DESENVOLVER 6 NOVOS POLOS TURÍSTICOS PARA DIVERSIFICAR A OFERTA TURÍSTICA EM PORTUGAL E IMPLEMENTAR UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO (DOURO, SERRA DA ESTRELA, OESTE, ALQUEVA, LITORAL ALENTEJANO E PORTO SANTO).**
- **ACESSIBILIDADES AÉREAS - REFORÇAR AS ACESSIBILIDADES AÉREAS COM AS CIDADES/REGIÕES COM MAIOR POTENCIAL TURÍSTICO EM CADA MERCADO EMISSOR.**
- **EVENTOS - DINAMIZAR UM CALENDÁRIO NACIONAL DE EVENTOS QUE ASSEGURE O REFORÇO DA NOTORIEDADE DO DESTINO E O ENRIQUECIMENTO DA EXPERIÊNCIA DO TURISTA (MEGA EVENTOS, GRANDES EVENTOS PROMOCIONAIS, ANIMAÇÃO LOCAL).**
- **ENRIQUECIMENTO DA OFERTA - DESENVOLVER E INOVAR CONTEÚDOS TRADICIONAIS PORTUGUESES QUE CONSTITUAM FATORES DE DIFERENCIAÇÃO TURÍSTICA.**
- **QUALIDADE URBANA, AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA - TORNAR A QUALIDADE URBANA, AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA NUMA COMPONENTE FUNDAMENTAL DO PRODUTO TURÍSTICO PARA VALORIZAR E QUALIFICAR O DESTINO PORTUGAL.**
- **QUALIDADE DE SERVIÇO E DE RECURSOS HUMANOS – REFORÇAR A QUALIDADE DO TURISMO PORTUGUÊS AO LONGO DOS “MOMENTOS DE VERDADE” DE INTERAÇÃO COM O TURISTA, ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE QUALIDADE TURÍSTICA E DA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.**
- **PROMOÇÃO E DISTRIBUIÇÃO – IMPLEMENTAR UMA ABORDAGEM INOVADORA, COMUNICANDO UMA PROPOSTA DE VALOR DIFERENCIADA, ATUANDO POR MERCADO EMISSOR E SEGMENTO, CONFERINDO MAIOR ENFOQUE NO CANAL INTERNET, PROMOVENDO UMA GESTÃO PROATIVA DA RELAÇÃO COM PRESCRITORES E DEFININDO COMO PRIORIDADE O DESTINO PORTUGAL.**
- **EFICÁCIA E MODERNIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS - FACILITAR A INTERAÇÃO**

DAS EMPRESAS COM O ESTADO, PROMOVER A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO, ESTIMULAR A INVESTIGAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO E A ADOÇÃO DE PRÁTICAS INOVADORAS PELAS EMPRESAS, INCENTIVAR A MODERNIZAÇÃO EMPRESARIAL.

PROPOSTA PARA A ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO DOS SOLOS (PEPS)

A PROPOSTA PARA ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO DOS SOLOS CONFIGURARÁ O INSTRUMENTO DE POLÍTICA DO GOVERNO QUE SUPORTA O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DA DEGRADAÇÃO DOS SOLOS BEM COMO DA SUA UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL.

OBJETIVOS

SÃO PROPOSTOS COMO OBJETIVOS:

- **PREVENIR UMA MAIOR DEGRADAÇÃO DO SOLO E PRESERVAR AS SUAS FUNÇÕES NAS SITUAÇÕES EM QUE:**
 - **O SOLO É UTILIZADO E AS SUAS FUNÇÕES SÃO EXPLORADAS, SENDO, PORTANTO, NECESSÁRIO TOMAR MEDIDAS RELATIVAS AOS MODELOS DE UTILIZAÇÃO E GESTÃO DE SOLOS, E**
 - **O SOLO FUNCIONA COMO SUMIDOURO/RECETOR DOS EFEITOS DE ATIVIDADES HUMANAS OU FENÓMENOS AMBIENTAIS, SENDO NECESSÁRIO TOMAR MEDIDAS NA FONTE;**
- **REABILITAR OS SOLOS DEGRADADOS, GARANTINDO UM NÍVEL DE FUNCIONALIDADE MÍNIMO COERENTE COM A SUA UTILIZAÇÃO ATUAL E PREVISTA, TENDO ASSIM IGUALMENTE EM CONTA OS CUSTOS DA REABILITAÇÃO DO SOLO.**

PLANO NACIONAL DA ÁGUA (PNA)

O PLANO NACIONAL DA ÁGUA DEFINE AS ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL PARA A GESTÃO INTEGRADA DAS ÁGUAS, FUNDAMENTADAS EM DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL E NA DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS A ALCANÇAR ATRAVÉS DE MEDIDAS E AÇÕES, DE ACORDO COM O DECRETO-LEI Nº 45/94 DE 22 DE FEVEREIRO.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO

O ESTABELECIDO NO PNA SEGUE AS SEGUINTE LINHAS DE ORIENTAÇÃO:

- **AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DA ÁGUA E PROMOÇÃO DO SEU USO RACIONAL, COM O MÁXIMO RESPEITO PELA INTEGRIDADE TERRITORIAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS;**
- **PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS MEIOS HÍDRICOS E DOS ECOSISTEMAS ASSOCIADOS;**
- **SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS POPULAÇÕES E DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DO PAÍS;**
- **RESPEITO PELA LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA RELEVANTE E SATISFAÇÃO DOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSUMIDOS PELO ESTADO PORTUGUÊS;**
- **ACESSO À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.**

PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA (PNUEA) – BASES E LINHAS ORIENTADORAS

O PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA TEM COMO PRINCIPAL FINALIDADE A PROMOÇÃO DO USO EFICIENTE DA ÁGUA EM PORTUGAL, ESPECIALMENTE NOS SETORES URBANO, AGRÍCOLA E INDUSTRIAL, CONTRIBUINDO PARA MINIMIZAR OS RISCOS DE ESCASSEZ HÍDRICA E PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS NOS MEIOS HÍDRICOS.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O PNUEA ASSENTA SOBRE QUATRO ÁREAS PROGRAMÁTICAS (COMPREENDENDO CADA UMA DELAS UM CONJUNTO DE AÇÕES):

- MEDIÇÃO E RECONVERSÃO DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA;
- SENSIBILIZAÇÃO, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO;
- REGULAMENTAÇÃO E NORMALIZAÇÃO
- FORMAÇÃO E APOIO TÉCNICO.

A DEFINIÇÃO DE METAS PARA O PNUEA PASSA PELA DEFINIÇÃO DE UM INDICADOR QUE TRADUZA A EFICIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA EM QUALQUER DOS SETORES CONSIDERADOS, TORNANDO DIRETA E TRANSPARENTE A COMPARAÇÃO ENTRE METAS E RESULTADOS OBTIDOS, SIMPLIFICANDO UMA SITUAÇÃO QUE DE OUTRO MODO SERIA COMPLEXA. ASSIM:

- **META NO CONSUMO URBANO** – TENDO EM CONTA AS PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO EM TERMOS DE CONTROLO DE PERDAS, DE PROCEDIMENTOS DOS UTILIZADORES E DE EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DOS EQUIPAMENTOS, PROPÕE-SE ATINGIR, AO FIM DE UM PERÍODO DE 10 ANOS, UMA EFICIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DE 80%.
- **META NO CONSUMO AGRÍCOLA** - TENDO EM CONTA AS PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO EM TERMOS DE ÁREA REGADA, DE PROCEDIMENTOS DOS UTILIZADORES E DE EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DOS EQUIPAMENTOS, PROPÕE-SE ATINGIR A 10 ANOS UMA EFICIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE ÁGUA DE 65%.
- **META NO CONSUMO INDUSTRIAL** - TENDO EM CONTA AS PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO EM TERMOS DE PROCEDIMENTOS DOS UTILIZADORES INDUSTRIAIS E DE EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DOS EQUIPAMENTOS, PROPÕE-SE ATINGIR AO FIM DE UM PERÍODO DE 10 ANOS UMA EFICIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DE 85%.

PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TEJO (PBH – RIO TEJO)

O PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA É UM PLANO SETORIAL QUE ASSENTA NUMA ABORDAGEM CONJUNTA E INTERLIGADA DE ASPETOS TÉCNICOS, ECONÓMICOS, AMBIENTAIS E INSTITUCIONAIS, ENVOLVE OS AGENTES ECONÓMICOS E AS POPULAÇÕES DIRETAMENTE INTERESSADAS, TEM EM VISTA ESTABELECEER DE FORMA ESTRUTURADA E PROGRAMÁTICA UMA ESTRATÉGIA RACIONAL DE GESTÃO E UTILIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA, EM ARTICULAÇÃO COM O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

GESTÃO DA PROCURA – ASSEGURAR UMA GESTÃO RACIONAL DA PROCURA DE ÁGUA, EM FUNÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS E DAS PERSPETIVAS SOCIOECONÓMICAS;

PROTEÇÃO DAS ÁGUAS E CONTROLO DA POLUIÇÃO – GARANTIR A QUALIDADE DO MEIO HÍDRICO EM FUNÇÃO DOS USOS;

PROTEÇÃO DA NATUREZA – ASSEGURAR A PROTEÇÃO DOS MEIOS AQUÁTICOS E RIBEIRINHOS COM INTERESSE ECOLÓGICO, A PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE HABITATS E CONDIÇÕES DE SUPORTE DAS ESPÉCIES NAS LINHAS DE ÁGUA;

PROTEÇÃO CONTRA SITUAÇÕES HIDROLÓGICAS EXTREMAS E RISCOS DE POLUIÇÃO ACIDENTAL – PROMOVER A MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DAS SECAS E DAS CHEIAS, NO CASO DE ELAS OCORREREM, E DOS RISCOS DE ACIDENTES DE POLUIÇÃO;

ARTICULAÇÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COM O ORDENAMENTO DO DOMÍNIO HÍDRICO – PRESERVAR AS ÁREAS DO DOMÍNIO HÍDRICO;

VALORIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DOS RECURSOS HÍDRICOS – POTENCIAR A VALORIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS.

PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS II (PEAASAR II)

PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS II (PEAASAR II)

O PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS II ESTABELECE AS ORIENTAÇÕES E FIXA OS OBJETIVOS DE GESTÃO E PROTEÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS ASSOCIADOS AOS RECURSOS HÍDRICOS NO HORIZONTE 2007-2013.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS

OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SÃO OS SEGUINTEs:

- UNIVERSALIDADE, CONTINUIDADE E QUALIDADE DO SERVIÇO
- SUSTENTABILIDADE DO SETOR
- PROTEÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS.

NO QUE SE REFERE AOS OBJETIVOS OPERACIONAIS, DESTES CONSTAM:

- **SERVIr CERCA DE 95% DA POPULAÇÃO TOTAL DO PAÍS COM SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA;**
- **SERVIr CERCA DE 90% DA POPULAÇÃO TOTAL DO PAÍS COM SISTEMAS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS, SENDO QUE EM CADA SISTEMA INTEGRADO O NÍVEL DE ATENDIMENTO DESEJÁVEL DEVE SER DE PELO MENOS 70% DA POPULAÇÃO ABRANGIDA;**
- **OBTER NÍVEIS ADEQUADOS DE QUALIDADE DO SERVIÇO, MENSURÁVEIS PELA CONFORMIDADE DOS INDICADORES DE QUALIDADE DO SERVIÇO DEFINIDOS PELA ENTIDADE REGULADORA;**
- ESTABELECEr ORIENTAÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DAS TARIFAS AO CONSUMIDOR FINAL, EVOLUINDO TENDENCIALMENTE PARA UM INTERVALO RAZOÁVEL E COMPATÍVEL COM A CAPACIDADE ECONÓMICA DAS POPULAÇÕES;
- GARANTIR A RECUPERAÇÃO INTEGRAL DOS CUSTOS INCORRIDOS DOS SERVIÇOS;
- **OTIMIZAR A GESTÃO OPERACIONAL E ELIMINAR CUSTOS DE INEFICIÊNCIA;**
- **CONTRIBUIr PARA A DINAMIZAÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL PRIVADO NACIONAL E LOCAL;**
- **CUMPRIR OS OBJETIVOS DECORRENTES DO NORMATIVO NACIONAL E COMUNITÁRIO DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE E SAÚDE PÚBLICA.**
- **GARANTIR UMA ABORDAGEM INTEGRADA NA PREVENÇÃO E NO CONTROLO DA POLUIÇÃO PROVOCADA PELA ATIVIDADE HUMANA E PELOS SETORES PRODUTIVOS;**
- **AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE DO SETOR ATRAVÉS DE SOLUÇÕES QUE PROMOVAM A ECO-EFICIÊNCIA.**

PARA A PROSSECUÇÃO DESTES OBJETIVOS DEVERÃO SER ADOTADAS UM CONJUNTO DE MEDIDAS, DE ENTRE AS QUAIS:

- REALIZAR OS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS À CONCLUSÃO E À EXPANSÃO DOS SISTEMAS “EM ALTA” E À CONTINUAÇÃO DA INFRAESTRUTURAÇÃO DA VERTENTE “EM BAIXA”, COM ESPECIAL ENFOQUE NOS INVESTIMENTOS VISANDO A ARTICULAÇÃO ENTRE AMBAS AS VERTENTES;
- REVER OS PRINCÍPIOS DE ENQUADRAMENTO LEGAL, TÉCNICO, ECONÓMICO E FINANCEIRO APLICÁVEIS AOS SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS E ALARGAR O LEQUE DE SOLUÇÕES INSTITUCIONAIS DE GESTÃO EMPRESARIAL;
- PROMOVER UMA MAIOR INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E FUNCIONAL DOS SISTEMAS PLURIMUNICIPAIS VIZINHOS, DE FORMA A POTENCIAR ECONOMIAS DE ESCALA E DA GAMA E MAIS VALIAS-AMBIENTAIS;
- PROMOVER A CRIAÇÃO, NA VERTENTE EM “BAIXA”, DE SISTEMAS INTEGRADOS, TANTO QUANDO POSSÍVEL TERRITORIALMENTE ARTICULADOS COM AS SOLUÇÕES EXISTENTES NA VERTENTE EM “ALTA”, E COM UM REGIME TARIFÁRIO UNIFORMIZADO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DE CADA SISTEMA, REGULAMENTAR A GESTÃO DE SISTEMAS MUNICIPAIS E CRIAR UMA LEI DE BASE DE CONCESSÕES EM “BAIXA”;
- IMPLEMENTAR AS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 58/2005, DE 29 DE DEZEMBRO, LEI DA ÁGUA, DIRETAMENTE RELACIONADAS COM O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E O SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E INCENTIVAR O USO EFICIENTE DA ÁGUA E O CONTROLO E PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO;
- ESTIMULAR O INVESTIMENTO PRIVADO E PROMOVER A CONCORRÊNCIA, COM ESPECIAL DESTAQUE PARA UM ALARGAMENTO E DINAMIZAÇÃO MUITO SIGNIFICATIVOS DO MERCADO DOS CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PROMOVENDO ASSIM O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO EMPRESARIAL NACIONAL E LOCAL;
- REFORÇAR E ALARGAR O ÂMBITO DOS MECANISMOS DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS E DE REGULAÇÃO AMBIENTAL E DE INSPEÇÃO.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA OS EFLUENTES AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS (ENEAPAI)

A ENEAPAI ASSENTA EM NOVAS ABORDAGENS DE INTERVENÇÃO, INTEGRADAS TERRITORIAL E MULTISECTORIALMENTE, PARA A DEFINIÇÃO DE SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS DO PONTO DE VISTA AMBIENTAL QUE GARANTAM A ELIMINAÇÃO DAS INÚMERAS SITUAÇÕES DE POLUIÇÃO CAUSADAS PELA DESCARGA DE EFLUENTES NÃO TRATADOS NAS LINHAS DE ÁGUAS E NO SOLO.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- **O CUMPRIMENTO DO NORMATIVO AMBIENTAL E DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA DE AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, ATRAVÉS DO CUMPRIMENTO DO NORMATIVO LEGAL, E DE UMA ABORDAGEM TERRITORIAL E SETORIAL INTEGRADA;**
- **A SUSTENTABILIDADE DOS MODELOS DE GESTÃO, ASSOCIADA À IMPLEMENTAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO EFICIENTES E SUSTENTÁVEIS, E DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR E GARANTIA DE UM QUADRO TARIFÁRIO SUSTENTÁVEL PARA OS SETORES ECONÓMICOS;**
- **A GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS FINANCEIROS, QUE DEVE TER EM CONTA A UTILIZAÇÃO ADEQUADA DOS INSTRUMENTOS DE COFINANCIAMENTO, DESIGNADAMENTE O QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL, E DO POTENCIAR DAS SOLUÇÕES COLETIVAS E A UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS EXISTENTES.**

PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS II (PERSU II)

O PERSU II CONSTITUI UM INSTRUMENTO ESTRATÉGICO DIRETOR DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) PARA O PERÍODO DE 2007 A 2016, FUNDAMENTAL PARA QUE O SETOR POSSA DISPOR DE ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS CLAROS, BEM COMO DE UMA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO QUE CONFIRA COERÊNCIA, EQUILÍBRIO E SUSTENTABILIDADE À INTERVENÇÃO DOS VÁRIOS AGENTES DIRETAMENTE ENVOLVIDOS. DESTACAM-SE COMO PRINCIPAIS AGENTES ENVOLVIDOS E/OU A ENVOLVER NA PROSECUÇÃO DA ESTRATÉGIA CONSIGNADA NO PERSU II, ENTRE OUTROS, OS SISTEMAS INTERMUNICIPAIS E MULTIMUNICIPAIS, OS MUNICÍPIOS E OS OPERADORES PROVADOS DO SETOR DOS RSU.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A ESTRATÉGIA VERTIDA NO PRESENTE PLANO IMPLICARÁ UM INVESTIMENTO E UM ESFORÇO DE TODOS OS AGENTES ENVOLVIDOS, DESIGNADAMENTE AO NÍVEL DA IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORES PRÁTICAS DE GESTÃO DE RSU, ENTENDIDO COMO INDISPENSÁVEL PARA ATINGIR DESAFIOS COMO OS DA:

- **PREVENÇÃO DA PRODUÇÃO.**
- **MAXIMIZAÇÃO DA RECICLAGEM.**
- **MINIMIZAÇÃO DA DEPOSIÇÃO EM ATERRO.**

PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS 2001 (PESGRI)

CONSTITUIU UM IMPORTANTE INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO DESTINADO A FORNECER AOS RESPONSÁVEIS POLÍTICOS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A TODOS OS AGENTES DA INDÚSTRIA NACIONAL UM CONJUNTO FUNDAMENTADO DE ORIENTAÇÕES E RECOMENDAÇÕES TENDENTES A APOIAR DECISÕES EM MATÉRIA DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS.

OBJETIVOS

OBJETIVOS:

- **A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS;**
- **A PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO;**
- **A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM;**
- **A INTEGRAÇÃO DO AMBIENTE NAS POLÍTICAS SETORIAIS E DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.**

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN - 2000)

O ATUAL PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (DECRETO-LEI Nº 222/98 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 98/99 DE 26 DE JULHO, DECRETO-LEI Nº 222/98 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 98/99 DE 26 DE JULHO, PELA DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO Nº 19-D/98 E PELO DECRETO-LEI Nº 182/2003 DE 16 DE AGOSTO) DEFINE UMA REDE NACIONAL, QUE DESEMPENHA FUNÇÕES DE INTERESSE NACIONAL E INTERNACIONAL. A REDE RODOVIÁRIA NACIONAL É CONSTITUÍDA PELA REDE NACIONAL FUNDAMENTAL E PELA REDE NACIONAL COMPLEMENTAR.

OBJETIVOS

O PRN – 2000 TEM COMO PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- **INTRODUÇÃO DE SIGNIFICATIVAS INOVAÇÕES RELATIVAMENTE AO PRN85, POTENCIANDO O CORRETO E ARTICULADO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, O DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES REGIONAIS, A REDUÇÃO DO CUSTO GLOBAL DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, O AUMENTO DA SEGURANÇA DA CIRCULAÇÃO, A SATISFAÇÃO DO TRÁFEGO INTERNACIONAL E A ADEQUAÇÃO DA GESTÃO DA REDE.**
- NECESSIDADE DE AUMENTAR A DENSIDADE DA REDE DE ESTRADAS NAS ZONAS FRONTEIRIÇAS, PROMOVER O FECHO DE MALHAS VIÁRIAS, ASSIM COMO MELHORAR A ACESSIBILIDADE DE ALGUNS CONCELHOS, O QUE CONTRIBUIRÁ PARA A CORREÇÃO DAS ASSIMETRIAS QUE AINDA SE VERIFICAM NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DO PAÍS.
- RECLASSIFICAÇÃO DE ALGUMAS DAS ESTRADAS NÃO INCLUÍDAS NO ANTERIOR PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL COMO ESTRADAS NACIONAIS E INSTITUIR UMA NOVA CATEGORIA VIÁRIA, A DAS ESTRADAS REGIONAIS.
- **PREOCUPAÇÃO ASSUMIDA EM MATÉRIA DE MELHORIA QUALITATIVA DA REDE RODOVIÁRIA, COM ESPECIAL RELEVAMENTO PARA A DEFESA AMBIENTAL EM MEIO URBANO, PARA OS DISPOSITIVOS DE COMBATE À SINISTRALIDADE NOS MAIS DIVERSOS PLANOS E PARA OS INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÃO NECESSÁRIOS À BOA GESTÃO E UTILIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS EM CAUSA.**

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DA FLORESTA DO RIBATEJO (PROF – RIBATEJO)

O PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DA FLORESTA DO DOURO VINCULA OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA SETORIAL QUE INCIDEM SOBRE OS ESPAÇOS FLORESTAIS E VISA ENQUADRAR E ESTABELECEER NORMAS ESPECÍFICAS DE USO, OCUPAÇÃO, UTILIZAÇÃO E ORDENAMENTO FLORESTAL, POR FORMA A PROMOVER E GARANTIR A PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DESTES ESPAÇOS.

OBJETIVOS GERAIS

O PROF RIBATEJO APRESENTA OS SEGUINTEs OBJETIVOS GERAIS:

- **MELHORAR A GESTÃO FLORESTAL E CONDUÇÃO DOS POVOAMENTOS COM GANHOS DE PRODUTIVIDADE E RENTABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES FLORESTAIS E EM SIMULTÂNEO PROMOVER A CERTIFICAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL;**
- **DIVERSIFICAR AS FUNCIONALIDADES ASSOCIADAS AOS ESPAÇOS FLORESTAIS, CONTRIBUINDO PARA AUMENTAR A RENTABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES FLORESTAIS;**
- **MELHORAR O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS HABITATS CLASSIFICADOS FLORESTAIS E SILVESTRES NA REGIÃO;**
- **DIMINUIR SIGNIFICATIVAMENTE AS ÁREAS FLORESTAIS QUE NÃO SÃO SUJEITAS A QUALQUER TIPO DE CONDUÇÃO;**
- **GANHAR COERÊNCIA E RACIONALIDADE NA GESTÃO E CONDUÇÃO DAS ÁREAS FLORESTAIS NAS ZONAS ONDE A PROPRIEDADE FLORESTAL É MUITO FRAGMENTADA ATRAVÉS DA CONSTITUIÇÃO DE UNIDADES TERRITORIAIS DE DIMENSÃO ADEQUADA;**
- **RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS ARDIDAS INTRODIZENDO MODELOS DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL EFICIENTES SOB O PONTO DE VISTA DA PREVENÇÃO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;**
- **IMPLEMENTAR UM PLANO ESTRATÉGICO PARA A RECOLHA DE INFORMAÇÃO SOBRE O ESTADO SANITÁRIO DA FLORESTA;**
- **MELHORAR O CONHECIMENTO TÉCNICO E CIENTÍFICO RELATIVO À GESTÃO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS NAS SUAS DIVERSAS VERTENTES, BEM COMO A SUA TRANSFERÊNCIA PARA OS DIVERSOS AGENTES DO SETOR;**
- **AUMENTAR A QUALIDADE PAISAGÍSTICA DOS ESPAÇOS FLORESTAIS E O SEU CONTRIBUTO PARA O BEM-ESTAR DAS POPULAÇÕES;**
- **DIMINUIR A INCIDÊNCIA TERRITORIAL DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS DE FORMA SIGNIFICATIVA, PRIVILEGIANDO AS MEDIDAS DE CARÁCTER PREVENTIVO, A ESTRUTURAÇÃO COERENTE DA REDE REGIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS E A DIVERSIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS ÁREAS FLORESTAIS;**
- **MELHORAR A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL DOS DIVERSOS AGENTES DA FILEIRA FLORESTAL DE MODO A FAZER FACE AOS DESAFIOS COLOCADOS AO SETOR.**

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO OESTE E VALE DO TEJO (PROT OVT)

OS PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DEFINEM A ESTRATÉGIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, INTEGRANDO AS OPÇÕES ESTABELECIDAS A NÍVEL NACIONAL E CONSIDERANDO AS ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, CONSTITUINDO O QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

O PROT OVT TEM COMO OBJETIVOS:

- **DESENVOLVER, NO ÂMBITO REGIONAL, AS OPÇÕES DO PNPOT E DOS PLANOS SETORIAIS;**
- **TRADUZIR, EM TERMOS ESPACIAIS, OS GRANDES OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL SUSTENTÁVEL, FORMULADOS NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL;**
- **DEFINIR MEDIDAS/INTERVENÇÕES COM VISTA À ATENUAÇÃO DAS ASSIMETRIAS DE DESENVOLVIMENTO INTER-REGIONAIS;**
- **SERVIDOR DE QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS INTERMUNICIPAIS E DOS PMOT.**

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROT AML)

OS PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DEFINEM A ESTRATÉGIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, INTEGRANDO AS OPÇÕES ESTABELECIDAS A NÍVEL NACIONAL E CONSIDERANDO AS ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, CONSTITUINDO O QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

O PROT AML VISA:

- **DEFINIR AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE BASE TERRITORIAL, QUE DEVERÃO TER EM CONTA, EM ARTICULAÇÃO COM A REGIÃO ALENTEJO E COM AS SUB-REGIÕES DA LEZÍRIA DO TEJO E DO OESTE, OS SEGUINTE PRINCÍPIOS:**
 - A TRANSFORMAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA NUMA METRÓPOLE COSMOPOLITA, DE DIMENSÃO E CAPITALIDADE EUROPEIAS RELEVANTES, PLENAMENTE INSERIDA NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E NA ECONOMIA GLOBAL;
 - **A COESÃO SÓCIO TERRITORIAL DA REGIÃO E A DISTRIBUIÇÃO EQUILIBRADA DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS E DOS RECURSOS NATURAIS, TENDO PRESENTES OS IMPORTANTES INVESTIMENTOS A REALIZAR NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA;**
 - **A ARTICULAÇÃO E COMPLEMENTARIDADE ENTRE OS DIVERSOS MODOS DE TRANSPORTE E ENTRE AS DIVERSAS VIAS DE COMUNICAÇÃO, EXISTENTES OU PREVISTOS;**
 - **A ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIVERSAS FUNÇÕES DO TERRITÓRIO E O SISTEMA DE TRANSPORTES PROPOSTO.**
- REEQUACIONAR O MODELO DE ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL, TENDO EM CONTA A NECESSIDADE DE:
 - REAVALIAR A ESTRUTURA REGIONAL DO SISTEMA URBANO, DAS REDES, DAS INFRA -ESTRUTURAS E DOS EQUIPAMENTOS DE INTERESSE REGIONAL, REFORÇANDO A CENTRALIDADE DOS AGLOMERADOS E ASSEGURANDO A SALVAGUARDA E A VALORIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERESSE NACIONAL EM TERMOS ECONÓMICOS, AGRÍCOLAS, FLORESTAIS, AMBIENTAIS E PATRIMONIAIS;
 - ESTABELECEER OS OBJETIVOS E OS PRINCÍPIOS ASSUMIDOS A NÍVEL REGIONAL QUANTO À LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E DOS GRANDES INVESTIMENTOS PÚBLICOS, CONSIDERANDO AS INTERVENÇÕES TERRITORIAIS DECIDIDAS E EM PREPARAÇÃO;
 - ESTABELECEER AS MEDIDAS DE ARTICULAÇÃO, A NÍVEL REGIONAL, DAS POLÍTICAS DECORRENTES DO PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DOS PLANOS SETORIAIS PREEXISTENTES, BEM COMO DAS POLÍTICAS DE RELEVÂNCIA REGIONAL CONTIDAS NOS PLANOS INTERMUNICIPAIS E NOS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO ABRANGIDOS;
 - REDEFINIR A POLÍTICA REGIONAL EM MATÉRIA AMBIENTAL, BEM COMO GARANTIR A ADAPTAÇÃO A NÍVEL REGIONAL, DAS POLÍTICAS E DAS MEDIDAS ESTABELECIDAS NOS PLANOS ESPECIAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO;
 - ESTABELECEER AS DIRETRIZES RELATIVAS AOS REGIMES TERRITORIAIS DEFINIDOS AO ABRIGO DE LEI ESPECIAL, DESIGNADAMENTE ÁREAS DE RESERVA AGRÍCOLA, RECURSOS HÍDRICOS, RESERVA ECOLÓGICA E ZONAS DE RISCO;
 - ESTABELECEER AS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA E COMBATE A INCÊNDIO DE BENAVENTE

OS PMDFCI DESENVOLVEM AS ORIENTAÇÕES DE PLANEAMENTO NACIONAL E REGIONAL SEGUNDO AS NORMAS DA PORTARIA Nº 1139/2006 DE 25 DE OUTUBRO E AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS PELA DGRF.

OPÇÕES ESTRATÉGICAS

O PMDFCI DE BENAVENTE APRESENTA OS SEGUINTE EIXOS ESTRATÉGICOS:

- **AUMENTAR A RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS**
- **REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS**
- **MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS**
- **RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS**
- **ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA LEZÍRIA DO VALE DO TEJO

O PDI-LVT PRETENDE AFIRMAR A COMPETITIVIDADE TERRITORIAL DA LEZÍRIA DO TEJO, NUM QUADRO DE SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO, PROMOVENDO A CIDADANIA E O BEM-ESTAR, O ROBUSTECIMENTO DA BASE ECONÓMICA, A VALORIZAÇÃO E COESÕES TERRITORIAIS, A ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO E UMA GOVERNÂNCIA DO TERRITÓRIO MODERNA, EFICIENTE E PARTICIPADA.

APOSTAS ESTRATÉGICAS

GRANDES APOSTAS ESTRATÉGICAS:

- **DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA URBANO MULTIPOLAR, VERTEBRADOR DO TERRITÓRIO E FOMENTADOR DA COOPERAÇÃO INTERURBANA**
- **VALORIZAR O RIO TEJO, COMO PATRIMÓNIO NATURAL, CULTURAL E AMBIENTAL E COMO ESPAÇO DE FRUIÇÃO, LAZER E TURISMO**
- **SUPERAR AS CARÊNCIAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS EXISTENTES NO DOMÍNIO DO SANEAMENTO BÁSICO**
- **EXPANDIR, QUALIFICAR E DIVERSIFICAR A ATIVIDADE TURÍSTICA, POR FORMA A PREPARAR-SE PARA O CRESCIMENTO EXPONENCIAL DAS PROCURAS ASSOCIADAS AOS LAZERES E AO TURISMO**
- **PROMOVER O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL, NUMA ÓTICA DE VALORIZAÇÃO DA EXCELÊNCIA DE UMA TRADIÇÃO**
- **MODERNIZAR O FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E INSTITUIR O DIÁLOGO E A CONCERTAÇÃO INTERINSTITUCIONAL COMO PRÁTICA CORRENTE**
- **TRANSFORMAR A LEZÍRIA DO TEJO NUM TERRITÓRIO COESO E FLUIDO E, NUMA IMPORTANTE PLATAFORMA LOGÍSTICA, AFIRMANDO A SUA VOCAÇÃO DE MÚLTIPLA CHARNEIRA**
- **SALVAGUARDAR E VALORIZAR A RIQUEZA E DIVERSIDADE DO PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO, AMBIENTAL, HISTÓRICO, CONSTRUÍDO E CULTURAL, NUMA ÓTICA DE ORDENAMENTO E GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO**
- **VALORIZAR O POTENCIAL DE RECURSOS HUMANOS DA SUB-REGIÃO PELO ENSINO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, BASEADOS NUMA CULTURA DE INOVAÇÃO E DE ABERTURA À MUDANÇA**
- **CAPTAR E ENRAIZAR NOVOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS ESTRUTURANTES E, REFORÇAR AS ESTRUTURAS DE APOIO ÀS EMPRESAS E EMPRESÁRIOS**
- **DENSIFICAR AS REDES DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS COLETIVOS E SOCIAIS, NUMA ÓTICA DE RACIONALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA E DA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE ACESSO**

PLANO DE GESTÃO DA ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO ESTUÁRIO DO TEJO

O PRESENTE PLANO DE GESTÃO DEFINE AS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL (ZPE) DO ESTUÁRIO DO TEJO

APOSTAS ESTRATÉGICAS

O PRESENTE PLANO DE GESTÃO DEFINE OS SEGUINTEs OBJETIVOS:

- **MANTER A OCUPAÇÃO AGRÍCOLA E AGROFLORESTAL DE ACORDO COM PADRÕES PRÓXIMOS DOS ATUAIS, CARACTERIZADOS POR GRANDES ÁREAS ABERTAS, PASTOREIO EM REGIME EXTENSIVO E CULTURAS ANUAIS ALTERNANDO COM ÁREAS DE Pousio;**
- **MANTER O CARÁCTER RURAL DO ESPAÇO, ASSOCIADO A DENSIDADES DE POVOAMENTO HUMANO IDÊNTICAS OU INFERIORES ÀS ATUAIS, SEM PREJUÍZO DO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS COMPLEMENTARES DA AGRICULTURA E DA FLORESTA;**
- **PERMITIR A EXPLORAÇÃO SALINEIRA EM EXTENSÕES SIGNIFICATIVAS DE ÁREAS VOCACIONADAS PARA ESSE FIM, UTILIZANDO TÉCNICAS COMPATÍVEIS COM A BIOLOGIA DAS ESPÉCIES DE AVES INSCRITAS NO ANEXO I DA DIRETIVA N.º 79/409/CEE, DO CONSELHO, DE 2 DE ABRIL (DIRETIVA AVES SELVAGENS);**
- **ASSEGURAR QUE O EXERCÍCIO DA PESCA E DA CAÇA SE FAÇA COM SALVAGUARDA DOS IMPERATIVOS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA;**
- **EM RESPEITO DAS COMPETÊNCIAS PELA GESTÃO DO ESPAÇO AÉREO DEFINIDAS POR LEI, CONTRIBUIR PARA ASSEGURAR QUE O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE AERONÁUTICA SE FAÇA SEM PERTURBAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS ÁREAS E NOS PERÍODOS DE MAIOR CONCENTRAÇÃO DE ESPÉCIES DO ANEXO I DA DIRETIVA N.º 79/409/CEE, DO CONSELHO, DE 2 DE ABRIL;**
- **F) PROCURAR O ENVOLVIMENTO DAS POPULAÇÕES NAS MEDIDAS DE GESTÃO DA ZPE E, DE FORMA GERAL, ASSEGURAR O SEU CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL EXISTENTE.**

ANEXO IV – RELAÇÃO ENTRE O QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO DEFINIDO E AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE

Relação entre as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM e os Objetivos do QRE:

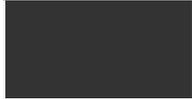
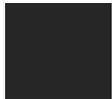
 **Relação Forte** (evidencia que os objetivos do QRE se encontram contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente)

 **Relação Média** (evidencia que os objetivos do QRE se encontram apenas parcialmente contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente)

 **Relação Fraca a Nula** (evidencia a existência de objetivos do QRE que não são se encontram devidamente contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente)

 **Não Aplicável – na** (evidencia que os objetivos do QRE não se aplicam às opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente)

Relação entre os objetivos do Programa Nacional de Política de Ordenamento de Território e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Objetivos do PNPOT	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos		na			
Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais				na	
Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social			na	na	
Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública	na		na	na	
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições		na	na	na	

Relação entre os objetivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Objetivos da ENDS	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento		na		na	na
Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro					
Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural					
Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida					
Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual			na	na	na

Relação entre as opções da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Opções da ENCNB	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas		na	na		na
Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas		na	na		na
Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social		na	na		
Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrados no processo da Rede Natura 2000		na	na		
Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e <i>habitats</i> , bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico		na	na		na
Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas setoriais		na	na		na
Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade		na	na		na
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil		na	na		na

Relação entre os objetivos do Plano de Ordenamento da Reserva Natural de Estuário do Tejo e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Objetivos do PORNET	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos científicos adquiridos sobre o património natural desta área, uma correta estratégia de conservação e gestão que permita a concretização dos objetivos que presidiram à sua classificação como reserva natural	na	na		na	
Corresponder aos imperativos de conservação dos <i>habitats</i> naturais e das espécies de flora e fauna selvagens protegidas, nos termos do Decreto -Lei n.º 140/99, de 24 de fevereiro	na	na		na	
Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a proteção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área protegida					
Determinar, atendendo aos valores em causa, os estatutos de proteção adequados às diferentes áreas, bem como definir as respetivas prioridades de intervenção	na	na		na	

Relação entre os objetivos do Plano Setorial da Rede Natura 2000 e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Objetivos do PSRN2000	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo	na	na		na	
Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macro escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efetuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam diretamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território)	na	na		na	
Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats naturais e seminaturais e das espécies de flora e fauna, presentes nos Sítios e ZPE	na	na		na	
Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zona dos usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território	na	na		na	
Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos <i>habitats</i> e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos <i>habitats</i> a proteger	na	na		na	
Fornecer orientações sobre a inserção (a efetuar no prazo máximo de seis anos) em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores, na medida em que são estes os planos vinculativos dos particulares	na	na		na	

Relação entre os objetivos da Estratégia Nacional para a Energia e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Objetivos da ENE				
Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e da promoção da eficiência energética na cadeia da oferta e na procura de energia	na		na	na
Estimular e favorecer a concorrência, por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do setor da energia quer as demais do tecido produtivo nacional	na		na	na
Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactos ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB	na		na	na

Relação entre os objetivos do Plano Nacional para as Alterações Climáticas e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Objetivos do PNAC				
Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, “através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão”	na		na	na
Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas	na		na	na

Relação entre os Objetivos do PNAAS e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Objetivos do PNAAS \ Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos				
Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais;	na	na		na
Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco	na	na		na
Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde	na	na		na

Relação entre as linhas estratégicas do Plano Estratégico Nacional para o Turismo e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Linhas estratégicas do PENT \ Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Estratégia de produtos - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos (Sol e Mar, <i>Touring Cultural</i> e Paisagístico, <i>City Break</i> , Turismo de Negócios, Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Saúde e Bem-Estar, Golfe, <i>Resorts</i> Integrados e Turismo Residencial, e Gastronomia e Vinhos)		na	na	
Linhas orientadoras para as regiões - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação		na	na	
Linhas de orientação para os polos - Desenvolver 6 novos Polos Turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado (Douro, Serra da Estrela, Oeste , Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo).	na	na	na	
Eventos - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista	na		na	na
Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística	na	na	na	
Qualidade urbana, ambiental e paisagística - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal	na	na		
Qualidade de serviço e de recursos humanos – Reforçar a qualidade do Turismo português ao longo dos “momentos de verdade” de interação com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos	na		na	na

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente Linhas estratégicas do PENT	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial		na	na	

Relação entre os objetivos da Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente Objetivos da PEPS	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que o solo é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos	na		na	na
Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que o solo funciona como sumidouro/recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte			na	na
Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação do solo	na	na		na

Relação entre as Linhas de Orientação do Plano Nacional da Água e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Linhas de orientação do PNA				
Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas	na	na		na
Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados		na		na
Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país	na	na		na
Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português				na
Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos	na	na		na

Relação entre os objetivos do Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Objetivos do PNUEA				
Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.	na		na	na
Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.	na		na	na
Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.	na		na	na

Relação entre os objetivos do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Objetivos do PBH do Rio Tejo	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Gestão da Procura – assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspetivas socioeconómicas	na		na	na	na
Proteção das Águas e Controlo da Poluição – garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos	na	na			na
Proteção da Natureza – assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a proteção e recuperação de habitats e condições de suporte das espécies nas linhas de água		na			na
Proteção Contra Situações Hidrológicas Extremas e Riscos de Poluição Acidental – promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição	na	na			na
Articulação do Ordenamento do Território com o Ordenamento do Domínio Hídrico – preservar as áreas do domínio Hídrico		na			na
Valorização Económica e Social dos Recursos Hídricos – potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos	na	na			

Relação entre os objetivos do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Objetivos do PEAASAR II	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água	na			na	na
Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida	na			na	na
Obter níveis adequados de qualidade do serviço, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço definidos pela entidade reguladora;	na			na	na
Otimizar a gestão operacional e eliminar custos de ineficiência	na			na	na
Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local				na	na
Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de proteção do ambiente e saúde pública	na			na	na
Garantir uma abordagem integrada na prevenção e no controlo da poluição provocada pela atividade humana e	na			na	na

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e "construir um território do Lazer"
Objetivos do PEAASAR II				
pelos setores produtivos; Aumentar a produtividade e a competitividade do setor através de soluções que promovam a eco-eficiência.	na		na	na

Relação entre os objetivos da Estratégica Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e "construir um território do Lazer"
Objetivos da ENEAPAI				
O cumprimento do normativo ambiental e dos objetivos da política de ambiente e do ordenamento do território, através do cumprimento do normativo legal, e de uma abordagem territorial e setorial integrada	na		na	na
A sustentabilidade dos modelos de gestão, associada à implementação de modelos de gestão eficientes e sustentáveis, e de aplicação do princípio do poluidor-pagador e garantia de um quadro tarifário sustentável para os setores económicos	na		na	na
A gestão eficiente dos recursos financeiros, que deve ter em conta a utilização adequada dos instrumentos de cofinanciamento, designadamente o Quadro de Referência Estratégico Nacional, e do potenciar das soluções coletivas e a utilização de infraestruturas existentes	na		na	na

Relação entre os objetivos do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Objetivos do PERSU II	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Prevenção da produção		na		na	na
Maximização da reciclagem		na		na	na
Minimização da deposição em aterro		na		na	na

Relação entre os objetivos do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais 2001 (PESGRI) e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Objetivos do PESGRI 2001	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
A gestão sustentável dos recursos naturais		na		na	na
A proteção e valorização ambiental do território		na		na	na
A conservação da natureza, a proteção da biodiversidade e da paisagem		na		na	na
A integração do ambiente nas políticas setoriais e de desenvolvimento local e regional		na		na	na

Relação entre os objetivos do Plano Rodoviário Nacional 2000 e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Objetivos do PRN2000 \ Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede		na	na	na
Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.		na	na	na

Relação entre os objetivos do Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Ribatejo e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Objetivos do PROF – Ribatejo \ Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Melhorar a gestão florestal e condução dos povoamentos com ganhos de produtividade e rentabilidade das explorações florestais e em simultâneo promover a certificação da gestão florestal sustentável	na			na
Diversificar as funcionalidades associadas aos espaços florestais, contribuindo para aumentar a rentabilidade das explorações florestais	na			na
Melhorar o estado de conservação dos <i>habitats</i> classificados florestais e silvestres na região	na			na
Diminuir significativamente as áreas florestais que não são sujeitas a qualquer tipo de condução	na	na		na
Ganhar coerência e racionalidade na gestão e condução das áreas florestais nas zonas onde a propriedade florestal é muito fragmentada através da constituição de unidades territoriais de dimensão adequada	na	na		na
Recuperação das áreas ardidadas introduzindo modelos de organização territorial eficientes sob o ponto de vista da prevenção dos incêndios florestais	na	na		na
Implementar um plano estratégico para a recolha de informação sobre o estado sanitário da floresta	na	na		na
Melhorar o conhecimento técnico e científico relativo à gestão dos espaços florestais nas suas diversas vertentes, bem como a sua transferência para os diversos agentes do setor	na	na		na
Aumentar a qualidade paisagística dos espaços florestais e o seu contributo para o bem-estar das populações	na			na

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente Objetivos do PROF – Ribatejo	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Diminuir a incidência territorial dos incêndios florestais de forma significativa, privilegiando as medidas de carácter preventivo, a estruturação coerente da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a diversificação da composição das áreas florestais	na	na		na
Melhorar a qualificação técnica e profissional dos diversos agentes da fileira florestal de modo a fazer face aos desafios colocados ao setor	na	na		na

Relação entre os objetivos do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente Objetivos do PROT OVT	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Desenvolver, no âmbito regional, as opções do PNPT e dos planos setoriais		na	na	na
Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável, formulados no plano de desenvolvimento regional				
Definir medidas/intervenções com vista à atenuação das assimetrias de desenvolvimento inter-regionais;			na	
Servir de quadro de referência para a elaboração dos Planos Intermunicipais e dos PMOT.		na	na	na

Relação entre os objetivos do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Objetivos do PROT AML				
Definir as opções estratégicas de base territorial, que deverão ter em conta, em articulação com a Região Alentejo e com as Sub-Regiões da Lezíria do Tejo e do Oeste, a coesão sócio-territorial da região e a distribuição equilibrada das atividades económicas e dos recursos naturais, tendo presentes os importantes investimentos a realizar na área metropolitana de Lisboa				
Definir as opções estratégicas de base territorial, que deverão ter em conta, em articulação com a Região Alentejo e com as Sub-Regiões da Lezíria do Tejo e do Oeste, a articulação e complementaridade entre os diversos modos de transporte e entre as diversas vias de comunicação, existentes ou previstos		na	na	na
Definir as opções estratégicas de base territorial, que deverão ter em conta, em articulação com a Região Alentejo e com as Sub-Regiões da Lezíria do Tejo e do Oeste, a articulação entre as diversas funções do território e o sistema de transportes proposto		na	na	na

Relação entre os Eixos Estratégicos do Plano Municipal Defesa da Floresta Contra Incêndios – Benavente e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente	Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal	Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial	Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano	Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”
Eixos Estratégicos do PMDFCI – Benavente				
Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais	na	na		na
Reduzir a incidência dos incêndios	na	na		na
Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios	na	na		na
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	na		na	na

Relação entre as Apostas Estratégicas do Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Vale do Tejo e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

<p>Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente</p> <p>Apostas Estratégicas do PDI - LVT</p>	<p>Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal</p>	<p>Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial</p>	<p>Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano</p>	<p>Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”</p>
Desenvolvimento de um sistema urbano multipolar, vertebrador do território e fomentador da cooperação interurbana	na	na	na	na
Valorizar o Rio Tejo, como património natural, cultural e ambiental e como espaço de fruição, lazer e turismo	na	na	na	na
Superar as carências quantitativas e qualitativas existentes no domínio do saneamento básico	na	na	na	na
Expandir, qualificar e diversificar a atividade turística, por forma a preparar-se para o crescimento exponencial das procura associadas aos lazeres e ao turismo	na	na	na	na
Promover o desenvolvimento agrícola e rural, numa ótica de valorização da excelência de uma tradição	na	na	na	na
Modernizar o funcionamento da Administração Pública e instituir o diálogo e a concertação interinstitucional como prática corrente	na	na	na	na
Transformar a Lezíria do Tejo num território coeso e fluido e, numa importante plataforma logística, afirmando a sua vocação de múltipla charneira	na	na	na	na
Salvaguardar e valorizar a riqueza e diversidade do património paisagístico, ambiental, histórico, construído e cultural, numa ótica de ordenamento e gestão integrada do território	na	na	na	na
Valorizar o potencial de recursos humanos da sub-região pelo ensino, formação e qualificação profissional, baseados numa cultura de inovação e de abertura à mudança	na	na	na	na
Captar e enraizar novos investimentos industriais estruturantes e, reforçar as estruturas de apoio às empresas e empresários	na	na	na	na
Densificar as redes de equipamentos e serviços coletivos e sociais, numa ótica de racionalização da distribuição da oferta e da promoção da equidade de acesso	na	na	na	na

Relação entre as Apostas Estratégicas do Plano de Gestão da Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente

<p>Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Benavente</p> <p>Apostas Estratégicas do PG – ZPE – Estuário do Tejo</p>	<p>Reestruturar e qualificar a Rede Urbana Municipal</p>	<p>Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial</p>	<p>Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural – elemento estruturante do território metropolitano</p>	<p>Desenvolver Sustentadamente o Setor do Turismo e “construir um território do Lazer”</p>
<p>Manter a ocupação agrícola e agroflorestal de acordo com padrões próximos dos atuais, caracterizados por grandes áreas abertas, pastoreio em regime extensivo e culturas anuais alternando com áreas de pousio</p>	<p>na</p>	<p>na</p>	<p></p>	<p></p>
<p>Manter o carácter rural do espaço, associado a densidades de povoamento humano idênticas ou inferiores às atuais, sem prejuízo do aproveitamento dos recursos complementares da agricultura e da floresta</p>	<p>na</p>	<p>na</p>	<p></p>	<p>na</p>
<p>Permitir a exploração salineira em extensões significativas de áreas vocacionadas para esse fim, utilizando técnicas compatíveis com a biologia das espécies de aves inscritas no anexo I da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (Diretiva Aves Selvagens);</p>	<p>na</p>	<p>na</p>	<p></p>	<p>na</p>
<p>Assegurar que o exercício da pesca e da caça se faça com salvaguarda dos imperativos de conservação da natureza;</p>	<p>na</p>	<p>na</p>	<p></p>	<p></p>
<p>Em respeito das competências pela gestão do espaço aéreo definidas por lei, contribuir para assegurar que o exercício da atividade aeronáutica se faça sem perturbações significativas nas áreas e nos períodos de maior concentração de espécies do anexo I da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril;</p>	<p>na</p>	<p>na</p>	<p></p>	<p>na</p>
<p>Procurar o envolvimento das populações nas medidas de gestão da ZPE e, de forma geral, assegurar o seu contributo para o desenvolvimento sustentado e a valorização do património natural existente.</p>	<p>na</p>	<p>na</p>	<p></p>	<p>na</p>

Benavente, 29 de maio de 2015

